

61

SETEMBRO 2021 – DEZEMBRO 2021

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA “LA SAPIENZA”

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF (IN MEMORIAM)
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (IN MEMORIAM)

PAUL SINGER (USP) **PRESIDENTE DE HONRA** (IN MEMORIAM)

JOÃO LEONARDO MEDEIROS (UFF) PRESIDENTE

MARISA SILVA AMARAL (UFU) VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Ellen Lucy Tristão UFVJM

Marcelo Dias Carcanholo UFF

Leda Maria Paulani USP

Henrique Pereira Braga UFES

Maria de Lourdes R. Mollo UNB

Marco Antonio Rocha UNICAMP

Giliad de Souza Silva UNIFESSPA

Marcelo José Braga ANPEC

José Rubens Damas Garlipp ANGE

COMITÊ EDITORIAL

EDITORES

Vanessa Follmann Jurgenfeld (editora-chefe) - UFVJM

Carlos Henrique Lopes Rodrigues - UFVJM

Henrique Pereira Braga - UFES

Janáina Elisa Patti de Faria - UFVJM

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2021**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 20 – 2016 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2021
ISSN 1415-1979
ISSN-E 2595-6892
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

NÚMERO 61
SET 2021 – DEZ 2021

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

11 **A atualidade da obra de Marx O capital para o entendimento
do ser social: uma visão de mundo ontológica**

Maria Angélica Borges

43 **De Adam Smith a Von Mises: a decadência ideológica do
liberalismo**

André Guimarães Augusto

81 **Teoria do valor-trabalho: determinação pelo trabalho vivo
como alternativa às interpretações fisiológicas e da forma
valor**

Patrick Galba de Paula

114 **Estratégia de desenvolvimento, trabalho e proteção social no
pensamento contemporâneo da CEPAL**

Tiago Oliveira; Maria Clara Oliveira

143 **A Petrobras como agente do desenvolvimento produtivo no
Brasil: importância e esvaziamento**

Valéria Silva Mortari; Cássio Garcia Ribeiro; Marcelo Loural;
Aparecida Oliveira

177 **Uma reestruturação ecológica: a ecologia política de André Gorz**

Augusto Maganha Barbosa; Paulo Fracalanza

209 **Pegando fogo desta vez**

Texto original de John Bellamy Foster/ Tradução de Fábio De Maria

DOCUMENTOS E TEXTOS ESPECIAIS

238 **De Marx para Laura e Paul Lafargue em Paris [Londres, 5 de março de 1870]**

Mario Soares Neto

251 **RESENHA**

A Theory of Imperialism

Luis Eduardo da Rocha Maia Fernandes

APRESENTAÇÃO

Esta nova edição da *Revista da SEP* encerra o ano de 2021, um dos mais desafiadores da nossa história, não só pela crise mundial que envolveu (e ainda envolve) a pandemia da Covid-19, mas também pelas políticas econômicas – ou ausência destas – em meio a um período tão difícil do capitalismo para a classe trabalhadora.

Diante da crise, algumas velhas discussões ressurgiram sobre o papel do Estado na economia. Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, conseguiu dar alguns andamentos no Congresso Nacional para a aprovação de um segundo pacote de investimentos de cerca de US\$ 2 trilhões, que, somado ao do ano anterior de US\$ 1,2 trilhão, é a maior agenda de investimentos federais, em pelo menos meio século, para resgate da economia norte-americana e para projetá-la diante da ascensão da economia chinesa, que muito preocupa o imperialismo norte-americano. No Brasil, o uso do que se denominou “orçamento secreto” foi a “alternativa” encontrada pelo governo federal para romper a política insensata do teto de gastos, sem explicitamente revelá-la. Com as emendas de relator, ganhou apoio de congressistas e evitou colocar-se em choque com uma ala importante para seu apoio vinda de economistas do *mainstream*, ancorada, por um lado, no discurso dos supostos benefícios do arrocho fiscal, e satisfeita, por outro, pela drenagem dos recursos públicos para o capital fictício, com uma trajetória ascendente e acelerada dos juros básicos da economia.

Os últimos meses de 2021 foram marcados ainda pela Conferência Mundial do Clima (COP-26), em Glasgow (Escócia), em que pouco se avançou

para resolver, de fato, os problemas climáticos, uma vez que isso implicaria discutir as contradições do modo de produção capitalista, algo fora da agenda da maioria das representações presentes. Apesar da extrema importância do tema, além de não ter protagonismo na discussão da própria COP-26, a delegação brasileira, inclusive, negou que a Floresta Amazônica estaria em chamas. Os dados que saíram logo depois do evento mostraram, entretanto, que o desmatamento na maior floresta tropical do planeta chegou a 13.235 km² entre 2020 e 2021, o maior em 15 anos, de acordo com o sistema de monitoramento PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Neste novo número da *Revista da SEP*, a questão ambiental recebe atenção em dois artigos mais centrados neste tema. Por convite do comitê editorial anterior, a edição traz uma tradução, realizada por Fábio De Maria, do texto “On fire this time” (Pegando fogo desta vez), de John Bellamy Foster. Infelizmente, os trâmites envolvendo a tradução impediram a sua publicação em edições anteriores. Ainda assim, a saída de um novo relatório do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) neste ano e as discussões climáticas em outros fóruns indicam a urgência deste tipo de discussão. Originalmente publicado em 2019, o artigo de Foster trata dos desafios climáticos daquele momento que era visto por ele como o início do que parecia ser uma revolução ecológica.

A edição também traz um artigo em torno da ecologia política de André Gorz. Os autores Augusto Maganha Barbosa e Paulo Sérgio Fracalanza debatem argumentos de Gorz sobre a urgência de uma mudança radical na forma de organização da sociedade atual diante da crise do capitalismo.

Com esta edição, a revista tem também a satisfação de retomar a publicação de sua antiga seção de Textos e Documentos Especiais, voltada a contribuições como cartas, entrevistas, entre outros. Na reinauguração desta seção, está um importante trabalho de Mario Soares Neto, pesquisador que fez a tradução, notas e apresentação da Carta de Marx para Laura e Paul Lafargue em Paris, de 5 de março de 1870. A correspondência escrita

em inglês e com trechos em francês – vertida para a língua portuguesa de forma inédita – mostra que Marx se contrapôs profundamente à noção de supremacia racial branca defendida pelo pai do “racismo científico”, o conde de Gobineau. O escrito do acervo pessoal de Marx também aborda aspectos da sua afetuosa relação familiar (em especial com Laura e Paul Lafargue), além de debates sobre os fenianos e a situação da Irlanda, bem como sobre a revolução social na Rússia. Além disso, constam indagações como: (i) se Blanqui encontrava-se em Paris; (ii) referentes à tradução francesa de *O capital*; e (iii) em relação à mudança de Engels de Manchester para Londres. Agradecemos à editora Lawrence and Wishart®, que, por intermédio de Mario, gentilmente concedeu-nos autorização para a publicação desse material.

Sobre os demais artigos deste número, destaca-se uma contribuição de Maria Angélica Borges, que analisa a atualidade da obra de Marx *O capital* para o entendimento do ser social por meio dos estudos do filósofo György Lukács. Outro texto que dialoga com a obra de Lukács foi escrito por André Guimarães Augusto. Em seu artigo, o autor traça uma análise comparativa entre o liberalismo de Adam Smith e o neoliberalismo de von Mises e defende que há, na trajetória entre essas duas teorizações, elementos que caracterizam a decadência ideológica, como exposta por Lukács.

Patrick Galba de Paula também contribui com esta edição com o artigo intitulado “Teoria do valor-trabalho: determinação pelo trabalho vivo como alternativa às interpretações fisiológicas e da forma-valor”. O artigo realiza uma interpretação diferente da tradicional e fisiológica do valor-trabalho, além de apresentar uma crítica a essas análises, discutindo suas principais limitações e dificuldades.

Esta edição traz ainda um texto de Tiago Oliveira e Maria Clara Oliveira, que trata sobre o início de uma nova etapa no pensamento da CEPAL. De acordo com o artigo, a partir do fracasso das reformas neoliberais em estimular o crescimento econômico e ampliar o bem-estar na América Latina, especialmente a partir da crise de 2008, a CEPAL teria reconquistado um

protagonismo na região, com uma discussão de desenvolvimento com equidade como alternativa ao neoliberalismo.

Uma interpretação sobre algumas transformações da Petrobras é feita pelo artigo de Valéria Silva Mortari, Cássio Garcia Ribeiro, Marcelo Loural e Aparecida Oliveira. O texto discute como a Petrobras passou de agente do desenvolvimento produtivo brasileiro para um esvaziamento dessa sua atuação, sobretudo a partir do governo do presidente Michel Temer, quando uma nova estratégia, muito mais direcionada ao aumento dos dividendos dos acionistas, foi colocada em ação.

Por fim, este número traz a resenha de Luis Eduardo da Rocha Maia Fernandes sobre o livro *A Theory of Imperialism*, dos professores do Centro de Estudos Econômicos e Planejamento da Escola de Ciências Sociais da Universidade Jawaharlal Nehru, na Índia, Utsa Patnaik e Prabhat Patnaik. A obra, ainda não publicada em português, contribui para o conhecimento da complexidade do capitalismo contemporâneo, o que envolve entender a economia política da fome, da pobreza e do desemprego nos países periféricos. Também proporciona ao leitor a compreensão de que não existe capitalismo sem imperialismo, embora o imperialismo se reconfigure em sua forma e intensidade.

Agradecemos ao Comitê Editorial anterior pela seleção de parte do material que compõe esta edição.

Boa leitura!

Comitê Editorial

MARIA ANGÉLICA BORGES

A ATUALIDADE DA OBRA DE MARX *O CAPITAL* PARA O
ENTENDIMENTO DO SER SOCIAL:
UMA VISÃO DE MUNDO ONTOLÓGICA

Recebido em 25/06/2021

Aprovado em 01/09/2021

A ATUALIDADE DA OBRA DE MARX O CAPITAL PARA O ENTENDIMENTO DO SER SOCIAL: UMA VISÃO DE MUNDO ONTOLÓGICA

Para onde vai o capital, o conflito vai atrás.

Beverly J. Silver

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as inflexões ontológicas na obra de Karl Marx por meio da análise do filósofo György Lukács e demonstrar a unidade de pensamento ao longo do amadurecimento das reflexões do pensador tedesco. A análise lukacsiana aparece neste texto como elucidação do rico debate do século passado sobre o jovem Marx e sua fase madura. As mediações da dialética da particularidade, tema tão presente na escola de Budapeste, com a liderança de Lukács, revelam a importância da concreção da análise a partir da totalidade do ser social. Visitar este tema é propor ir além do economicismo.

Palavras-chave: ontologia; economia política crítica; filosofia; dialética materialista.

MARIA ANGÉLICA
BORGES

Professora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: angelica@pucsp.br

ORCID: [https://orcid.org/
0000-0001-6776-6674](https://orcid.org/0000-0001-6776-6674)

Abstract

The objective of this article is to analyze the ontological inflections in the work of Karl Marx through the analysis of the philosopher György Lukács and to demonstrate the unity of thought throughout the maturing of the reflections of the Germanic thinker. The Lukacsian analysis appears in this text as an elucidation of the rich debate of the last century about the young Marx and his mature phase. The mediations of the dialectic of particularity, a theme so present in the school of Budapest with the leadership of Lukács, reveal the importance of concretizing analysis from the totality of the social being. To visit this theme is to propose to go beyond economism.

Keywords: ontology; critical political economy; philosophy; dialectical materialism.

JEL B34

I. Introdução

O presente texto traduz o amadurecimento de décadas de pesquisa e produção teórica sobre o pensamento de Karl Marx. Já na graduação o fascínio por este autor se tornou uma presença marcante, não só na minha formação intelectual, mas nos corações e mentes de toda uma geração. Motivada pelas angústias do século XXI retomei o tema para contribuir para o debate atual, no qual as questões metodológicas, mais do que nunca, aparecem como caminho para dirimir os problemas das crises contemporâneas. O texto começou a ser redigido inspirado pelo aniversário comemorativo dos 150 anos da primeira edição d' *O capital* de Karl Marx. E a XVIII Semana de Economia em 2020 foi responsável pelo desejo de veiculá-lo junto aos meus alunos e colegas e trazê-lo a público. *O capital* de Karl Marx foi publicado pela primeira vez em 1867. Diante desta obra seu criador considerou toda a sua trajetória anterior uma preparação para aquele momento e elegeu-a sua principal obra. Mergulhar nas suas páginas é uma experiência única, fascinante, que só os grandes autores causam ao leitor. O seu método de exposição não está colado ao seu método de investigação, como ele mesmo registrou na Introdução Metodológica de 1857, abandonada por ele e registrada no Prefácio de 1859 (MARX, 1990). Ele inicia pela mercadoria e nos brinda com a dialética do universal, particular e singular em toda sua densidade. O autor não facilita a leitura de sua obra, nem seria possível diante da forma rigorosa como trata os temas estudados. Mas o desafio compensa, pois estamos diante do desvelamento dos segredos da dominação capitalista e a possibilidade de sua superação.

2. Ontologia e ser social

Para demonstrar a atualidade da obra *O capital* deve-se iniciar pelas indicações que o próprio Marx sinalizou à sua produção teórica e pelos passos para a sua construção. No prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859¹, lê-se o relato de seu itinerário intelectual e revolucionário,

¹ Ver Marx (1982).

que culminaria com a apresentação do Livro I de sua obra magna em 25 de julho de 1867. Oito anos antes de vir à luz sua obra magistral, o pensador alemão revelava o seu amadurecimento teórico. Deixou bem claras sua posição e sua angulação de classe focadas na luta dos trabalhadores. E, quando apresentou *O capital*, registrou logo no início: “A obra, cujo primeiro volume apresento ao público, é a continuação do meu escrito *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado em 1859” (MARX, 2013, p. 77).

Em suas notas biográficas sobre Marx, Lênin registrou, entre outros tantos escritos, a importância de *Contribuição à crítica da economia política* e de *O capital*:

Quando eclodiu a Revolução de Fevereiro de 1848, Marx foi expulso da Bélgica. Regressou novamente a Paris, que deixou depois da Revolução de Março para voltar à Alemanha e fixar-se em Colônia. Foi aí que apareceu, de 1º de junho de 1848 até 19 de maio de 1849, a *Nova Gazeta Renana*, de que Marx foi o redator-chefe. [...] A contrarrevolução vitoriosa arrastou Marx ao tribunal [...] e depois expulsou-o da Alemanha. [...] Voltou então para Paris, de onde foi igualmente expulso [...] e partiu para Londres, onde viveu até o fim de seus dias... Marx e a família viviam literalmente esmagados pela miséria; sem o apoio financeiro constante e dedicado de Engels, Marx não só não teria podido acabar *O Capital*, como teria fatalmente sucumbido à miséria. Além disso, as doutrinas e as correntes predominantes do socialismo pequeno-burguês, do socialismo não-proletário em geral, obrigavam Marx a sustentar uma luta implacável, incessante e, por vezes, a defender-se mesmo dos ataques pessoais mais furiosos e mais absurdos. [...] Marx desenvolveu numa série de trabalhos históricos a sua teoria materialista, dedicando-se sobretudo ao estudo da economia política. Revolucionou esta ciência nas suas obras *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (1867). (LÊNIN, 1979, pp. 5-6)

O economista e filósofo imprimiu sua visão de mundo nos diferentes prefácios e posfácios às várias edições: primeira edição de 1867, prefácio da edição francesa de 1872, posfácio da segunda edição de 1873, posfácio da edição francesa de 1875. Registrou que “na medida em que as circunstâncias o permitiram, pontos que antes eram apenas indicados foram desenvolvidos, ao

passo que, inversamente, aspectos que lá foram desenvolvidos em detalhes são aqui apenas indicados” (MARX, 2013, p. 77).

A postura ontológica² perpassa os três tomos do livro *O capital*, sustentada na dialética materialista. Já no primeiro capítulo do livro I, está estampada a viagem do universal, particular e singular na equação das trocas. São as formas simples ou acidental, a mediação da forma relativa, chegando ao equivalente geral na sua complexidade, na qual a forma mais evoluída decifra a forma mais elementar, fortuita: “A forma de equivalente é uma forma do valor em geral e pode, portanto, expressar-se em qualquer mercadoria” (MARX, 2013, p. 144).

Olhar para os escritos marxianos de maneira ontológica é reconhecer o ser social a partir da sua inteiração nas formas particulares dos momentos inorgânico, orgânico e social. É colocar o dedo no momento separatório do homem com a natureza no salto ontológico representado pelo recuo da barreira natural, que se dá na passagem do ser natural³ para o ser social, pois, “um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e [...] esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico” (LUKÁCS, 1978, p. 3).

² György Lukács, considerado por muitos o maior filósofo marxista do século passado, investiga a determinação histórica do ser social na concretude da produção e reprodução da sociedade. Seu itinerário é um caminho até Marx e funda sua obra nos princípios ontológicos do entendimento do ser na sua totalidade. O filósofo húngaro, entre outras frentes na práxis de sua luta cotidiana, resgata Marx. Trava, também, um embate contra o neopositivismo e o estalinismo e redige seus escritos ensinando a ler Marx na sua trajetória de amadurecimento, sem rupturas entre o pensador jovem e o maduro. Sem divisões de duas fases: uma filosófica e outra economista. O resultado desta longa estrada é a sua ontologia do ser social. Lendo suas páginas encontra-se uma bússola para analisar os pores teleológicos presentes na análise da contribuição crítica da economia política. Ver Lukács (2010; 2013).

³ Lukács nos lembra, na sua discussão sobre o trabalho, que devemos entender, no âmbito da dialética de cunho materialista, o “recuo da barreira natural” como a linha de desenvolvimento social. E, sobre este ponto, ele nos alerta de que não é possível retornar às experiências que deram origem ao início desse recuo a partir do salto ontológico. Não podemos ter conhecimento direto e preciso de tal transformação – da transformação do ser orgânico em ser social –, pois, segundo o autor, “tornou-se claro, que, entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosas que sejam as categorias de transição que essa forma produz) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente ‘deduzida’ da forma mais simples” (LUKÁCS, 1978, p. 3).

O salto não pode ser deduzido no plano lógico, como uma experiência — sempre restará o salto —, pois o nosso conhecimento é um conhecimento *post festum*. Seguindo-se a análise dialética caminha-se do complexo ao simples. Por exemplo: é a anatomia do homem que fornece a chave para a explicação da anatomia do macaco. É desta forma que um estágio mais primitivo pode ser conhecido, através das suas linhas de tendência e evolução.

Outro ponto importante a ser lembrado nessa discussão é que o “recoo da barreira natural” não significa chegar a uma ruptura com o ser natural. O ser social pressupõe o ser natural, assim como vive em contínua interação com este — considerado o seu corpo inorgânico; logo, este recoo traduz-se como linha de desenvolvimento social. O homem torna-se cada vez mais natural, socializando as forças da natureza, humanizando-a, tornando-a cada vez mais a extensão do seu braço. A passagem de uma forma específica de ser para a outra está cada vez mais sendo elucidada pela própria ciência. A sociedade se naturaliza e a natureza se socializa. O sujeito objetiva-se e o objeto torna-se socializado nos pores teleológicos.

3. Pores teleológicos

Na visão ontológica a análise deriva dos pores teleológicos primários⁴, na sua relação com a natureza e os outros homens por meio da cooperação e da divisão do trabalho, e dos pores teleológicos secundários⁵, que expressam as relações dos homens em sociedade, nas formas de dominação e reprodução dos mecanismos de poder. Os pores teleológicos são as posições da

⁴ Neste texto está sendo utilizada a terminologia pôr teleológico em vez de posição teleológica, acompanhando a tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento, com a supervisão editorial de Ester Vaisman, para a Boitempo Editorial na publicação de *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*, e a tradução de Nélío Schneider (com a colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes) na edição de *Para uma ontologia do ser social II*, também para a Boitempo Editorial. Ver Lukács (2010; 2013).

⁵ Ver Lukács (1978). “Os pores práticos mediados, muitas vezes mediados de uma forma bastante complexa [...], visam a influenciar outras pessoas [...]. Nesse caso o ‘material’ do pôr do fim é o homem, do qual se pretende que ele tome uma decisão alternativa” (LUKÁCS, 2013, p. 358).

finalidade das ações humanas. Os homens agem de forma interessada para produzir e reproduzir a sua existência. É preciso ter em conta, com relação a estas posições, suas especificidades. Estas se põem tanto no plano da estrutura produtiva como também por meio da influência que exercem sobre o sujeito que trabalha.

Com relação à sua estrutura, a produção da vida, parte-se aqui do pressuposto de que os pores teleológicos têm a mesma estrutura e dinâmica, ou seja, uma estrutura única, porém, realizam finalidades distintas. Indicar os pores teleológicos é referir-se ao momento da realização dos projetos humanos, pois o que não se realiza no plano do ser social e que permanece ainda no nível do desejo – de uma vontade não efetivada –, que guarda no máximo uma relação de espelhamento com a realidade, de reflexo somente, não pode ser identificado como ato teleológico.

Os pores teleológicos primários destinam-se ao intercâmbio dos homens com a natureza. “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255).

Nos pores teleológicos secundários, os agentes estão direcionados à consciência de outros homens; são atitudes práticas, mediações produzidas pela divisão do trabalho, que consubstanciam um caráter teleológico-causal.

Os pores teleológicos primários diferem-se dos pores secundários: as finalidades dos primeiros visam diretamente a um caso concreto da troca orgânica da sociedade com a natureza; os secundários tendem a influir sobre outros homens de forma ampliada, de modo que eles cumpram por si só os atos do trabalho desejados pela posição do agente produtivo. “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe” (MARX, 2013, p. 255).

Nos capítulos sobre a cooperação e a manufatura enxergam-se as posições da finalidade. Quando os atores do processo produtivo agem de forma combinada, aumentam a produtividade e atingem o fim proposto de forma

ampliada. A cooperação é “a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos” (MARX, 2013, p. 400).

A forma clássica da cooperação e da divisão do trabalho é a manufatura:

A cooperação fundada na divisão do trabalho assume a forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina ao longo do período propriamente manufatureiro, que, em linhas gerais, estende-se da metade do século XVI até o último terço de século XVIII. (MARX, 2013, p. 411)

Os pores teleológicos primários e secundários, presentes na divisão social do trabalho, concretizam a realização de um determinado fim e impulsionam os atos dos homens. Estimulam os sujeitos a atuar no mundo para obterem a posição da finalidade e sua função social concreta. Estamos diante das formas que viabilizam a acumulação capitalista. Trata-se das relações de trabalho, baseadas na compra e venda da força de trabalho, capital variável, por meio de um contrato, e das relações de produção, sustentadas na propriedade privada do capital, ou seja, meios e materiais de produção, formas do capital constante fixo e circulante⁶.

Complementariedade e exclusão estão presentes no modo de produção capitalista. A valorização do capital só se realiza na exploração da força de trabalho, pertencente ao trabalhador assalariado, que precisa vendê-la para obter o salário e garantir a sua sobrevivência.

O capital – e o capitalista não é mais do que o capital personificado, que funciona no processo de produção apenas como portador do capital –, logo, o capital durante o processo social de produção que lhe corresponde extrai determinada quantidade de mais-trabalho dos produtores diretos ou dos trabalhadores, mais-trabalho que o capitalista recebe sem equivalente e que, conforme sua essência, continua sempre a ser trabalho forçado, por mais que

⁶ Para as determinações do capital variável circulante e do capital constante fixo e circulante e suas diferenças de forma, ver *O capital*, livro II, capítulo 8 (MARX, 2014, p. 239).

possa aparecer como um resultado de um contrato livremente consentido. Esse mais-trabalho se apresenta num mais-valor, e esse mais-valor existe num mais-produto. (MARX, 2017, pp. 881-882)

As relações sociais provêm das necessidades dos homens, não simplesmente das necessidades universais, mas de desejos claros, particulares, que devem ser satisfeitos: por isso, são desejos que, junto às circunstâncias e aos meios concretos e possibilidades reais, põem a posição da finalidade. E a escolha de meios, assim como as formas de sua realização, tornam-se, ao mesmo tempo, possíveis e são delimitadas pelo todo circunstanciado.

O trabalho, enquanto ato teleológico que desencadeia séries causais, é uma resposta do ser social aos problemas que a realidade coloca ao homem. Logo, pode-se designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que consegue dar respostas aos problemas colocados pelo real.

O homem responde segundo as suas necessidades, seus carecimentos, colocados historicamente. Porém, perderíamos o essencial se colocássemos o problema tendo como pressuposto uma relação de forma imediata. Ao contrário, o ser social dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social – generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidade de satisfazê-los.

Portanto, é dentro desse processo que o ângulo da dialética materialista enxerga o trabalho como protoforma do homem – a partir de uma interação contínua com a natureza. Para ele, ao considerarmos a produção e reprodução da vida humana o problema central, aparece – tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc. – a dupla determinação de uma base natural insuperável e de uma ininterrupta transformação social dessa base:

“O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é a condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural e eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico com o homem e a natureza,

ou seja, a vida dos homens”. Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação do ser social: ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos do trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha “utiliza as propriedades mecânicas físicas e químicas das coisas, de acordo com sua finalidade”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que as propriedades, relações, vínculos, etc., existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico. (LUKÁCS, 1979, p. 16)

Trata-se, agora, de concretizar a análise, enlaçando esses pressupostos com a teleologia e a causalidade. Todas as indicações acima se fizeram necessárias para que se pudesse explicitar os pontos nodais nos quais a análise marxiana e a lukacsiana baseiam suas colocações.

4. Teleologia e causalidade

Somente assim, os pores teleológicos podem tornar-se os condutores centrais do homem, no plano individual e genérico. É a forma como o homem se revela ser social distinto do ser natural. No capítulo V do livro I d’*O capital*, intitulado “O processo de trabalho e o processo de valorização”, tem-se os movimentos do processo de trabalho no plano universal e sua especificidade no processo de valorização do capital. A relação do homem com a natureza através do trabalho mostra os traços da produção em geral, uma abstração razoável, presente em todos os momentos, a partir dos seus traços mais gerais. Na particularidade da produção capitalista, este processo geral se torna circunstanciado ao processo de valorização do capital, universal determinado, portanto, particular, síntese do geral e do singular, logo, processo de valorização. Ou seja, processo de exploração do trabalhador,

através do consumo de sua força de trabalho e criação do mais-valor. No capítulo IV, “A transformação do dinheiro em capital”, lê-se: “O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor” (MARX, 2013, p. 250).

Aqui não tem importância decisiva a extensão da cadeia de mediações em cada caso concreto, pois o importante é que, a cada momento, os pores teleológicos voltem a direcionar a consciência de outro homem (ou mais homens) em uma determinada direção, querendo induzi-lo(s) a cumprir a posição desejada.

Neste caso, o meio não é homogêneo como no trabalho, em que a resultante é sempre a consciência do homem sobre a natureza, na qual só existem alternativas objetivas. É a consciência do agente captando a realidade objetiva corretamente ou não. Na posição da finalidade secundária, sua estrutura não homogênea aparece como um meio oscilante, não previsto. Pois, quanto menos direta for a ligação destas posições com o trabalho, que representa sua finalidade, tanto mais transparente aparecerá este seu caráter.

Logo, neste primeiro momento, frisa-se que qualquer que seja o grau de diversidade a que se pode chegar, não se exclui o elemento comum e decisivo; diz-se que, em ambos os casos, trata-se de pores teleológicos cujo êxito ou fracasso depende do conhecimento que o sujeito que age tenha das forças que devem ser movimentadas, da precisão com a qual o sujeito esteja em condições de manejar nas sequências causais nelas imanentes.

Tendo como pano de fundo o que foi exposto anteriormente, é necessário, também, esclarecer que, na base dos pores teleológicos, funcionam as escolhas dos homens, e que explicam a dialética entre liberdade e necessidade. Este tema acompanha o pensamento filosófico e a pena marxiana avançou na sua elucidação, como enfatizou Lukács.

Enfim, fundamentalmente para o trabalho, é que nele, não apenas os movimentos, mas também os homens que o realizam devem ser dirigidos por

finalidades determinadas previamente, visto que todo movimento é submetido a um dever-ser.

Contrariamente às posturas que se utilizam dos métodos gnosiológico-lógicos, aqui se busca uma ontologia do ser social a partir do sujeito que põe; procuramos entender o processo global do trabalho e os pores teleológicos, vistos como o momento ideal, prévia-ideação da consciência.

O sujeito que põe realiza os pores teleológicos, mas sem poder ver todos os condicionamentos da própria atividade e seus desdobramentos. Há várias ocasiões nas quais é inegável que os homens ajam, mesmo que eles tenham consciência de que não controlam senão uma pequena parte das circunstâncias. Mesmo assim, eles contam com a possibilidade de realizar suas atividades, já que o carecimento existe objetivamente e tem de ser satisfeito – e o trabalho cria as possibilidades de sua efetivação –, pois o trabalho é um ato consciente de pô e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto – ainda que nunca perfeito – dos fins e dos meios de seu próprio processo.

5. Liberdade e necessidade

Na obra *O capital*, a clássica discussão ontológica da liberdade como consciência da necessidade aparece ao longo de suas páginas de forma rica e profunda. O homem que trabalha e age na sociedade viabilizando os seus projetos o faz em condições dadas, porém diante de um leque de alternativas, nas quais se realizará a sua escolha. A liberdade se viabiliza dentro de possibilidades dadas e limitadas. Não é uma escolha infinita e absoluta, mas sim relativizada. Porém, é preciso decidir entre as alternativas. É a existência de alternativas que podem gerar uma escolha que constitui a liberdade. E a consciência é a prévia-ideação desta escolha.

No capítulo II, “O processo de troca”, lê-se nas linhas escritas por Karl Marx sobre os caminhos do agir interessado dos homens exercendo suas escolhas diante de suas necessidades:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiães, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiães têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e agir de tal modo que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. (MARX, 2013, p. 159)

Os homens fazem as suas escolhas. Os mercadores têm que decidir ir ao mercado vender as suas mercadorias, assim como os produtores têm que decidir produzir as mercadorias e aliená-las.

Na discussão das especificidades dos pores teleológicos, temos de levar em consideração que as relações econômicas são relações sociais, produto do trabalho, portanto, mediadas pela consciência. O filósofo húngaro lembra que:

[...] o ser social em seu conjunto é construído de modo ontologicamente unitário. Não é possível sustentar uma bipartição em esferas estritamente antagônicas em termos estruturais e dinâmicos quando se pensa até as últimas consequências a realidade e sua concepção dialética marxiana. Mesmo que se quisesse vislumbrar no metabolismo com a natureza, de um lado, e na práxis exclusivamente intrassocial, de outro, princípios absolutamente contrastantes, não se chegaria a nenhum resultado satisfatório. (LUKÁCS, 2013, p. 383)

Portanto, “os pores teleológicos que surgem com o trabalho e dele brotam são, por isso mesmo, componentes fundamentais do ser social humano”, mas “este como um todo é tão multifacetado e está tão inseparavelmente ligado com sua existência física e sua reprodução que uma bipartição absoluta deve parecer impossível” (LUKÁCS, 2013, p. 384).

No livro III, no capítulo 48, “A fórmula trinitária”, o escritor nascido na Alemanha Renana oferece as mediações da passagem do reino da necessidade

para o reino da liberdade, explicitando a relação dialética da passagem de uma forma à outra: “O reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; pela própria natureza das coisas, portanto, é algo que transcende a esfera da produção propriamente dita” (MARX, 2017, pp. 883-884)⁷.

6. Aparência e essência

Diante disso, vendo o real caráter dos pores teleológicos, da sua estrutura e dinâmica, na sua função enquanto momento da prévia-ideação do mundo social do homem, tem-se que o ser social desencadeia essas posições a partir da realidade. E, num primeiro momento, o que se apresenta para a sua ação é a realidade imediata. Mas tanto a aparência como a essência do ser social, assim como a aparência e a essência da sua relação com o ser natural, ou seja, a aparência e a essência do mundo dos homens e da sua interação com a natureza, são fundamentais para a ação humana. Por isso, fenômeno e essência, no ser social, assumem uma peculiaridade com relação ao ser natural. No livro *O capital*, são abundantes os momentos deste outro par dialético. No livro III, no capítulo 48, “A fórmula trinitária”, está escrito que “Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017, p. 880).

A realidade imediata, que é o mundo fenomênico dos homens, constitui o lócus no qual acontecem geralmente os pores teleológicos. É o terreno para os agentes criarem alternativas. Logo, entender em detalhes o caráter das posições da finalidade no mundo dos homens é pesquisar as

⁷ “Do mesmo modo que o selvagem precisa lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para conservar e reproduzir a sua vida, também tem de fazê-lo o civilizado – e tem de fazê-lo em todas as formas da sociedade e sob todos os modos possíveis de produção. À medida de seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, porquanto se multiplicam as necessidades; ao mesmo tempo, aumentam as forças produtivas que as satisfazem. Aqui, a liberdade não pode ser mais do que o fato de que o homem civilizado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como um poder cego; que o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana. Mas este continua a ser sempre um reino da necessidade” (MARX, 2017, p. 883). Além dele é que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é a condição básica.

várias mediações e ver mais de perto esse processo de os indivíduos colocarem em ação as suas ideias, seus projetos e de como fenômeno e essência interligam-se a tudo isso.

O mundo fenomênico do ser social constitui o fator pelo qual é posto em movimento a maior parte das decisões teleológicas. Ou seja: o mundo fenomênico determina, no imediato, sua constituição e desenvolvimento, participando de forma decisiva na dialética objetiva de fenômeno e essência. Só que este mundo fenomênico não é idêntico à essência e coloca, consequentemente, tarefas para o pensamento científico.

A apreensão da essência demanda possibilidades revolucionárias, compromisso histórico com a transformação da história. Marx, na sua análise sobre a economia capitalista, tornou transparente, por exemplo, o fetiche da mercadoria, do capital monetário, do capital portador de juros, do capital fictício, entre outros aspectos deste sistema. Não se deteve na aparência dos fenômenos econômicos. Foi além da fábrica de ilusões de que o mercado entrega igualdade, liberdade e fraternidade, mostrando, desde a transição no período mercantilista até a consolidação da indústria moderna, a continuação das desigualdades, da opressão e o Estado como comitê executivo das classes dominantes.

O autor levou em consideração a gênese da estrutura do objeto investigado contrapondo fenômeno e essência. Tal postura fica evidente na seguinte reflexão:

O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A configuração do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. (MARX, 2013, p. 154)

A análise marxiana, em última instância, desvenda o real caráter, a essência do modo de produção capitalista, colocando a nu todo o sistema através da teoria do mais-valor:

Da transformação da taxa de mais-valor em lucro deve ser derivada a transformação do mais-valor em lucro, e não o inverso. Com efeito, é da taxa de lucro que se parte historicamente. Mais-valor e taxa de mais-valor são, relativamente, o invisível e o essencial a serem investigados, ao passo que a taxa de lucro, assim, a forma do mais-valor como lucro são fenômenos superficiais. (MARX, 2017, pp. 68-69)

Aqui a produção é a esfera específica da essência, sem, contudo, cair no determinismo econômico. Ao contrário, mostrando a determinação do econômico na sua real dimensão, ou seja, considerando a economia a esfera ontológica específica da essência e determinando a fundo outras esferas e com estas tendo uma relação de real interação. Isto vale antes de tudo para o mundo fenomênico. Esta problemática coloca na ordem desta discussão a relação entre a economia e a superestrutura.

Procurando encarar mais de perto este complexo que envolve fenômeno e essência, sua dialética, assim como a sua relação com os pores teleológicos e com a realidade como um todo, recorre-se, mais uma vez, às palavras de Lukács, nas suas reflexões críticas que dizem respeito à economia, aos pores teleológicos e ao complexo fenômeno e essência, por ocasião da sua análise crítica das colocações hegelianas:

Se quisermos apreender na economia a unidade e diversidade ontológicas corretas de cada fenômeno, temos de recorrer, com uma postura ontológica-crítica, ao tratamento que Hegel deu a esse complexo de problemas. Já na “Propedêutica filosófica”, escrita num período relativamente precoce, Hegel determina o fenômeno como algo que “não existe em si e para si, mas está fundado em um outro”. E acrescenta de imediato como determinação decisiva da relação entre essência e fenômeno: “A essência *deve* aparecer”. Desse modo, por um lado a essência apareceu ontologicamente como momento predominante na interação e, por outro, a relação igualmente ontológica entre ambos é concretizada no fato de que o fenômeno tem de

brotar necessariamente do ser da essência. Essa unidade dinâmica das duas baseia-se [...] no fato de que a unidade de ambas no âmbito do ser social está fundada no surgimento delas a partir de pores ontológicos, e isso de tal maneira que, em cada um dos pores singulares da esfera econômica, essência e fenômeno são postos simultaneamente de modo objetivo; uma diferenciação mais clara só aflora quando as cadeias postas em movimento se desenvolvem como complexos do ser separados uns dos outros dotados de fisionomias específicas e, em caso de continuidade da interação permanente, se destacam – de modo imediato, relativo – uma das outras. (LUKÁCS, 2013, p. 385, grifo no original)⁸

Ao longo do pensamento humano até os contemporâneos, a pesquisa científica indaga acerca da possibilidade efetiva do conhecimento. No livro *O capital*, são inúmeras as passagens que contribuem para a corroboração desta possibilidade. Como já foi indicado neste texto, o capital portador de juros é rico nas sinalizações que demonstram como é essencial ir além dos dados empíricos na busca das causas da substantivação dos juros como forma autônoma de remuneração: “Sob a forma do capital portador de juros, isso aparece de maneira direta, sem a mediação do processo de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa e autocriadora de juros, de seu próprio incremento” (MARX, 2017, pp. 441-442).

Portanto, “produz-se em toda a sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento”. No entanto, o mestre da visão crítica do capitalismo deixa claro que “os juros são somente uma parte do lucro, isto é, do mais-valor que o capitalista ativo arranca do trabalhador”. E mais: “Agora os juros aparecem, ao contrário, como verdadeiro fruto de capital, como o originário, ao passo que o lucro, transfigurado em ganho empresarial, aparece como simples acessório e ingrediente adicionado no processo de reprodução” (MARX, 2017, p. 442).

⁸ “Hegel determinou de modo genial os traços mais gerais dessa divergência no interior de um com pertencimento último, mesmo que uma ontologia da dialética materialista tenha de proceder a algumas correções concretizadoras em suas determinações” (LUKÁCS, 2013, p. 385).

Aqui se completa a forma fetichista do capital e a ideia do fetichismo do capital.

Em D-D', temos a forma mais sem conceito do capital, a inversão e a coisificação das relações de produção elevadas à máxima potência: a forma simples do capital, como capital portador de juros, na qual ele é pressuposto a seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro ou, conforme o caso, da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independente da reprodução – eis a mistificação capitalista na sua forma mais acabada. (MARX, 2017, p. 442)

Lukács mostra-nos como Marx elucidou uma questão milenar colocada pela filosofia avançando na síntese da dialética da particularidade, revelando as causas que explicam a essência dos fenômenos, para além da sua nuvem mistificadora. Também alerta que, na base do pensamento marxiano, está o trabalho; em todas as suas dimensões (não só o trabalho intelectual), este se põe como protoforma do ser social.

Portanto, o trabalho se apresenta como um por teleológico que, a partir da realidade, desencadeia leis causais. O ato do trabalho – como já foi visto em vários momentos neste texto – propicia ao ser social *ir além* da barreira natural que lhe dá origem. Esse recuo da barreira natural cria o desenvolvimento social, colocando, a seguir, sucessivamente, uma nova aparência, que tem como pressuposto o momento anterior – gerando um movimento sucessivo de aparência e essência – que historicamente espelha o desenvolvimento social. Sendo que, a cada momento, o que constitui a aparência torna-se, no momento subsequente, essência.

Aparência e essência fazem parte da história processual do mundo no seu todo e sucedem-se ao longo desta mesma história, de forma dialética, jamais retilínea, conhecendo, inclusive, estagnações e retrocessos. Mas o que aparece tem como pressuposto a sua história, que é a sua essência, que fez e faz parte da sua constituição.

A forma que aparece traz consigo a história da sua gênese, e mesmo que as formas mudem (e elas mudam), é uma mudança na duração. Pois ser algo é,

em última instância, ir sendo a forma durando-mudando. Isto é, como diz Goethe, citado por Lukács, a “*duração na mudança*” (LUKÁCS, 2013, p. 392, grifos nossos)⁹. Aqui ilumina-se a rica discussão de Marx sobre o ciclo global do capital industrial. As metamorfoses do capital monetário, produtivo e mercadoria traduzem a marca do capital industrial, a sua continuidade.

Porém, continuidade e crise sucedem-se de forma cíclica e estrutural na vida do capital. Logo, somente a autonomia relativa de cada momento do ciclo poderá proporcionar a sua continuação. O demiurgo que possibilita esta permanência, sua duração na mudança, é o capital em alqueive ou o crédito, que permitirá ao capitalista industrial continuar produzindo sem ter vendido:

O verdadeiro ciclo do capital industrial, em sua continuidade, não é apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os três ciclos. Mas ele só pode ser unidade na medida em que cada uma das distintas partes do capital possa percorrer sucessivamente as distintas fases do ciclo, passando de uma fase, de uma forma funcional, a outra, e que o capital industrial, como totalidade dessas partes, encontre-se simultaneamente nas diferentes fases e funções, percorrendo, assim, todos os três ciclos ao mesmo tempo. A sucessão das diferentes partes é, aqui, condicionada pela justaposição das partes, isto é, pela divisão do capital. Assim, no sistema fabril encadeado, o produto se apresenta nas diferentes fases de seu processo de formação de modo tão contínuo quanto na transição de uma fase de produção a outra [...]. Mas a justaposição, que condiciona a continuidade da produção, só existe por conta do movimento das partes do capital, no qual elas percorrem sucessivamente os diferentes estágios. A justaposição é, ela mesma, apenas o resultado da sucessão. (MARX, 2014, p. 182)

Mais adiante temos mais uma explicitação do mencionado neste texto com relação à continuidade e descontinuidade da acumulação capitalista, dentro do ciclo global do capital industrial, cuja permanência das metamorfoses das diferentes fases deve ocorrer de forma sucessiva:

⁹ Lukács alerta para as especificidades existentes com relação ao ser social, face ao ser da natureza. A relação entre a duração e a mudança na natureza difere da processualidade do ser social.

O processo só transcorre de modo inteiramente normal quando as relações de valor permanecem constantes; ele transcorre, de fato, enquanto as perturbações se nivelam na repetição do ciclo; quanto maiores as perturbações, maior é a quantidade de capital monetário que o capitalista industrial precisa possuir para poder aguardar até que a nivelação se produza; e como na continuidade da produção capitalista se amplia a escala de todo processo individual de produção e, com ela, a grandeza mínima do capital a ser desembolsado, essa circunstância se acrescenta a outras, que, cada vez mais, transformam a função do capitalista industrial num monopólio de grandes capitalistas monetários, isolados ou associados. (MARX, 2014, p. 186)

Todos esses complexos tratados aqui, neste trabalho, dá-nos a possibilidade de clarear a riqueza da visão ontológica de Marx na sua obra em geral e particularmente em *O capital*. Antes de tudo, no caso da análise marxiana, trata-se de uma reflexão que coloca o dedo na essência dos fenômenos analisados, respeitando os pares dialéticos, de chão materialista. Fenômeno e essência só podem ser entendidos, como foi visto, na análise dialético-materialista, tendo o trabalho como protoforma do ser social. O trabalho, enquanto pôr teleológico, desencadeia leis causais a partir da realidade – a realidade posta imediatamente para a ação humana –, logo, a aparência e a essência se põem como etapas elucidativas do momento ideal, assim como se apresentam de forma específica ao ser social, que, ao contrário do ser natural, considera esse processo através da ação dos homens no mundo, da sua ação reflexiva.

A discussão sobre o fenômeno e a essência, assim como liberdade e necessidade, dá-nos a possibilidade de concretizar, ainda mais, a posição da finalidade, os pores teleológicos. E, também, de avançar na compreensão de como os homens realizam os seus projetos.

A partir destas categorias, podemos avançar em mais um liame na visão ontológica marxiana, aqui focada na sua análise econômica. Dentro deste contexto, desenvolve-se o momento ideal como resposta ao homem que pergunta e responde, pois uma resposta sempre pressupõe uma demanda. A pergunta jamais é um dado originário, mas tem de estar baseada nas

necessidades humanas; é a busca de solução para um desejo humano que deve ser realizado, pois o pôr teleológico, produzido na consciência, carece de efetivação, se não estamos diante de um mero desejo, que fica circunscrito a um estado psicológico.

Neste contexto, é a relação momento ideal e economia, o movimento material do trabalho, que, no intercâmbio orgânico com a sociedade, transforma o real em força material que abre possibilidades para o ser social. Quando olhamos para a sociedade, tudo o que percebemos pressupõe o momento ideal. A análise presente na obra marxiana pressupõe o surgimento simultâneo do momento ideal com o trabalho e a linguagem. As especificidades da humanidade mostram que as interações materiais nela são movimentadas através dos pores teleológicos e estes só podem acontecer como tentativa de transformar em realidade um fim posto idealmente.

Sendo este o pano de fundo no qual se sustenta a ontologia do momento ideal, Marx aponta para o essencial no capítulo 5 d'*O capital*, ao analisar o processo de trabalho e o processo de valorização:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2013, pp. 255-256)¹⁰

¹⁰ “E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de execução, atrai o trabalhador; portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais” (MARX, 2013, p. 256).

Aqui cabe chamar a atenção para a importância dada por Marx ao momento ideal na gênese do homem. A consciência posta de maneira não mecanicista, como espelhamento da realidade de forma dialética na mente humana, atinge autonomia fazendo análises e realizando confrontos entre os resultados obtidos e a própria realidade.¹¹

O sujeito, ao entrar em contato com o objeto, percebe-o, obtém várias informações a seu respeito. O objeto “diz” ao sujeito o que ele é. O contato com o objeto, através do trabalho, com as informações que ele transmite ao sujeito, informações das suas características, da legalidade de seu ser, inicia o processo do conhecimento. Nesse sentido, recorda-se, aqui, a relação entre pôr teleológico e percepção da realidade, conseqüentemente, sua apreensão¹². A mediação da consciência, por meio do trabalho, da cooperação e da linguagem, aparece em todos os momentos da existência da sociedade, a pressupõe, conjuntamente com a sua construção, desde o início, desde o primeiro momento. É nesse sentido que, cada vez mais, toma corpo o significado das tarefas da consciência: a análise e a síntese.

Lukács elucidada em *Para uma ontologia do ser social* como a obra de Marx, ao longo da sua construção, contribui para o desenvolvimento da teoria do conhecimento. Neste texto, enfoca-se, principalmente, estas inflexões contidas n’*O capital*. Estão presentes nas páginas da principal obra marxiana os passos ontológicos para o desvendamento do modo de produção capitalista.

¹¹ “O momento ideal só pode desempenhar esse papel nos pores teleológicos porque, nele, não só a própria finalidade é amplamente concretizada, mas também todos os caminhos reais de sua realização precisam primeiro ser fixados em pensamento antes de poderem se converter em ações prático-materiais na atividade material real do homem que executa o trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 406).

¹² “A novidade ontológica dessa interposição na gênese do ser social consiste, portanto, em que, na consciência do homem correspondente à realidade objetiva, cuja análise mais minuciosa, cuja aplicação cada vez mais diferenciada à realidade, é que possibilitam a práxis material, a realização dos pores teleológicos. Essa imagem, esse espelhamento da realidade na consciência dos homens, adquiriu, portanto, uma autonomia imediata na consciência, defronta-se com esta como objeto próprio e peculiar, mediante o qual pode surgir uma análise tão indispensável, uma comparação contínua dos seus resultados com a própria realidade. O pôr teleológico exige, desse modo, certo distanciamento da realidade por parte da consciência, um pôr da relação do homem (da consciência) com a realidade: como relação sujeito-objeto” (LUKÁCS, 2013, p. 407).

Diante das tarefas históricas colocadas no século XXI para os atores comprometidos com a transformação da sociedade e a superação da exploração do homem pelo homem, retomar a leitura, o aprendizado, o método de análise de Marx é a reafirmação da possibilidade da construção do reino da liberdade como superação do reino da necessidade. A grande noite vivida pelo movimento dos trabalhadores no mundo tem na análise marxiana o seu porto seguro para futuras passadas. A hegemonia neoliberal e sua interfase à mundialização financeira (CHESNAIS, 1996; 1998; 2005) não constituem um poder absoluto – toda dominação tem início e fim, a história é rica no desvendamento das contradições, pois só se ilude com o processo histórico quem não o conhece de forma concreta. Para além do empirismo que se contenta com o controle dos fenômenos sociais, existe a análise concreta de situações concretas, que busca as causas dos fenômenos, determinando os seus componentes constitutivos.

O processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência da vida humana como um processo que, operando-se em condições histórico-econômicas de produção específicas, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com elas, os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações mútuas, isto é, sua determinada formação socioeconômica. A totalidade dessa relação, que os portadores dessa produção estabelecem com a natureza e entre si, relações nas quais eles produzem, é justamente a sociedade, considerada em sua estrutura econômica. Como todos os processos de produção antecedentes, a produção capitalista está submetida a determinadas condições materiais que, no entanto, contêm em si relações determinadas que os indivíduos estabelecem no processo de reprodução da vida. Aquelas condições, assim como essas relações, são, por um lado, pressupostos e, por outro, resultados e criações do processo de produção do capitalismo, que os produz e reproduz. (MARX, 2017, p. 881)

Logo, o capitalismo não é natural e eterno, e sim, um modo de produção histórico: “A sociedade atual não é um cristal inalterável, mas um organismo capaz de transformação e em constante processo de

mudança” (MARX, 2017, p. 80). Marx nos legou ensinamentos e um método de investigação revolucionários:

Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua forma racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário padecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida do fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária. (MARX, 2017, p. 91)

A ação dos homens, mesmo quando alguns deles conseguem cumprir as suas finalidades, produz resultados que, tendencialmente, são algo diverso da sua prévia ideia inicial. Esta discrepância interna quanto aos pores teleológicos e as suas consequências causais aumenta com o desenvolvimento social, com a intensificação das atividades humanas. A história mostra, porém, que precisamente nas mudanças sociais – nas revoluções – foi bastante importante o fator subjetivo: o momento ideal. Sendo assim, o processo em-si não tem uma finalidade *a priori*. Por isso, o seu desenvolvimento no sentido acima indicado – na construção do gênero humano – contém a ativação de contradições de tipo cada vez mais elevado.

Faz parte desta discussão a rica problemática da consciência em-si e para-si e todas as mediações que tal fenômeno mantém com o próprio movimento social¹³. Pretendo enfrentar esta etapa na minha atual pesquisa sobre a teoria do valor-trabalho e o movimento dos trabalhadores e que foi inspirada nas questões ontológicas levantadas pelo filósofo húngaro nas suas investigações sobre a ontologia e o momento ideal. Futuras passadas na lógica do mundo do trabalho.

¹³ Lukács, ao longo da sua trajetória de intelectual, engajado nas lutas sociais de seu tempo, discutiu estas questões, inclusive a sua mudança de posição com relação à consciência imanente - postura assumida no famoso livro História e consciência de classe - e à consciência introjetada, relacionada com a produção científica do saber; assim como sua relação ontológica com a ideologia. Sobre esses temas, ver “Posfácio autocrítico de 1967” de Lukács (1974, pp. 349-378). Ver, também, Vaisman (1999, pp. 399-444).

7. Momento ideal e momento real

A decisão alternativa que está no processo da produção da sociedade, juntamente com o ato de construção da vida, é a realização dos projetos humanos. O homem, ao decidir-se sobre qualquer ato concreto, avalia; e esta avaliação está subsumida às necessidades sociais reais. Nesta forma de abordagem está descartada a ideia de uma liberdade absoluta, sem liames sociais com as necessidades humanas. Responder às necessidades é, para o homem, realizar os seus projetos. A liberdade expressa-se na possibilidade de escolha que o homem tem ao procurar o caminho para realizá-la. A escolha está limitada entre alternativas reais que obedecem à lógica do real.

Esta questão coloca as categorias *valor* e *dever-ser*. Só o ser social conhece essas duas categorias. A natureza, ao contrário, não as conhece. As mudanças na natureza inorgânica não têm relação com essas categorias. E, na natureza orgânica, o êxito ou o fracasso não avançam – ontologicamente – além do momento de ser-de-outro modo.

Somente a efetivação do ser-para-nós faz com que possam existir valores; mesmo que existam formas mais elevadas – mais espirituais –, isso não elimina o significado dessa gênese ontológica. Igualmente é o processo do dever-ser, que se põe como um comportamento do homem determinado por finalidades sociais.

Enfim, fundamentalmente para o trabalho, é que nele, não apenas os movimentos, mas também os homens que o realizam, devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente, uma vez que todo movimento é submetido a um dever-ser.

Contrariamente às posturas que se utilizam dos métodos gnosiológico-lógicos, aqui busca-se uma ontologia do ser social a partir do sujeito que põe; procuramos entender o processo global do trabalho e os pores teleológicos, vistos como o momento ideal.

O sujeito que põe realiza o ato teleológico, mas sem poder ver todos os condicionamentos da própria atividade e seus desdobramentos. Há várias

ocasiões nas quais é inegável que os homens ajam, mesmo que eles tenham consciência de que não controlam senão uma pequena parte das circunstâncias. Mesmo assim, eles contam com a possibilidade de realizar suas atividades, já que o carecimento existe objetivamente e tem de ser satisfeito – e o trabalho cria as possibilidades de sua efetivação –, pois o trabalho é um ato consciente de pôr e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto – ainda que nunca perfeito – dos fins e dos meios de seu próprio processo.

Todo esse processo funda-se na novidade ontológica da autonomia da imagem no movimento cognoscitivo. Chamamos atenção para essa colocação do filósofo húngaro acerca do conhecimento: para ele, na gênese do entendimento do ser social, está o pressuposto da existência do momento ideal, e este, por sua vez, apresenta-se a partir da novidade ontológica – só explicitada nesses termos, de forma não mecanicista – do espelhamento da realidade, da autonomia da imagem na consciência do homem.

Na consciência do homem surge uma imagem que corresponde à realidade objetiva. E são apenas a *análise* e a *síntese* (atividades da consciência) atentas dessa imagem, e a sua aplicação de forma cada vez melhor à realidade, que tornam possível à práxis material a realização das posições teleológicas. Na relação trabalho e conhecimento é importante a crescente autonomização das atividades preparatórias – a separação (sempre relativa) entre conhecimento e as finalidades e os meios. Logo, quanto mais universal e autônomo torna-se o conhecimento, tanto mais universal e perfeito torna-se o trabalho¹⁴.

¹⁴ Trata-se do processo de abstração que, na lógica aqui apresentada, evidencia “a presença da crítica ontológica como ferramenta da investigação da escavação de abstrações”. Esta postura “afasta o método marxiano das generalizações indutivas”. Consequentemente, o caráter das abstrações é “resultado da investigação e matéria-prima da exposição. Lembremos que se trata aqui de universais efetivos. O conhecimento ontologicamente fundado deve reproduzir o processo efetivo da abstração que se dá no âmbito da realidade social, independentemente dessa abstração ter sido realizada também pela consciência. A abstração, portanto, não é uma criação da mente do investigador, mas sim um fato tão real quanto os da imediaticidade fenomênica” (GUIMARÃES, 1996, p. 5).

Portanto, o pôr teleológico guarda um dado distanciamento da consciência em relação à realidade (distanciamento também relativo). Isto é, a relação de conhecimento do homem com a realidade, entendida aqui no seu sentido ontológico, é sempre uma relação sujeito-objeto.

O momento ideal pode ter este papel nos pores teleológicos, não somente porque naqueles a posição mesma do fim – através do processo acima descrito – é amplamente concretizada. Mas, além disso, porque todos os momentos reais para transformá-la em realidade devem ser fixados no pensamento antes de poderem tornar-se ações prático-materiais na atividade real material dos homens que realizam trabalho.

Nesse sentido, a ontologia do momento ideal revela-se em toda a sua especificidade. O conhecimento, em geral, separa com nitidez o ser-em-si, objetivamente existente (dos objetos), por um lado e, por outro, o ser-para-nós do produto, meramente pensado, que tais objetos adquirem no processo de conhecimento. Esse processo, para Lukács, distingue-se a partir das objetividades e das objetivações.

As objetividades se colocam a partir da natureza; formam, enquanto tais, a base da troca orgânica da sociedade com esta. Gradativamente, o ser-em-si é transformado no trabalho em um para-nós. Já a objetivação – categoria fundamental do ser social – representa um ente realmente objetivado e de consequências realmente objetivas para o ser social. Para Lukács, qualquer práxis social, invariavelmente, revela uma atividade de sujeitos sociais que atuam sobre um mundo objetivo – objetivando-o e, ao mesmo tempo, transformando o seu ser (o ser de sujeitos que põem objetivações).

A linguagem, por isso, não é uma imagem real das objetividades, mas é, ao mesmo tempo, sua objetivação na consciência.

Os pores teleológicos expressam todas as relações humanas, desde o trabalho e a linguagem, até as objetivações do mais alto valor. É a partir delas que entendemos o conhecimento humano. A relação sujeito-objeto, enquanto relação típica do ser humano, é uma inter-relação entre o sujeito e o objeto

– e vice-versa –, na qual nenhuma das duas componentes podem ser vistas separadamente. Cada ato da objetivação do objeto da práxis é, ao mesmo tempo, um ato de alienação. Ontologicamente, objetivação e alienação se põem como uma relação histórica e contínua. O ser social vive sempre uma relação de interação com a natureza e com o mundo social criado por ele; essa interação concretiza-se em cada ato de objetivação do objeto da práxis. O par dialético alienação-objetivação mantém uma relação histórica em contínua mudança. Forma um processo ontológico unitário, “no qual simultaneamente sucede a socialização da sociedade, a aproximação da humanidade a uma generidade real no sentido do existente em si e o desdobramento da individualidade humana” (LUKÁCS, 2013, p. 424).

Nesse processo ontológico unitário verificam-se conjuntamente objetivação e alienação, promovendo o socializar-se da sociedade, o seu dirigir-se a uma generidade real, no sentido da essência em-si e o crescimento dos indivíduos, na realização da mediação gênero e indivíduo.

O homem deixa a condição de ser natural (através do recuo da barreira natural, sem, contudo, desvincular-se dela) para tornar-se pessoa humana – transformando-se, de espécie animal que alcançou determinado grau de desenvolvimento, em pessoa humana, o gênero humano.

8. Considerações finais

Marx ensina no conjunto da sua obra, e marcadamente n’*O capital*, as mediações da dialética da particularidade. Na viagem do universal, que retira a mudez da singularidade e chega à particularidade como o universal determinado, realiza-se a viagem de retorno na concreção da análise na dialética materialista. Nesta rica trajetória encontram-se os pares dialéticos da ontologia e ser social, como o corpo inorgânico e orgânico do homem no recuo da barreira natural, como salto para a criação da sociedade como associação de homens. Trabalho, cooperação e divisão do trabalho estão

presentes na transformação do macaco em homem, sendo a consciência o momento separatório entre animal e homem.

Teleologia e causalidade na relação dos homens com o ser natural como apropriação, portanto, propriedade da natureza, como fonte potencial de todos os valores de uso. Propriedade como apropriação e diferente de propriedade privada advinda da luta de classes substantivada na exploração do homem pelo homem. Luta de classes subsumida ao reino da necessidade; na pena marxiana, como pré-história da humanidade. Os pares dialéticos reino da necessidade e reino da liberdade só conseguirão conhecer a superação do primeiro e a realização do segundo quando os homens forem liberados da escravidão do trabalho mecânico.

O reino da liberdade só poderá ser edificado com os agentes sociais decidindo a forma como se produz e reproduz a existência e não sendo comandados pelo modo de produção. Os modos de produção da pré-história da humanidade: comunismo primitivo, asiático ou hidráulico, escravista, feudal, capitalista e as formas dominadas pela lógica do capital na tentativa de ir além do capitalismo não puderam superar o reino da necessidade. Desta forma, os pores teleológicos primários e secundários revelaram as formas da ideologia ampla e restrita lukacsiana: ideologia como função social para dirimir os conflitos antagônicos na luta de classes, desde as organizações gentílicas, chegando às formas mais desenvolvidas, com as classes sociais e a mediação estatal.

O século XXI carregou as mazelas do século anterior, mas não consegue anular os homens como construtores de outros caminhos para além da lógica do capital. Teoria e prática se unem na práxis. A longa noite da hegemonia do capitalismo monopolista cria dialeticamente o seu contrário. A história não é linear, há tempos que cem anos valem por dez, mas há tempos que dez anos valem por cem. Só não entende a dinâmica da história, seus fluxos e refluxos, quem não conhece essa ciência. Os processos históricos conhecem início, meio e fim. Não é o fim da história o capitalismo, tampouco este sistema é natural e eterno. Não será de forma espontânea que

se transita para o reino da liberdade, mas através da organização das forças sociais de transição, iluminadas na sua prática pela ciência. Práxis na transformação da realidade. Práxis superadora. Caminho construído neste texto na esteira de Marx como pensador da práxis e na análise de Lukács como continuador das batalhas teóricas e práticas do século XX. O século XXI é herdeiro de uma tradição que não se cala. O irracionalismo, criticado por Lukács, estampado nas posições niilistas, fracassou na defesa da morte do sujeito. O pensamento de Marx está vivo, novas contribuições estão sendo escritas, publicadas e praticadas ao redor do mundo.

Referências

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- GUIMARÃES, André Augusto. "Ontologia e crítica: o método de Marx". In: *Anais do 1º Encontro Nacional de Economia Clássica e Política*. 5-8 de junho de 1996, Rio de Janeiro, v. 3, p. 5.
- LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo. Alfa Omega, 1979.
- LUKÁCS, György. "Posfácio autocrítico de 1967". In: *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpão, 1974.
- _____. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH, 1979.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Para uma ontologia do ser social, II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio (org.) *Economia brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.
- MARX, Karl. "Para a crítica da economia". In: *Marx. Coleção "Os economistas"*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 1-32.
- _____. *O capital, livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital, livro II*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O capital, livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- VAISMAN, Ester. "A ideologia e sua determinação ontológica", *Revista Ensaio*, n. 17/18, São Paulo, Editora Ensaio, 1989.

ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO

DE ADAM SMITH A VON MISES: A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DO LIBERALISMO

Recebido em 24/08/2020

Aprovado em 22/06/2021

DE ADAM SMITH A VON MISES: A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DO LIBERALISMO

Resumo

O objetivo desse texto é traçar uma análise comparativa entre o liberalismo de Adam Smith e o neoliberalismo de von Mises. É defendido nesse artigo que a trajetória do liberalismo de Adam Smith a von Mises apresenta características daquilo que Lukács definiu como decadência ideológica. A ideologia liberal se transforma, progressivamente, de um elemento de defesa da realização de possibilidades emancipatórias reais em uma ideologia reacionária, que cria obstáculos para a realização de possibilidades emancipatórias. Demonstra-se aqui que o imediatismo, a ausência de historicidade, o formalismo, o escolasticismo, o agnosticismo e o irracionalismo – elementos que, segundo Lukács, caracterizam a decadência ideológica – estão presentes na ideologia liberal tal como formulada por von Mises.

Palavras-chave: ideologia; liberalismo; Adam Smith; von Mises

ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO

Professor Associado
do Departamento de
Economia da Universidade
Federal Fluminense (UFF) e
Pesquisador do NIEP-Marx.
E-mail: andreaugusto@id.uff.br

Abstract

In this paper Adam Smith's and von Mises' liberalisms are compared. It is sustained that, from Smith to von Mises, liberalism shows some features of the ideological decay. From an ideology that supports the actualization of real possibilities of emancipation, the liberalism turns into a reactionary ideology, that hinders human emancipation. It is showed that von Mises liberalism has the features of ideological decay – immediacy, absence of historicity, formalism, scholasticism, agnosticism and irrationalism.

Keywords: ideology; liberalism; Adam Smith; von Mises.

O objetivo desse texto é traçar uma análise comparativa entre o liberalismo de Adam Smith e o neoliberalismo de von Mises. O liberalismo de Smith é formulado nas condições de ascensão do capitalismo, pré-Revolução Francesa e pré-Revolução Industrial e se volta contra os elementos feudais ainda presentes na sociedade. Nestas condições históricas, apresenta-se como uma ideologia que contém elementos emancipatórios, que aponta para o futuro e que deixa entrever algumas contradições da sociedade emergente.

O liberalismo de von Mises é formulado em condições históricas diferentes. Elaborado no período entreguerras e após a Revolução Russa, a luta de classes entre capital e trabalho já está plenamente desenvolvida e o capitalismo apresenta as características de alta concentração de capital o que alguns autores caracterizam como seu período imperialista. O liberalismo de von Mises volta-se para a conservação do presente e para o bloqueio de qualquer perspectiva emancipatória.

É defendido neste artigo que a trajetória do liberalismo de Adam Smith a von Mises apresenta características daquilo que Lukács definiu como decadência ideológica. A ideologia liberal se transforma, progressivamente, de um elemento de defesa da realização de possibilidades emancipatórias reais em uma ideologia reacionária, que cria obstáculos para a realização de possibilidades emancipatórias. A economia política, agora transformada em economia como “catalática”, se transforma no principal núcleo do liberalismo decadente e de combate ideológico ao socialismo. Demonstra-se aqui que a imediatez, a ausência de historicidade, o formalismo, o escolasticismo, o agnosticismo e o irracionalismo – elementos que, segundo Lukács, caracterizam a decadência ideológica – estão presentes na ideologia liberal tal como formulada por von Mises.

I. A decadência ideológica

O conceito de ideologia é repleto de determinações e interpretações, as quais não são possíveis de lidar neste artigo. De forma sintética, o conceito de ideologia é entendido aqui como um conjunto de ideias que mobilizam e orientam ações dos indivíduos e grupos na sociedade independentemente de serem verdadeiras. Tais conjuntos de ideias se originam como respostas às necessidades sociais, seja de determinados grupos da sociedade, seja da reprodução da sociedade como um todo em dadas condições históricas.

Nesse sentido, o liberalismo econômico é uma ideologia. O próprio von Mises, formulador do neoliberalismo, admite o liberalismo como uma ideologia no sentido análogo ao que é indicado nesse trabalho. O liberalismo, segundo von Mises, “É uma ideologia, uma doutrina da relação mútua entre membros da sociedade e, ao mesmo tempo, a aplicação dessa doutrina à conduta do homem na sociedade efetiva” (VON MISES, 1985, p. 192). Ao contrário de von Mises, no entanto, a ideologia é entendida aqui em seu sentido marxiano, como uma resposta às necessidades de grupos da sociedade e não como uma concepção originária de uma razão desmaterializada e associal.

Sendo uma resposta às necessidades sociais e partindo do reconhecimento de que a sociedade é atravessada por contradições, uma ideologia pode ter caráter revolucionário, conservador ou reacionário. Uma ideologia é revolucionária quando responde a uma necessidade de transformação da sociedade em direção ao futuro. Se tal direção não é posta de forma predeterminada desde o início dos tempos, também não é aleatória e absolutamente imprevisível. Uma ideologia é revolucionária quando mobiliza os homens para a realização de potencialidades emancipatórias contidas no presente que levam à realização de uma maior socialização dos homens. E a socialização refere-se aqui tanto ao afastamento das barreiras naturais, quanto à formação de um gênero humano para si (LUKÁCS, 2012).

Mas ideologias também podem apontar para a manutenção do presente. Tais ideologias são denominadas de conservadoras: procuram conservar a estrutura da sociedade tal como existe em um dado momento histórico. As ideologias conservadoras contêm um aspecto negativo, que é a interdição da possibilidade de transformação social que torne efetivos os potenciais de maior socialização dos homens contidos no modo de produção existente. Nesse sentido, tais ideologias podem se tornar reacionárias, não apenas pela interdição da realização de possibilidades emancipatórias latentes no presente, mas também por conter aspectos regressivos que levam à destruição ou à renúncia de elementos progressivos no presente. Tais elementos são abdicados em função da manutenção dos elementos essenciais do modo de produção e se tornam, assim, impulsionadores de regressão social.

Essa progressiva transformação de ideologias revolucionárias em reacionárias é o que Lukács designou como decadência ideológica (LUKÁCS, 1966). A decadência ideológica tem como base principal as observações de Marx sobre as mudanças na ideologia burguesa a partir de 1848, em especial a transformação da economia política em economia vulgar. A partir das revoluções de 1848 na Europa, fica evidente que os interesses comuns entre a classe trabalhadora emergente e a burguesia capitalista na derrocada das relações feudais tinham se transformado em uma contradição de interesses e necessidades. Progressivamente, a ideologia burguesa, e nela o liberalismo econômico, vai se transformado em uma ideologia reacionária no sentido aqui exposto.

Ao longo de sua trajetória de decadência, o liberalismo econômico mantém seu conteúdo geral. Tanto na sua formulação inicial, como nos tempos atuais, o liberalismo econômico pode ser identificado com a defesa da ausência de políticas comerciais restritivas, com a garantia da propriedade privada dos meios de produção, a justificativa do lucro como meio de se obter o progresso material e, de forma mais geral, com a proposição de que a expansão da produção de mercadorias beneficia a todos. A decadência ideológica não surge de uma mudança nesses conteúdos gerais, mas sim

na sua reafirmação em um contexto histórico diferente. Em uma situação histórica diferente da que foi originalmente formulada, os conteúdos gerais são os mesmos.

Mas o fenômeno da decadência ideológica pode ser identificado não apenas na aplicação do mesmo conteúdo geral de uma ideologia em situações históricas diferentes. O mesmo conteúdo geral de uma ideologia é adaptado a condições históricas diferentes com uma mudança de forma. Desse modo, o mesmo conteúdo ideológico geral passa a ser fundamentado de modo diferente, adaptando-se às necessidades de conservação da posição dominante de uma classe social.

Coutinho (2010) e Lukács (1966) fornecem elementos que permitem identificar a decadência ideológica. O primeiro deles é a *imediaticidade*, já identificada por Marx como uma característica fundamental da economia vulgar. Trata-se aqui da substituição da explicação das causalidades dos fenômenos observados no cotidiano da economia capitalista por sua mera descrição e ordenação.

Intimamente ligada a essa perspectiva da imediaticidade está a *ausência ou negação explícita da historicidade da sociedade*. Quando a história não está simplesmente ausente ou implicitamente negada por modelos abstratos de uma suposta generalidade atemporal, ela é estritamente separada da teoria e vista apenas como uma narrativa superficial de uma sequência de fatos conectados apenas pela sucessão temporal. Em outros termos, a realidade social é cindida em um modelo abstrato, genérico e atemporal e em uma sucessão de fatos sem conexão interna. Tal forma de negar a historicidade pode ser encontrada, por exemplo, nos modelos de equilíbrio geral abstratos, que são uma pura e simples negação da história.

A imediaticidade e a negação da historicidade estão associadas à elaboração de ideologias *formalistas*. O formalismo ocorre “Quando o pensar permanece fixo na *universalidade* das ideias” (HEGEL, 1995 p. 53, grifo no original). Uma ideologia formalista é aquela que se atém aos elementos universais e subsume a particularidade ao universal. Se a formulação de

teorias puramente matemáticas, aplicadas de forma universal, é o exemplo mais constante desse formalismo na economia, não é o único contudo. Além disso, o formalismo sempre permite que se deslize para formulação de falsos universais, transformando relações históricas particulares em universais abstratos. Como assinalou Marx, a economia política clássica não esteve isenta de tal deslize, embora, como veremos, Smith tentasse dotar tais universais abstratos de historicidade.

O formalismo carrega, como consequência, uma restrição da capacidade explanatória de uma teoria. Somente aquilo que pode ser formulado de modo universal e supostamente aplicado em todos os casos é passível de explicação. Trata-se aqui do que Coutinho (2010) caracterizou como um empobrecimento da razão.

No formalismo, tudo que não segue as regras capazes de produzir universais – ainda que abstratos ou irrealis – é colocado no campo do irracional ou do arracional. Como aponta Coutinho (2010), o *irracionalismo* é o complemento necessário do formalismo. Por exemplo, “as questões colocadas pela finalidade social dos atos humanos são vedadas à razão” (COUTINHO, 2010, p. 57). Na economia vulgar tornada neoclássica, as preferências como dado não explicável racionalmente são o complemento necessário do formalismo da teoria.

Desse modo, a decadência ideológica contém uma cisão. A objetividade é apreendida por meio de uma razão empobrecida, formalista e incapaz de apreender a historicidade do objeto. *A subjetividade, por sua vez, é tornada vazia, autocontida, mas sem conteúdo determinado.* Essa subjetividade vazia surge com a ideologia romântica anticapitalista. A ideologia romântica ressaltava os efeitos negativos da sociedade capitalista então emergente por esta representar uma suposta perda da espiritualidade do homem (COUTINHO, 2010 p. 45). Mas a saída proposta pela crítica romântica para essa perda de espiritualidade consistia em uma volta ou manutenção do passado aristocrático e da ideologia religiosa, como em Malthus, ou ainda em uma fuga para uma subjetividade desligada do mundo objetivo.

Essa subjetividade vazia, fundada em uma crítica ao capitalismo, se torna seu contrário, pois busca a superação dos problemas trazidos pelo capitalismo na volta a uma mítica idade de ouro ou no exílio interno. Trata-se de uma apologia conformada à situação trazida pelo capitalismo, fundada na afirmação da impossibilidade de se realizar potenciais emancipatórios por meio de uma organização social futura. Assim, como aponta Lukács,

quando as tendências ao progresso objetivo da vida não se percebem, ou inclusive quando são ignoradas mais ou menos deliberadamente, se introduzindo em seu lugar interpretativamente desejos subjetivos como força impulsionadora da mesma, se produz a decadência ideológica. (LUKÁCS, 1966, p. 99)

A decadência ideológica apresenta duas outras características relacionadas às anteriores. A primeira delas é, como aponta Coutinho (2010), o *agnosticismo*. Admite-se que não é possível conhecer uma realidade que exista independente da formalização. Assim, a teoria resvala para um idealismo filosófico subjetivo em formulações diversas. Nesse caso, a teoria é separada não apenas da história, mas da realidade que exista independente da própria teoria. A máxima de Friedman (1966), de que os postulados devem ser úteis – isto é, devem servir para sistematizar e manipular a imediaticidade –, pouco importando se se referem a uma realidade existente independente do teórico ou da formulação dos postulados, é o ponto máximo desse agnosticismo na economia.

Em segundo lugar, o formalismo leva à substituição de relações causais reais por procedimentos formais homogeneizadores. Aqui é possível sempre encontrar duas possibilidades, não mutuamente excludentes. A primeira delas é a substituição de relações causais por correlações funcionais – característico da economia vulgar em sua vertente neoclássica. Outro procedimento possível é a construção daquilo que Marx chamou de *fraseologias*. Trata-se da substituição da investigação e explicação de relações causais reais por meras frases construídas arbitrariamente.

A fraseologia consiste na definição arbitrária de universais, construídos tautologicamente pela própria definição. Nesse sentido, a fraseologia se apresenta como um escolasticismo moderno. Como assinalou Lukács: “O escolasticismo é, na ideologia da época da decadência, um sistema de ideias extraordinariamente complicado e que trabalha com definições intrincadas e inventadas com sutileza, às quais, sem embargo, só falta um pequeno detalhe, a saber: que não se referem à coisa mesma” (LUKÁCS, 1966, p. 91).

Com esses conceitos universais arbitrários são construídas frases que se encerram em si mesmas. Justapostas sem nenhuma conexão interna, essas frases constituem um amontoado incoerente de proposições formando um sistema eclético. Mas esse amontoado incoerente é um meio de homogeneização não quantitativo, mas linguístico. Por meio de formulação de frases com definições arbitrárias e junção de afirmações incoerentes, as contradições reais são apresentadas em uma frase para serem imediatamente negadas e homogeneizadas nas seguintes. Desse modo, a fraseologia fornece um conjunto de ideias que podem ser usadas *à la carte* na luta de classes, de acordo com as circunstâncias.

No restante deste artigo veremos como os elementos que constituem o conteúdo do liberalismo econômico são transformados, ganhando elementos da decadência ideológica presentes no neoliberalismo de von Mises e que estavam ausentes em Smith.

2. O liberalismo iluminista de Adam Smith

O liberalismo econômico se fundamenta na proposição de que o livre comércio e a garantia da propriedade privada dos meios de produção são condições essenciais, ou mesmo exclusivas, para a realização do bem comum. Em tais condições, a busca da satisfação do autointeresse levaria à expansão do mercado e ao crescimento da produção. Nessa situação os interesses comuns não conflitariam com os interesses individuais ou de grupos sociais, nem haveria conflitos de interesses entre indivíduos ou grupos

sociais. Assim, todos se beneficiariam do crescimento da riqueza movido pela expansão do mercado e nenhum indivíduo, grupo social ou nação poderia obter benefícios causando prejuízo a outros. Tal proposição central do liberalismo se mantém desde o liberalismo iluminista de Adam Smith ao neoliberalismo de von Mises.

Para Adam Smith, os homens, movidos pelo sentimento de amor próprio, buscam satisfazer seus interesses próprios persuadindo uns aos outros com o uso da linguagem e da razão. Cada um apela à vantagem que o outro pode obter ao satisfazer o seu interesse. É na busca do autointeresse, movido pelo sentimento de amor próprio e pelo uso da razão e da linguagem, que residiria a propensão natural à troca. É a partir dessa propensão natural à troca que se originam a divisão do trabalho e o conseqüente aumento da riqueza, e, com ela, a expansão dos mercados, que difunde a riqueza para todos. A busca do autointeresse, ao aumentar a riqueza que se difunde pela sociedade por meio da expansão dos mercados, levaria ao bem comum.

O parágrafo anterior apresenta uma visão sintética do núcleo central que fundamenta o liberalismo econômico de Adam Smith, contido principalmente nos três primeiros capítulos de *A riqueza das nações*. As premissas das conclusões liberais de Smith se encontram em uma universalização do comportamento mercantil da sociedade capitalista como uma natureza humana imutável, aquilo que anteriormente foi designado como um falso universal. Mas reduzir a obra de Smith, e mesmo seu argumento liberal, a esse núcleo central seria uma caricatura. Os argumentos de Smith estão longe da negação da história e do formalismo, e o conseqüente agnosticismo e irracionalismo que caracterizam a decadência ideológica do liberalismo econômico.

Em Smith, história e teoria são inseparáveis. Primeiramente, embora deslize para falsos universais, Smith os deriva a partir da observação e comparação histórica. Smith não segue os princípios da razão pura ou da especulação metafísica descobertos de forma intuitiva e não passíveis de prova ou contestação. Smith usa a evidência histórica não apenas para fundar os

princípios da natureza humana, mas também para ilustrar e provar a existência de seus princípios. É farta a ilustração histórica em *A riqueza das nações*, onde não se encontram modelos formais, independente da acuidade da evidência histórica e desta provar suas afirmações (REDMAN, 1997, cap. 5; FINE; MILONAKIS, 2009, cap. 4).

Mas história e teoria estão ligadas de forma ainda mais profunda em Smith. Embora considere os princípios da natureza humana como universais presentes em todas as épocas e formas de organização social, Smith não para nos universais e os repete em todas as situações particulares. Tome-se a origem da divisão do trabalho como exemplo. Embora Smith remeta à origem da divisão aos tempos primitivos, ele é suficientemente sensível à historicidade para admitir que a divisão do trabalho só se desenvolve plenamente “após o estágio da agricultura” (SMITH, 1982, p. 495).

Aqui podemos ver que os princípios universais de Smith estão sujeitos a mudanças e, nesse sentido, são dotados de historicidade. A plena realização ou validade desses princípios não é independente das variadas situações históricas; em outras palavras, a teoria da natureza humana em Smith é correlata a uma teoria da história. A satisfação do autointeresse, a busca de melhorar sua condição e a plena realização da propensão à troca dependem de instituições legais e modos de governo. Os modos de governo e as instituições legais, por sua vez, são dependentes do modo de subsistência. Aqui se pode vislumbrar uma teoria materialista da história na qual, embora a natureza humana seja apreendida como redutível a princípios universais, os comportamentos, hábitos e instituições efetivos estão relacionados ao modo como os homens reproduzem sua vida material (MEEK, 1977, p. 16). Em resumo, para Smith, a história não é apenas uma sucessão de fatos desconexos, nem as proposições sobre a natureza humana são meramente formais.

A ausência de formalismo e o senso de historicidade presentes na obra de Smith conferem a esta uma objetividade ausente da teoria econômica de meados do século XIX e do século XX. A teoria do valor-trabalho de Smith,

mesmo repleta de incongruências teóricas e estendida aos tempos mais remotos da história, deriva-se de uma condição objetiva, a divisão do trabalho e a economia mercantil. Smith atribui a mudança na determinação do valor dos tempos primitivos para os tempos civilizados do trabalho contido para a soma das rendas a alterações nas condições objetivas da sociedade com o surgimento da acumulação de capital e da propriedade privada da terra. A validade analítica de tal mudança na determinação do valor é questionável, mas o importante para o argumento deste artigo é que Smith revela uma sensibilidade histórica ao tratar da modificação nas leis econômicas como resultado de uma mudança nas condições históricas objetivas.

A subjetividade contida na teoria da natureza humana em Smith, embora dotada de certo grau de formalismo, não é vazia e indeterminada. Smith propugna a existência de uma natureza humana comum, que determina os desejos dos homens, que, deste modo, não são o resultado de um puro exercício arracional da vontade autodeterminada. Ao se referir ao custo subjetivo do trabalho para o trabalhador em termos do “contingente de seu desembaraço, de sua liberdade e de sua subjetividade”, Smith afirma que esse custo subjetivo é igual para todos os trabalhadores nas mesmas condições de “saúde, vigor e disposição e no grau normal de sua habilidade e destreza” (SMITH, 1996, p. 89).

Seria equivocado buscar aqui uma referência à desutilidade do trabalho da economia neoclássica, pois se trata do resultado de uma natureza humana compartilhada por todos os indivíduos e não do sentimento individual e particularizado de dor ou ausência de prazer no trabalho. Se fosse possível falar de desutilidade, essa seria a mesma para todos, o que significaria que a oferta de trabalho não é resultado de uma escolha individual vazia de conteúdo. Nada mais distante do subjetivismo da teoria econômica neoclássica e do neoliberalismo de von Mises.

Os fins sociais da ação humana não estão fora do campo da explicação racional em Smith. A busca de melhorar sua condição estaria presente em todos os homens segundo Smith, e não é indeterminada, mas significa,

objetivamente, a busca de riqueza, o atendimento de comodidades e necessidades. Ademais, a busca do autointeresse não é um fim vazio e indeterminado, mas condicionado por restrições morais e legais objetivas. Trata-se aqui do (falso) problema de Adam Smith.

O já desgastado problema de Adam Smith se refere à suposta contradição entre *Teoria dos sentimentos morais*, na qual os indivíduos seriam movidos pela simpatia, interpretada como um desejo de sociabilidade ou ainda como altruísmo, e *A riqueza das nações*, em que os homens seriam movidos apenas pelo autointeresse, entendido como sinônimo de egoísmo, sendo os vínculos sociais meramente utilitários. Estudos recentes da obra de Smith demonstram que essa suposta incongruência entre as duas obras é equivocada. A simpatia não é uma paixão, um motivo que impulse a ação, mas um critério de julgamento moral (REDMAN, 1997, p. 235). Para julgar se uma ação é boa ou má sob os critérios de decência, justiça ou virtude, cada um se coloca no lugar do outro que é perpetrador ou objeto da ação. Essa capacidade de se colocar no lugar do outro é o que Smith denomina como simpatia. A partir dessa faculdade, cada um reflete sobre as ações dos outros e as próprias, julgando-as adequadas ou inadequadas caso despertem um sentimento de aprovação ou reprovação no outro.

A simpatia cria um vínculo moral entre os indivíduos e funciona como um freio moral às ações humanas, incluindo as movidas pelo autointeresse. A partir da simpatia se constroem os sentimentos de aprovação ou desaprovação social das ações dos indivíduos. A partir dos critérios de decência, virtude e justiça se estabelecem códigos morais e legislação que restringem de forma objetiva e dão conteúdo determinado às finalidades da ação humana. A busca de melhorar a própria condição não é perseguida por todos os indivíduos, segundo Smith, apenas pelo autointeresse, mas também porque conta com a aprovação moral. Smith fala da admiração pelos ricos, com a ressalva de que esta “é, ao mesmo tempo, a grande e universal corrupção de nossos sentimentos morais” (SMITH, 2002, p. 72). Por sua vez, a busca do autointeresse sem ser temperada pela prudência é moralmente rejeitada.

Mas não é apenas o código moral e a legislação que restringem e dão conteúdo objetivo determinado aos fins subjetivos. Para Smith, a subjetividade compartilhada por todos os indivíduos por meio de uma natureza humana comum está imersa na objetividade histórica e o próprio código moral e a legislação variam no tempo e no espaço, objetivamente condicionados pelo modo de subsistência.

Além disso, o modo como cada um busca satisfazer seu interesse é restringido pela condição objetiva de classe dos indivíduos mais do que, ou tanto quanto, por suas características individuais subjetivas. As três classes que formam a sociedade civilizada, a sociedade capitalista, são definidas por Smith a partir das suas fontes de rendimento, que, por sua vez, são condicionadas pela distribuição objetiva dos meios de produção: a acumulação de capital, a propriedade privada da terra e a venda do trabalho por parte daqueles que não acumularam capital ou não têm a propriedade da terra.

As restrições objetivas e o conteúdo determinado das ações humanas em Smith levam a uma qualificação da sua conclusão liberal, a de que a liberdade na busca do interesse próprio leva ao bem comum. Em outros termos, não é a simples aplicação de um princípio universal a diversas circunstâncias particulares. Ao contrário do que possa parecer em uma leitura de partes isoladas de *A riqueza das nações*, a realização do bem comum pela busca do autointeresse não é o resultado de um formalismo. Trata-se aqui da interpretação formalista da metáfora da mão invisível.

Para Smith, a busca do autointeresse em um sistema de liberdade natural, ou seja, nas condições do liberalismo econômico, só leva ao bem comum quando dotada desses freios morais proporcionados pela simpatia. Mas não é em todas as situações que os freios morais seriam capazes de conter espontaneamente o autointeresse na direção da realização do bem comum. A metáfora da mão invisível, quando supervalorizada, faz crer que, para Adam Smith, a busca do interesse próprio sempre leva ao bem comum, independente da presença de freios morais e de circunstâncias particulares.

A referência à mão invisível em Smith aparece uma única vez em *A riqueza das nações*, quando argumenta contra as restrições de importações. Tais restrições, segundo Smith, seriam prejudiciais ou, ainda, desnecessárias, pois os indivíduos procurariam alocar seu capital da forma mais vantajosa para si e, quando fosse esse o caso, alocariam seu capital espontaneamente nas atividades do país:

Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, *como em muitos outros casos*, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, *nem sempre é pior* para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo *muitas vezes* promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1996, p. 438, grifos nossos)

Smith se refere aqui a “muitos outros casos” e às “muitas vezes” em que o indivíduo, ao buscar seu próprio interesse, “promove o interesse da sociedade”. A decadência ideológica transformou a metáfora da mão invisível em um universal abstrato, ampliando-o implícita ou explicitamente para “todos os casos” e “sempre”. Mas embora se possa afirmar que as ações dos indivíduos resultem em consequências não intencionais, para Smith, não é em todos os casos que essa consequência é o bem comum.

Em pelo menos um caso Smith admite que o efeito da busca do autointeresse pode não ser a realização do bem comum, pelo contrário. Trata-se aqui da teoria monetária de Smith. Nesse caso, a imprudência de alguns tomadores de empréstimos poderia levar a perdas para todos. Em um sistema de total liberdade para emissão de crédito, os bancos realizariam empréstimos para projetos “extravagantes” e “não lucrativos” para tomadores imprudentes. A obtenção desses empréstimos dar-se-ia por meio de “transações fictícias”, isto é, o saque de letras de câmbio que não representam uma dívida contra alguém que ressaca uma letra de câmbio contra o primeiro

emissor em outra praça antes de seu vencimento. Com essas transações fictícias, afirma Smith, se produz dinheiro sem contrapartida no capital real da sociedade e se financiam projetos de investimentos imprudentes que não obtêm o retorno esperado, levando os bancos à falência.

Nessa circunstância particular, a ausência de freio moral de alguns impede que a mão invisível atue gerando os benefícios para todos. Desse modo, Smith propõe que a mão visível da regulamentação bancária substitua o freio moral ausente em alguns tomadores de empréstimos. Em resumo, Smith não só admite que a mão invisível não é um formalismo que atua em todos os casos, mas, na ausência desta, não hesita em propor restrições à busca do autointeresse dos indivíduos em favor da realização do bem comum:

Sem dúvida, tais regulamentos podem ser considerados, sob certo aspecto, uma violação da liberdade natural. Todavia, tais atos de liberdade natural de alguns poucos indivíduos, pelo fato de poderem representar um risco para a segurança de toda a sociedade, são e devem ser restringidos pelas leis de todos os governos, tanto dos países mais livres como dos mais despóticos. A obrigação de erguer muros refratários, visando a impedir a propagação de um incêndio, constitui uma violação da liberdade natural, exatamente do mesmo tipo dos regulamentos do comércio bancário aqui propostos. (SMITH, 1996, p. 328)

Não é apenas a ausência de freios morais em determinadas situações que pode interferir na realização do bem comum a partir da busca do autointeresse. Smith aponta várias situações em que a busca do autointeresse condicionada pela condição de classe dos indivíduos pode ir contra o interesse geral.

Smith conclui que o estado progressivo da sociedade, quando a riqueza cresce em função da ampliação da acumulação de capital, do aprofundamento da divisão do trabalho e da expansão do mercado, é “o estado desejável e favorável para todas as classes sociais” (SMITH, 1996, p. 131). Mas Smith adiciona uma ressalva: a de que, embora os interesses dos proprietários de terra e os dos trabalhadores no crescimento econômico coincidam com

os da sociedade, pois renda da terra e salários aumentariam nessa situação, os interesses dos empregadores são contrários aos da sociedade, uma vez que os lucros diminuem ao longo do período de crescimento.

Aqui os interesses de uma classe não levam diretamente ao bem comum, pelo contrário. Smith afirma que “o interesse dos negociantes, em qualquer ramo específico de comércio ou de manufatura, sempre difere, sob algum aspecto, do interesse público, e até se lhe opõe” (SMITH, 1996, p. 273). A oposição entre os interesses dos empregadores e os da sociedade é ampliada pela diferente capacidade que cada classe tem para fazer valer seus interesses.

Os proprietários tendem à indolência, já que sua renda não vem de seu esforço e não reconhecem seu próprio interesse; os trabalhadores, por sua vez, não têm o tempo para reconhecer seu interesse e para fazê-lo valer, mesmo quando o reconhecem, por seus hábitos e modo de vida. Os empregadores, por sua vez, possuem melhor conhecimento de seus interesses e são mais ouvidos devido a sua riqueza. Aqui Smith indica que o interesse de uma classe cria um obstáculo para que a harmonia dos interesses seja alcançada, ou seja, a contradição entre o interesse de uma classe e o interesse comum. Smith recomenda cautela nas propostas de leis e regulamentações comerciais que partam dos empregadores, afirmando que “É proposta que advém de uma categoria de pessoas cujo interesse jamais coincide exatamente com o do povo, as quais geralmente têm interesse em enganá-lo e mesmo oprimi-lo e que, conseqüentemente, têm em muitas oportunidades tanto iludido quanto oprimido esse povo” (SMITH, 1996, p. 273).

Em resumo, embora Smith admita que, de uma forma geral, a harmonia dos interesses prevaleça, a relação entre o autointeresse dos indivíduos e classes com o bem comum não é isenta de contradições em todas as situações. Ideólogo do liberalismo na fase em que o capitalismo ainda lutava contra aspectos feudais da sociedade, pré-Revolução Francesa e pré-Revolução Industrial, Smith pôde perceber algumas das contradições presentes na sociedade então emergente, sem ocultá-las sob fraseologias ou formalismos quantitativos.

3. A decadência ideológica no neoliberalismo de von Mises

Com a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e, posteriormente, com a crise de 1929, o liberalismo do tipo *laissez faire* entra em crise e parecia definitivamente morto. É nesse contexto que von Mises propõe reconstruir o liberalismo com o livro *Liberalism*, publicado em 1927 em língua alemã, que pode ser considerado a fundação da ideologia neoliberal. Os argumentos da ideologia liberal de von Mises estão sintetizados em seu livro *Human Action*.

Von Mises propõe reconstruir os argumentos liberais como uma aplicação de uma ciência mais geral, a praxeologia. A praxeologia é formulada como uma teoria da ação cujas premissas são de caráter *a priori*. Segundo von Mises, as premissas da praxeologia “São categorias finais, impossíveis de serem analisadas” (VON MISES, 1998, p. 34); “Não estão sujeitas a verificação ou falseamento com base na experiência e nos fatos” (VON MISES, 1998, p. 32) nem “derivam da experiência” (VON MISES, 1998, p. 32).

Um conjunto de definições tautológicas e arbitrárias formam as premissas da praxeologia: a ação visa a obtenção de um fim; um fim é tudo que o homem procura alcançar, um meio é tudo que o agente considera como tal (VON MISES, 1998, p. 93); ação é a tentativa de substituir um estado de coisas menos satisfatório por um mais satisfatório (VON MISES, 1998, p. 97); o agente tem uma escala de valores ou desejos em sua mente quando planeja suas ações (VON MISES, 1998, p. 94).

A praxeologia, ponto de partida do liberalismo de von Mises, é “puramente formal e geral, sem referência ao conteúdo material e às características particulares do caso efetivo. Ela almeja o conhecimento válido para todos os casos em que as condições correspondem exatamente às implicadas por seus supostos e inferências” (VON MISES, 1998, p. 32). Trata-se aqui do formalismo no sentido anteriormente dito, aquele conhecimento que para nos universais. Embora seja muito difundida a noção de que von Mises e os austríacos sejam heterodoxos do ponto de vista teórico, pela rejeição do uso

da matemática, trata-se apenas da substituição de um formalismo quantitativo por um discursivo.

Em um procedimento típico do escolasticismo da decadência ideológica, von Mises transforma categorias econômicas concretas e objetivas em “definições intrincadas e inventadas com sutileza” (LUKÁCS, 1966, p. 91) da praxeologia por meio de um truque discursivo. Assim, o valor “é a importância que o agente atribui aos fins últimos” (VON MISES, 1998, p. 96); custos são valores atribuídos à satisfação que se deve renunciar para obter um fim, lucros são o acréscimo na felicidade do homem (VON MISES, 1998, p. 97), juros passam a ser a razão entre o valor atribuído à satisfação imediata e o atribuído à satisfação futura (VON MISES, 1998, p. 523). Além disso, toda ação é formalmente uma troca de um estado insatisfatório por um satisfatório (VON MISES, 1998, p. 97). Deste modo, a propensão natural à troca de Adam Smith, contestável empírica e teoricamente, é transformada por von Mises em uma fraseologia sobre a ação humana, vazia de qualquer conteúdo real.

A economia de von Mises é deduzida da praxeologia. A economia, segundo von Mises, lida com um modo específico de ação em condições menos gerais que a praxeologia. A economia lida com um tipo de ação específica, a ação do homem no mercado, e seu objeto é a “determinação dos preços relativos” (VON MISES, 1998, p. 233). Deste modo, a economia é reduzida a uma ciência das trocas, uma catalítica. Mas esse caráter menos geral não implica a renúncia ao formalismo, por dois motivos.

Primeiramente, se a economia se refere à ação humana em condições dadas na realidade, tais condições são interpretadas de acordo com as categorias gerais da praxeologia. Desta forma, os lucros monetários, um fenômeno presente em condições reais da economia capitalista, são interpretados como um fenômeno social originário das valorações que os indivíduos fazem da contribuição dos outros à cooperação social, mas que têm origem na busca da satisfação psíquica (VON MISES, 1998, p. 287). Assim, o fenômeno real e objetivo do lucro monetário, embora diferenciado dos lucros originais, é

reinterpretado de forma escolástica como originário de uma definição formal e subjetiva de lucros.

Em segundo lugar, von Mises propõe um método formalista também para a economia, o método da construção imaginária. As construções imaginárias são “produtos da dedução”, “derivados da categoria fundamental da ação” (VON MISES, 1998, p. 237), sobre as quais von Mises afirma explicitamente que “o economista não está preocupado com a questão de até que ponto ela representa as condições reais que ele deseja analisar” (VON MISES, 1998, p. 237).

Von Mises confronta vários mundos imaginários, do equilíbrio geral ao socialismo, com o mundo imaginário da economia de mercado irrestrita, “que não se referem à coisa mesma” (LUKÁCS, 1966, p. 91). Trata-se de um exercício escolástico, muito distante e, por vezes, oposto à tentativa de Adam Smith de fundar seus argumentos em observações sobre o mundo realmente existente.

O formalismo extremo e pervasivo de von Mises dá a tônica geral da decadência ideológica de seu liberalismo. Ao contrário do imbricamento entre teoria e história em Smith, von Mises procura separar, de forma estrita, história e teoria econômica, compreendendo esta última como um ramo da praxeologia. Sendo ciências *a priori*, a praxeologia e a economia não podem ser contestadas ou inferidas da história. Em outras palavras, as categorias da economia não são dotadas de historicidade.

A história, por sua vez, “é a coleta e o arranjo sistemático de todos os dados da experiência referente à ação humana” (VON MISES, 1998, p. 30). Para von Mises, a história em nada contribui para a solução de problemas concretos e está sujeita a várias interpretações (VON MISES, 1998, pp. 30-31). Em outras palavras, von Mises entende a história como uma sucessão de fatos sem conexão interna, sujeita à interpretação arbitrária do historiador. Deve-se notar que von Mises não se furta a propor uma interpretação da história com base nos conceitos da praxeologia em seu livro *Theory and History*. Fica evidenciado aqui o ecletismo que justapõe ideias incoerentes, pois a

interpretação da história com base na praxeologia é tão arbitrária quanto qualquer outra nos termos do próprio von Mises.

Von Mises afirma que a história não seria neutra em relação a juízos de valor (VON MISES, 1998, p. 48) e estaria sujeita à interpretação subjetiva do sentido das ações humanas concretas por meio da intuição (VON MISES, 1998, p. 49). Ao negar a neutralidade da História, na verdade, von Mises nega a existência de causalidade na história ou a possibilidade de uma teoria da história. Ao propor que a escolha de fatos relevantes é originária de um juízo de valor, a premissa implícita é que esta não decorre da descoberta ou, pelo menos, da hipótese de uma relação de causalidade entre os fatos.

Além disso, ao negar a existência de um método histórico para a economia (VON MISES, 1998, p. 66) e relegar a interpretação da história à intuição subjetiva, von Mises traz implícito um abismo entre o universal da praxeologia e da economia e os fenômenos particulares investigados pela história. Coerente com seu formalismo, apenas o que se refere ao universal puro, homogêneo e vazio de particulares, pode ser apreensível racionalmente e objeto da ciência.

Mas o fato de von Mises relegar a história à suposta irracionalidade da compreensão dos significados das ações por meio da intuição, e afirmar o racionalismo da praxeologia e do liberalismo dela derivados, não esconde a base irracionalista sobre a qual se ergue esse suposto racionalismo. O racionalismo formal de von Mises se ergue sobre a premissa de que a ação humana visa à realização de fins pelo uso de determinados meios, e que os fins são resultados de juízos de valor. Von Mises chega a afirmar que ação e razão são a mesma coisa (VON MISES, 1998, p. 39).

Mas a razão está restrita à busca dos meios: os juízos de valor e os fins últimos sobre os quais se fundamenta a ação humana são dados últimos não passíveis de serem analisados. O agnosticismo leva aqui ao irracionalismo na base do edifício racionalista; é do próprio von Mises a afirmação de que “o dado último pode ser chamado de fato irracional” (VON MISES, 1998, p. 21). Mas se a ação é o mesmo que a razão e se a razão é um “dado último que não

pode ser analisado ou questionado por si mesma”, então estamos diante da conclusão de que a razão é um fato irracional. Essa razão que se fundamenta no irracional é uma razão empobrecida, meramente formal.

Deste modo, a afirmação de von Mises de que “o liberalismo é racionalista” (VON MISES, 1998, p. 157) não passa de uma mera frase. Ao fazer uma analogia superficial entre o socialismo, uma construção imaginária definida de modo meramente formal, e a teocracia, von Mises afirma que a “lei fundamental do regime teocrático é um *insight* que não está aberto ao exame pela razão e à demonstração por métodos lógicos” (VON MISES, 1998, p. 155). Se o liberalismo é derivado da praxeologia e da economia como uma aplicação prática destas, e a praxeologia e a economia se fundamentam em uma teoria da ação cujos dados últimos não podem ser examinados pela razão nem demonstrados logicamente, conclui-se, silogisticamente, que o liberalismo de von Mises é um tipo de teocracia construído sobre afirmações metafísicas.

Essa razão empobrecida e seu fundamento irracionalista se refletem na cisão do mundo entre uma objetividade inalcançável e uma subjetividade vazia. Com base no agnosticismo acerca da relação entre a consciência e a fisiologia, von Mises afirma que “a razão e a experiência nos mostram dois campos separados: o mundo externo dos fenômenos físicos, químicos e fisiológicos, e o mundo interno do pensamento, sentimento, valoração e ação finalística [purposeful]” (VON MISES, 1998, p. 18). Um ponto a ser notado, embora esteja fora do escopo deste artigo, é que a afirmação de von Mises, mesmo tendo um caráter epistemológico, leva-o a um compromisso com uma ontologia de dois mundos, de natureza religiosa.

A cisão entre os dois mundos em von Mises é levada até as últimas consequências, reaparecendo na economia e na sua teoria social. As categorias econômicas concretas, como visto antes, são reduzidas por von Mises a definições subjetivas formais. Isso coloca um problema: se valores, lucros, perdas e custos são categorias subjetivas, insondáveis à razão e, conseqüentemente, não mensuráveis, como aparecem em quantidades de dinheiro – calculáveis e mensuráveis? Não se pode encontrar em von Mises

uma análise dos mecanismos que levam das categorias subjetivas formais às categorias econômicas objetivas.

Von Mises não traz nenhum avanço à teoria econômica, reproduzindo afirmações já encontradas em Smith sob a forma de fraseologias *a priori*: a divisão do trabalho aumenta a produtividade, os preços de mercados levam à alocação da divisão do trabalho de acordo com a demanda por meio da alocação de capital através do estímulo dos lucros. Tais elementos de natureza genérica são recheados de uma fraseologia sobre a subjetividade vazia, formal e sem conteúdo determinado, e seu caráter objetivo se atém à imediatividade. Assim, a crítica que von Mises faz ao equilíbrio, a qual levou alguns a classificarem os austríacos no campo da heterodoxia da teoria econômica, se reduz à afirmação trivial de que os preços de mercado estão em constante flutuação devido a mudanças nos dados econômicos. Não é preciso escrever um livro de mais de 800 páginas para se chegar a tal obviedade.

No campo da teoria social mais geral, von Mises admite que os indivíduos nascem em uma sociedade já organizada. Mas a sociedade é, para os indivíduos, uma cooperação necessária para a obtenção de seus fins, sempre indeterminados. Se a sociedade é apenas um meio que deve se adequar aos fins e estes são aquilo que os indivíduos buscam com sua ação, a sociedade mesma aparece como indeterminada. Aqui são os desejos dos indivíduos que movem o progresso objetivo, um elemento típico da decadência ideológica.

O subjetivismo de von Mises leva-o a afirmar que a sociedade é um produto das ideologias (VON MISES, 1998, p. 188). Aparentemente a ideologia é um produto social, de indivíduos cooperando em sociedade nos termos de von Mises. A ideologia é uma forma de pensamento e “as ideias não são uma realização de indivíduos isolados” (VON MISES, 1998, p. 188). Poder-se-ia concluir que von Mises advoga um idealismo objetivo, em que as ideias produzem a sociedade através das ações dos indivíduos. Mas um pouco antes da afirmação citada acima, von Mises afirma que “são sempre os indivíduos que pensam. A sociedade não pensa mais do que come ou bebe” (VON MISES, 1998, p. 177) e que “o pensamento é sempre uma manifestação

dos indivíduos” (VON MISES, 1998, p. 178). A contradição entre indivíduos e sociedade é reduzida a uma mera justaposição de frases e, dessa forma, negada em sua objetividade – um recurso típico da decadência ideológica.

Para von Mises, as ideologias têm poder sobre os homens, mas somente um homem ou grupo de homens tem poder sobre outros (VON MISES, 1998, p. 186). Conclui-se, portanto, que a ideologia que guia a ação dos homens é produto de alguns homens – os ideólogos e, mais precisamente, os economistas. Aqui von Mises advoga o escolasticismo em seu sentido literal – são os homens das escolas que criam o mundo.

A incongruência evidente das afirmações de von Mises revela o elemento reacionário típico da decadência ideológica. Von Mises não é um anticapitalista romântico, embora seja um crítico romântico do capitalismo de sua época, visto por ele como caminhando para um suposto socialismo. Desta forma, a apologia romântica do capitalismo pelos seus defeitos se faz presente em sua ideologia, por vezes de forma direta, por outras, indiretamente, sob a forma de neutralidade axiológica. Deve-se notar que Smith reconhecia deficiências na sociedade capitalista emergente, mas propunha soluções que limitavam o sistema natural de liberdade em lugar de fazer a apologia do capitalismo pelo seu “lado ruim”.

Von Mises afirma que a defesa da desigualdade é a principal diferença entre seu neoliberalismo e o liberalismo clássico. A desigualdade de renda e o consumo de luxo que a acompanha permitem, segundo von Mises, a inovação de produtos que se tornam consumo de massa com o tempo (VON MISES, 1985, p. 32). Assim, afirma que “a maioria de nós não tem simpatia para com os ricos ociosos que gastam sua vida em prazeres sem realizar qualquer trabalho. Mas mesmo eles exercem uma função na vida do organismo social” (VON MISES, 1985, p. 32). Aqui von Mises se situa ao lado do reacionário Malthus, defensor da manutenção da nobreza ociosa no capitalismo, e se coloca de forma frontalmente oposta ao liberal Adam Smith. Smith era um crítico ferrenho da ociosidade e da indolência da nobreza, que via como um obstáculo ao crescimento da riqueza.

Mas a defesa da desigualdade de renda como funcional ao capitalismo é apenas um aspecto de uma característica mais geral do liberalismo decadente de von Mises. A defesa dos ricos indolentes é apenas parte de uma defesa mais geral de uma divisão hierárquica da sociedade capitalista entre uma elite e uma massa. Ao afirmar sua diferença com o liberalismo clássico quanto ao progresso, von Mises assinala que este acreditava que “as massas eram moralmente boas e razoáveis” e que “as pessoas comuns, especialmente os camponeses e trabalhadores, eram glorificadas, de modo romântico, como nobres e sem erros de julgamento” (VON MISES, 1998, p. 193). Em *Liberalismo*, o mesmo argumento é complementado com a afirmação de que falta às massas, ou seja, aos camponeses e trabalhadores, “a capacidade de pensar logicamente” (VON MISES, 1985, p. 157).

O elitismo de von Mises é disfarçado pela referência eclética à teoria da circulação das elites de Pareto. No capitalismo, afirma von Mises, a possibilidade de ser elite está aberta a todos, independente do nascimento, sendo alcançada apenas pelo esforço próprio. Mas tal afirmação, mesmo não renunciando à divisão entre elite e massa, é justaposta à afirmação da desigualdade natural dos homens. Von Mises afirma que “ao recompensar os esforços individuais de acordo com seu valor, ele [o mercado] deixa a todos a chance da utilização mais ou menos completa de suas faculdades e habilidades. Naturalmente, esse método não pode eliminar as desvantagens da inferioridade pessoal inerente” (VON MISES, 1998, p. 285).

Em resumo, a igualdade natural entre os homens do liberal Adam Smith é abandonada em favor da naturalização da pobreza do aristocrático Malthus. A meritocracia do mercado é só mais uma frase, um *slogan* para uso na luta de classes, já que a própria natureza teria criado indivíduos inferiores e superiores e o que é dado pela natureza não é resultado do mérito individual. Da mesma forma que Malthus, von Mises naturaliza o lado mau do capitalismo e faz a sua apologia.

A apologia do capitalismo pelos seus problemas aparece indiretamente em von Mises por meio da afirmação da neutralidade axiológica e da soberania

do consumidor. Em Smith, os empregadores eram dotados de freios morais e sociais por meio da simpatia e, na ausência destes, deveriam ser restringidos pela legislação. O elemento ético está entrelaçado com a teoria econômica e o liberalismo de Smith. Já o consumidor soberano de von Mises é uma criatura implacável em seu desejo de obter bens, “um patrão egoísta e cruel, repleto de caprichos e fantasias, mutável e imprevisível” (VON MISES, 1998, p. 270). O consumidor soberano é um ser amoral e sem freios de qualquer natureza, praticamente um déspota nada esclarecido, que von Mises tenta esconder sob o slogan da neutralidade axiológica da economia.

Von Mises afirma que “o industrialismo moderno não tem a intenção de aumentar a alegria no trabalho”, e que os empregadores, sendo submetidos às necessidades dos consumidores, “não se importam com os sentimentos de seus empregados como trabalhadores. Ele tem exclusivamente a intenção de servir aos consumidores” (VON MISES, 1998, p. 586). Assim, as más condições e a alienação do trabalho são vistas como positivas se não conflitam com o atendimento dos desejos dos consumidores.

Após reafirmar a neutralidade axiológica da economia, von Mises apela novamente à soberania do consumidor para realizar a apologia da ausência de freios morais dos capitalistas. Segundo von Mises, os empreendedores obtêm lucros por serem bem-sucedidos em atender os desejos dos consumidores, e as pessoas “não vão à guerra para aumentar os lucros dos ‘mercadores da morte’” (VON MISES, 1998, p. 297). Assim, “os empreendedores servem aos consumidores com eles são hoje, fracos e ignorantes” (VON MISES, 1998, p. 297).

Mas a neutralidade axiológica da economia e a amoralidade do empreendedor são apenas mais um exemplo de sua fraseologia, *slogans* para serem usados *à la carte* na luta de classes. De fato, a afirmação de von Mises é que obter lucros fornecendo instrumentos para matar pessoas não é moralmente condenável se esse é o desejo do consumidor. Impedir o consumidor de realizar seu desejo, mesmo que este seja de matar pessoas, é moralmente condenável. O argumento de von Mises sobre a neutralidade valorativa da

economia e dos lucros contém um juízo de valor que transforma o mal em bem.

A neutralidade axiológica de von Mises é um mito, pois seu liberalismo funda-se em um juízo de valor: manter a propriedade privada dos meios de produção por qualquer meio é sempre moralmente aceitável, a interferência do Estado na economia e a defesa do socialismo são sempre moralmente condenáveis. Embora afirme que a praxeologia é axiologicamente neutra e que “não diz que um homem é perverso porque prefere o desagradável, o prejudicial e o doloroso ao agradável, benéfico e prazeroso” (VON MISES, 1998, p. 95), von Mises afirma que é função do Estado agir com a aplicação da ameaça e da violência física em relação àqueles que agem em prejuízo do bom funcionamento da sociedade (VON MISES, 1998, p. 148). Mais uma vez, contradições são transformadas em mera justaposição de afirmações incoerentes.

Como, para von Mises, a única sociedade viável é a capitalista, manter o bom funcionamento da sociedade significa manter a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, conclui-se que von Mises advoga a ação do Estado por meio da violência física contra os socialistas. A despeito de sua defesa da batalha de ideias e da paz como um valor do liberalismo, como ele afirma que as massas, isto é, os trabalhadores, são naturalmente ignorantes, pode-se inferir “logicamente” que o recurso à violência física contra os que desejam transformar a sociedade é o fundamento sobre o qual von Mises assenta a manutenção do capitalismo.

A defesa da desigualdade e da hierarquia natural, a apologia do lado mau do capitalismo e a defesa da moralidade do recurso à violência física contra as dissidências são características do anticapitalismo romântico absorvidas pelo liberalismo em sua fase de decadência ideológica. Pode parecer estranha essa semelhança, mas o liberalismo de von Mises se fundamenta em uma utopia regressiva. Não se trata, obviamente, de voltar a uma sociedade pré-capitalista, mas de “trazer o mundo de volta ao liberalismo” (VON MISES, 1985, p. 156), um retorno a uma suposta idade de ouro do

capitalismo, na qual o liberalismo não encontrava oposição forte o suficiente e poderia ter se desenvolvido plenamente (VON MISES, 1985, p. xvi).

O caráter reacionário do liberalismo de von Mises torna a sua defesa da harmonia dos interesses pelo mercado, núcleo central da ideologia liberal, uma mera fraseologia. Von Mises não é claro sobre o que entende como harmonia dos interesses (OLIVER, 1960) e, com o ecletismo que lhe é característico, apresenta vários argumentos nem sempre coerentes.

Primeiramente, pode-se concluir que não há conflito entre os interesses dos indivíduos e os interesses comuns. Diferentemente de Smith (2002, p. 106), para von Mises, a simpatia não é o que funda o laço social (VON MISES, 1998, p. 143); a sociedade só existe a partir dos interesses egoístas dos indivíduos. Pode-se dizer que von Mises, em uma analogia superficial que “não se refere à coisa mesma”, toma a sociedade como uma sociedade anônima corporativa; membros da sociedade não passam de sócios visando ao lucro subjetivo.

Von Mises argumenta que não há conflito entre os interesses individuais e os da sociedade, pois a sociedade não existe como membro separado dos indivíduos (VON MISES, 1998, p. 145). Mas, em vários momentos, não parece ser esse o argumento central de von Mises sobre a harmonia dos interesses. Ao supor que os indivíduos são sempre egoístas, e que não há nenhuma outra forma de laço social, exclui arbitrariamente, em suas premissas, a possibilidade de conflitos entre os interesses egoístas e a manutenção dos laços sociais.

Em segundo lugar, se a sociedade é apenas uma associação corporativa de indivíduos, é preciso supor que os interesses dos indivíduos não conflitam uns com os outros para que haja a harmonia social. Aqui von Mises tem que ir além das afirmações formais e sem conteúdo da praxeologia e supor que todos os indivíduos buscam o mesmo fim em sua ação social. Tal pressuposto conflita com a irracionalidade dos fins presente na praxeologia e, de modo algum, pode ser deduzido formalmente de suas premissas. Mais uma vez von Mises oferece argumentos à la carte para a luta de classes.

Segundo von Mises, o liberalismo pressupõe que “as pessoas preferem a vida à morte, a saúde à doença, a alimentação à fome, a abundância à pobreza” (VON MISES, 1998, p. 154). Tal pressuposto genérico não é o suficiente para a defesa do liberalismo. Os indivíduos podem entrar em conflito sobre os meios para alcançar tais fins. Mas von Mises afirma que a propriedade privada dos meios de produção e a coordenação das ações pelo mercado são a única forma de alcançar tais fins (VON MISES, 1985, p. 19).

Von Mises, então, reformula a harmonia dos interesses como harmonia dos interesses corretamente compreendidos. Se todos fossem capazes de compreender corretamente seus interesses, a economia de mercado, o capitalismo, seria aceito por todos e seu resultado seria a harmonia de todos os interesses individuais. Mas tal harmonia é impossível nos próprios termos de von Mises. O autor repete seguidamente que o ser humano é capaz de erro e, como já visto, rejeita o suposto do liberalismo clássico de que, com o tempo, todos seriam capazes de reconhecer seus interesses. As massas, isto é, os trabalhadores, não têm “a capacidade de pensar logicamente” e, portanto, de reconhecer que o capitalismo atende seus interesses sem conflitar com os de outros. Como existe na sociedade aqueles naturalmente incapazes de compreender corretamente seus interesses, a harmonia social em von Mises só pode ser obtida por meio da coerção estatal.

Em uma virada típica da decadência ideológica, no liberalismo de von Mises os conflitos de classes são ocultados como um conflito entre elite e massa. Tal conflito é de natureza meramente subjetiva, pois se refere à capacidade cognitiva, e é naturalizado, pois a capacidade cognitiva é vista por von Mises como distribuída desigualmente entre os homens pela natureza. Assim, o conflito entre classes é naturalizado em von Mises, sendo formulado como um conflito entre os naturalmente superiores e os naturalmente inferiores, uma formulação completamente retrógrada análoga, em todos os pontos, com os argumentos da nobreza para manter a ordem social do feudalismo.

Desse modo, von Mises afirma o conflito social no capitalismo, mas o formula de um modo reacionário, isto é, com os argumentos da reação feudal

justapostos aos do liberalismo nascente. Von Mises redescreve os conflitos sociais do capitalismo do século XX nos termos do período de sua ascensão e das primeiras formulações da ideologia liberal, o conflito entre o povo – o Terceiro Estado, burguesia e trabalhadores – e o Estado absoluto – a nobreza. A oposição entre as ideologias liberais e socialistas, entre o capital e o trabalho, é redefinida como um conflito entre o povo, reduzido à função de consumidores por von Mises, e o Estado. A ideologia liberal é apontada como o meio para a emancipação dos consumidores do poder coercitivo do Estado sobre a realização de seus desejos.

A estratégia de ocultamento dos conflitos sociais sob a retórica retrógrada inclui um outro elemento na argumentação de von Mises: a negação da existência de classes sociais. Inexistindo classes sociais não pode haver conflito entre elas, nem delas com a sociedade – argumento que vai de encontro ao que está presente em Smith, como argumentado anteriormente.

Primeiramente, von Mises afirma que o processo de mercado não origina classes, pois todo indivíduo pode se tornar um empreendedor, desde que seja capaz de antecipar os desejos dos consumidores (VON MISES, 1998, p. 309). Mas von Mises não recusa a existência de capitalistas (na verdade, os proprietários do capital dinheiro), trabalhadores, proprietários de terra e empreendedores (o capitalista ativo). Para von Mises, essas são apenas funções, no que se pode observar novamente a analogia superficial da sociedade com uma empresa: classes sociais são redefinidas como funções no organograma de uma corporação.

Mas von Mises vai ainda mais longe em seu argumento. Primeiramente, afirma que cada um recebe na sua função de acordo com o a valoração dos consumidores dos esforços de cada um para a cooperação social. Sendo a valoração algo subjetivo e não mensurável, não se pode dizer que há harmonia nos interesses de cada função. Aqui von Mises mais uma vez justapõe argumentos incoerentes para serem utilizados na luta de classes de acordo com a ocasião.

Von Mises oferece outro argumento para dissolver o conflito de classes em meio ao formalismo e à fraseologia de seu liberalismo decadente. O primeiro deles é de que o agente que exerce cada função recebe um preço pelo bem de ordem superior, que é determinado como o preço de qualquer outro bem pelas valorações dos consumidores. Não há, portanto, distribuição de renda, mas apenas determinação de preços. O argumento aqui é fundado no formalismo, uma vez que homogeneíza coisas diferentes sob um universal destituído de particulares.

Mas a homogeneização formalista entre determinação de preços e distribuição de renda não é suficiente para levar à conclusão da inexistência de conflitos de classes, já pressuposta pela negação da existência destas. Como von Mises admite que os preços de mercado estão em constante flutuação e não há equilíbrio, ou seja, o preço de mercado não esgota o preço dos fatores de produção, é preciso demonstrar que o lucro do empresário não conflita com a harmonia dos interesses.

O rendimento do capital já foi homogeneizado formalmente com os salários, pois ambos são preços de fatores de produção. O lucro do empresário é distinguido dos juros recebidos pela propriedade do capital. Segundo von Mises, “Lucros e perdas são inteiramente determinados pelo sucesso ou fracasso do empreendedor em ajustar a produção à demanda dos consumidores” (VON MISES, 1998, p. 295). Embora Von Mises critique a doutrina mercantilista de que o ganho de uns é a perda de outros, a sua explicação para o lucro dos empreendedores é a mesma explicação mercantilista, oriunda da circulação: “eles compram onde e quando consideram os preços muito baixos, e vendem onde e quando consideram os preços muito altos” (VON MISES, 1998, p. 325).

Se os lucros advêm de comprar barato e vender caro, fica difícil entender como alguns podem ganhar sem que outros percam. Para exemplificar que os lucros são determinados, em última análise, pelos consumidores, von Mises afirma que se o capital empregado em uma indústria triplica e ela não atende às necessidades dos consumidores, ela se torna não lucrativa

aumentando o lucro em outros setores (VON MISES, 1998, p. 305). Nesse exemplo alguns obtêm lucro graças à perda de outros e como von Mises afirma que não existem preços naturais ou de equilíbrio, os lucros de uns sempre serão o prejuízo de outros.

Von Mises procura sair dessa inconsistência afirmando que os lucros são obtidos por diferença de preços no tempo. Trata-se da diferença entre os preços dos fatores de produção e o preço antecipado dos produtos (VON MISES, 1998, p. 326); mas isso não elimina sua incoerência. Se os empreendedores ganham com essa diferença, os que recebem a remuneração dos fatores de produção perdem ao vender barato e comprar caro, mesmo que seja intertemporalmente. Von Mises afirma que devido ao aumento da demanda por fatores de produção, os que exercem as funções correspondentes ganham um incremento de renda. Mas se esse incremento de renda fosse igual ao preço do produto para todos os setores, não haveria lucros empresariais. Alguns têm que ganhar intertemporalmente à custa de outros, já que os donos dos fatores de produção pagam um incremento de preço de bens de consumo maior que o incremento de sua renda. No final, a demonstração da harmonia das funções acaba sendo uma mera fraseologia.

Após transformar as classes em funções harmônicas do sistema produtivo e homogeneizar as rendas entre si e com os preços, von Mises colapsa as funções nos indivíduos. As várias funções estão combinadas no mesmo indivíduo; “é um mesmo indivíduo, com muita frequência”, combina as funções de “empreendedor, proprietário de terra, capitalista e trabalhador” (VON MISES, 1998, p. 253). O fato de que indivíduos possam combinar diferentes funções produtivas não implica que essas não possam estar em conflito.

Em meio a frases não demonstradas e incongruências, a defesa da harmonia dos interesses em von Mises resume-se à soberania do consumidor. Capitalistas, trabalhadores, empreendedores são levados sempre a satisfazer os desejos dos consumidores. Assim, os interesses dos consumidores, embora não possam ser satisfeitos em todas as situações devido ao erro humano, terminam sempre por serem satisfeitos pela seleção do mercado.

O argumento da soberania do consumidor, em primeiro lugar, não é suficiente para demonstrar a harmonia dos interesses, pois supõe uma comparação interpessoal de valorações, o que o próprio von Mises nega (OLIVER, 1960). O consumidor pune os empresários com prejuízos e os trabalhadores com a perda do emprego se seus desejos não são satisfeitos. Mesmo admitindo a trivialidade de que trabalhadores e empreendedores são consumidores, no final das contas o que a seleção de mercado origina não é a harmonia de interesses, mas uma guerra de todos contra todos. Trata-se, portanto, de um darwinismo social, em que os supostamente menos dotados pela natureza são implacavelmente condenados ao fracasso pelo soberano absoluto, o consumidor, e “em que as pessoas só podem culpar a si mesmas se não chegam a alcançar a posição que almejam” (VON MISES, 2009, p. 35).

O elemento reacionário e a conseqüente apologia do capitalismo pelos seus problemas se apresentam na teoria da soberania do consumidor também de outra forma. A despeito das analogias superficiais e incongruentes que von Mises faz do mercado com a democracia (VON MISES, 1998, p. 271), aquele, na verdade, se apresenta em sua ideologia com o despotismo de um consumidor, “egoísta, cheio de fantasias, mutável e imprevisível” (VON MISES, 1998, p. 270) e de “mau gosto” (VON MISES, 1998, p. 317).

Assim, o que é um despotismo impessoal nada esclarecido de sua majestade, o consumidor, é incongruentemente transvalorado como liberdade. Para von Mises, “o homem é livre na medida em que ele pode viver e prosseguir sem estar à disposição das decisões arbitrárias de outras pessoas” (VON MISES, 1998, pp. 297; 279). Como o consumidor supostamente pode realizar todos os seus desejos no mercado, ele não está sob decisões arbitrárias de ninguém, mas, no final, a apologia da liberdade de von Mises significa a apologia do despotismo impessoal do mercado.

4. Considerações finais sobre a raiz social da decadência ideológica do liberalismo

A comparação entre Adam Smith e von Mises permite extrair algumas conclusões sobre a decadência ideológica do liberalismo. No tempo de Adam Smith a burguesia era a classe portadora da realização dos potenciais emancipatórios latentes na sociedade, da ampliação da liberdade humana com a liberdade jurídica do trabalhador e a socialização do trabalho (COUTINHO, 2010, p. 33). A obra de Smith é claramente voltada à crítica dos elementos feudais ainda presentes na sociedade. A historicidade é um elemento fundamental no liberalismo de Smith, pois a burguesia, nesse momento, era a classe que olhava para o futuro.

Embora já havendo a contradição entre capital e trabalho, na época de Smith a liberação dos entraves da sociedade feudal era um interesse comum real entre burguesia e trabalhadores. Dessa forma, Smith podia advogar a sociedade capitalista como a que traria a harmonia dos interesses das classes então emergentes, sem deixar de apontar, ao mesmo tempo, de forma científica e objetiva, alguns de seus problemas e contradições. Mesmo que esses problemas sejam apenas pontuais na ideologia liberal de Smith, este não se furta a apontar soluções para, pelo menos, minorar os problemas da sociedade nascente, mesmo à custa de restrições à liberdade natural.

Um longo processo histórico separa Smith de von Mises. Com o progressivo desenvolvimento e difusão do capitalismo, a luta de classes entre capital e trabalho também se desenvolve. A partir de 1848 a classe trabalhadora se manifesta como um ator político com projetos próprios e que se opõe à burguesia. A partir desse momento a realização do interesse comum pelo capitalismo passa a ser defendida progressivamente por meio do formalismo e da imediatez. Em sua manifestação mais evidente da decadência ideológica, a economia vulgar – e sua defesa do liberalismo econômico – se constitui a partir desse período. Já não sendo mais portadores do futuro, a burguesia e seus porta-vozes renegam a historicidade em sua defesa do liberalismo econômico.

Com a Comuna de Paris em 1871, uma nova fase se inaugura. Diante da possibilidade efetiva de uma revolução proletária, a burguesia passa a olhar para trás; o ecletismo e a defesa do capitalismo pelos seus defeitos passam a compor o cenário da decadência ideológica. Em um primeiro momento, a economia passa a ser dominada crescentemente pelo formalismo quantitativo, parecendo imune a esse movimento. Mas com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917, o caráter acentuadamente reacionário da decadência ideológica se faz presente na economia com a renovação do liberalismo promovida pelos austríacos, com von Mises à frente destes.

Diferentemente da época de Smith, o inimigo a ser combatido pela burguesia é a classe trabalhadora. E agora o combate é feito sem tréguas e com todas as armas possíveis, em meio a várias estratégias de ocultamento. O inimigo declarado é o socialismo, mas este é assumido como uma imagem do passado, um fantasma do absolutismo. O ecletismo e a justaposição de frases incongruentes formam um arsenal para ser usado na luta ideológica contra a classe trabalhadora, de acordo com a ocasião.

Mas o elemento fundamental da decadência ideológica do liberalismo econômico de von Mises é seu caráter aristocrático. Trata-se aqui da clara renúncia aos princípios de igualdade presentes no liberalismo de Adam Smith. O liberalismo é reformulado como uma ideologia que defende a divisão hierárquica da sociedade entre uma elite naturalmente superior e uma massa naturalmente inferior, selecionadas pelo mercado. Dessa forma, o liberalismo econômico passa a olhar para trás não só na busca do retorno a uma suposta idade de ouro do liberalismo, mas também na adoção de uma visão aristocrática de mundo característica de seu inimigo infante, a nobreza feudal.

Esse aparentemente paradoxal caráter aristocrático do liberalismo econômico decadente dos austríacos atende às necessidades ideológicas de manutenção do capitalismo contemporâneo. Com a crescente concentração do capital e a brutal desigualdade de renda que a acompanham nos tempos atuais, a burguesia se tornou uma espécie de nova aristocracia. Para manter

e legitimizar o capitalismo, tornou-se necessário convencer a maioria trabalhadora de que esse é o estado natural das coisas e é benéfico para todos. E, como advoga von Mises, para aqueles que não forem convencidos e não se conformarem com sua situação por meio da autodepreciação, resta para a burguesia utilizar a coerção estatal por meio da violência física.

Referências

- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FINE, B.; MILONAKIS, D. *From Political Economy to Economics*. Londres: Routledge, 2009.
- FRIEDMAN, M. "The Methodology of Positive Economics" in: *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1966.
- HEGEL, G. W. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio, vol. I: a ciência da lógica*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- LUKÁCS, G. "Marx y el Problema de la Decadencia Ideológica" in: *Problemas del Realismo*. México D. F.: Fondo de Cultura, 1966.
- _____. *Para uma ontologia do ser social, I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MEEK, R. *Smith, Marx and After*. Springer, 1977.
- OLIVER, H. M. "Von Mises on The Harmony of Interests", *Ethics*, vol. 70, n. 4, 1960.
- REDMAN, D. *The Rise of Political Economy as a Science. Methodology and the Classical Economists*. Massachusetts: The MIT Press Cambridge, 1997.
- SMITH, A. *Lectures on Jurisprudence*. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.
- _____. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Coleção "Os economistas". São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- _____. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VON MISES, L. *Liberalism. In the Classical Tradition*. São Francisco: Cobden Press, 1985.
- _____. *Human Action. A Treatise on Economics*. Alburn: The Ludwig von Mises Institute, 1998.
- _____. *As seis lições*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

PATRICK GALBA DE PAULA

TEORIA DO VALOR-TRABALHO: DETERMINAÇÃO PELO TRABALHO VIVO COMO ALTERNATIVA ÀS INTERPRETAÇÕES FISIOLÓGICAS E DA FORMA-VALOR

Recebido em 13/01/2021

Aprovado em 20/06/2021

TEORIA DO VALOR-TRABALHO: DETERMINAÇÃO PELO TRABALHO VIVO COMO ALTERNATIVA ÀS INTERPRETAÇÕES FISIOLÓGICAS E DA FORMA-VALOR

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma interpretação da teoria marxista do valor-trabalho que difere da interpretação tradicional e fisiológica do valor como trabalho incorporado nas mercadorias no momento da produção, mas difere também da interpretação que remonta ao trabalho de Rubin (ou a certa leitura de seu trabalho), que vê a determinação quantitativa do valor através do mercado (circulação), ou pelo direcionamento da produção ao mercado. Nessa interpretação alternativa, é o trabalho vivo, ou seja, o trabalho socialmente necessário para a reprodução de uma mercadoria no momento do intercâmbio, que determina quantitativamente o valor das mercadorias, enquanto o trabalho abstrato é resultado da redução do processo de trabalho a um momento do processo de valorização do capital, característica da época capitalista. Depois de apresentada esta interpretação, é apresentada uma crítica às interpretações anteriores.

Palavras-chave: teoria do valor; valor-trabalho; Marx.

PATRICK GALBA DE PAULA

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3398-761X>

E-mail: patrickgalba@id.uff.br

Abstract

The purpose of this paper is to present an interpretation of the Marxist theory of labour-value that differs from the traditional and physiological interpretation of value as labour embodied into commodities at the time of production, and from the interpretation that goes back to Rubin's work (or a certain reading of his work), which sees the quantitative determination of value through the market (circulation) – or by the emergence of an exchange-oriented type of production. In this alternative interpretation, it is the living labour, the socially necessary labour for the reproduction of a commodity at the moment of its exchange, that quantitatively determines the commodity's value, while abstract labour is the result of the reduction of the labour process to a moment of the capital valorisation movement, characteristic of the capitalist era. After exposing this interpretation, a critical assessment of previous interpretations is presented.

Keywords: theory of value; labour-value; Marx.

I. Introdução

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma interpretação alternativa da teoria marxista do valor-trabalho e, em seguida, analisar os outros principais tipos de interpretações desta teoria para, a partir desta análise, formular uma crítica de suas principais limitações e dificuldades.

O foco da análise dentro das interpretações em tela é a forma através da qual cada uma delas descreve as determinantes do valor tanto do ponto de vista qualitativo, em geral associado a uma determinada interpretação da categoria “trabalho abstrato”, quanto do ponto de vista quantitativo, em geral associado a uma determinada leitura da categoria “trabalho socialmente necessário”. A partir destes critérios, as principais interpretações da teoria do valor-trabalho são divididas em dois grupos principais: o das interpretações fisiológicas e o das interpretações da forma-valor. Como resultado da análise, as principais limitações dos dois tipos de interpretação serão apontadas.

Na próxima seção será feita uma apresentação da interpretação do valor-trabalho como “trabalho vivo”, alternativa aos dois grupos principais anteriormente mencionados.

2. Determinação do valor pelo trabalho vivo

A teoria do valor-trabalho desenvolvida por Marx n’*O capital* tem como objetivo explicar as bases da sociedade capitalista a partir das determinações postas pelo movimento do valor enquanto mediador das relações sociais na época histórica que corresponde a este tipo de sociedade.

O valor, dentro desta teorização, é a forma assumida pelas relações sociais de produção caracterizadas pela mercantilização das diversas etapas do metabolismo homem-natureza, em especial do próprio trabalho. A transformação do trabalho, ou mais precisamente da força de trabalho, numa mercadoria é um processo histórico que resulta da dissolução das relações feudais ou comunais em diversas regiões da Europa Ocidental (e que

depois se expande para todo o globo terrestre), em especial do movimento de separação entre os produtores e suas condições materiais de produção (e reprodução), entre as quais o elemento mais importante é a possibilidade de utilização da terra para a produção de sua subsistência.

Uma vez dada a existência de uma classe social de proletários, ou seja, um contingente humano para o qual a única forma de sobrevivência é a venda de sua força de trabalho em troca de um pagamento com o qual se possa obter uma subsistência, por um lado, e por outro, a concentração dos meios de produção em poder de uma outra classe social, então tornam-se possíveis as formas valor e mais-valor, assim como o seu movimento contínuo de valorização, o capital.

Toda mercadoria é um valor de uso na medida em que serve para algo específico, em que é útil para algum fim. Este caráter útil nada tem a ver com o fato de que certa mercadoria custe muito ou pouco trabalho para ser apropriada por alguém. Entretanto, como foi produzida para a troca, a mercadoria também é um valor de troca, ou seja, apresenta a capacidade de trocar-se pelas outras mercadorias. Este valor de troca “aparece, a princípio, como a relação quantitativa” na qual “valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie”, e de caráter “casual e puramente relativo”, fortuito, à medida que tal relação quantitativa de troca, em termos de valor de uso de outra espécie, “muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1996, I-1, p. 166). Contudo, ao analisar as diversas formas através das quais uma mercadoria pode expressar seu valor de troca em quantidades de outras mercadorias (e os momentos lógicos desse movimento), percebe-se que por trás dessa relação aparentemente fortuita existe, em geral (tendencialmente), uma regularidade. Se uma quantidade x de trigo se troca por y de seda, ou por z de ouro etc., então deve haver algo igual entre estas quantidades (x , y e z) que são em todo o resto diferentes entre si. Este conteúdo existente em iguais magnitudes nas mercadorias que são trocadas é o valor. Dessa forma, a diferença entre o valor e o valor de troca é que o segundo não passa de uma manifestação fortuita, aparente, do

primeiro, que pode expressar com ele, inclusive, uma incongruência quantitativa, sem que por isso deixe de ser sua expressão.

A determinação do valor pelo trabalho tem na teoria marxiana dois aspectos principais¹: o primeiro, qualitativo, diz respeito a sua substância, expressa na categoria “trabalho abstrato”; o segundo, quantitativo, diz respeito à sua magnitude, expressa na categoria “trabalho socialmente necessário”.

2.1. Trabalho abstrato e o valor do ponto de vista qualitativo

A primeira apresentação da categoria “trabalho abstrato” feita por Marx n’*O capital* descreve o “trabalho que constitui a substância do valor” como o trabalho humano em geral, indiferenciado. Marx vê seu surgimento como o resultado da abstração das formas concretas nas quais os distintos trabalhos são realizados, uma vez que, no que concerne à substância comum a todas as mercadorias que se iguala quando estas são intercambiadas, não parece ser relevante o tipo específico de trabalho realizado para sua produção (MARX, 1996, I-1, pp. 168, 179). Entretanto, este processo de “abstração” dos diversos tipos de trabalho humano não é nem a-histórico, nem corresponde à mera abstração mental das características concretas do trabalho humano realizada no intercâmbio das mercadorias. Ao contrário, na teoria de Marx esta abstração das diversas formas de trabalho é um processo histórico e social específico da época capitalista.

O processo histórico e social que leva ao surgimento do trabalho abstrato não reflete o mero direcionamento da produção para o intercâmbio, hipótese na qual apenas no próprio intercâmbio poderia ser determinado o valor das mercadorias. Para Marx, o surgimento do trabalho abstrato, ao

¹ Embora na obra de Marx, e mais ainda nos autores que a analisam, estes dois aspectos do valor não estejam delimitados com a clareza exposta acima, tal delimitação parece ser útil para evitar inúmeras confusões e imprecisões. Por exemplo: poder-se-ia objetar que o próprio Marx utiliza, em diversos momentos, a categoria “trabalho abstrato” para referir-se à determinação do valor no sentido quantitativo (isso ocorre no próprio primeiro capítulo de *O capital*, em diversos momentos). De qualquer forma, esta delimitação não aponta para uma visão destes aspectos como apartados, mas como pontos de vista diversos sobre um mesmo objeto, cuja unidade precisará ser reconstruída pela própria análise. Entre os autores que propuseram esta delimitação anteriormente estão o próprio Rubin (1980, pp. 189-190) e Mohun (1991, p. 503).

contrário, depende ainda da transformação do processo do trabalho num momento do processo de valorização, ou seja, da constituição de relações capitalistas de produção, e da resultante indiferença do tipo de trabalho utilizado na produção tanto para os capitalistas quanto para os trabalhadores proletários². Marx afirma isso de forma clara em diversos trechos de sua obra, desde os *Grundrisse* até os trechos finais d'*O capital*:

O último ponto para o qual é preciso chamar a atenção no trabalho, tal como ele se defronta com o capital, é que o trabalho, como o valor de uso que se defronta com o dinheiro posto como capital, não é esse ou aquele trabalho, mas é *trabalho por excelência*, trabalho abstrato: absolutamente indiferente diante de sua *determinabilidade* particular, mas suscetível de qualquer determinação. À substância particular que constitui um capital determinado tem naturalmente de corresponder o trabalho como trabalho particular; no entanto, como o capital enquanto tal é indiferente perante a qualquer particularidade de sua substância, e é tanto a totalidade da substância quanto a abstração de todas as suas particularidades, o trabalho que o defronta possui em si subjetivamente a mesma totalidade e abstração. No trabalho corporativo, artesanal, p.ex., em que o próprio capital ainda possui uma forma limitada, ainda está completamente imerso em sua determinabilidade particular, ou seja, ainda não é *capital enquanto tal*, o trabalho também ainda aparece imerso em sua determinabilidade particular: não na totalidade e abstração como o trabalho, tal como ele se defronta com o capital. Significa dizer, o trabalho em cada caso singular é, na verdade, um trabalho determinado; mas o capital pode se confrontar com cada trabalho *determinado*; a *totalidade* de todos os trabalhos se lhe defronta *δυνάμει* [potencialmente], e é fortuito qual deles exatamente o defronta. Por outro lado, o próprio trabalhador é absolutamente indiferente à determinabilidade de seu trabalho; o trabalho enquanto tal não tem interesse para ele, mas tão somente na medida em que é *trabalho* em geral e, enquanto tal, valor de uso para o capital. Ser portador do trabalho enquanto tal, *i.e.*, do trabalho como valor de uso para o capital, constitui, portanto, seu caráter econômico; é trabalhador por oposição ao capitalista. (MARX, 2011, pp. 230-231, grifos no original)

² A leitura que ressalta a especificidade capitalista da categoria trabalho abstrato já apareceu antes na obra de alguns autores, entre eles, Napoleoni (1975, pp.99-111) e Murray (2000, p. 45).

Também as categorias econômicas que observamos antes ostentam a sua marca histórica. Na existência do produto como mercadoria estão envolvidas determinadas condições históricas. Para se tornar mercadoria o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para o próprio produtor. Se tivéssemos pesquisado mais: sob que circunstâncias todos os produtos tomam ou também apenas a maioria deles toma a forma de mercadoria, então se teria descoberto que isso só ocorre com base em um modo de produção bem específico, o capitalista. Tal pesquisa não se coadunava, no entanto, com a análise da mercadoria. (MARX, 1996, I-1, p. 287)

O caráter 1) do produto como mercadoria, e 2) da mercadoria como produto do capital, já inclui todas as relações de circulação, isto é, determinado processo social que os produtos precisam percorrer e no qual assumem determinados caracteres sociais; [...] a partir desses dois caracteres do produto como mercadoria, ou da mercadoria como mercadoria produzida capitalistamente resulta toda a determinação do valor e a regulação de produção global mediante o valor. (MARX, 1983, III-2, p. 313)

Sendo assim, a noção marxiana da substância do valor, ou seja, aquilo que o constitui desde o ponto de vista qualitativo, corresponde ao trabalho humano em geral, simples, despido de especificidades, mas um trabalho indiretamente social e que só pode ser trabalho em geral justamente porque está pressuposto seu caráter social indireto, uma vez que cada produtor é parte de uma distribuição social do trabalho e mediante o critério do trabalho adquire a oportunidade de se beneficiar dela; este trabalho, assim como a própria noção de igualdade humana que o acompanha, é específico da época capitalista, na qual as características concretas, tanto do ponto de vista do trabalho executado quanto do valor de uso produzido, deixam de ser relevantes para as classes sociais fundamentais envolvidas no processo de produção (tanto para os trabalhadores quanto para os capitalistas), na medida em que tal processo converte-se num momento do processo de valorização do capital. A substância do valor é o trabalho, mas não o trabalho enquanto atividade prática, e sim o trabalho enquanto relação social. O trabalho substância do valor é o trabalho que significa produzir valores de uso para a sociedade para com isso obter dela valores (ou valores de uso, já que

aqui a forma específica não importa) outros, em quantidade aumentada. É o trabalho cujo objetivo, portanto, não é o valor de uso que se produz, mas o próprio mais-valor. Apenas este trabalho pode tornar-se trabalho humano em geral, simples e despido de especificidades.

A constituição deste trabalho humano em geral, entretanto, não implica que o trabalho incorporado nas mercadorias durante a sua produção passe a ser o determinante quantitativo do valor. Ela implica apenas que todas as mercadorias (na verdade, todos os produtos intercambiados no mercado) passem a ter valor, e que este valor seja quantitativamente relacionado ao trabalho, enquanto fração do trabalho social total. Que tipo de relação quantitativa é esta é o que será visto na próxima subseção.

2.2. Trabalho socialmente necessário

A noção de trabalho socialmente necessário é descrita por Marx no capítulo 1 d'*O capital* nos seguintes termos: “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1996, I-I, p. 169).

Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir, então, a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc. (MARX, 1996, I-I, p. 168).

De modo que, num determinado setor onde três diferentes produtores operem, o tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) poderia ser ilustrado da seguinte forma:

Tabela 1. Tempos de trabalho necessários à produção de uma mercadoria no setor “x”

	Tempo	
Produtor 1	6 horas	Total (1+2+3)= 24 horas
Produtor 2	8 horas	Tempo médio (TTSN) = 8h
Produtor 3	10 horas	

Fonte: De Paula (2020, p. 29).

No setor onde é fabricada a mercadoria hipotética “x”, a média social para a produção de uma unidade é de 8 horas de trabalho. Neste caso, o TTSN de 8h seria o regulador da magnitude do valor de “x”.

Marx parte aqui da suposição de que não exista qualquer influência da relação oferta-demanda no estabelecimento do valor, já que o objetivo é descobrir a substância do valor abstraindo quaisquer flutuações ou fatores circunstanciais³. Desta forma, o tempo médio é considerado o “socialmente necessário” e o determinante para a magnitude do valor porque somente se a mercadoria for ao intercâmbio por um equivalente a este tempo o sinal dado pelo “mercado” será neutro, ou seja, será no sentido da continuidade da produção atual na média. Se a mercadoria “x” é trocada por algo equivalente ao trabalho de 8 horas, então apenas o produtor 1 obterá na troca mais trabalho do que despendeu, enquanto o produtor 3 obterá menos (e o 2 obterá o mesmo trabalho que despendeu). O produtor 1 poderá sentir-se encorajado a aumentar sua produção, enquanto o produtor 3 poderá considerar reduzi-la, ou suspendê-la. De qualquer forma, na média, a sinalização para o setor será neutra, ou seja, apenas neste caso a troca das mercadorias “x” com as outras mercadorias não será influenciada pela relação oferta-demanda. Os diferentes trabalhos, nesse caso, são considerados em sua média,

³ “Se procura e oferta coincidem, cessa, permanecendo as demais circunstâncias constantes, a oscilação de preço. Mas, então, procura e oferta cessam também de explicar qualquer coisa” (MARX, 1996, I-2, p. 167). Aqui é importante lembrar que embora a relação oferta-demanda seja abstraída por Marx neste primeiro momento, ou seja, qualquer explicação derivada desta relação seja desconsiderada, isto também tem uma implicação teórica importante: as categorias marxianas não podem ser definidas, ou desenvolvidas, a partir desta igualdade (ou “equilíbrio”), que deve ser considerado como “não existente” na prática. Portanto, não se trata aqui de conceituar o valor como uma quantidade de equilíbrio, mas tão somente de retirar da análise, neste primeiro momento, qualquer explicação relacionada a estes fatores secundários ou conjunturais.

e esta média serve para estabelecer o TTSN. Este *valor social* decorrente do TTSN é a base do valor de troca das mercadorias e o determina na média de suas variações, mas não se confunde com ele⁴. O valor de troca pode ser produto das mais diversas determinações e flutuações momentâneas, enquanto o valor social depende apenas do tempo de trabalho social despendido na produção de certo tipo de mercadoria. A “força produtiva do trabalho” influencia no TTSN apenas no sentido de que quanto maior a produtividade, menor o tempo de trabalho para a produção das mercadorias, logo, tanto menor também o valor:

O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. A mesma variação da força produtiva, a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção. (MARX, 1996, I-I, p. 175)

Para a teoria de Marx, é de fundamental importância a compreensão de que apenas o *trabalho vivo* (a função do trabalho, ou seja, a utilização produtiva da força de trabalho dos trabalhadores pelo capital) é capaz de criar valor novo devido à diferença entre o valor da força de trabalho (que é a base do salário dos trabalhadores) e o valor dos produtos gerados pelo trabalho efetivamente despendido pelos trabalhadores empregados pelo capital⁵.

⁴ “a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria origina-se da natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que valor e grandeza de valor tenham origem em sua expressão como valor de troca” (MARX, 1996, I-I, p. 188).

⁵ Esta passagem deixa muito clara a rejeição de Marx a qualquer noção de trabalho “potenciado”, ou seja, a possibilidade de que o trabalho despendido em maiores níveis de produtividade produza maior quantidade de valor. Este tipo de posição segundo a qual os aumentos de produtividade do trabalho implicariam uma “potenciação” da capacidade do trabalho criar mais-valor, permitindo que o trabalho de maior produtividade produzisse uma maior quantidade de mais-valor por unidade de tempo, a nosso ver, constitui uma interpretação equivocada da teoria do valor de Marx. A única exceção possível aqui ocorreria na modificação da determinação do valor posta pelo comércio internacional de mercadorias que não são produzidas em ambos os países, dado que, nesse caso, “o trabalho mais produtivo contaria como mais intensivo” (MARX, 1996, I-2, pp. 189-190).

Todas as demais formas nas quais o capital se transmuta dentro do processo de produção (matérias primas, objetos e instrumentos de trabalho, materiais auxiliares, ferramentas, máquinas e equipamentos etc.), todas elas contribuem para a formação do valor das mercadorias exatamente (ou no máximo) na proporção do seu valor. De modo que seu valor permanece constante independente da forma que assumam, seja na sua forma anterior enquanto insumo, seja na forma de mercadoria após o processo de trabalho. Por isso são chamados por Marx de capital constante (c). Apenas os gastos com salários, ou seja, os gastos com a compra da força de trabalho pelos capitalistas, resultam, após o processo de produção, numa adição de valor às mercadorias que não corresponde ao gasto inicial (dado o valor novo adicionado, que repõe o gasto com capital variável e adiciona um valor a mais, o mais-valor (m)). Sendo assim, Marx chama esta componente do capital de capital variável (v). A relação entre estas duas grandezas, em qualquer capital específico ou no capital social total, é chamada de composição do capital (c/v ou $(c+v)/v$), e expressa o quanto determinado capital é majoritariamente formado por capital constante (composição alta), ou então se tem mais peso, em termos relativos ou absolutos, de capital variável (composição baixa).

O trabalho que é relevante para a determinação da magnitude do mais-valor não é aquele que foi responsável pela constituição material do valor de uso em que ela se baseia. Ao decidir pela compra de uma mercadoria qualquer, a decisão que qualquer indivíduo (em especial os capitalistas) precisa tomar é sempre algo como: é melhor comprar este valor de uso desta forma imediata, ou obter isso de forma mediada comprando suas partes constitutivas e adicionando trabalho? O trabalho em questão aqui não é o trabalho que foi “incorporado” nas mercadorias, mas o trabalho necessário para reprodução do valor de uso no momento em que se realiza seu intercâmbio. Se o valor de todas as mercadorias, inclusive aquelas utilizadas enquanto insumo na produção de outras (correspondente aos gastos com capital constante), observa a temporalidade de sua determinação quantitativa no momento do intercâmbio da mercadoria final, então é possível

afirmar que *o valor é totalmente determinado pelo trabalho social vivo*, ou seja, pelas condições de produção existentes no momento do intercâmbio.

O fato de que Marx não seja um defensor da visão do trabalho incorporado enquanto determinante da magnitude do valor parece não ter sido percebido ou, no mínimo, não ter sido levado em consideração com a devida importância por grande parte dos estudiosos de sua obra até hoje. Veremos adiante que boa parte das polêmicas entre as interpretações de sua teoria do valor pode ser superada caso este aspecto seja levado adequadamente em consideração. Poucos autores marxistas, entre eles Carcanholo (2011), parecem ter percebido a relevância deste aspecto da determinação quantitativa do valor⁶. Segundo Carcanholo:

[...] a magnitude do valor de uma mercadoria não se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la, mas pela quantidade de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la. Isso significa que a magnitude do valor de uma mercadoria produzida no ano passado, por exemplo, não está determinada pelas condições tecnológicas vigentes naquele instante, mas nas existentes hoje. Portanto, a grandeza do valor dessa mercadoria é igual à quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria exatamente igual a ela hoje; neste instante. (CARCANHOLO, 2011, p. 39)

Marx afirma de forma clara, em diversos momentos, o mesmo princípio da determinação quantitativa do valor pelo trabalho socialmente necessário para a reprodução da mercadoria no momento de seu intercâmbio. É o caso desta passagem abaixo, retirada do capítulo 7 do livro III d'*O capital*:

O valor de cada mercadoria – e, portanto, também das mercadorias em que consiste o capital – é determinado não pelo tempo de trabalho necessário contido nela mesma, mas pelo tempo de trabalho *socialmente* necessário, exigido para sua reprodução. Essa reprodução pode suceder em

⁶ Além de Carcanholo, Silva (1981, p. 104) e Moseley (2016, pp. 303-308) também fazem referências a esta possibilidade. Bellofiore (2009) também fala na determinação do valor pelo trabalho vivo (*living labour*), entretanto, sua interpretação aproxima-se mais do tipo de leitura categorizada adiante como interpretação da forma-valor.

circunstâncias que a dificultam ou que a facilitam, diferentes das condições da produção original. (MARX, 1996, III-1, p. 107, grifo no original)

E também desta, retirada do capítulo XVII do livro I da mesma obra:

De nada serve deduzir a troca de mais por menos trabalho a partir da diferença de forma, do fato de que em um caso ele está objetivado, no outro, está vivo. Isso é tanto mais absurdo pelo fato de o valor de uma mercadoria não ser determinado pelo *quantum* de trabalho realmente objetivado nela, mas pelo *quantum* de trabalho vivo necessário para produzi-la. Suponhamos que uma mercadoria represente 6 horas de trabalho. Se surgem invenções que permitem produzi-la em 3 horas, cairá também pela metade o valor da mercadoria já produzida. Ela representa agora 3 horas de trabalho social necessário, em vez de 6 como antes. *É, portanto, o quantum de trabalho exigido para sua produção, e não sua forma objetivada, que determina sua grandeza de valor.* (MARX, 1996, I-2, p. 166, grifos nossos)

Desde o momento em que são produzidas, as mercadorias já são “trocáveis”, portanto, elas já “nascem” com valor, uma vez que, tendo sido produzidas para o intercâmbio, já constituem potencialmente frações do trabalho social (MARX, 1980, p. 1191). Entretanto, este valor que nasce com a mercadoria é apenas “tendencial”. O seu estabelecimento quantitativo “definitivo” enquanto fração do trabalho social depende ainda de uma mudança de forma, de uma alteração qualitativa da mercadoria enquanto valor de uso numa forma que expresse tão somente seu valor de troca (e, através dele, seu valor). Essa mudança de forma não quantifica o valor das mercadorias, mas permite a expressão de sua quantificação, expressão esta que coincide no tempo com a mudança de forma. Segundo Marx⁷:

⁷ Admite-se aqui que, em diversos momentos, Marx fala em “trabalho incorporado” nas mercadorias, “trabalho contido”, quantidade de trabalho cristalizada, valor como “geleia de trabalho” etc. Entretanto, é possível que todos estes trechos sejam interpretados tanto da forma que tradicionalmente o foram (como uma defesa da determinação quantitativa do valor pelo trabalho incorporado no momento da produção das mercadorias), mas também é possível que sejam interpretados conforme a visão da determinação quantitativa do valor apresentada aqui (determinação quantitativa pelo trabalho vivo). Se aceitarmos essa premissa, então é certo que, em momento nenhum de sua obra, Marx realizou a defesa de que a determinação quantitativa do valor se dê pelo trabalho incorporado às mercadorias no momento de sua produção. Por outro lado, como demonstrado aqui, Marx realizou por diversas vezes a defesa expressa de que o determinante quantitativo do valor não é o trabalho incorporado, mas o trabalho vivo. Este argumento parece suficiente para que esta hipótese interpretativa seja ao menos considerada com seriedade.

É de todo errado dizer que por isso o valor da mercadoria se converte de algo relativo em algo absoluto. Ao contrário. Como valor de uso a mercadoria se patenteia algo autônomo. Como valor, ao revés, patenteia-se algo meramente estabelecido, determinado apenas pela relação da mercadoria como tempo de trabalho simples, igual, socialmente necessário. *A relatividade vai a tal ponto que, ao variar o tempo de trabalho requerido para reproduzir a mercadoria, varia seu valor, embora não se altere o tempo de trabalho de fato nela contido* (MARX, 1980, vol. 3, p. 1184, grifos nossos).

Levando em consideração o desenvolvimento posto aqui, podem-se sintetizar as formas através das quais os distintos aspectos ou tipos de trabalho influenciam na determinação quantitativa do valor da seguinte maneira:

- O tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias (TTSN) é a quantidade de tempo de trabalho gasto em média para a reprodução de uma mercadoria no momento de seu intercâmbio (conforme visto no quadro do exemplo 1, mas considerando a temporalidade da troca), e este é o trabalho que determina quantitativamente o valor.
- O tempo médio de trabalho despendido no momento da produção (trabalho incorporado) não determina o valor. Este tempo de trabalho (sua média), entretanto, determinou o valor das mercadorias que foram trocadas na época em que o trabalho foi realizado. Ele pode, ademais, servir como referência para uma estimativa do TTSN no momento em que a troca ainda não foi realizada (que é importante para que os capitalistas possam estimar sua lucratividade, por exemplo). Trata-se de um “valor potencial”, que pode se confirmar ou não no momento do intercâmbio.
- O tempo de trabalho individual despendido por cada produtor para a produção das mercadorias é relevante para a determinação da média social e do TTSN do momento em que se efetiva. Ele é especialmente relevante, entretanto, para os capitalistas, já que é a partir dele que cada produtor individual poderá medir se conseguiu apropriar-se de quantidade igual,

menor ou maior de trabalho do que utilizou no momento da produção das mercadorias quando elas forem vendidas⁸.

Tabela 2. Tempos de trabalho necessários à produção de uma mercadoria no setor “x” com alteração de produtividade entre os momentos da produção e do intercâmbio

	Tempo de produção (produção)	Tempo de reprodução (momento do intercâmbio)
Produtor 1	6 horas	6 horas
Produtor 2	8 horas	7 horas
Produtor 3	10 horas	8 horas
Total / Média (TTSN)	24 horas / 8 horas	21 horas / 7 horas

Fonte: De Paula (2020, p. 40).

No caso do exemplo acima, em que é considerada a temporalidade da produção em relação ao intercâmbio, percebe-se que embora um total de 24 horas de trabalho tenham sido despendidas no setor produtor de mercadorias “x”, nem todas essas horas contam do ponto de vista da determinação do valor das mercadorias produzidas. Isso ocorre porque, no momento do intercâmbio, as condições de produção já são diferentes das condições de produção existentes no momento em que as mercadorias foram originalmente produzidas. Assim, o produtor 1, aquele que emprega o trabalho mais produtivo, conseguiria apropriar-se de mais trabalho do que despendeu (considerados apenas os aspectos vistos até aqui), uma vez que empregou 6 horas por unidade, diante de um TTSN de 7 horas. Entretanto, mesmo o produtor 2, que tanto no primeiro momento (produção original) quanto no

⁸ Apenas confirma o que está sendo afirmado aqui o fato de que, em setores onde exista muita volatilidade de preços, os produtores busquem, de alguma forma, se proteger desta negociando contratos futuros, securitização ou buscando formas de pagamento antecipado. O capitalista que recebe antes de produzir garante a apropriação de um determinado quantum de trabalho antes mesmo de tê-lo despendido, de forma que o estabelecimento do valor neste caso ocorre no momento do pagamento, e é ainda mais claramente independente do trabalho incorporado nas mercadorias no momento de sua produção (esta, no entanto, segue determinando a divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente do ponto de vista do capitalista individual). O valor destas mercadorias é determinado, não obstante, pelo trabalho social médio necessário para a reprodução da mercadoria no momento de referência para o estabelecimento dos preços (seja este o do pagamento, o da negociação do preço etc.).

segundo (reprodução no momento do intercâmbio) emprega o trabalho de produtividade idêntica à média social (TTSN), não conseguiria, neste caso, apropriar-se de todo o trabalho que despendeu para cada unidade de mercadoria. Já o produtor 3, mesmo tendo ampliado a produtividade do trabalho por ele empregado, ainda não conseguiria apropriar-se no intercâmbio de uma quantidade de trabalho equivalente ao por ele despendido. Considerando o exemplo acima (assim como a interpretação do valor como trabalho vivo aqui exposta), é possível tirar ainda as seguintes conclusões:

1) não é o trabalho social contido (ou incorporado) nas mercadorias que determina o seu valor, mas o trabalho social necessário para sua reprodução;

2) sempre que ocorrer uma ampliação da produtividade do trabalho, ocorrerá também uma “desvalorização”, por assim dizer, das mercadorias em estoque; desse modo, não existe uma relação necessária entre as horas totais de trabalho social despendidas na produção de determinada classe de mercadorias e o total de valor que estas mercadorias permitirão aos seus possuidores se apropriar através do intercâmbio. Este valor total que pode ser obtido através da alienação desta classe de mercadorias só é determinado no momento de seu intercâmbio, diante da produtividade do trabalho então vigente;

3) contudo, a divergência entre trabalho contido e o valor não expressa aqui uma divergência entre produção e apropriação, dado que a produção de valor é referenciada nas condições de produção no momento do intercâmbio e não no trabalho incorporado às mercadorias no momento da produção. Dessa forma, tanto a produção quanto a apropriação do valor (e mais-valor) são determinadas, do ponto de vista quantitativo, no momento do intercâmbio. Com isso, mais uma vez, percebe-se que as noções de trabalho contido ou trabalho incorporado não explicam a determinação quantitativa do valor.

Mas o mais importante aqui, a nosso ver, é que a abordagem da determinação quantitativa do valor pelo trabalho vivo, ou seja, pelas condições de reprodução no momento de reprodução da mercadoria, presente neste trabalho, permite que a determinante quantitativa do valor, o TTSN, seja vista

enquanto fração do trabalho social total (reprodução), ao mesmo tempo que expressa também uma correspondência com a média de tempos de trabalho empregados na produção de determinada mercadoria (desde que referenciada no momento de seu intercâmbio). Como veremos adiante, nas demais interpretações da teoria marxiana do valor-trabalho, apenas uma destas características teóricas pode ser preservada, sempre em detrimento da outra.

3. Outras interpretações sobre as determinantes do valor

As primeiras leituras de Marx no final do século XIX e no início do século XX consideraram muito pouco, ou quase nada, do aspecto qualitativo da determinação do valor.

A interpretação que até hoje é significativa para uma leitura ricardiana de Marx, a de Bortkiewicz (1868-1931), rejeita completamente a concepção marxiana de trabalho abstrato, propondo em seu lugar um retorno à noção de trabalho a-histórica de Ricardo⁹. Bortkiewicz rejeita as categorias marxistas “força de trabalho” (incluindo a visão de que seria possível uma subordinação dos salários ao princípio do valor-trabalho – ou seja, na realidade, uma rejeição da exclusividade do trabalho vivo na constituição do mais-valor), “trabalho abstrato” (argumentando pela impossibilidade da redução de todo trabalho a um “trabalho simples médio”) e “trabalho produtivo”, rejeitando também a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo realizada por Marx e o conceito de lucro comercial, dela derivado (BORTKIEWICZ, 1907, pp. 56-60).

Por outro lado, Kautsky, o principal “herdeiro” da corrente marxista do movimento dos trabalhadores depois da morte de Friedrich Engels e dirigente da social-democracia alemã, defendeu uma visão sobre as determinantes qualitativas do valor (o trabalho abstrato) que tampouco foi capaz de expressar a especificidade histórica do trabalho sob o capitalismo. Segundo Kautsky:

⁹ Para uma análise da crítica de Bortkiewicz à categoria marxiana do trabalho abstrato, ver de Paula (2020, pp. 42-46).

Por um lado, o trabalho se nos aparece como um dispêndio produtivo de força humana em geral; por outro, como atividade humana específica, para obtenção de determinado objeto. O primeiro aspecto do trabalho constitui o elemento comum a todas as atividades produtivas realizadas pelo homem; o segundo varia com a natureza da atividade. (KAUTSKY, 1925, p. 16)

Ao mesmo tempo, este tipo de formulação aceita em geral a determinação quantitativa do valor pelo trabalho contido nas mercadorias (ou trabalho incorporado), visto, em geral, como trabalho social médio necessário para a sua produção¹⁰.

Conforme aponta Rubin, esta noção de trabalho abstrato como trabalho humano em geral, cuja única determinação decorre do fato de ser dispêndio de energia humana enquanto tal, independente da forma específica na qual tal dispêndio ocorre (trabalho em fiação, metalurgia, ensino etc.), conduzirá necessariamente a uma noção “fisiológica” do trabalho abstrato e do valor. Uma característica fundamental desta definição fisiológica do trabalho abstrato é que ela é desprovida de quaisquer “elementos sociais e históricos”, ou seja, o trabalho abstrato seria algo possível de existir em qualquer época histórica, “independente da existência desta ou daquela forma social de produção” (RUBIN, 1980, p. 147).

O próprio Rubin (1980), por outro lado, desenvolve uma leitura diferente das determinantes do valor, em especial das categorias “trabalho abstrato” e “trabalho socialmente necessário”. Para Rubin, o trabalho abstrato-universal, distinto da mera igualação social de trabalhos através da troca (conceito a-histórico), teria sua constituição histórico-social específica com o surgimento da sociedade mercantil ou, mais precisamente, com o direcionamento dos diversos trabalhos privados (e, logo, da produção social) para o intercâmbio, de forma que a igualação do trabalho “assuma no produto a forma de valor” (RUBIN, 1980, p. 155).

Embora do ponto de vista quantitativo a formulação de Rubin não tenha significado uma ruptura completa com a leitura fisiológica existente em sua

¹⁰ Sobre isso, ver de Paula (2020, seção 3.3).

época, sua leitura da categoria “trabalho abstrato” seria muito importante para o surgimento de uma interpretação alternativa da teoria marxista do valor muito relevante a partir dos anos 1970, a chamada interpretação da forma-valor. Para os efeitos deste trabalho, consideram-se como parte da interpretação da forma-valor todas as leituras nas quais a determinação do valor (em especial do ponto de vista quantitativo, mas em muitos casos também do próprio caráter social do trabalho privado) se dá através do intercâmbio.

Nas próximas subseções (3.1 e 3.2) serão apresentadas as principais características de dos dois grupos de interpretações da teoria marxista do valor assinalados aqui. Na seção seguinte (4), serão tecidas algumas considerações críticas sobre os principais aspectos de cada um destes grupos.

3.1. Interpretações fisiológicas

As interpretações fisiológicas¹¹ da teoria marxista do valor-trabalho se caracterizam frequentemente por identificar no trabalho humano em geral (indiferenciado) a origem do trabalho abstrato. Este constituiria, assim, a substância do valor, sua determinação qualitativa. Esta identificação possui, muitas vezes, um caráter a-histórico, ou então relacionado a determinadas transformações técnicas no processo de produção. Este tipo de interpretação foi muito comum no marxismo anglófono até os anos 1970, e também em boa parte do marxismo alinhado às posições do estalinismo e dos Partidos Comunistas do mesmo período. Uma defesa recente deste tipo de interpretação pode ser vista em Kicillof e Starosta (2007). Para estes autores, a identificação do trabalho enquanto substância do valor depende apenas do fato de que o trabalho seja (é) a única ação humana que resulta na constituição do valor de uso das mercadorias, sendo o valor inseparável das suas propriedades físicas (KICILLOF; STAROSTA, 2007, p. 18). Com

¹¹ Não consideramos aqui as leituras neo-ricardianas de Marx, como a de Steedman (1985), que, seguindo Bortkiewicz, rejeitam abertamente a própria categoria “trabalho abstrato” (Cf. STEEDMAN, 1985, p. 573).

isso, os autores argumentam que o valor das mercadorias é determinado exclusivamente no momento de sua produção (pelo trabalho nelas contido), dado que o seu valor de uso não é alterado pelo ato de intercâmbio (KICILLOF; STAROSTA, 2007, p. 19).

Contudo, nem todas as interpretações que identificam a determinação quantitativa do valor no trabalho contido (ou incorporado) nas mercadorias baseiam-se neste tipo de noção a-histórica de trabalho. Exemplificam um tipo de conceituação histórica do trabalho abstrato enquanto trabalho fisiológico as interpretações de Gleicher (1983), McGlone e Kliman (2004) e Carchedi (2009).

Gleicher (1983) entende que o surgimento do trabalho abstrato teria relação com a simplificação (*deskilling*) do trabalho ocorrida a partir da constituição do chamado “trabalhador coletivo” produzido pela introdução da divisão do trabalho característica da manufatura, e aprofundada pela divisão do trabalho “orgânica” estabelecida com o sistema de máquinas da grande indústria. Dessa forma, o trabalho abstrato seria aquele tipo de trabalho que se torna independente, devido à sua homogeneidade, dos diversos valores de uso (GLEICHER, 1983, p. 107). Desta forma, o foco aqui está nas transformações técnicas do processo de produção, e não tanto nas transformações das relações sociais sob as quais o processo de produção ocorre.

McGlone e Kliman (2004) listam três aspectos fundamentais que contribuem para que a “abstração” do trabalho exista e seja uma forma social peculiar do modo de produção capitalista: 1) o propósito da produção (seu direcionamento para a venda, ou para o mercado); 2) o tempo de trabalho socialmente necessário como uma norma ativa que regula a produção (esta característica seria, para os autores, decorrente da tendência de aumento de produtividade do trabalho existente sob o capitalismo, e imposta a todos os capitais como regra pela via da concorrência); e 3) a derrubada da subjetividade do trabalho como princípio governante da produção, dando lugar a um sistema de máquinas em que o ritmo e a organização do trabalho são determinados de forma independente da habilidade dos trabalhadores

(MCGLONE; KLIMAN, 2004, pp. 144-148). Com isso, embora incorporem as relações sociais em visão sobre o surgimento do trabalho abstrato, este processo somente se completaria através de transformações técnicas no processo de produção. Este aspecto influencia decisivamente a visão destes autores sobre a determinação quantitativa do valor. Como a determinação do trabalho abstrato, do ponto de vista qualitativo, está na produção (e depende, de forma inescapável, de certas transformações técnicas do processo de produção), ela independe da existência da troca. Conclui-se daí que a única determinação quantitativa possível para o valor é o trabalho incorporado à mercadoria no momento de sua produção¹² (MCGLONE; KLIMAN, 2004, pp. 135-136).

Carchedi (2009), por outro lado, entende que o aspecto fundamental para a constituição do trabalho abstrato, bem como para sua localização no processo de produção (anterior ao intercâmbio), está na própria constituição das relações de produção capitalistas e na constituição do processo de trabalho num processo de valorização (CARCHEDI, 2009, p. 148). Carchedi leva ao extremo o aspecto fisiológico na determinação do valor ao defender a existência de uma relação entre o dispêndio fisiológico (físico e mental) dos trabalhadores no processo de produção, medido pelo seu gasto calórico, e o valor incorporado às mercadorias no processo de produção. Essa relação seria, para Carchedi, uma prova da existência autônoma do valor anterior ao intercâmbio (CARCHEDI, 2009, pp. 149-150)¹³. Desta substância físico-material do valor posta pela produção, uma essência fisiológica que corresponderia ao trabalho abstrato, Carchedi chega à determinação quantitativa do valor, cuja magnitude seria dada pela quantidade de energia fisiológica

¹² Kliman (2009) desenvolve uma abordagem mais aprofundada da questão da determinação quantitativa do valor, mas que mantém os aspectos essenciais vistos aqui (KLIMAN, 2009, pp. 96-105). Para uma análise desta abordagem, ver de Paula (2020, pp. 74-76).

¹³ Embora o ponto específico levantado por Carchedi, a utilização do gasto calórico dos trabalhadores como prova de uma existência física do valor, não possa ser analisado do ponto de vista de sua adequação ao texto marxiano, parece digno de nota o fato de que Marx e Engels rejeitaram de forma categórica um tipo similar de teorização existente em sua época (embora, obviamente, limitada ao conhecimento científico então disponível), contida no trabalho do médico e cientista ucraniano Serguei Podolinsky (1850-1891). Uma análise pormenorizada desta crítica de Marx e Engels ao trabalho de Podolinsky pode ser vista em Burkett e Foster (2008).

indiferenciada (medida em calorias) gasta na produção as mercadorias. Entretanto, esta quantificação fisiológica seria apenas um “valor potencial”; o valor efetivo seria determinado na circulação de mercadorias, na qual poderia ocorrer alguma redistribuição do valor gerado (CARCHEDI, 2009, pp. 152-153).

3.2. Interpretações da forma-valor

Além do trabalho de Rubin (1980), as obras de Rosdolsky (1977) e de Colletti (1972) são consideradas os principais pontos de partida da escola da forma-valor. Nesta interpretação da teoria do valor, o aspecto da determinação qualitativa do valor proposto por Rubin é mais desenvolvido no sentido de uma especificidade histórico-social da época da sociedade mercantil (posta pelo direcionamento da produção para o intercâmbio) ou capitalista, enquanto a determinação quantitativa do valor é, em geral, vista como algo que ocorre na esfera do intercâmbio, ou sob sua forte influência, tendo frequentemente o dinheiro um papel mais relevante em sua determinação.

Em suas formulações mais recentes, as interpretações da forma-valor podem ser divididas em dois grupos principais: as interpretações que rejeitam a possibilidade de determinação quantitativa do valor na produção (ARTHUR, 2013; REUTEN, 2005) e as interpretações que admitem uma determinação quantitativa do valor na produção, mas ao mesmo tempo conferem um caráter de identidade às categorias “valor” e “valor de troca” do ponto de vista quantitativo (KRAUSE, 1982; ROBERTS, 2005; BELLOFIORE, 2009; GERMER 2005; MOSELEY, 2011; 2016).

Arthur (2013) aponta o trabalho abstrato como expressão da posição (histórica) do valor dentro de relações capitalistas de produção, relacionada à subsunção do trabalho pelo capital. Como para o capital não importa seu emprego particular, mas apenas que se valorize, então o trabalho por ele empregado também receberia estas mesmas características (ARTHUR, 2013, p. 103). Desta forma, a constituição do trabalho abstrato teria como

fundamento a utilização do trabalho pelo capital no processo de valorização (ARTHUR, 2013, p. 111). Afirma ainda que a “dimensão” do trabalho abstrato é o tempo gasto (elapsed time), ou seja, o tempo no qual o trabalho contribuiu efetivamente para a valorização do capital, enquanto sua medida é o dinheiro (ARTHUR, 2013, p. 114). Desta forma, o tempo de trabalho em si seria irrelevante, na visão de Arthur, para o processo de valorização (social). O relevante seria apenas a medida na qual este tempo, subsumido no capital, contribuiu para o processo de sua valorização, o que só se expressaria pelo dinheiro obtido no intercâmbio das mercadorias produzidas. Dessa forma, Arthur identifica não no trabalho, mas no capital em seu movimento de valorização, a substância do valor – uma substância espectral (ARTHUR, 2013, pp. 116-117). O tempo que é quantificado socialmente através da mediação do dinheiro é o tempo de valorização do capital, de modo que todo o trabalho vivo seria abstraído “de conjunto” de sua determinação, enquanto a unidade da produção (do processo global de produção do capital) é estabelecida em termos de “puro tempo” (valorização, expresso no lucro). Dessa forma, não haveria uma expressão quantitativa do valor que não fosse determinada pelo intercâmbio, uma vez que o tempo de trabalho não seria especialmente relevante para a determinação do valor.

Uma interpretação semelhante aparece em Reuten (2005), que desenvolve substancialmente a análise do papel do dinheiro na determinação do valor. Para Reuten, o dinheiro teria um papel constitutivo na possibilidade de mensuração do valor das mercadorias, de modo que qualquer referência quantitativa ao valor que não seja aquela expressa nos preços seria “meramente ideal” e não teria existência real uma vez que não haveria no valor-trabalho qualquer sentido quantificável e o trabalho abstrato não poderia ser quantitativamente considerado em níveis mais concretos de abstração (REUTEN, 2005, p. 86). Para Reuten, apenas o dinheiro teria o poder (ou capacidade) de estabelecer (ou “revelar”) o valor das mercadorias, ou seja, o dinheiro constitui a única forma de comensurar as mercadorias do ponto de vista do valor, de maneira que a relevância da teoria do valor-trabalho e do trabalho

abstrato estaria restrita ao desenvolvimento da categoria dinheiro, após a qual deixaria de ter importância própria (REUTEN, 2005, pp. 87-91).

Interpretações como as de Arthur e Reuten parecem implicar uma dissolução da própria noção de valor em sua expressão fenomênica, o valor de troca, ou mais especificamente em sua forma preço, uma vez que este tem como sua única expressão possível aquela posta pela mediação do dinheiro. Esta (quase) dissolução é comum a todo o grupo de interpretações aqui denominado forma-valor. O peculiar de Arthur e Reuten é que estes rejeitam qualquer possibilidade de quantificação relevante para o valor-trabalho anterior ao dinheiro. Outras interpretações forma-valoristas não chegam a tanto, embora insistam na defesa da determinação quantitativa do valor através do dinheiro, ou exclusivamente na circulação.

Nos trabalhos de Krause (1982) e Roberts (2005; 2017) um aspecto fundamental da interpretação da forma-valor é mantido: a visão de que apenas através da troca o valor torna-se quantificável. Os instrumentos teóricos desenvolvidos para a quantificação do valor anterior ao intercâmbio são indiretos, ou seja, a determinação quantitativa do valor é possível através de um procedimento que produz uma modificação, ou um ajuste, dos preços de produção (que, no caso, são identificados com a forma aparente do valor, o valor de troca) ou nos inputs totais do processo de produção. Considera-se que o intercâmbio seria um momento no qual a equivalência dos valores de uso (garantida pelo fato de haver o intercâmbio) expressaria (induziria) uma igualdade dos trabalhos contidos nos valores de troca do ponto de vista social. Roberts afirma que, no processo de formação do trabalho abstrato, primeiramente todos os produtores contribuem para um amálgama de trabalho social total, para posteriormente, através do intercâmbio, retirarem desse amálgama parcela alíquota correspondente à igualdade das quantidades de “trabalho social médio” conforme medidas no intercâmbio, contidas nas mercadorias. Trata-se, portanto, de um tipo de procedimento que identifica no valor uma forma modificada do valor de troca (por sua

vez, identificado aqui com os preços de produção), invertendo, por conseguinte, o sentido causal inicialmente proposto por Marx.

A outra interpretação que desenvolveu aspectos diversos da leitura da forma-valor da teoria do valor trabalho é a que aparece nos trabalhos de Bellofiore (2009), Germer (2005) e Moseley (2011; 2016), e pode ser chamada de interpretação “monetária” do valor. Nestas visões, o trabalho privado somente se tornaria social através do intercâmbio e da conversão da mercadoria na forma monetária, que, dado seu caráter equivalente universal, permitiria expressar o valor das mercadorias enquanto frações do trabalho social total. A intermediação geral do dinheiro seria estabelecida pela produtividade do trabalho na produção da mercadoria-dinheiro (Germer) ou então através das relações quantitativas expressas pela política monetária ou pelos bancos no sistema de crédito (nos casos de Moseley e Bellofiore, respectivamente). Essa intermediação estabeleceria um fator de conversão (MELT) que permitiria medir o quanto o trabalho privado expressa, em média, em termos de trabalho social.

Em todos os casos, a escola da forma-valor vê na expressão fenomênica do valor, o valor de troca, a única capaz de permitir uma quantificação do trabalho social expresso nas mercadorias. A implicação deste tipo de visão é obstar a possibilidade de contradição entre as esferas da produção e da circulação, uma vez que aqui ocorre, do ponto de vista quantitativo, ou uma dissolução das duas, em conjunto com uma preponderância causal, ou, em última instância, da circulação.

4. Considerações críticas sobre as interpretações fisiológicas e da forma-valor sobre as determinantes do valor

A interpretação fisiológica do valor-trabalho permitiu a localização das determinantes do trabalho abstrato e, conseqüentemente, da “substância” do valor, na esfera da produção, em especial na constituição do trabalho em geral, do trabalho humano indiferente ao tipo específico de atividade que

é desempenhada, característico da situação posta pela conversão do processo de trabalho num momento do processo de valorização, ou seja, do desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, essa interpretação tirou desta localização do trabalho abstrato na esfera da produção uma implicação quantitativa: a de que o trabalho socialmente necessário (TTSN) e, logo, o valor sejam determinados pelo trabalho incorporado nas mercadorias durante a sua produção.

Contudo: a) esta não é uma implicação necessária da localização do surgimento lógico do trabalho abstrato na esfera da produção; b) existe outra possibilidade para a determinação quantitativa do valor na esfera da produção, que é pelo trabalho vivo, socialmente necessário para a reprodução da mercadoria no momento de seu intercâmbio (conforme visto na seção 1); c) a interpretação do trabalho incorporado como determinante quantitativa do valor foi rejeitada explicitamente por Marx (*cf.* seção 1); d) esta visão leva a diversas antinomias e dificuldades, e termina sendo incapaz de explicar a determinação quantitativa do valor pela esfera da produção nas condições existentes no modo de produção capitalista.

O processo através do qual o trabalho torna-se abstrato se localiza na esfera da produção e não na da circulação, mas daí não decorre que o trabalho contido/incorporado seja a determinante quantitativa do valor. Ao contrário, a decorrência da localização das determinantes do trabalho abstrato na produção é tão somente a emergência do valor como regra social, de modo que todos os produtos do trabalho passam a ser tendencialmente mensurados, do ponto de vista do intercâmbio, pelo trabalho necessário para reproduzi-los, e que todos devem ser vendidos, e devem assumir a forma de dinheiro. A forma-dinheiro é a forma necessária de expressão (semi) autônoma do valor porque somente ela é universalmente aceita. A consequência da posição do trabalho abstrato é, portanto, social, qualitativa, e não se refere especificamente à quantificação do valor em nenhuma mercadoria.

O trabalho abstrato, ou seja, o trabalho humano em geral, indiferenciado, só pode ser a substância do valor quando é trabalho presente, trabalho vivo,

pois apenas nesta circunstância é diretamente fração do trabalho social. O trabalho passado, incorporado nas mercadorias, só pode expressar uma média ou um determinado indicador de trabalhos individuais, nunca o trabalho social. Caso a interpretação fisiológica do trabalho abstrato fosse correta, bem como sua noção decorrente de que a determinação quantitativa do valor se dá pelo trabalho contido ou incorporado nas mercadorias, então seria possível uma expressão autônoma do valor na forma-mercadoria. A decorrência dessa possibilidade é que deixaria de ser necessário ao valor, para que este tenha expressão autônoma, a transformação na forma-dinheiro.

Se o trabalho torna-se abstrato pela mera abstração mental de suas especificidades (como no conceito a-histórico de trabalho abstrato) ou por um processo técnico-organizativo (conforme entendem Gleicher e McGlone e Kliman), então, nesses casos, as relações sociais não desempenhariam um papel fundamental para o seu estabelecimento. A implicação aqui, conforme aponta Mavroudeas (2004), é que a própria diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, como dois aspectos distintos do trabalho sob o capitalismo, praticamente deixa de fazer sentido, uma vez que todo trabalho produzido nestas condições é automaticamente trabalho abstrato e gera valor, do ponto de vista quantitativo de determinada razão técnica do tempo de trabalho despendido independente das alterações que possam existir na produção até o momento do intercâmbio (MAVROUDEAS, 2004, p. 187). Esta possível implicação da interpretação fisiológica do valor, entretanto, não se confirma na realidade da sociedade capitalista, uma vez que as próprias mercadorias não podem cumprir as mesmas funções que o dinheiro, ou seja, em geral, não podem representar o valor de forma (semi) autônoma em relação às próprias condições de produção.

Dessa forma, o que fica claro é que, de fato, o trabalho humano indiferenciado é a substância do valor. Mas apenas uma vez que: a) ele surgiu historicamente com a unidade produção-circulação e com a conversão do processo de trabalho num momento do processo de valorização (capital); b) este movimento siga vigente socialmente.

As interpretações da forma-valor, por outro lado, buscaram rejeitar a noção de valor como trabalho incorporado. Entretanto, a única formulação alternativa para a determinação quantitativa do valor que foram capazes de apresentar baseou-se numa dissolução ou aproximação das noções marxianas de valor e valor de troca. Esta aproximação entre as duas categorias, ao invés de promover um resgate da teoria do valor-trabalho de Marx, terminou por fortalecer a tendência a que esta fosse considerada, em termos práticos, algo redundante, por não se tratar aqui o valor como uma esfera causalmente prioritária em relação às esferas fenomênicas do valor de troca, preços etc. A consequência mais significativa desta dissolução é a impossibilidade da análise e compreensão das contradições entre produção e apropriação, fundamentais para a capacidade explicativa da teoria social marxiana sobre diversos aspectos do capitalismo – como a teoria dos preços de produção, da renda da terra, da dependência etc. Qualquer representação teórica marxista destes aspectos depende do reconhecimento deste tipo de contradição para que possa ser desenvolvida adequadamente.

Estas interpretações tiveram em comum também distintos graus de exacerbação do papel do dinheiro no estabelecimento quantitativo do valor. Entretanto, como se buscou demonstrar, não é o dinheiro nem o ato de intercâmbio (a venda), e, portanto, a transformação do valor de uso em dinheiro, que determina quantitativamente o valor das mercadorias. A determinação quantitativa do valor se dá na produção, mas em termos de trabalho vivo, de TTSN de reprodução da mercadoria. O fato de que a mercadoria precise ter sua expressão em dinheiro, que é o trabalho social igual “chancelado”, ou seja, a forma na qual o valor pode se expressar com relativa autonomia diante das condições de produção, não se confunde com a relatividade do valor, com a sua determinação quantitativa. A mercadoria não pode ter uma determinação quantitativa absoluta anterior à troca porque antes da troca não existe a realidade da troca, que é aquela na qual o TTSN, em termos de trabalho vivo, é considerado para efeitos do valor. Então, a temporalidade do TTSN que determina o valor ser a do momento da venda é o que impede que o valor tenha qualquer possibilidade de

quantificação definitiva anterior à circulação. O máximo que se pode obter antes do intercâmbio é uma “estimativa” baseada no trabalho contido na mercadoria. Mas essa estimativa é tão boa quanto mais o momento da produção se aproxima do momento da venda, em termos do peso relativo que o tipo de trabalho concreto para a produção de determinado valor de uso tem na totalidade do trabalho social. A teoria da “forma-valor” confunde o que determina quantitativamente o valor. Do fato de que o valor não pode ser determinado quantitativamente antes do intercâmbio, ela conclui que ele deve ser determinado pela circulação. Trata-se de uma conclusão inadequada. O valor é determinado no momento do intercâmbio, mas pelas condições de produção.

É deste erro, desta confusão, que resulta toda a mistificação do dinheiro que os autores da interpretação da forma-valor precisam realizar para explicar a determinação quantitativa do valor. Se o dinheiro, ou a transformação na forma-dinheiro, fosse o que confere valor às mercadorias no sentido quantitativo, como entende a interpretação da forma-valor, então, como explicar o surgimento do dinheiro? O que representa esse dinheiro que existe anteriormente (do ponto de vista lógico) ao valor? Fica claro que, por este caminho, se o argumento for levado às últimas consequências, toda a teoria do valor-trabalho precisaria ser abandonada, sendo então a atenção voltada para a compreensão dessas propriedades causais do dinheiro do ponto de vista da determinação do valor.

5. Considerações finais

As interpretações fisiológicas da teoria do valor-trabalho localizam corretamente o surgimento do trabalho abstrato na esfera da produção, mas tiram daí uma conclusão inadequada de que o trabalho incorporado seria a determinante quantitativa do valor (do TTSN), aspecto que não se confirma na realidade do modo de produção capitalista. Por outro lado, as interpretações da forma-valor rejeitam o trabalho incorporado como determinante quantitativa do valor, mas apenas porque localizam esta determinante na

esfera do intercâmbio (circulação), dissolvendo, assim, a própria noção de valor numa expressão da categoria valor de troca.

A interpretação do trabalho vivo, apresentada na primeira seção deste trabalho, parece ser capaz de contornar as limitações de ambas as interpretações, na medida em que é capaz de identificar na esfera da produção a origem do trabalho abstrato e da determinação do TTSN (e do valor, do ponto de vista quantitativo), sem com isso eliminar a consideração do valor enquanto fração do trabalho social. Por outro lado, ela permite compreender o estabelecimento quantitativo do valor no momento do intercâmbio (da conversão da mercadoria na forma-dinheiro), sem com isso apontar a esfera da circulação como instância da determinação quantitativa do valor e, portanto, ao mesmo tempo evitando a dissolução das categorias valor e valor de troca, característica das interpretações forma-valoristas.

Referências

- ARTHUR, Christopher J. "The Practical Truth of Abstract Labour" in: BELLOFIORE, Riccardo et alii (eds.). *In Marx's Laboratory: Critical Interpretations of the Grundrisse*. Leiden / Boston: Brill, 2013, pp. 101-120.
- BELLOFIORE, Riccardo. "A ghost turning into vampire: the concept of capital and living labour" in: BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto (orgs.). *Re-reading Marx: New Perspectives after the Critical Edition*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, pp. 178-194.
- BORTKIEWICZ, Ladislaus von. "Value and Price in the Marxian System", *International Economic Papers*, n. 2, 1952 [1907]. Disponível em: <http://jphdupre.chez-alice.fr/livre/pdf/bortkiewicz.pdf>. Acessado em: 19/11/2019.
- BURKETT, Paul; FOSTER, John Bellamy. "The Podolinsky Myth: An Obituary. Introduction to 'Human Labour and Unity of Force', by Serguei Podolinsky", *Historical Materialism*, n. 16, pp. 151-161, 2008.
- CARCANHOLO, Reinaldo. "Mercadoria, valor e fetichismo" in: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). *Capital: essência e aparência*, vol. I. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 27-100.
- CARCHEDI, Guglielmo. "The Fallacies of 'New Dialectics' and Value-Form Theory", *Historical Materialism*, n. 17, pp. 145-169, 2009.
- COLLETTI, Lucio. *From Rousseau to Lenin: Studies in Ideology and Society*. New York: New Left Books, 1972.
- DE PAULA, Patrick G. *Valor como trabalho vivo e renda fundiária: uma releitura da crítica da economia política*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.
- GERMER, Claus. "The Commodity Nature of Money in Marx's Theory" in: MOSELEY, Fred (ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- GLEICHER, David. "A historical approach to the question of abstract labour", *Capital & Class*, vol. 7, n. 3, pp. 97-122, 1983.
- KICILLOF, Axel; STAROSTA Guido. "On Materiality and Social Form: A Political Critique of Rubin's Value-Form Theory", *Historical Materialism*, n. 15, pp. 9-43, 2007.
- KLIMAN, Andrew. *Reclaiming Marx's Capital: A Refutation of the Myth of Inconsistency*. Lanham: Lexington Books, 2007.
- KRAUSE, Ulrich. *Money and Abstract Labour*. Londres: Verso, 1982.
- MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, vol. I. 3 vols. (vol. I: 1980; vol. 2: 1983; vol. 3: 1985). São Paulo: DIFEL, 1980.
- _____. *O capital: crítica da economia política* (3 vols.). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O capital* (3 vols.). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica à economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MAVROUDEAS, Stavros. "Forms of Existence of Abstract Labour and Value-Form" in: FREEMAN, Alan; KLIMAN, Andrew; WELLS, Julian (eds.) *The New Value Controversy and the Foundations of Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004, pp. 181-198.
- MCGLONE, Ted; KLIMAN, Andrew. "The Duality of Labour" in: FREEMAN, Alan; KLIMAN, Andrew; WELLS, Julian (eds.) *The New Value Controversy and the Foundations of Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004, pp. 131-150.
- MOHUN, Simon. "Socially necessary labour" in: BOTTOMORE, Tom (ed.). *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford: Blackwell Publishers, 1991, pp. 503-504.

- MOSELEY, Fred. "The Determination of the "Monetary Expression of Labor Time" ("MELT") in the Case of Non-Commodity Money", *Review of Radical Political Economics*, vol. 43, n. 1, pp. 95-105, 2011.
- _____. *Money and Totality: A Macro-Monetary Interpretation of Marx's Logic in Capital and the End of the "Transformation Problem"*. Leiden, Boston: Brill, 2016.
- MURRAY, Patrick. "Marx's 'Truly Social' Labour Theory of Value: Part I, Abstract Labour in Marxian Value Theory", *Historical Materialism*, n. 6, pp. 27-65, verão 2020.
- REUTEN, Geert. "Money as Constituent of Value" in: MOSELEY, Fred (ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005, pp. 78-92.
- ROBERTS, Bruce. "Abstract Labor" in: BRENNAN, David et alii (eds.). *Routledge Handbook of Marxian Economics*. Abingdon: Routledge, 2017.
- ROSDOLSKY, Roman. *The Making of Marx's 'Capital'*. Londres: Pluto Press, 1977.
- RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- STEEDMAN, Ian. "Heterogeneous Labour and Marx's Theory", *History of Political Economy*, vol. 17, n. 4, pp. 551-574, 1985.

TIAGO OLIVEIRA

MARIA CLARA OLIVEIRA

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO DA CEPAL

Recebido em 16/03/2021

Aprovado em 03/05/2021

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO DA CEPAL^{1 2}

Resumo

Uma nova etapa no pensamento cepalino é inaugurada em 2010 a partir da proposição de uma agenda de desenvolvimento que tem na igualdade a sua ideia mobilizadora, a sua chave de entendimento da realidade e dos problemas regionais, o seu horizonte de justiça social e seu eixo estruturante das políticas públicas. Este artigo discute o lugar e o papel do trabalho e da proteção social no quadro particular desta agenda, a partir de uma revisão da literatura combinada com a análise de documentos oficiais. Argumenta-se que a CEPAL consolidou o seu papel na América Latina enquanto promotora de estratégias de desenvolvimento alternativas ao neoliberalismo.

Palavras-chave: CEPAL; períodos de sessão; trabalho; proteção social; América Latina.

TIAGO OLIVEIRA

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil). Realizou pós-doutorado e é investigador no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC, Portugal).

E-mail: tiagooliveira@ces.uc.pt

MARIA CLARA OLIVEIRA

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). É professora auxiliar convidada no Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC, Portugal), investigadora associada ao Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (IDEFF, Portugal) e pesquisadora associada ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM, Brasil).

E-mail: c.oliveira@fe.uc.pt

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P. (Portugal), no âmbito do projeto PTDC/DIR-OUT/32096/2017 – “ART 63: O direito à segurança social e a crise – o retrocesso social como normalização do estado de exceção financeira”.

² Os autores gostariam de agradecer a leitura e as sugestões de José Castro Caldas e dos dois pareceristas anónimos.

Abstract

Since 2010, ECLAC puts forward a new development agenda based on the quest for equality. In this new strategy equality is not only used as a lens to study the region and to understand its problems, but it is also seen as a goal to be pursued and, thus, as a structuring axis of public policy. This article examines the place and role of work and social protection in this agenda and is based on a literature review combined with the analysis of official documents. It is argued that ECLAC has consolidated its role in Latin America as a promoter of alternatives to neoliberal development strategies.

Keywords: ECLAC; sessions; work; social protection; Latin America.

I. Introdução

Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das comissões regionais das Nações Unidas e tem por missão promover o desenvolvimento econômico e social da região. Desde cedo, constituiu-se como um importante polo de pensamento, avançando teorias inovadoras nos planos econômico, social e político. O peso da escola cepalina foi visível em diversos países latino-americanos e ultrapassou também as fronteiras regionais, em particular no período que vai da sua criação até a década de 1970, quando destacou-se por sua defesa do planejamento econômico, da industrialização e das reformas sociais como caminhos para a superação do subdesenvolvimento.

O último quarto do século XX foi marcado por transformações na economia e na política mundial que puseram em xeque as estratégias nacionais de desenvolvimento implementadas no pós-guerra e pavimentaram a ascensão do neoliberalismo. No plano regional, a crise da dívida externa e a hiperinflação, na década de 1980, ajudaram na conformação de um “ambiente perfeito” para o ocaso daquelas estratégias, muito identificadas com as ideias do estruturalismo latino-americano, produzidas e disseminadas, sobretudo, pela CEPAL.

Nesse momento, outras organizações do sistema das Nações Unidas, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ampliaram consideravelmente a sua influência na região, quer em decorrência das mudanças socioeconômicas e ideológicas mencionadas, quer por possuírem mecanismos que lhes permitiam induzir diretamente um determinado curso de ação (*hard power*), tais como a concessão de empréstimos.

Tal influência atingiu seu auge na década de 1990, na sequência do recém-criado Consenso de Washington, identificado com a promoção do neoliberalismo e de políticas de desregulação dos mercados financeiro, de bens e serviços e de trabalho. A partir de então, vigorou na região a ideia de que os

³ Para uma discussão sobre mecanismos de influência ver, por exemplo, Dion (2008).

problemas do desenvolvimento só seriam equacionados a partir das políticas de ajuste estrutural emanadas daquele Consenso, de que o Banco Mundial e o FMI foram importantes veículos de disseminação, implementação e de disciplinamento, no caso de governos resistentes ao receituário neoliberal.

Ainda que tenha procurado adequar suas propostas ao novo cenário, o que pode ser interpretado como uma capitulação ao neoliberalismo (CARCANHOLO, 2008), a CEPAL viu a sua capacidade de influência limitada neste período, mesmo porque não dispunha, tal como os organismos internacionais supracitados, de mecanismos que lhe permitissem influenciar diretamente o curso das políticas nacionais. A sua atuação ocorre de modo indireto (*soft power*), ou seja, por meio de tentativas de inclusão de determinados temas na agenda política e de disseminação de valores e ideias.

Foi somente com o fracasso das reformas neoliberais em estimular o crescimento econômico e ampliar o bem-estar na região, nos anos 2000, especialmente a partir da Crise de 2008, que uma janela de oportunidade foi aberta para que a CEPAL readquirisse um maior protagonismo sobre a agenda política e econômica latino-americana, a partir da apresentação de uma estratégia de desenvolvimento com igualdade.

Uma primeira ideia que subjaz a presente reflexão é que organizações internacionais competem por espaços de influência e suas posições podem variar ao longo do tempo (BÉLAND; ORENSTEIN, 2013). No século atual, a CEPAL logrou recolocar-se como um ator influente, tornando mais plural o espaço antes controlado por instituições ideologicamente mais próximas ao Consenso de Washington.

Uma segunda ideia subjacente é a de que a profunda crise econômica aberta pela pandemia da COVID-19 poderá alterar o poder de influência dessas organizações na América Latina de formas que ainda não podemos prever. Por um lado, as vulnerabilidades socioeconômicas provocadas pela crise podem favorecer as propostas avançadas pela CEPAL no período recente. Por outro lado, o cenário político da região, que assistiu na última década a um crescimento de países governados por partidos de perfil

liberal-conservador, a exemplo de Brasil e Chile, torna o ambiente mais hostil à disseminação destas ideias.

Este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir a nova visão de desenvolvimento promovida pela CEPAL, a Agenda de Desenvolvimento com Igualdade, delineada, sobretudo, nos documentos associados aos Períodos de Sessão publicados a partir de 2010. O trabalho e a proteção social constituem pilares fundamentais dessa agenda, o que justifica o recorte temático adotado. Escapa, contudo, aos seus propósitos avaliar em que extensão as políticas públicas implementadas no período pelos países da região apresentaram maior ou menor aderência à agenda defendida pela CEPAL.

A relevância dessa discussão repousa no fato de que, apesar dos avanços importantes observados nos mercados de trabalho da região na primeira década e meia do século atual (OIT, 2015), permanecem os seus problemas estruturais, a exemplo da alta informalidade e da baixa cobertura do trabalho protegido. A desaceleração econômica, que se intensificou no último quinquênio, veio agravar a situação, ao debilitar o ritmo de criação de novos postos de trabalho e aumentar a precariedade e o desemprego (OIT, 2019). A crise pandêmica expôs e agudizou essas vulnerabilidades, trazendo impactos extremamente negativos nos planos econômico e social.

Na perspectiva cepalina contemporânea, é no mundo do trabalho que se originam e se reproduzem muitas das dimensões da desigualdade, uma vez que se constitui em caixa de ressonância de problemas oriundos da heterogeneidade estrutural e de uma institucionalidade laboral e social frágil e pouco abrangente. Assim, há uma clara contraposição com relação às ideias e políticas defendidas por instituições com presença significativa na região, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O artigo foi elaborado com base na análise de bibliografia relevante e de documentos oficiais produzidos pela CEPAL, em particular os já mencionados Períodos de Sessão. Entre 2010 e 2020, foram produzidos os seguintes documentos: *A hora da igualdade* (CEPAL, 2010), *Mudança estrutural para a igualdade* (CEPAL, 2012), *Pactos para a igualdade* (CEPAL, 2014), *Horizontes*

2030 (CEPAL 2016), *A ineficiência da desigualdade* (CEPAL, 2018) e *Construir um novo futuro* (CEPAL, 2020). O último documento foi elaborado no contexto da crise pandêmica, isto é, num momento em que desafios adicionais se colocam à região, pelo que as suas recomendações são importantes, quer na discussão da própria crise, quer das medidas necessárias para sua superação. No entanto, uma vez que a pandemia traz desafios distintos, além de aprofundar problemas existentes, entende-se que este documento deve integrar uma agenda futura de pesquisa, de modo a ser alvo de uma discussão mais detalhada do que aquela que aqui se apresenta. Recorreu-se ainda a informações provenientes de quatro entrevistas, conduzidas no âmbito da pesquisa doutoral⁴ da segunda autora e que foram cedidas para apoiar a elaboração deste artigo. As entrevistas foram realizadas em 2016 e 2017, em Santiago do Chile, seguindo um roteiro semiestruturado e visando entender os recentes desenvolvimentos em matéria de proteção social não contributiva em países latino-americanos, particularmente no Chile e no Brasil.

Além desta introdução, o artigo conta com mais três partes. A próxima discute as estratégias de desenvolvimento propostas pela CEPAL ao longo do tempo a partir da ótica do trabalho e da proteção social. A seguinte debate a Agenda de Desenvolvimento com Igualdade, dentro do recorte temático adotado, e contrasta estas propostas com as de cariz neoliberal avançadas por outros organismos. Na última parte são apresentadas as conclusões finais.

2. Trabalho, proteção social e desenvolvimento no pensamento da CEPAL

Na tradição cepalina, o desenvolvimento latino-americano é interpretado como tributário da expansão global do capitalismo e do estabelecimento de

⁴ Esta pesquisa deu origem à tese de doutorado intitulada *Ideias e políticas públicas: considerações a partir da análise de programas de transferência monetária na África do Sul, no Brasil e no Chile*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, em 2018. A autora agradece a bolsa de doutorado atribuída pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

uma divisão internacional do trabalho que reservava aos países da região, como fornecedores de recursos naturais, o papel de linha auxiliar do processo de acumulação de capital dos países do centro, pioneiros na adoção das técnicas de produção capitalista. Nesse contexto, nos países periféricos, densamente povoados e submetidos a diferentes modalidades de organizações pré-capitalistas, conformaram-se estruturas econômicas híbridas, integradas por segmentos de alta e de baixíssima produtividade, expressão maior do subdesenvolvimento (FURTADO, 1961).

A industrialização impôs-se, nas primeiras décadas do século XX, como o caminho para a difusão, pelo tecido econômico, dos frutos do progresso técnico e, por essa via, para a diminuição da heterogeneidade da estrutura produtiva e a ampliação do bem-estar social. O fato é que, desse ponto de vista, a industrialização periférica não foi plenamente exitosa, uma vez que a heterogeneidade estrutural não retrocedeu aos níveis observados nos países do centro, enquanto se alimentou, como forma de garantir demanda para bens e serviços associados à modernidade, de uma distribuição da renda altamente concentrada (FURTADO, 1961; PREBISCH, 1981).

Tal industrialização, baseada num paradigma tecnológico desenvolvido nos países centrais e que operou num ambiente com um excedente estrutural de mão de obra, padecia de uma insuficiência dinâmica, expressa na incapacidade de absorção, pelo aparelho produtivo, da força de trabalho disponível em camadas técnicas de produtividade elevada, sob um padrão distributivo razoavelmente igualitário. Aliada a uma frágil regulação do mercado de trabalho e à ausência de reformas sociais, notadamente a da posse da terra, a dinâmica de reprodução do capitalismo periférico conviveu com formas espúrias de absorção de mão de obra, ou seja, setores de baixíssima produtividade e remuneração, com ampla presença de inserções ocupacionais viabilizadas por iniciativas dos próprios trabalhadores, guiados por estratégias individuais de sobrevivência, conformando mercados de trabalho com vastas zonas de informalidade (PINTO, 1965; PREBISCH, 1973; SOUZA; TOKMAN, 1976).

Deste modo, a formação e o desenvolvimento dos mercados de trabalho na periferia do capitalismo trilharam um caminho próprio, distinto do observado nos países centrais: o emprego protegido e a regulação pública das relações de trabalho sempre foram menos expressivos, a diminuição do peso do trabalho agrícola foi muito rápida e o trabalho na indústria não cresceu em ritmo suficiente para que sua proporção no total da ocupação se assemelhasse à verificada nos países desenvolvidos, quando em estágio de desenvolvimento semelhante (PREBISCH, 1973), e, por fim, a expansão acelerada do setor de serviços, apoiada em seus ramos de mais baixa produtividade, significou uma terciarização espúria da estrutura ocupacional (PINTO, 1965).

Naquela altura, o estruturalismo latino-americano enxergava os problemas sociais e do mercado de trabalho no capitalismo periférico como uma questão umbilicalmente associada às imperfeições das estruturas produtivas das economias da região, profundamente heterogêneas, ainda que, a partir da década de 1960, preocupações com reformas institucionais, como a agrária e a fiscal e financeira, tenham adquirido relevância no pensamento da instituição (BIELSCHOWSKY, 2009).

As mudanças nos contextos internacional (colapso do sistema de Bretton Woods, transformações tecnológicas e financeirização da economia) e regional (crise da dívida externa e adesão dos países da região ao neoliberalismo e à globalização), iniciadas na década de 1970, condicionaram uma revisão no enfoque analítico e nas proposições de políticas da CEPAL. O neoestruturalismo, inaugurado em 1990, significou um esforço de aproximação desse organismo com os países da região em um contexto de hegemonia neoliberal, o que para muitos representou uma capitulação a esse ideário (CARCANHOLO, 2008). No entanto, na visão de autores alinhados ao pensamento cepalino, foram preservados os pilares do estruturalismo clássico, assim como a defesa de políticas de transformação social e econômica como caminho para a superação do subdesenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2009).

Em linhas gerais, as políticas neoliberais, muitas vezes implementadas na sequência de planos de estabilização supervisionados pelo FMI, miravam uma diminuição da intervenção direta do Estado nos assuntos econômicos, mediante medidas de liberalização dos mercados, privatizações, diminuição dos gastos públicos, e ampliação dos espaços de atuação dos agentes econômicos privados.

O objetivo era produzir um ambiente institucional pró-mercado e estabelecer um quadro macroeconômico de “preços certos”, livre das “arbitrariedades” das instituições desenvolvimentistas na condução da política econômica. Assim, esperava-se que as economias latino-americanas obtivessem êxito no combate à inflação, na redução dos déficits fiscais, no aumento das exportações e na recuperação do crescimento econômico (FFRENCH-DAVIS, 2005; WILLIAMSON, 2003; LECHINI, 2008; GIRÓN, 2008).

As “arbitrariedades” desenvolvimentistas no mercado de trabalho também deveriam ser removidas para que diminuições expressivas do desemprego e da informalidade pudessem ser conseguidas. Nesse sentido, recomendava-se o afastamento das intervenções estatais na determinação dos salários (não sendo bem vistas as políticas de salários mínimos⁶) e o rebaixamento dos custos de demissão, com vistas a aumentar a flexibilidade da gestão do trabalho e a capacidade de reestruturação das empresas. Ademais, a elevada tributação sobre o trabalho seria responsável por ampliar a informalidade e rebaixar a competitividade internacional das empresas locais, de modo que deveria ser revista, assim como a prevalência de relações de trabalho conflitivas, que exigiriam procedimentos de resolução a *posteriori* de elevado custo.

Nessa perspectiva, o funcionamento desejado para o mercado de trabalho exigiria uma elevada mobilidade do fator trabalho, pré-condição para que as empresas pudessem adaptar-se com maior velocidade a contextos que

⁶ Para o Banco Mundial, a explicação para a não reversão da queda da desigualdade de renda observada na região pós-2011, em que pese a desaceleração econômica do período, é explicada pela maior rigidez à baixa do salário real dos trabalhadores pouco qualificados, que, por essa razão, são penalizados com a perda de seus empregos. Ver de la Torre et alii (2015).

exigem ajuste econômico. Com efeito, sindicatos, negociações coletivas e legislação protetiva do trabalho eram vistos como entraves ao processo de ajustamento econômico e, portanto, ao comportamento eficiente dos mercados (BANCO MUNDIAL, 1995; IMF, 2003).

No campo das políticas sociais, a atuação estatal ameaçaria os interesses e as liberdades individuais, criaria obstáculos à atividade e concorrência privadas e fomentaria um indesejável crescimento dos controles burocráticos. Desse diagnóstico deriva, ao menos inicialmente, um conjunto de prescrições de políticas que passa pela defesa de uma previdência social organizada como um seguro social, contratado e gerido individualmente. Complementarmente, recomenda-se que o Estado concentre sua atuação em programas assistenciais e de renda mínima, em um contexto no qual as políticas sociais devem assumir um papel residual, ocupando tão somente as lacunas não atendidas pelos serviços privados e pelos recursos familiares ou da comunidade (DRAIBE, 1993).

Naquele contexto, a CEPAL advogava uma abertura comercial gradual, seletiva e a par de taxas de câmbio reais desvalorizadas e relativamente estáveis, caminho para uma competitividade autêntica, baseada na inovação e no fortalecimento das capacidades produtivas dos países da região. Para tanto, postulava-se como necessária a adoção de uma visão sistêmica da competitividade, pautada por avanços nos campos da infraestrutura física, criação e incorporação de novas tecnologias, e formação de mão de obra qualificada, bases para um crescimento sustentável com equidade distributiva.

Adicionalmente, a CEPAL alertava para a centralidade das políticas macroeconômicas na determinação de um crescimento econômico suficiente para assegurar um patamar elevado de demanda por trabalho e de geração de empregos produtivos, e para os perigos que poderiam acompanhar propostas de flexibilização da institucionalidade laboral focadas na busca por redução de custos do trabalho, capazes de gerar resultados contraproducentes em termos de produtividade e emprego (CEPAL, 2000).

Deste modo, enquanto a heterogeneidade estrutural permanece como elemento explicativo central dos problemas latino-americanos, o foco da análise avança no sentido de incorporar no rol de suas preocupações os déficits dos direitos de cidadania. Posto isto, a instituição procura afirmar, por um lado, que as políticas sociais e o combate à pobreza devem ser regidos pelos princípios da universalidade, solidariedade e eficiência, e, por outro, ressaltar a importância de analisar tais políticas em sua totalidade, tendo em conta as conexões virtuosas que podem resultar da interação entre elas (BIELSCHOWSKY, 2009).

O início dos anos 2000 significou para a América Latina o esgotamento do modelo neoliberal em virtude de sua incapacidade de cumprir as promessas de elevar o crescimento econômico, gerar mais e melhores empregos e ampliar o bem-estar social. O crescimento econômico continuava baixo, o salário médio diminuiu, a informalidade aumentou, assim como a pobreza, e a distribuição de renda manteve-se notavelmente concentrada. Ffrench-Davis (2005) fala em um duplo desenvolvimento divergente na América Latina durante a era neoliberal: o PIB per capita não convergiu em direção ao dos países desenvolvidos e as distâncias entre os grupos de alta e de baixa renda cresceram.

Abriu-se a possibilidade, portanto, num cenário externo favorável⁷, interrompido apenas com a crise de 2008, para que estratégias de desenvolvimento alternativas ao Consenso de Washington pudessem ser formuladas e implementadas na região, que vivia ainda uma virada político-ideológica a partir da ascensão ao poder de coalizões políticas de perfil crítico ao neoliberalismo.

Nesse contexto, as análises e proposições de políticas cepalinas assumiram uma preocupação crescente com questões sociais, visível não apenas em diferentes menções nos relatórios aqui abordados, mas também no aumento de publicações que lhes são dedicadas (MAHON, 2015). A incorporação do

⁷ A partir da retomada do crescimento da economia mundial e do aumento da demanda e dos preços de *commodities* que possuem peso expressivo na pauta de exportações dos países da região.

tema da proteção social resultou de um diálogo próximo com outras organizações (como a Organização Internacional do Trabalho – OIT – e algumas outras agências das Nações Unidas) e universidades (ENTREVISTADO 4; MAHON, 2015), e está também associada à maior visibilidade da agenda de gênero dentro da organização (MAHON, 2015), que desempenha também um papel bastante crítico relativamente aos modelos de proteção social existentes (ENTREVISTADO 4). Mais ainda, a partir de meados dos anos 1990, diversos países da região começaram a colocar em prática uma série de iniciativas em matéria de proteção social, em especial, medidas de proteção não contributiva, como programas de transferência condicionada voltados para famílias com crianças em situação de vulnerabilidade e pensões solidárias para idosos em situação de pobreza, o que reforçou a urgência de discutir este tema.

O grande marco do reconhecimento da importância da proteção social pela CEPAL nos anos 2000 foi o relatório correspondente ao 3º Período de Sessões, a que se chamou “*Protección social de cara al futuro*” (CEPAL, 2006), e que exortou os países da região a avançarem no desenvolvimento e consolidação da proteção social em diversas frentes, tais como políticas de saúde, sistemas de pensões, políticas de desenvolvimento de capital humano, entre outras. Estas orientações têm por entendimento que a proteção social é um direito de cidadania e estão associadas à defesa da constituição de um amplo pacto social a favor da proteção e promoção social, envolvendo diferentes atores da sociedade encabeçados pelo Estado, de modo a garantir a articulação necessária para levar adiante reformas profundas e duradouras (CEPAL, 2006).

Assim, a organização concebe a proteção social como um importante instrumento para garantir a igualdade, especialmente diante da alta informalidade e prevalência de condições distintas no acesso a oportunidades. São três as funções que a proteção social deve cumprir: garantir o bem-estar, mitigar as consequências negativas resultantes dos problemas sociais e assegurar proteção contra os diferentes riscos que se colocam aos

indivíduos ao longo do ciclo de vida. Para tanto, a intervenção proposta é constituída por um tripé: proteção contributiva, assistência social e regulação do mercado de trabalho (CECCHINI; MARTÍNEZ, 2011). Assim, entre os principais temas discutidos pela CEPAL e nas propostas por esta avançadas, ainda nos anos 2000, encontramos as seguintes vertentes: regulação do mercado de trabalho (normas para garantir o trabalho protegido, políticas antidiscriminação, entre outras), aumento da proteção contributiva (fortalecimento dos sistemas de pensões, consolidação do seguro-desemprego e de políticas de ativação, seguros de saúde, entre outras) e desenvolvimento de proteção não contributiva ao longo do ciclo de vida (prestações sociais destinadas a famílias com crianças e pensões básicas solidárias, subsídios, medidas de promoção nas áreas da saúde e da educação, entre outras). Considerando as heterogeneidades estruturais do mercado de trabalho, a proteção tradicionalmente associada à inserção laboral encontra limites no quadro latino-americano, tornando-se necessário um pilar de assistência social mais robusto, o que tem sido enfatizado pela organização (ENTREVISTADOS 1, 2, 3 e 4).

Estava delineado, pois, o ambiente propício para que o pensamento cepalino inaugurasse uma nova etapa em sua trajetória histórica e para que a instituição reassumisse o protagonismo na região enquanto intérprete dos problemas latino-americanos e idealizadora de políticas para o seu desenvolvimento.

3. Trabalho e proteção social na Agenda de Desenvolvimento com Igualdade da CEPAL

Uma nova etapa no pensamento cepalino é inaugurada em 2010 e tem nos documentos dos Períodos de Sessões publicados nos anos que se seguem os seus textos-base, orientadores e demarcadores de um novo enfoque acerca do desenvolvimento latino-americano e dos desafios a serem enfrentados pelos países da região neste início de século.

Esta nova perspectiva tem na igualdade a sua ideia mobilizadora, a sua chave de entendimento da realidade e dos problemas regionais, o seu horizonte de justiça social e seu eixo estruturante de propostas de políticas públicas.

O ponto de partida é um balanço negativo dos resultados socioeconômicos produzidos ao longo das últimas três décadas, período de hegemonia do neoliberalismo, tido como responsável pelo agravamento dos históricos problemas latino-americanos e pela fragilização dos instrumentos de intervenção estatal disponíveis para remediá-los. Ademais, a CEPAL beneficiou-se do conhecimento produzido pela própria organização sobre trabalho e proteção social na década anterior, conforme já salientado⁸, e do avanço dessa temática no âmbito de outras organizações. Nesse sentido, há que se referir o estabelecimento em 2000, no âmbito das Nações Unidas, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), orientadores das ações dos seus Estados-membros em prol do desenvolvimento e da eliminação da pobreza. Ainda que diversos objetivos pudessem ser mais facilmente atingidos por meio de políticas de proteção social, tais como erradicar a pobreza extrema e a fome (ODM 1) ou promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres (ODM 3), elas encontravam-se ausentes explicitamente desta agenda. Em 2015, com a identificação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compõem a Agenda 2030, passam a ser definidos modos claros de caminhar no sentido da consecução destas propostas. Assim, a proteção social é entendida como uma peça-chave para combater a pobreza (ODS 1), promover a igualdade de gênero (ODS 5) e ainda reduzir a desigualdade dentro e entre países (ODS 10) (CECCHINI, 2019).

A igualdade, nesse contexto, emerge como valor intrínseco do desenvolvimento a ser perseguido, em uma região que padece historicamente de

⁸ Entretanto, a partir de 2010, o pensamento cepalino sobre o tema passa a se mover num plano teórico e analítico diferente. Como ilustração, a ideia de capital humano, ainda presente em, por exemplo, CEPAL (2006), não somente deixa de ser mobilizada, como é alvo de uma reflexão crítica: “No adherimos a la premisa que está en el origen de la teoría del capital humano, a saber, que el eje de inclusión es el ajuste meritocrático en el mercado laboral y no la ciudadanía como titularidad de derechos” (CEPAL, 2010, p. 43).

níveis exacerbados de discriminação racial, étnica e de gênero, de uma cisão social profunda e das piores distribuições de renda do mundo; uma região na qual a cultura do privilégio encontra-se entranhada na sociedade. Diante dessa realidade, o desafio que se coloca para os países latino-americanos é o de avançar, mediante uma nova equação entre Estado, mercado e sociedade, em direção a uma maior aproximação entre dinamismo econômico e igualdade social, sem a qual a própria sustentabilidade do crescimento é posta em causa. “Igualar para crescer e crescer para igualar”, eis uma síntese do pensamento cepalino contemporâneo:

[...] la desigualdad conlleva grandes costos de eficiencia, lo que redundaría en que su superación sea una condición necesaria para el desarrollo. [...] Las políticas en favor de la igualdad no solo producen efectos positivos en términos de bienestar social, sino que también contribuyen a generar un sistema económico más favorable para el aprendizaje, la innovación y el aumento de la productividad. (CEPAL, 2018, p. 22)

Essa nova equação exige uma retomada do protagonismo do Estado, visto como única instituição capaz de formular uma visão de longo prazo e de liderar uma estratégia de desenvolvimento compromissada com objetivos traçados democraticamente, dado que legitimados por consensos nacionais os mais amplos possíveis e expressos por meio de pactos sociais. Desse modo, defende a CEPAL, políticas de Estado devem ser mobilizadas para dinamizar o crescimento, promover a produtividade, fomentar uma maior articulação territorial, impulsionar melhores condições de emprego e de institucionalidade laboral e prover bens públicos e proteção social com vocação universalista e redistributiva.

Surge, pois, a partir dessa nova visão, uma proposta de uma Agenda de Desenvolvimento com Igualdade, composta por seis áreas estratégicas, que abrangem dimensões distintas, porém articuladas entre si, como as das políticas macroeconômicas; das estruturas produtivas; dos territórios; dos empregos e sua regulação; das desigualdades e proteção social; e do Estado e sua fiscalidade.

Como dito na introdução, a apreensão e a análise de todas essas dimensões são um propósito que ultrapassa os objetivos e o alcance do presente artigo. A tarefa aqui proposta, muito mais modesta, é a de iluminar o papel que assumem o trabalho e a proteção social na nova agenda de desenvolvimento da CEPAL, papel claramente distinto do assumido na agenda defendida pelo Consenso de Washington, hegemônica no período anterior, e que teve sua importância renovada a partir do contexto de respostas às consequências socioeconômicas da crise pandêmica.

Assim sendo, cumpre destacar, de início, que um dos elementos-chave para o entendimento da desigualdade na América Latina, na perspectiva da CEPAL, diz respeito às desigualdades que se manifestam em termos da qualidade e da produtividade dos postos de trabalho nos e entre os distintos setores da atividade econômica e entre empresas, que resultam, por sua vez, em uma estrutura de distribuição de rendimentos profundamente desigual entre trabalhadores e entre capital e trabalho.

Na raiz do problema encontram-se a heterogeneidade estrutural histórica das economias latino-americanas (e agravada ao longo do período de hegemonia do neoliberalismo) e a insuficiência dinâmica do seu desenvolvimento, ou seja, a sua incapacidade crônica de deslocar trabalhadores de camadas técnicas de baixa para as de alta produtividade, com redução da desigualdade de rendimentos. Tal segmentação entre trabalhadores pertencentes a ramos econômicos e empresas muito distintas em termos de produtividade é, em larga medida, definidora de desigualdades em termos de acesso e desenvolvimento de capacidades, de incorporação de progresso técnico, de poder de negociação, de acesso a redes de proteção social e trabalhista, e de possibilidades de mobilidade ocupacional ascendente ao longo de trajetórias profissionais. Logo, o mercado de trabalho constitui-se em um dos espaços por excelência de criação e de reprodução das desigualdades de renda e sociais.

Decorre desse entendimento que uma sociedade que assuma a igualdade como horizonte de referência deve perseguir uma mudança estrutural

progressiva, que combine maior presença relativa de setores mais intensivos em conhecimento (eficiência schumpeteriana), diversificação de setores com rápido crescimento da demanda interna e externa (eficiência keynesiana), e proteção do meio ambiente associada a uma desconexão entre crescimento econômico e emissões de carbono (eficiência ambiental)⁹.

Nesse contexto, o emprego com plena titularidade de direitos porta-se como correia de transmissão da igualdade: mudanças estruturais disseminadas pelo tecido econômico provocam mudanças correlatas na estrutura do emprego, na medida que trabalhadores são deslocados de setores de baixa para os de média e alta produtividade, ao tempo que o conjunto se move para patamares de maior produtividade. Assim sendo, estão dadas as condições para que se molde uma estrutura de distribuição da renda menos desigual e uma estrutura ocupacional composta por mais empregos com proteção social¹⁰.

A Agenda do Desenvolvimento com Igualdade da CEPAL contribui para uma melhor compreensão dos problemas latino-americanos ao insistir e relembrar as articulações complexas existentes entre domínios aparentemente distintos e independentes da realidade social e econômica, que podem ser resumidas na ideia de que “não somente no social se joga o social”. De acordo com a própria instituição:

[...] las políticas para consolidar los avances sociales son importantes para el cambio estructural progresivo y la estabilidad económica. Por un lado, una protección social universal establecería un piso de demanda agregada que sería también un mecanismo anticíclico; por otro, el acceso universal a la educación y la salud tendría un impacto positivo en la productividad. Sin la protección social será más difícil que las personas sostengan o mejoren

⁹ Inicialmente, o conceito de mudança estrutural, então denominada de “virtuosa”, abrangia apenas as eficiências schumpeteriana e keynesiana (CEPAL, 2012). A eficiência ambiental foi incorporada a este conceito somente a partir do documento *Horizontes 2030* (CEPAL, 2016).

¹⁰ Como demonstrado em CEPAL (2014), o percentual de assalariados aumenta segundo o nível de produtividade do setor. Para um universo de 18 países latino-americanos, estimou-se que quase 80% dos trabalhadores eram assalariados nos setores de alta produtividade, contra aproximadamente 50% nos setores de baixa produtividade.

su inserción y su papel en un mercado de trabajo bajo permanentes choques del progreso técnico. La protección social no es una traba al desarrollo. (CEPAL, 2016, p. 168).

Deste modo, fica evidente que, embora necessária para a geração de empregos com direitos e de qualidade, a mudança estrutural *per se* não é suficiente. A institucionalidade laboral de cada um dos países da região deve estimular a criação de círculos virtuosos entre aumentos de produtividade, crescimento dos salários e criação de empregos de qualidade e protegidos. Ou seja, por um lado, é preciso assegurar que os ganhos de produtividade possam ser transmitidos aos trabalhadores, e, por outro lado, reforçar os aspectos objetivos e subjetivos que definem o emprego de qualidade em torno de parâmetros que incentivem níveis crescentes de produtividade.

Assim sendo, a CEPAL rejeita a flexibilidade do trabalho como um caminho desejável para o enfrentamento dos problemas dos mercados de trabalho dos países da região. Ainda que a flexibilidade signifique uma maior capacidade de ajuste, no curto prazo, às oscilações econômicas, adverte o organismo, os seus efeitos colaterais – incentivos à celebração de contratos de trabalho de curta duração e a uma maior instabilidade nos postos de trabalho, pelo que se desestimula o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades – mostram-se contraproducentes ao aumento da produtividade e do emprego no médio e no longo prazos.

Nesse sentido, as evidências históricas disponíveis são abundantes: não há exemplo de país que tenha alcançado crescimento econômico sustentável com igualdade a partir da aplicação de reformas trabalhistas pró-flexibilidade. Assim sendo, o ideal, defende a CEPAL, é construir um regime macroeconômico, devidamente articulado com políticas industriais e de comércio exterior, favorável aos investimentos, de modo que a dinâmica do mercado de trabalho mostre-se pujante e forje um ambiente de negociação no qual os trabalhadores não se encontrem em situação de extrema fragilidade (como nos últimos quarenta anos). Eventuais modificações nos sistemas nacionais

de relações de trabalho devem ser discutidas e problematizadas uma vez satisfeita essa premissa. A citação seguinte elucida a questão:

Sin embargo, al asumir como valor irreductible la igualdad de derechos y oportunidades en la sociedad, bajo ningún concepto puede utilizarse la flexibilidad para consagrar o perpetuar relaciones profundamente asimétricas en materia de poder de negociación y contrataciones en el marco laboral. Cuando esto ocurre, así como en el caso de un contractualismo privado sin mediación estatal y librado a la capacidad de negociación de los agentes, la flexibilización se convierte en sinónimo de precarización, con el consiguiente deterioro de las condiciones de trabajo y la ampliación de las brechas sociales, lo que contradice la normativa del derecho al trabajo decente suscrita hoy por la comunidad internacional. (CEPAL, 2010, p. 174)

Nesse mesmo sentido, adverte-se:

[...] las asimetrías de poder son especialmente importantes en los procesos de negociación de pactos sociales y, si no se corrigen, pueden desembocar en acuerdos contrarios al propósito de avanzar con la reforma de instituciones — como las fiscales o laborales — para favorecer la igualdad. (CEPAL, 2014, p. 316)

Os países da região encontram-se, portanto, diante do desafio da dupla inclusão, a social e a laboral: por um lado, devem buscar assegurar um patamar básico de bem-estar a toda a população por meio do acesso universal à educação, à saúde, à proteção social e à infraestrutura básica (energia, água potável e saneamento); por outro lado, garantir que todos tenham uma participação no mercado de trabalho em condições dignas, mediante empregos de qualidade que provenham rendimentos estáveis e acesso à proteção social (CEPAL, 2017).

Deste modo, algumas áreas deveriam ser consideradas prioritárias na região para assegurar o acesso mais amplo possível a um posto de trabalho com proteção social, assim como combater as desigualdades originadas no mercado de trabalho. As principais recomendações presentes nos documentos dos Períodos de Sessões entre 2010 e 2018 podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- a institucionalidade trabalhista deve cumprir com seu duplo objetivo de favorecer um funcionamento eficiente do mercado de trabalho e proteger os trabalhadores. Deve ainda servir de base para uma produtividade crescente, assim como assegurar condições para que a sua distribuição se dê de maneira equitativa;
- buscar a expansão da institucionalização das relações de trabalho do setor formal, combatendo burlas às legislações nacionais do trabalho e evitando o aprofundamento da segmentação do mercado de trabalho;
- reforçar a formação profissional e a capacitação, ajustando-as aos diferentes grupos de trabalhadores e articulando-as com o sistema educacional. Deve-se ter em conta ainda as especificidades das empresas de menor porte, assim como cuidar para que os sistemas de capacitação se articulem com uma estratégia de desenvolvimento preocupada com o incremento da competitividade sistêmica;
- a negociação coletiva deve ser fortalecida, de modo que seu potencial distributivo seja aproveitado. Isto exige assegurar espaços adequados para a atuação sindical nas empresas, em um contexto de garantia legal de pisos mínimos de direitos e de benefícios. Ademais, a negociação coletiva deve ser encorajada como o espaço de aprimoramento permanente da institucionalidade trabalhista;
- assegurar ao salário mínimo uma trajetória crescente de modo que funcione como mecanismo de distribuição de renda e de combate à pobreza, tendo em conta a estrutura salarial de cada país e suas articulações com as políticas macroeconômicas, produtivas e de crédito;
- a vulnerabilidade dos trabalhadores do setor informal deve ser mitigada mediante políticas de desenvolvimento produtivo e mecanismos não contributivos de proteção social, de forma que a sobrevivência, assim como um patamar mínimo de dignidade, possam ser assegurados a tais trabalhadores, que frequentemente se submetem, ao longo de sua vida laboral, a situações de desocupação, baixos salários ou inatividade forçada;
- grupos com inserções ocupacionais historicamente desfavoráveis devem contar com políticas de apoio específicas. No caso das mulheres, deveriam

ser objeto de fomento políticas de conciliação entre a vida laboral e familiar, uma oferta adequada de serviços de cuidado, jornadas de trabalho mais flexíveis, estímulo à participação masculina nas tarefas de cuidados, e a presença do tema nas negociações coletivas. Políticas de qualificação e de intermediação devem ser ajustadas às necessidades dos trabalhadores jovens;

- mecanismos de proteção da renda durante o desemprego devem ser criados (ou fortalecidos onde já existam) e integrados às políticas ativas e passivas de mercado de trabalho, no âmbito de um sistema público nacional de emprego. Ademais, recomenda-se a criação de um fundo de desemprego com funcionamento contracíclico e articulado com políticas ativas de emprego, a exemplo da criação direta de empregos por parte do Estado;
- marcos normativos da responsabilidade empresarial nos âmbitos laboral, ambiental e social devem ser padronizados e fortalecidos.

Na América Latina, a redemocratização nos anos 1980 trouxe alguns avanços para os direitos sociais, que logo enfrentaram constrangimentos de ordem econômica – crise da dívida e ajustes fiscais na década seguinte – e no próprio plano do desenho das políticas sociais, diante das reformas sofridas nessas duas décadas (KERSTENETZKY, 2012). Após a virada do século, esses avanços mostram-se ainda mais intensos, expressos pelo aumento do gasto público social, pela criação de Ministérios e Agências na área do desenvolvimento social e no encetar de diversas reformas que visam expandir a proteção, essencialmente o seu pilar não contributivo (CEPAL, 2010). Reconhece-se ainda uma inflexão na visão orientadora da proteção social, que passa a ter um caráter universal e é, cada vez mais, entendida como um direito, o que se traduz em ações que vão além da proteção de grupos inseridos no mercado de trabalho formal e inclui um dinamismo acrescido no pilar não contributivo, essencial na mitigação dos riscos e na redução da desigualdade (CEPAL, 2010).

A proteção social, identificada desde o 3º Período de Sessões (CEPAL, 2006) como peça essencial para apoiar o desenvolvimento na região, integra a

Agenda da Igualdade enquanto instrumento que permite caminhar na direção do “fechamento de brechas sociais” (CEPAL, 2010). As principais recomendações presentes nos Períodos de Sessão entre 2010 e 2018, que recuperam em grande parte as propostas de 2006, são as seguintes:

- estabelecimento de grandes pactos sociais a favor da proteção social, que incluam o mercado, organizações do terceiro setor e o Estado, que deve assumir um papel de liderança, em particular porque são as ações por ele desenvolvidas que têm potencial para conter e minimizar as desigualdades;
- entender o gasto público como um investimento e a proteção social como uma medida contracíclica, o que implica que o Estado assuma um papel proativo no financiamento, desenho e entrega de políticas neste campo. Esta posição torna-se mais necessária em contextos de menor capacidade do Estado e de maior desigualdade não só na oferta de bem-estar, como na generalidade dos indicadores;
- desenhar e implementar sistemas de proteção contributiva mais robustos, nomeadamente por meio da reforma de prestações como o seguro-desemprego e de sistemas de pensões;
- estabelecer estratégias de ativação das capacidades dos indivíduos, por meio de programas de emprego públicos e da criação de incentivos para capacitação e integração da população vulnerável no mercado laboral;
- desenvolver ou fortalecer medidas de transferências monetárias diretas para as populações vulneráveis, de modo a protegê-las contra os diferentes riscos a que estão expostas ao longo da vida. O leque de medidas incluídas nesta categoria é amplo e vai desde as pensões solidárias para idosos, aos apoios a pessoas incapacitadas e aos programas de transferência para famílias com crianças, que podem prever condicionalidades em áreas que visam o desenvolvimento de capacidades humanas, como a educação e/ou a saúde;
- criação de sinergias entre sistemas de proteção social e o acesso a cuidados de saúde, estes ultrapassando limites impostos pela associação da saúde a contribuições formais e pela privatização de serviços operada durante o ajustamento estrutural dos anos 1980 e 1990;

- estratégias de cuidado promovidas pelo Estado, como o investimento em creches e em escolas que cobrem a jornada inteira, não só porque a educação é um fator importante na redução da desigualdade e na garantia de melhores níveis de vida no futuro, como pelo fato de “libertar” da função de cuidado indivíduos em idade ativa que podem integrar o mercado laboral, geralmente mulheres, devido à desigualdade de gênero presente na região.

Uma novidade integra o documento produzido em 2018, resultado de alternativas que já vinham sendo discutidas internamente (ENTREVISTADO 4):

- abertura de espaço para refletir sobre as vantagens e os efeitos potencialmente negativos de adotar uma renda básica de cidadania (CEPAL, 2018).

Do exposto, não há dúvidas de que duas estratégias distintas de desenvolvimento para a América Latina disputam a hegemonia ideológica na região. Note-se que, no que concerne ao papel desempenhado pelo trabalho e a proteção social, a estratégia neoliberal busca um funcionamento competitivo e flexível dos mercados nacionais de trabalho, que possibilite às empresas um rápido ajustamento às flutuações da atividade econômica e potencialize os efeitos de mudanças na política monetária. Dentro desse arcabouço teórico, os salários são vistos como custos da produção, as políticas salariais como elemento de controle da inflação, os direitos sociais como rigidezes ao funcionamento do mercado de trabalho e a regulação do trabalho como resultado da livre negociação entre as partes, com a menor interferência possível dos sindicatos.

Em contraposição, a estratégia de desenvolvimento para a região defendida pela CEPAL tem na igualdade o seu eixo central. Nesse contexto, o mercado de trabalho tem um papel fundamental e duplo, como instituição que gera e reproduz desigualdades oriundas da heterogeneidade estrutural das economias da região. Nessa perspectiva, enfatizam-se os salários como demanda efetiva da economia, as políticas salariais como pilar de sustentação do consumo das famílias, os direitos sociais como proteção aos riscos

sociais e a regulação do trabalho como resultado de negociações coletivas conduzidas por entidades sindicais fortalecidas e representativas das partes e de um direito do trabalho como piso básico de direitos.

4. Considerações finais

Este artigo demonstrou que a CEPAL é um ator importante de definição de estratégias de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, quer desempenhando um papel central, como aconteceu até os anos 1970, quer enquanto promotor de visões alternativas, como aconteceu nas décadas de 1980 e 1990. Com a mudança de século e as transformações nos cenários socioeconômico e político, a organização torna-se novamente um ator de destaque na cena regional, disseminando uma concepção de desenvolvimento que se distingue das propostas por organizações alinhadas ao pensamento do Consenso de Washington, a exemplo do Banco Mundial.

Os anos de 2020 e 2021 são marcados pela crise pandêmica e pelo agravar de várias crises já em andamento na região. A conjuntura econômica já era preocupante, revelada por uma fraca geração de postos de trabalho, aumento do desemprego, débil crescimento dos salários reais, e diminuição da qualidade das ocupações, a partir do crescimento da informalidade e de postos de trabalho com pouca ou nenhuma proteção social. A pandemia tornou a situação ainda mais dramática, aprofundando os movimentos de precarização e de exclusão no mercado de trabalho que já se encontravam em curso, com o agravante de que a capacidade de resposta da região é hoje mais limitada do que a verificada em crises anteriores (CEPAL; OIT, 2020; CEPAL, 2020).

Os desafios que se colocam atualmente ao mundo do trabalho e às políticas de proteção social são enormes. O emprego protegido e as relações de trabalho ao abrigo da regulação pública nunca estiveram tão ameaçados quanto hoje. O trabalho realizado e gerido por meio de plataformas digitais e o teletrabalho, em um contexto de grande confinamento, expandiram-se

e consolidaram sua presença nos mercados de trabalho urbanos. As lacunas na regulação dessas modalidades de trabalho ainda são expressivas na região, tornando-as vetores de expansão de formas de assalariamento disfarçado, de intensificação do trabalho, de maior controle sobre a execução do trabalho, e da indistinção entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho.

A súbita interrupção da atividade econômica trouxe à tona a necessidade de repensar a institucionalidade laboral de proteção da renda e do emprego dos trabalhadores. Nesse quesito, assume relevância a discussão sobre patamares mínimos de garantia de renda cada vez mais presentes na agenda pública dos países da região. Se a importância deste instrumento é reconhecida desde há muito por algumas organizações, é nos últimos anos que diferentes organismos têm prestado mais atenção ao tema, ainda que com visões distintas, como, por exemplo, as redes mínimas de proteção da renda defendidas pelo Banco Mundial e as visões mais compreensivas e complementares a sistemas universais de proteção social avançadas pela OIT e pela própria CEPAL.

Nesse contexto, e por meio da Agenda do Desenvolvimento com Igualdade, a CEPAL logrou recuperar o seu papel de ator relevante na região e reforçou a sua vocação de polo de formulação de estratégias de desenvolvimento alternativas ao neoliberalismo. Entretanto, as estratégias a adotar para fazer frente à crise gerada pela pandemia e durante o período de recuperação que se seguirá têm suscitado intenso debate, do qual participam a CEPAL – o 38º Período de Sessão teve lugar em 2020 e já durante a crise pandêmica – e as demais organizações acima mencionadas. A análise comparativa das estratégias de desenvolvimento propostas pelos diferentes organismos, e mais particularmente do lugar que o trabalho e a proteção social ocupam em cada uma delas, será reservada para uma agenda de pesquisa futura.

Referências

- BANCO MUNDIAL. “Reformas laborales y económicas en América Latina y el Caribe” in: *Informe sobre el desarrollo mundial*. Nova York: Oxford University Press, 1995.
- BÉLAND, D.; ORENSTEIN, M. A. “International organizations as policy actors: An ideational approach”, *Global Social Policy*, vol. 13, n. 2, pp. 125-143, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468018113484608>. Acesso em: 26/05/ 2020.
- BIELSCHOWSKY, R. “Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo”, *Revista de la CEPAL*, n. 97, abril, 2009.
- CARCANHOLO, M. “Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova CEPAL dentro do Consenso de Washington”, *Revista Análise Econômica*, n. 49, ano 26, pp. 133-161, Porto Alegre, 2008.
- CECCHINI, S. “Introducción” in: CECCHINI, S. (compilador) *Protección social universal en América Latina y el Caribe. Textos seleccionados 2006-2019*. Santiago: CEPAL, 2019, pp. 9-11.
- CECCHINI, S.; MARTÍNEZ, R. *Protección social inclusiva en América Latina: una mirada integral, un enfoque de derechos*. Santiago: CEPAL, 2011.
- CEPAL; OIT. *Coyuntura laboral en América Latina y el Caribe. El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19)*. Santiago: Nações Unidas, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45557/4/S2000307_es.pdf. Acesso em: setembro 2020.
- CEPAL. *Equidad, desarrollo y ciudadanía*, LC/G.2071/Rev.1-P, 2000. Santiago: Nações Unidas. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2686/2/S2006536_es.pdf. Acesso em: setembro 2020.
- _____. *Protección social de cara al futuro: acceso, financiamiento y solidaridad*, LC/G.2294 (SES.31/3), 2006. Santiago: Nações Unidas, 2006. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2806/1/S2006002_es.pdf. Acesso em: fevereiro 2020.
- _____. *La hora de la igualdad. Brechas por cerrar, caminos por abrir*, LC/G.2423 (SES.33/3), 2010. Santiago: Nações Unidas, 2006. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2973/1/LCG2432_pt.pdf. Acesso em: setembro 2020.
- _____. *Cambio estructural para la igualdad. Una visión integrada del desarrollo*, LC/G.2524 (SES.34/3), 2012. Santiago: Nações Unidas, 2012. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3078/1/S2012062_es.pdf. Acesso em: setembro 2020.
- _____. *Pactos para la igualdad. Hacia un futuro sostenible*, LC/G.2586 (SES.35/3), 2014. Santiago: Nações Unidas, 2014. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36692/6/LCG2586SES353s_es.pdf. Acesso em: setembro 2020.
- _____. *Horizontes 2030: la igualdad en el centro del desarrollo sostenible*, LC/G.2660/Rev.1, 2016. Santiago: Nações Unidas, 2016. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40159/4/S1600653_es.pdf. Acesso em: setembro 2020.
- _____. *Brechas, ejes y desafíos en el vínculo entre lo social y lo productivo*, LC/CDS.2/3/-*, 2017. Santiago: Nações Unidas, 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42209-brechas-ejes-desafios-vinculo-lo-social-lo-productivo>. Acesso em: dezembro 2020.
- _____. *La ineficiencia de la desigualdad*, LC/SES.37/3-P, 2018. Santiago: Nações Unidas, 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43442/6/S1800059_es.pdf. Acesso em: setembro 2020.
- _____. *Construir un nuevo futuro: una recuperación transformadora con igualdad y sostenibilidad*, (LC/SES.38/3-P/Rev.1), 2020. Santiago: Nações Unidas, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46227/1/S2000699_es.pdf. Acesso em: fevereiro 2021.

DE LA TORRE, A. *et alii. Jobs, Wages, and the Latin American Slowdown*. LAC Semiannual Report, Office of the Chief Economist, Latin America and Caribbean Region. Washington, DC: World Bank, outubro 2015. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/401911467996987401/pdf/100083-v1-PUB-Jobs-Wages-Latin-America-Box393219B-PUBLIC-v1.pdf>. Acesso em: setembro 2020.

DION, M. "International organizations and social insurance in Mexico", *Global Social Policy*, vol. 8, n. 1, pp. 25-44, 2008.

DRAIBE, S. "As políticas sociais e o neoliberalismo - Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas", *Revista USP*, n. 17, pp. 86-101, 1993.

ENTREVISTADO 1. *Entrevista* [26/10/2016]. Entrevistadora: Maria Clara Oliveira. Santiago de Chile, 2016. Entrevista concedida para pesquisa de doutorado de Maria C. Oliveira, com suporte do CNPq.

ENTREVISTADO 2. *Entrevista* [03/11/2016]. Entrevistadora: Maria Clara Oliveira. Santiago de Chile, 2016. Entrevista concedida para pesquisa de doutorado de Maria C. Oliveira, com suporte do CNPq.

ENTREVISTADO 3. *Entrevista* [08/11/2016]. Entrevistadora: Maria Clara Oliveira. Santiago de Chile, 2016. Entrevista concedida para pesquisa de doutorado de Maria C. Oliveira, com suporte do CNPq.

ENTREVISTADO 4. *Entrevista* [28/04/2017]. Entrevistadora: Maria Clara Oliveira. Santiago de Chile, 2017. Entrevista concedida para pesquisa de doutorado de Maria C. Oliveira, com suporte do CNPq.

FFRENCH-DAVIS, R. *Reforming Latin America's economies: After market fundamentalism*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 1961.

GIRÓN, A. "International Monetary Fund: from stability to instability" in: LECHINI, G. (ed.). *Globalization and the Washington Consensus: its influence on democracy and development in the South*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

IMF. "Unemployment and labor market institutions: why reforms pay off" in: IMF. *World Economic Outlook*, Washington, DC: IMF, abril 2003, ch. 4.

KERSTENETZKY, C. *O Estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LECHINI, G. "Introduction" in: LECHINI, G. (ed.). *Globalization and the Washington Consensus: its influence on democracy and development in the South*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2008.

MAHON, R. "Integrating the social into CEPAL's neo-structuralist discourse" in: MCBRIDE, S.; MAHON, R.; BOYCHUK, G. W. (eds.) *After '08. Social Policy and the Global Financial Crisis*. Canadá: UBC Press, 2015, pp. 161-180.

OIT. *Panorama Laboral 2015*. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_435169.pdf. Acesso em: setembro 2020.

_____. *Panorama Laboral 2019*. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_732198.pdf. Acesso em: setembro 2020.

PINTO, A. "Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano", *El Trimestre Económico*, México D. F.: Fondo de Cultura Económica, n. 125, 1965.

PREBISCH, R. *Transformação e desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

_____. *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

SOUZA, P. R.; TOKMAN, V. “O problema ocupacional: o setor informal urbano” in: SERRA, J. (coord.) *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WILLIAMSON, J. “An agenda for restarting growth and reform” in: KUCZYNSKI, P.; WILLIAMSON, J. (eds). *After the Washington Consensus: Restarting Growth and Reform in Latin America*. Washington, DC: Institute for International Economics, 2003.

VALÉRIA SILVA MORTARI
CÁSSIO GARCIA RIBEIRO
MARCELO LOURAL
APARECIDA OLIVEIRA

A PETROBRAS COMO AGENTE DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO NO BRASIL: IMPORTÂNCIA E Esvaziamento

Recebido em 22/10/2020
Aprovado em 09/08/2021

A PETROBRAS COMO AGENTE DO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO NO BRASIL: IMPORTÂNCIA E Esvaziamento

VALÉRIA MORTARI SILVA

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

E-mail: mortarivaleria@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3798-5563>

CÁSSIO GARCIA RIBEIRO

Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI), Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: cassiogarcia@ufu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9290-0660>

MARCELO LOURAL

Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI), Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: marcelo.loural@ufu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1366-5821>

APARECIDA OLIVEIRA

Departamento de Economia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

E-mail: aparecidaoliveira@ufscar.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7729-4068>

Resumo

Durante boa parte da trajetória da Petrobras estiveram presentes a estratégia de integração vertical e a utilização da empresa como ponta de lança para o alcance de objetivos estratégicos do governo brasileiro. Todavia, a partir do Governo Michel Temer, é possível perceber uma manobra de reorientação da política do governo do país em relação à Petrobras. A nova agenda que emerge é caracterizada pelos desinvestimentos de seus ativos a jusante da cadeia petrolífera e pelo esvaziamento da política de conteúdo local. O objetivo deste artigo é analisar o papel desempenhado pelo setor de refino – um dos alvos da política de desinvestimentos e em relação ao qual a empresa detém praticamente o monopólio na atualidade – do ponto de vista da economia brasileira. Para alcançar esse objetivo, é empregado o método de análise insumo-produto, com base do cálculo de seus índices de ligação e multiplicadores de emprego e produto. Os resultados corroboram o papel de relevo do setor de refino, em termos de encadeamentos produtivos, potencial de geração de produto e emprego. Assim, argumenta-se aqui que, ao vender ativos da Petrobras, o Estado brasileiro estará desfazendo-se de um dos mais importantes mecanismos de mobilização da economia ainda ao seu alcance.

Palavras-chave: Petrobras; encadeamentos; insumo-produto.

Abstract

For a large part of Petrobras' trajectory, the vertical integration strategy and the use of the company as a spearhead to serve the purpose of the Brazilian government were present. However, starting from the Michel Temer Administration, it is possible to perceive reorientation of the country's government policy towards oil sector. The new agenda that emerges is characterized by the divestments of its assets downstream from the oil chain and by the emptying of the local content policy. The purpose of this article is to analyze the role played by the refining sector – one of the targets of the divestment policy and concerning which the company practically has a monopoly today – for the Brazilian economy. To achieve this objective, the input-output analysis method is employed, based on the calculation of its linkage indices and employment and product multipliers. The results corroborate the important role of the refining sector, in terms of productive chains, the potential for product generation and employment. Thus, it is argued here that, when selling Petrobras assets, the Brazilian state will be divesting itself of one of the most important mechanisms for mobilizing the economy still under its reach.

Keywords: Petrobras; linkages; input-output.

JEL: L38; L72; C67.

I. Introdução

Desenvolvimento e mudança estrutural exigem estratégias que vão além da manipulação dos preços macroeconômicos. Reinert *et alii* (2010) apontam para a necessidade de transformações na estrutura produtiva como ponto de partida para o crescimento econômico sustentado. No último capítulo de sua principal obra, a *Teoria geral do emprego do juro e da moeda*, Keynes (1992) discorre sobre a atuação do Estado na economia como forma de lidar com dois problemas essenciais enfrentados pelas economias capitalistas: sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a desigualdade na distribuição da riqueza e da renda.

A incapacidade de uma economia capitalista em lidar com os referidos problemas originar-se-ia da instabilidade estrutural do sistema. Considerando a incerteza quanto ao futuro, os agentes capitalistas tenderiam a preferir maneiras mais líquidas para a valorização de seus ativos, como, por exemplo, as aplicações financeiras. Logo, os investimentos produtivos constituem uma das opções, não a única, de valorização da riqueza em uma economia capitalista. Dessa forma, Keynes considera que o investimento, por seu potencial de geração de postos de trabalho e sua instabilidade, é demasiadamente importante para ficar a cargo somente do setor privado, cabendo ao Estado conferir certa estabilidade ao ciclo econômico, evitando flutuações e garantindo maior previsibilidade às decisões privadas de investir e empregar.

Seguindo abordagem semelhante, Hirschman (1958) discorre que, em situações de subdesenvolvimento, caberia ao Estado identificar setores específicos com grande potencial de encadeamento produtivo, tanto para trás, como demandantes, quanto para a frente, como fornecedores de insumos. Esses seriam chamados de setores-chave. Portanto, a atuação do Estado na condução da política de desenvolvimento produtivo deveria concentrar-se nesses setores.

No bojo dessa discussão em torno da intervenção do Estado no domínio econômico, notadamente por meio do investimento público em setores-chave, o Brasil, durante a industrialização por substituição de importações, teve as estatais como um dos pilares da estratégia de desenvolvimento levado a cabo pelo Estado. Mesmo após a onda privatizante dos anos 1990, pode-se afirmar que empresas estatais ainda possuem certa proeminência na economia brasileira, especialmente a Petrobras. A petrolífera brasileira é a estatal mais emblemática do país, em função de uma série de fatores: i) trata-se de uma empresa que atua em um setor estratégico; ii) desde sua criação, a empresa é palco de muitas polêmicas e disputas; iii) tal empresa é reconhecida internacionalmente como uma das mais capacitadas tecnologicamente para enfrentar os desafios da exploração e produção de petróleo em águas profundas; iv) desde os primórdios, a Petrobras realizou importantes investimentos, permitindo que o país reduzisse significativamente a importação de óleo bruto e derivados, além de representar estímulo ao desenvolvimento da indústria de bens de capital sob encomenda e das empresas de engenharia do país (FURTADO *et alii*, 2003; ULLER, 2007; RIBEIRO; FURTADO, 2020).

Pode-se afirmar que durante boa parte de sua existência a Petrobras foi utilizada pelos governos brasileiros como mecanismo indutor do desenvolvimento do país. Todavia, com a ascensão de Michel Temer à presidência da República, há sinais inequívocos de uma guinada conservadora na agenda do governo voltada para o setor petrolífero, com a mudança da percepção acerca dos papéis assumidos pela Petrobras. Pode-se afirmar que essa guinada mostra sinais de permanência no governo de Jair Bolsonaro. Os desinvestimentos, a priorização dos acionistas e o esvaziamento da política de conteúdo local são os traços fundamentais da nova agenda que emerge. No que se refere à estratégia de desinvestimentos desde o governo Temer, tem amadurecido a proposta, explicitados em documentos oficiais, de venda de ativos na área de refino de petróleo.

O objetivo deste artigo é analisar o papel desempenhado pelo setor de refino – em relação ao qual a empresa detém praticamente o monopólio na atualidade – do ponto de vista da economia brasileira. Para alcançar tal objetivo, a metodologia deste estudo apoia-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental¹ e coleta e análise de dados secundários. Além disso, com vistas a revelar a importância das atividades de exploração e produção e refino para a economia do país, é empregado o método de análise insumo-produto, em termos de encadeamentos produtivos, com base do cálculo de seus índices de ligação, multiplicador de emprego e produto.

Os resultados deste estudo evidenciam o importante papel desempenhado pelo setor de petróleo, com destaque para a Petrobras, do ponto de vista do potencial de realização de investimentos autônomos e também de indução a setores encadeados. Ademais, com base no método insumo-produto, foi possível identificar um elevado multiplicador de emprego, de produção e índice de ligação a jusante e a montante nas áreas em que a empresa atua.

Este artigo conta com mais quatro seções, além desta introdução. Na seção 2 é abordada a intervenção do Estado no domínio econômico por meio de empresas estatais, enfatizando o caso das *National Oil Companies* (NOCs). A Petrobras e suas múltiplas intervenções no domínio econômico brasileiro, desde sua criação até o período recente, representam os temas centrais da seção 3. Na subseção 3.1, dá-se ênfase à mudança na agenda para o setor petrolífero a partir do Governo Temer no setor de refino. Na seção 4 o objetivo é apresentar os resultados da metodologia insumo-produto empregada ao setor de refino brasileiro. Finalmente, na seção 5 são apresentadas as considerações finais deste estudo.

¹ A pesquisa documental foi construída a partir de relatórios da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Por fim, no que se refere à coleta e análise de dados secundários, este artigo apoiou-se em dados da Economia, Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) e Relatório Anual de Informações Sociais.

2. A intervenção do Estado no domínio econômico por meio de empresas estatais: o caso das *National Oil Companies* (NOCs)

Há várias motivações dos governos para a criação de empresas públicas. Entre os argumentos utilizados pelos governos para justificar a criação ou o fortalecimento das empresas do Estado é possível citar os seguintes: i) o controle de monopólios ligado ao fornecimento de serviços públicos e infraestrutura; ii) o controle do fornecimento de insumos básicos; iii) a elevação do nível de emprego; iv) a diminuição das desigualdades distributivas; v) a promoção do desenvolvimento; vi) a estabilização dos preços dos insumos básicos; vii) o estímulo à indústria local por meio da política de compras; viii) a busca pela consecução de objetivos que, de maneira geral, não condizem com a lógica privada de maximização dos lucros; ix) algumas empresas estatais pertencem a setores estratégicos, em relação aos quais se exige um volume de capital muito elevado para que sejam implantados; x) por fim, enquanto o Estado é mais propenso a assumir risco, o setor privado pode se mostrar avesso aos riscos em projetos que demandem grandes investimentos e prazos extensos de maturação (VILLELA, 1984).

Além desses argumentos, é importante que se leve em conta o cenário do pós-II Guerra Mundial, período em que foi criado um grande número de estatais e marcado por um maior envolvimento do Estado no sistema econômico dos países. Tal cenário é marcado por fatores como as desconfianças em torno dos mecanismos de *laissez-faire*, a influência do legado keynesiano, a presença de governos inspirados em ideologias de esquerda e o exemplo soviético (TONINELLI, 2000).

Assim como ocorreu com as demais estatais, essas foram algumas das motivações que levaram os governos a criarem as chamadas “Empresas Nacionais de Petróleo” (*National Oil Companies* - NOCs). No campo político, especificamente no que se refere ao caso das NOCs e de outras empresas que atuam no setor de energia, cabe salientar o fato de que tal setor cumpre um papel estratégico para qualquer sociedade. Portanto, tal caráter do setor

em questão serviu de argumento para a criação das NOCs e a consequente intervenção direta do Estado no setor petrolífero.

Além disso, de acordo com a literatura especializada, alguns governos se valeram dos motes da soberania e do nacionalismo para defender, perante a sociedade, a necessidade da criação de uma NOC, pois o controle desse setor por empresas privadas (principalmente estrangeiras) poderia ser descrito como uma experiência coletivamente ruim. É nesse contexto em que se insere a nacionalização do petróleo por parte dos países da OPEP e exemplos anteriores, começando no México em 1938. Entretanto, nem todas as NOCs surgiram por meio de nacionalizações. A Petrobras está entre as poucas exceções – mas a maioria encontra suas origens no sentimento nacionalista (inclusive a própria petrolífera brasileira), que continua popular até os dias de hoje (VICTOR; HULTS; THURBER, 2011).

Uma vez criada a NOC, os governos muitas vezes estabelecem objetivos que extrapolam a produção e a distribuição de petróleo e seus derivados, trazendo à tona impactos industriais, tecnológicos e econômicos, por exemplo. Hirschman (1981) coloca a atividade petrolífera como um setor líder do ponto de vista do desenvolvimento. Todavia, para alcançar de fato esse *status*, seria necessário que o setor petrolífero aumentasse seus vínculos locais com outros setores. Auty (1990) argumenta que somente as NOCs poderiam desenvolver de maneira plena essas ligações físicas e fiscais com a economia doméstica.

Por fim, destaca-se que a agenda neoliberal atingiu a indústria petrolífera, levando à privatização de algumas NOCs. Apesar disso, o impacto da onda privatizante nessa indústria foi menos intensa do que em outros setores, tais como transporte ferroviário, saneamento, siderurgia, telecomunicações e geração de energia. Atualmente as NOCs possuem 73% das reservas mundiais de petróleo e 61% da produção dessa commodity. Sua predominância também se observa no mercado de gás natural, em relação ao qual detêm 68% das reservas e 52% da produção. Tais dados corroboram a importância das NOCs nos dias atuais (BRITISH PETROLEUM, 2020).

3. Petrobras e suas múltiplas intervenções no domínio econômico brasileiro desde sua criação até o período recente

A Petrobras foi criada com a importante missão de reduzir as importações de óleo bruto e derivados, que pesavam na balança comercial do país (CARVALHO, 1977). Logo após sua criação, a estratégia central da Petrobras dirigiu-se para a busca da autossuficiência na produção de derivados. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK) o setor de petróleo e gás foi um dos alvos do Plano de Metas, com a definição de investimentos importantes para o alcance de metas para o refino. Mais precisamente, a meta número 4 estabeleceu como objetivo um crescimento expressivo da capacidade de refino da Petrobras, com um acréscimo de 200 mil barris/dia à produção existente, de modo a permitir que a autossuficiência fosse alcançada (SILVA, 1985). Em 1964, praticamente 100% da demanda doméstica por derivados de maior volume de consumo (tais como gasolina, diesel, querosene, óleo combustível, solventes e asfalto) já era suprida pelo parque de refino da empresa (SILVA, 1985).

Cabe ressaltar que as contribuições da empresa não se limitaram a suprir as demandas do país por derivados de petróleo. Silva (1985) chama a atenção para os investimentos realizados pela empresa e seus efeitos a montante (na exploração e produção de petróleo) e a jusante (no segmento petroquímico). Em relação a tais investimentos, deve-se enfatizar que a Petrobras, praticamente desde seus primeiros empreendimentos, realizou esforços importantes com o intuito de fomentar os fornecedores locais. Assim, além de assumir a faceta de produtora, a Petrobras exerceu o papel de *policy maker*, atuando no planejamento industrial brasileiro (VILLELA, 1984).

O perfil da carteira de investimentos da Petrobras foi se alterando paulatinamente após o primeiro choque do petróleo, em 1973, sendo perceptível a destinação de um maior volume de recursos à área de exploração e produção (E&P) a partir de então. De 1978 em diante, as atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos assumiram a dianteira na massa total de investimentos da Petrobras. Em 1954, a Petrobras realizou suas primeiras

operações *offshore*, mas a participação das atividades em mar no volume total de petróleo produzido pela empresa durante suas duas primeiras décadas de existência era muito tímida (inferior a 10%). Pode-se afirmar que esse quadro começa a se modificar a partir dos anos 1970, certamente em função das pressões que os dois choques do petróleo impuseram à petrolífera brasileira (FREITAS, 1999).

A partir da década de 1980, a produção *offshore* cresceu rapidamente, até chegar a responder por mais de 78% do volume de óleo cru produzido no Brasil. Como resultado da atuação da Petrobras, o Brasil obteve um crescimento contínuo tanto em suas reservas, como na produção de óleo bruto, e logrou reduzir as importações de petróleo de uma média anual de 804.000 barris por dia, entre 1974 e 1984, para o patamar de 382.000 barris por dia entre 2007 e 2011.

Ainda em relação à atuação na empresa na área de E&P, cumpre destacar a descoberta do pré-sal anunciada em 2007, na bacia de Santos em águas ultraprofundas (acima de 1.000 metros de profundidade). Os frutos dos empreendimentos no pré-sal já estão sendo colhidos pela companhia. Em 2010 a produção era de 41 mil barris por dia. Em dezembro de 2019 a produção alcançou 3,106 milhões de barris por dia (MMbbl/d), quando a produção do pré-sal respondeu por 66,82% da produção total de petróleo no Brasil (ANP, 2020).

Voltando à questão da política de compras da Petrobras, cabe ressaltar que, mesmo após a quebra do monopólio (ocorrida em 1997) e a entrada de novos *players* no setor, a Petrobras continuou a ser a grande protagonista do setor petrolífero brasileiro. Todavia, por uma série de fatores, há uma redução nos elos que tradicionalmente uniam a Petrobras e os fornecedores domésticos. Furtado *et alli* (2003) afirmam que, diante desse novo quadro, muitos fornecedores brasileiros passaram a enfrentar dificuldades financeiras, faliram ou foram adquiridos por empresas estrangeiras.

Para reverter essa situação inicia-se, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de maneira tímida, a chamada política de conteúdo local.

Todavia, a partir do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), a política de conteúdo local se torna um dos principais instrumentos de política industrial do país. Os dados da Tabela 1 evidenciam que os requisitos de conteúdo local (CLM) nas etapas de exploração e desenvolvimento e produção aumentaram de maneira significativa entre o governo de FHC e os governos petistas.

Tabela 1. Conteúdo local médio estabelecido nas rodadas de licitações da Agência Nacional de Petróleo (ANP)

	CLM – etapa de exploração	CLM – etapa de desenvolvimento
R1 (1999)	25%	27%
R2 (2000)	42%	48%
R3 (2001)	28%	40%
R4 (2002)	39%	54%
R5 (2003)	78,80%	85,60%
R6 (2004)	85,70%	88,80%
R7 (2005)	74%	81%
R9 (2007)	68,90%	76,50%
R10 (2008)	79%	84%
R11 (2013)	61,50%	75,60%
R12 (2013)²	72,60%	84,50%

Fonte: Elaboração própria a partir de ANP (2018).

O compromisso da petrolífera brasileira com conteúdo local nesse período não se restringia a cumprir as exigências regulatórias da ANP. Tal empresa também adotou metas em termos de conteúdo local para atividades não ligadas à E&P, tais como transporte e refino. A Petrobras elevou os índices de conteúdo local em todos os investimentos por ela realizados entre 2003 e 2009, de 57% para 75%. Em 2011, a estatal brasileira elaborou sua própria política de conteúdo local, “padronizando procedimentos e adotando metas autoimpostas em todas as outras áreas de operação” (ALMEIDA; LIMA; SCHNEIDER, 2013, p. 38).

² A 12ª Rodada de Licitações foi autorizada pela Resolução CNPE nº 6/2013, publicada no Diário Oficial da União em 7 de agosto de 2013. Entre maio e setembro de 2014 os contratos foram assinados. No entanto, por força de liminar judicial, esses contratos foram anulados. O detalhamento da suspensão de contratos está disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/rodadas-andamento/12a-rodada-licitacoes-blocos>.

Tabela 2 – Emprego formal e VTI na indústria para-petroleira (2003 - 2017)

ANO	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural		Fab.de máq. e equip. para a prospecção e extração de petróleo		Construção de embarcações e estruturas flutuantes		TOTAL	
	Estoque de emprego	VTI	Estoque de emprego	VTI	Estoque de emprego	VTI	Estoque de emprego	VTI
2003	8489	24.83.426	2840	734.334	14394	2.035.807	25723	5.253.567
2004	8635	3.473.445	4672	688.153	16993	2.482.053	30300	6.643.651
2005	9692	3.136.395	5154	1.082.638	19312	2.126.005	34158	6.345.038
2006	27910	3.423.619	4994	837.281	22956	8.372.801	55860	12.633.701
2007	25976	4.197.586	5160	1.156.501	23306	2.514.733	54442	7.868.820
2008	36066	6.185.620	6975	1.373.092	26970	2.685.123	70011	10.243.835
2009	39910	7.871.219	6488	1.451.173	29448	3.545.337	75846	12.867.729
2010	22427		6095	1.930.830	34341	3.609.640	62863	5.540.470
2011	25875	10.652.728	7384	1.844.684	36563	4.348.853	69822	16.846.265
2012	30234	12.378.047	8038	2.014.998	47529	5.100.561	85801	19.493.606
2013	28830	10.987.238	8241	2.004.854	52892	6.847.585	89963	19.839.677
2014	30016	12.576.363	8748	2.366.499	52832	8.309.001	91596	23.251.863

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTE e PIA/IBGE

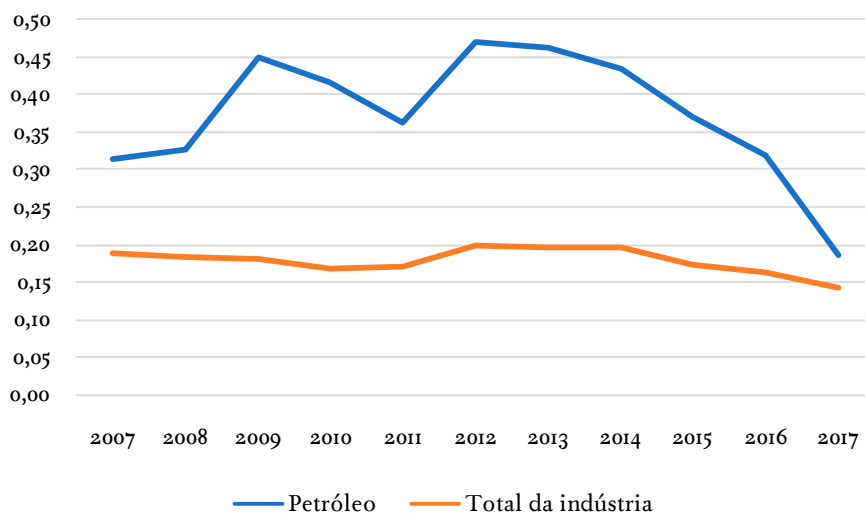
* Em R\$ 1.000,00. Valores monetários corrigidos pelo IPCA (2017 = 100).

Quanto ao potencial de encadeamento dessa política, a Tabela 2 mostra o volume de emprego formal nas atividades auxiliares à exploração de petróleo, a saber: fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo; atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; construção de embarcações e estruturas flutuantes. Entende-se que estas sejam as atividades afetadas diretamente pela atividade da Petrobras.

De acordo com os dados expostos na Tabela 2, entre 2003 e 2014 o emprego formal na indústria parapetroleira do país mais do que triplicou, saltando de 25.723 para 91.596. No que diz respeito ao VTI, o crescimento foi ainda mais expressivo, passando de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 23,2 bilhões nesse mesmo período.

Outro aspecto que merece destaque neste artigo é o fato de que durante boa parte da década de 2000 a Petrobras respondeu por uma parcela considerável dos investimentos realizados na economia brasileira. Tal processo sofre uma interrupção em 2014 por conta de aspectos ligados a um maior nível de endividamento e investigações de corrupção. É importante destacar que, em especial no âmbito do pré-sal, a Petrobras aparece como uma fonte de investimento autônomo, isto é, o gasto com ampliação de capacidade produtiva que acontece mesmo à frente da demanda e pode potencializar um ciclo expansivo na economia.

Gráfico 1. Taxa de investimento – extração e refino de petróleo e total da indústria brasileira (2007-2017)



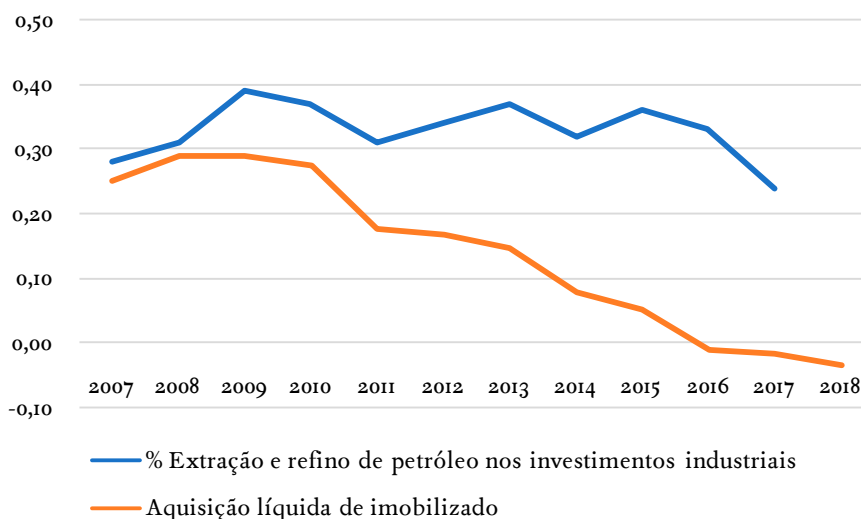
Fonte: Elaboração própria a partir da PIA/IBGE.

Os Gráficos 1 e 2 dão a dimensão de tal importância. No Gráfico 1 é apresentada a taxa de investimento, medida aqui pela razão entre os gastos com aquisição de ativo imobilizado e o Valor da Transformação Industrial (VTI)³, para o setor petrolífero (extração e refino somados) e para o total da indústria brasileira. Nota-se que, em todo o período de 2007 a 2017, a taxa de investimento do setor petrolífero é maior que a média da indústria, puxando

³ Entende-se aqui este indicador como uma proxy setorial da taxa de investimento.

tal média para cima. Enquanto no total da indústria o investimento não representa mais que 17% de seu valor adicionado, no setor de petróleo (do qual a Petrobras representa quase a totalidade) chegou a apresentar picos de mais de 40%, caindo para a faixa dos 30% em 2014 e 2015 e para menos de 20% em 2016 e 2017, ainda assim, situando-se muito acima dos demais.

Gráfico 2. Participação dos setores de extração e refino de petróleo no total dos investimentos industriais e aquisição líquida de ativo imobilizado pela Petrobras (2007-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir da PIA/IBGE e da Econômica.

O outro indicador mostrado no Gráfico 2 é a aquisição líquida de ativo imobilizado⁴ por parte da Petrobras, empresa que detém mais de 90% do setor em questão. Se em 2009 e 2010 a Petrobras adicionou por volta de 30% ao seu estoque de ativo imobilizado, esse valor decresce de maneira vertiginosa após 2013, chegando a patamares negativos a partir de 2016. Esses dados mostram uma clara reorientação da empresa a partir de 2014, com revisões

⁴ Aquisição líquida de imobilizado: constrói-se este indicador a partir de informações do Demonstrativo de Fluxo de Caixa e do ativo. No numerador contabilizam-se os gastos com aquisição e ativos fixos e diferidos subtraindo a depreciação e as vendas de ativos fixos. No denominador é colocado o estoque de imobilizado e diferido da empresa. O indicador mostra, portanto, a porcentagem do ativo imobilizado que foi efetivamente adicionada ao estoque no ano, já descontando eventuais vendas e a reposição da depreciação. Assim, é possível ter uma ideia dos investimentos que realmente adicionaram capacidade de produção.

nas suas decisões de investimento. Após 2016, não há somente uma redução dos investimentos, sendo presente também uma política deliberada de desinvestimento, algo que se reflete no indicador em questão.

Com a deposição de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, há sinais inequívocos de uma guinada conservadora na agenda estatal voltada para o setor petrolífero, com a mudança da percepção acerca dos papéis assumidos pela Petrobras. Entre as modificações na política brasileira voltada para o setor petrolífero e concernentes à Petrobras *vis-à-vis* os governos petistas está a redução das exigências em termos de conteúdo local. A partir de então definiu-se um novo modelo de conteúdo local a ser adotado nas rodadas de licitação da ANP. Além de deixar de ser considerado como fator de pontuação das ofertas, houve uma redução dos percentuais mínimos de conteúdo local.

O presidente da Petrobras à época, Pedro Parente, declarou que tal medida deveria ser comemorada, uma vez que tira da petrolífera brasileira a indústria de fornecedores do país e que essa incumbência “deveria ser das políticas públicas”. Parente criticou a política de conteúdo local anteriormente em vigor, avaliando-a como incompatível com a capacidade de fornecimento da indústria parapetroleira do país. Nesse sentido, segundo o ex-dirigente da empresa, o país precisa de uma política de conteúdo local que “emancipe a indústria nacional, ao invés de fazê-la viciada numa reserva de mercado” (RAMALHO; POLITO, 2017, n/p).

Pode-se afirmar que, com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República, essa interpretação crítica acerca da política de conteúdo local foi mantida. Prova disso é o fato de que o escolhido por Bolsonaro para presidir a Petrobras, Roberto Castello Branco, em 2015, quando fazia parte do conselho de administração da empresa, deu a seguinte declaração à imprensa: “A Petrobras se viu diante de um problema de transferir recursos via conteúdo local mínimo para a indústria naval, de construção civil e fornecedores de equipamentos. Isso criou as condições para a formação de um cartel com corrupção” (CONSELHEIRO..., 2015, n/p).

Além do recuo dos investimentos realizados pela empresa no segmento de refino, a partir do Governo Temer ganhou força um novo modelo de gerenciamento de portfólio da empresa, que tem entre seus principais pilares a privatização de ativos no segmento de refino. Pode-se dizer que essa lógica de desinvestimentos também tem permeado a atuação da Petrobras durante o Governo Bolsonaro, conforme já ressaltado. A nova gestão de portfólio da Petrobras (PETROBRAS, 2019) que emergiu em anos recentes tem como um dos focos a venda de ativos, principalmente no segmento de refino⁵.

Para respaldar o argumento defendido neste artigo, de que a venda dos ativos da Petrobras no segmento de refino é uma decisão equivocada, apesar dos prejuízos apresentados pela Petrobras no segmento de refino entre 2011 e 2014, é preciso sublinhar que tal situação decorreu da política adotada pelo Estado brasileiro à época, cujo mote era o controle dos preços dos combustíveis. Essa política, levada a cabo pelo Estado brasileiro não apenas durante esse período, mas ao longo de boa parte da trajetória da Petrobras, tinha como objetivo combater a inflação.

Durante o Governo Temer, a Petrobras adotou uma mudança em sua política de precificação dos combustíveis que produz. Tal política, ancorada na variação dos preços internacionais e na taxa de câmbio, inaugurada a partir da gestão de Pedro Parente, provocou perda de receita e de participação no mercado brasileiro para a empresa. Em que pese o aumento na capacidade de produção de derivados de petróleo por parte das plantas de refino da Petrobras, houve uma redução no fator de utilização de seu parque de refino, especialmente a partir de 2015, conforme é possível observar a partir dos dados da Tabela 3.

⁵ “A Petrobras assinou um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão que tem como missão zelar pela concorrência do mercado, comprometendo-se a vender 50% do parque de refino (oito refinarias de petróleo, incluindo os ativos relacionados a transporte de combustível) (PETROBRAS, 2019, p. 70)”.

Tabela 3 – Capacidade de produção e fator de utilização das plantas de refino da Petrobras (2013 – 2019)

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total (capacidade barril/dia)	2.203.218	2.352.192	2.397.478	2.405.341	2.405.341	2.405.341	2.410.700
Total (barril/dia-calendário)	2.093.058	2.234.582	2.277.604	2.285.073	2.285.073	2.285.073	2.290.165
Fator de Utilização (%)	98,2	94,3	87,1	80,1	76,2	75,8	76,5

Fonte: ANP (2020).

Segundo Coutinho (2018), as empresas importadoras passaram a ocupar 30% do mercado de derivados do país, encarecendo o combustível aos consumidores. Diante desse cenário, a Petrobras viu-se obrigada a limitar a carga de óleo, o que provocou uma ociosidade de até 30% em seu parque de refino (COUTINHO, 2018). É importante enfatizar que os preços da gasolina e do diesel possuem um papel central para uma economia como a do Brasil, dada a proeminência dos combustíveis fósseis na matriz energética do país. A greve dos caminhoneiros em 2018 e a crise de desabastecimento que tal movimento desencadeou tornaram evidente a importância dos combustíveis fósseis para a economia brasileira e os riscos associados à adoção de uma política que deixa os preços desses combustíveis oscilarem ao sabor do mercado.

Entre janeiro e agosto de 2020, óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) ocupavam a segunda posição no *ranking* das importações da indústria de transformação nesse período (representando 5,35% do total das importações da indústria de transformação). Tal item ostentava a mesma posição no *ranking* das importações totais do país, perfazendo 4,95% do total das importações do Brasil entre janeiro e agosto de 2020. O cenário era ainda pior um ano antes, quando esse item ocupava a liderança no *ranking* tanto das importações da indústria de transformação, como das importações totais do país. Trata-se de uma situação aparentemente paradoxal, haja vista a ampliação na produção de óleo bruto por parte do país (com a entrada em operação dos reservatórios

do pré-sal) e o fato de que as plantas de refino da Petrobras estão operando com capacidade ociosa.

4. Petrobras e seus encadeamentos

4.1. Metodologia

4.1.1. Método de análise insumo-produto

Para analisar a capacidade de transbordamento do setor de refino de petróleo em termos de emprego e produção, será utilizada a análise de insumo-produto. A teoria do insumo-produto foi desenvolvida pelo economista Leontief na década de 1930. Leontief criou uma metodologia a partir da qual era possível retratar a economia em determinado período, captando as relações contemporâneas entre os setores da economia, como se fossem partes de um único organismo (GUILHOTO, 2004). As relações econômicas assim sintetizadas constituem a matriz de insumo-produto (MIP).

Portanto, a MIP trata a economia como um sistema integrado de fluxos e transferências de insumos e produtos entre setores. A matriz é composta por três partes. A primeira retrata a demanda intermediária, isto é, as transações de compra e venda entre os setores produtivos. A segunda é composta pelo valor adicionado – que compreende a remuneração dos fatores primários –, pelos impostos e subsídios incidentes sobre a produção e pelas importações. A demanda final, a terceira parte da MIP, é composta pelo consumo das famílias e do governo, pela formação bruta de capital e pelas exportações.

A partir da matriz de consumo intermediário, pode-se obter a matriz de coeficientes técnicos A , que é dada por:

$$(1) \quad A = [a_{ij}] \text{ em que } a_{ij} = \frac{X_{ij}}{X_j} \text{ ou } X_{ij} = a_{ij} X_j$$

Em que X_{ij} representa o valor monetário do insumo i utilizado no processo produtivo do setor j , enquanto X_j é o valor bruto da produção do setor j . Portanto, a_{ij} descreve o valor do insumo i empregado no setor j por unidade produzida medida em unidade monetária.

Sabendo que Y_i corresponde ao valor da demanda final (consumo, exportação, investimento e gastos do governo) do setor i , para cada linha da MIP, tem-se, então, que:

$$(2) \quad \sum_{j=1}^n X_{ij} + Y_i = X_i = \sum_{j=1}^n a_{ij} X_j + Y_i$$

Em termos matriciais, $AX + Y = X$. Com algumas operações matriciais, obtém-se:

$$(3) \quad X = (I - A)^{-1}Y \quad \text{ou} \quad X = LY$$

em que I é uma matriz identidade e $(I - A)^{-1} = L = [lij]$ é a matriz inversa de Leontief, em que cada elemento lij , segundo Guilhoto (2004), representa os requisitos diretos e indiretos de insumos do setor i na produção do setor j . A equação (3) descreve o modelo básico de Leontief.

4.1.2. Índices de ligação

Tomando como ponto de partida o modelo básico de Leontief e tendo em vista Rasmussen (1956) e Hirschman (1958), é possível calcular os índices de ligação para trás que permitem analisar a capacidade de encadeamento dos setores em sua cadeia produtiva (GUILHOTO, 2004). Desta forma, a partir dos elementos da matriz inversa de Leontief definidos como lij tem-se:

$$(4) \quad ILT_j = \frac{1/n \sum_{i=1}^n l_{ij}}{1/n^2 \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n l_{ij}}$$

Quanto ao índice de ligação para frente, será empregado a metodologia de Ghosh, a qual demonstra a importância de cada setor como fornecedor de insumos ao restante da economia. Considerando a matriz K:

$$(5) \quad K = (\hat{X})^{-1} Z \text{ em que } K_{ij} = \frac{z_{ij}}{x_i}$$

Pode-se definir a matriz G como:

$$(6) \quad G = (I - K)^{-1}$$

Assim, pelos elementos da matriz G, chega-se ao índice de ligação para frente de Ghosh:

$$(7) \quad ILF_i = \frac{1/n \sum_{j=1}^n g_{ij}}{1/n^2 \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n g_{ij}}$$

No Quadro 1 especifica-se a forma pela qual se classificam os setores industriais a partir do resultado dos índices de ligação.

Quadro 1. Classificação setorial segundo os índices de ligação

Índices de ligação	ILT > 1	ILT < 1
ILF > 1	Setor-chave	Dependente da demanda intersetorial
ILF < 1	Dependente da oferta intersetorial	Independente

Fonte: ANP (2020).

Em relação ao Quadro 1, cabe ressaltar que quando um setor é classificado como setor chave, depende-se que sua capacidade de gerar encadeamentos, tanto para trás, em sua cadeia produtiva, como para frente, é superior à média da economia. Caso o setor se encaixe no grupo denominado dependente da demanda intersetorial, conclui-se que se trata de setor importante do ponto de vista do abastecimento de insumos e matérias-primas de uma determinada cadeia produtiva. Quando um setor é classificado no grupo dependente da oferta intersetorial, ter-se-ia um importante demandante em

sua cadeia produtiva, de modo que suas demandas gerariam transbordamentos a montante acima da média da economia.

Pela aplicação deste método será possível observar qual a abrangência do estímulo produtivo do setor de refino de petróleo sobre os demais segmentos da economia brasileira. Além disso, ao se atentar para os elementos presentes na linha do setor de refino – dentro da matriz de Ghosh – e da coluna deste mesmo setor – a partir da matriz inversa de Leontief –, poder-se-á identificar quais são os setores que mais se beneficiam da produção de refino de petróleo, dado que o estímulo à produção neste setor não se restringe a ele próprio, mas se espraia para diversos outros.

4.1.3. Multiplicador do emprego e da produção

O cálculo do multiplicador do emprego e da produção permitirá evidenciar a importância do setor de refino dentro da economia brasileira no que diz respeito aos seus transbordamentos diretos e indiretos e, com isso, à sua capacidade de dinamizar a economia a partir dos elos constituídos com os demais setores. Entende-se, a partir disto, que este ferramental torna possível evidenciar a importância do setor sobre a estrutura produtiva do país e como seria nocivo à economia brasileira negligenciar o setor de refino dentro da cadeia produtiva do petróleo.

Para a construção do multiplicador do emprego, tem-se primeiro que calcular o coeficiente direto da variável desejada, $e_j = \frac{E_j^6}{X_j}$, que mostra para cada unidade monetária produzida pelo setor j o quanto se gera diretamente de emprego. Então obtém-se o vetor de geração de emprego $GE = eL$, sendo e o vetor de coeficientes diretos de emprego de todos os setores da economia. Cada elemento do vetor de geração de emprego mede o total de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor para cada unidade monetária de demanda final atendida por ele. Tendo em vista este processo matemático, chega-se à seguinte relação:

⁶ E_j corresponde à quantidade do fator trabalho empregada no setor j .

$$(8) \quad ME_j = \frac{GE_j}{e_j}$$

Assim, o multiplicador de emprego mostra para cada emprego gerado diretamente pelo setor j quantos são gerados de forma direta e indireta. Com isso, será possível quantificar quantos empregos são gerados direta e indiretamente na economia brasileira a partir da produção de uma unidade monetária no setor de refino.

O multiplicador da produção é obtido a partir do somatório da coluna da matriz L de cada setor, ou seja,

$$(9) \quad MP = \sum_{i=1}^n l_{ij}$$

O resultado desse somatório indica o quanto um dado setor j , neste caso o setor de refino, ao produzir uma unidade monetária, gera de transbordamento para todos os demais setores da economia de forma direta e indireta.

4.1.4. Método de extração hipotética

O método de extração hipotética (MEH) proposto por Dietzenbacher, van der Linden e Steenge (1993) aplicado à matriz insumo-produto, permite identificar os setores estratégicos no desenvolvimento econômico de um país e, assim, complementa a análise de *linkages* para frente, para trás e setores-chave proposta por Hirschman (1958). O MEH mensura o quanto a produção total de uma economia se altera no caso de um dado setor j ser removido dessa economia (MILLER; BLAIR, 2009). Esse método traz luz sobre as consequências da estratégia colocada em prática atualmente pela Petrobras, a principal empresa atuante no setor de refino de petróleo no Brasil – redução da taxa de utilização da capacidade instalada das refinarias, perspectivas de desinvestimentos no setor e aumento contínuo das importações –, em relação ao valor bruto da produção, emprego e renda.

O efeito da extração do setor j sobre a produção da economia em um determinado ano pode ser observado pela substituição dos elementos da coluna e linha deste setor por zeros na matriz A , originando uma matriz A_j , e na demanda final (Y_j). Feito isso, entende-se, primeiro, que o setor j não depende de nenhum outro setor dentro da economia para realizar sua produção, ou seja, a sua capacidade de arraste na economia é eliminada. Em segundo lugar, suas vendas intermediárias e demanda final são excluídas, de tal maneira que o abastecimento da economia por esse setor se vê esgotado. Matricialmente esse processo pode ser visto como segue:

$$(10) \quad \bar{x}_j = (I - A_j)^{-1} Y_j$$

Basta, portanto, reduzir X de \bar{x}_j para encontrar o efeito total sobre a produção agregada da seguinte forma:

$$(11) \quad i' X - i' \bar{x}_j$$

Em que i corresponde a um vetor coluna com elementos iguais a 1. O resultado da equação (11) é uma medida agregada da perda observada pela economia do país – redução no valor bruto da produção – caso o setor j seja eliminado. Trata-se, portanto, de uma ferramenta robusta para aferir sua importância do ponto de vista da economia do país (MILLER; BLAIR, 2009).

Para valorar a influência do setor j como demandante da economia, é necessário substituir a coluna deste setor na matriz A por zeros, eliminando, assim, suas relações intersetoriais de compra com os demais setores. Esse processo gera a seguinte equação:

$$(10.1) \quad \bar{x}_{cj} = (I - A_{cj})^{-1} Y$$

O efeito da extração do setor j como demandante sobre o valor bruto da produção é obtido de modo semelhante à equação (11). Agora, quanto ao efeito da extinção deste setor como provedor da demanda intermediária, é necessário substituir a linha do setor j na matriz K por zeros, o que resulta em:

$$\bar{x}_{lj} = v^7(I - K_{lj})^{-1}$$

Mais uma vez, o resultado que traduz a importância do setor j como um ofertante dentro da economia pode ser obtido de forma semelhante à equação (11). Para o caso aqui analisado, o setor que será hipoteticamente extraído da economia é o de refino de petróleo, o que permitirá entender como a economia brasileira seria afetada – no agregado e nas relações intersetoriais – no caso da extinção deste setor.

4.1.5. Base de dados

Será utilizada nesta pesquisa a matriz insumo-produto disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2015, a versão mais atualizada disponibilizada pelo órgão, estimada a partir do Sistema de Contas Nacionais – Referência 2010 –, abrangendo 67 setores e 127 produtos. A estrutura da matriz divulgada permite uma visão pormenorizada da estrutura produtiva brasileira e, também, que se avalie o grau de interligação setorial da economia mediante a identificação dos diversos fluxos de produção de bens e serviços.

4.2. Resultados e discussão

O modelo de insumo-produto consiste em um poderoso instrumento de análise das atividades econômicas dentro de um país em um determinado ano. Esse instrumento foi utilizado neste trabalho com o intuito de averiguar a importância do setor de refino de petróleo dentro da estrutura produtiva brasileira no ano de 2015. Serão destacadas a magnitude dos encadeamentos produtivos gerados por esse setor, assim como sua capacidade de gerar transbordamentos diretos e indiretos de emprego e produção. Além disso, os resultados da extração hipotética permitem valorar os efeitos da remoção do setor de refino da matriz produtiva sobre variáveis como o valor bruto da produção, emprego e renda. Os resultados obtidos a partir da aplicação do método anteriormente exposto estão nas Tabelas 4 e 5.

⁷ O vetor v compreende o valor adicionado setorial.

A primeira informação fornecida pela Tabela 4 diz respeito aos índices de ligação do setor de refino de petróleo e é possível observar que ambos os índices são superiores à unidade. Os transbordamentos produtivos gerados a jusante e a montante dentro de sua cadeia produtiva são, portanto, superiores à média da economia. Isso, por sua vez, significa que o setor de refino é classificado como um setor-chave dentro da matriz produtiva brasileira. Para que fique clara a importância deste setor para a economia, foram analisados os índices de ligação dos 67 setores que compõem a MIP aqui utilizada e dentre eles identificou-se apenas oito⁸ setores-chave no ano de 2015. Dentro deste grupo de oito setores-chaves, o setor de refino é aquele que apresenta maior capacidade de gerar transbordamentos produtivos intersetoriais, tanto para frente como para trás dentro de sua ampla cadeia produtiva.

Tabela 4. Índices de ligação e multiplicadores do setor de refino de petróleo brasileiro (2015)

Indicador	2015	Ranking	Classificação
Índice de Ligação	p/trás	1,37	Setor chave
	p/ frente	2,77	
Multiplicadores (Efeitos diretos + indiretos)	Produção	2,48	2
	Emprego	81	
Gerador de Emprego (GE)	5	65	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Matriz Insumo-Produto disponibilizada pelo IBGE (2015).

⁸ Os setores-chave na economia brasileira no ano de 2015 e seus respectivos índices de ligações (a jusante / a montante) foram: refino de petróleo (2,77 / 1,38); fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros (1,82 / 1,12); fabricação de defensivos, desinfetantes, tintas e químicos diversos (1,12 / 1,10); fabricação de produtos de borracha e de material plástico (1,19 / 1,11); produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura (1,06 / 1,18); fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1,02 / 1,08); energia elétrica, gás natural e outras utilidades (2,01 / 1,15); transporte terrestre (2,34 / 1,09); outras atividades profissionais, científicas e técnicas (1,20 / 1,09).

Os índices de ligação demonstram que os elos produtivos gerados a jusante na cadeia produtiva são superiores àqueles gerados a montante. Para uma melhor visualização dos encadeamentos produtivos firmados para trás e para frente pelo setor de refino, expõe-se na Tabela 5 quais são os setores que mais se beneficiam do aumento da produção do setor de refino – setores fornecedores – e quais são os setores que, ao sofrerem uma expansão em sua demanda final, acabam por estimular direta e indiretamente a produção do setor de refino de petróleo – setores demandantes de refino.

Entende-se pela Tabela 5 – onde se encontra o valor do índice de ligação para frente – que o setor de refino se configura como um importante provedor da demanda intermediária da economia brasileira. Assim, uma possível queda na oferta de produtos derivados de petróleo – mantendo-se a demanda constante – apresentaria elevado custo para a economia porque a demanda intermediária passaria possivelmente a ser atendida em grande medida por produtos importados, representando um peso elevado para a balança comercial brasileira.

É interessante observar que o principal setor estimulado pela produção de produtos derivados de petróleo é o de extração de petróleo e gás, inclusive atividades de apoio. Isso já era esperado, uma vez que é este o setor fornecedor da principal matéria-prima empregada pelo setor de refino. O vínculo entre os dois setores é tão forte que para cada real produzido no setor de refino, a atividade de E&P é estimulada direta e indiretamente em R\$ 0,41.

Tabela 5. Ranking dos principais setores demandantes e fornecedores do setor de refino de petróleo (2015)

Principais demandantes⁹	R\$	Principais fornecedores¹⁰	R\$
Refino de petróleo e coquerias	1,5	Refino de petróleo e coquerias	1,5
Transporte terrestre	0,32	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,41
Transporte aéreo	0,2	Fabricação de biocombustíveis	0,06
Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,16	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	0,05
Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,14	Comércio por atacado e varejo	0,05
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,11	Transporte terrestre	0,05
Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,11	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,05
Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,11		
Transporte aquaviário	0,1		
Fabricação e refino de açúcar	0,1		
Fabricação de biocombustíveis	0,1		
Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,09		
Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,09		
Outros produtos alimentares	0,08		
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,08		
Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,08		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Matriz Insumo - Produto disponibilizados pelo IBGE (2015).

⁹ Os setores selecionados como principais demandantes foram aqueles que apresentaram um requerimento direto e indireto de insumos provenientes do setor de refino acima da média da economia para o ano de 2015, sendo a seleção realizada a partir da matriz de Gosh.

¹⁰ Os setores aqui selecionados como principais fornecedores foram aqueles pelos quais o setor de refino apresentou uma demanda direta e indireta superior à média, em relação ao seu requerimento intersetorial de insumos para realizar a sua produção; neste caso, a seleção foi feita pela matriz inversa de Leontief.

Pode-se inferir, deste modo, que caso haja uma redução na produção de derivados de petróleo no Brasil, como resultado da privatização de parte do sistema de refino da Petrobras, a saída será aumentar as exportações de óleo bruto e ficar refém das oscilações nos preços internacionais do petróleo assim como das variações cambiais. Outrossim, a estrutura verticalizada da empresa permite a esta se aproveitar dos momentos de baixa nos preços do petróleo para aumentar a margem no setor de refino e, assim, apresentar um certo equilíbrio nos ganhos da empresa de acordo com as oscilações internacionais. A opção pela desverticalização pode deteriorar esta forma de escape e ainda representar um retrocesso para o país: tornar-se exportador de óleo bruto e importador de derivados.

Transporte terrestre e transporte aéreo são os principais setores demandantes de produtos derivados de petróleo. Os resultados deste estudo indicam que quando a demanda final do setor de transporte terrestre se eleva em um real, a produção dentro do setor de refino se eleva – a partir dos fomentos diretos e indiretos suscitados pelos encadeamentos produtivos existentes – em R\$ 0,32. No caso do transporte aéreo este valor é de R\$ 0,20 por real produzido.

Voltando-se à Tabela 4, é possível observar que dentre todos os setores da economia brasileira, o refino é aquele que apresenta o maior multiplicador de emprego. Para cada emprego diretamente gerado pelo setor, são gerados outros 8,1 direta e indiretamente. A magnitude desse valor pode ser vista da seguinte maneira: o setor de extração de petróleo e gás, inclusive atividades de apoio, é aquele que ocupa a segunda colocação quanto à dimensão do seu multiplicador de emprego em 2015, quando alcançou um valor de 12, muito aquém daquele observado no setor de refino¹¹. É necessário ater-se, ainda, à variável “gerador de emprego”, apresentada na Tabela 5. Esta mostra que o setor de refino não possui expressividade no que diz respeito à geração de postos de trabalho por

¹¹ Outro modo de observar a expressividade do valor apresentado pelo multiplicador de emprego do setor de refino é quando se observa que o valor médio do multiplicador de emprego de todos os 67 setores presentes na MIP é de quatro.

milhão de reais de demanda final quando comparado aos demais setores da economia.

Diante do exposto, pôde-se averiguar a importância do setor de refino dentro da estrutura produtiva brasileira tanto pela análise individual como pela relativa. Ficou claro que a sua capacidade de gerar encadeamentos está entre as maiores dentro da economia brasileira. Entende-se, portanto, que este setor possui um amplo alcance em relação aos transbordamentos de emprego e produção. De fato, para cada real produzido neste setor, são gerados adicionais R\$ 2,48¹² direta e indiretamente. Isso, por sua vez, torna evidente a influência do refino sobre as demais atividades produtivas do país, demonstrando o poder econômico e social desta atividade.

Considerando os resultados alcançados e analisados acima e a estratégia implementada atualmente pela Petrobras no ramo de refino de petróleo no Brasil, qual seja, de redução na taxa de utilização da capacidade produtiva, desinvestimentos e aumento na importação de derivados de petróleo, foi colocado em prática o método de extração hipotética. Esse método permite averiguar os efeitos sobre a economia da hipotética remoção do setor de refino. Os resultados da aplicação deste método estão dispostos na Tabela 6. Os resultados da extração do setor de refino da matriz produtiva brasileira podem ser vistos a partir de seus efeitos sobre o valor bruto da produção, o número de empregos e a renda sobre o total da economia e sobre os quatro principais setores afetados.

¹² É importante destacar que o setor de refino possui um multiplicador de produção superior a setores consagrados na economia brasileira, como são os casos da indústria automobilística – a qual, ao elevar a sua produção para atender o aumento na demanda final, estimula a economia direta e indiretamente em R\$2,18 – e da fabricação de produtos alimentares – que apresentou um multiplicador da produção de R\$2,35. Isso, por sua vez, demonstra o alcance do setor de refino sobre as demais atividades produtivas dentro da economia brasileira, ficando atrás apenas do setor de abate e produtos de carne, que apresentou um multiplicador de R\$2,51.

Tabela 6. Resultados do método de extração hipotética para o setor de refino

Efeitos Sobre o Valor Bruto da Produção (%)		Efeito Sobre a Renda (milhões R\$)	
<i>Economia</i>	6%	<i>Economia</i>	142.031,90
Refino de petróleo e coquerias	100%	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	42.645,25
Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	59%	Refino de petróleo e coquerias	35.643,00
Fabricação de biocombustíveis	36%	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	8.917,65
Transporte aquaviário	19%	Comércio por atacado e varejo	8.241,74
<i>Para Frente (demandantes)</i>	4%		
Refino de petróleo e coquerias	33%	Efeito Sobre o Emprego	
Transporte terrestre	21%	<i>Economia</i>	1.259.960
Transporte aéreo	13%	Comércio por atacado e varejo	230.152
Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	11%	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	225.316
<i>Para Trás (demandados)</i>	4%	<i>Transporte terrestre</i>	142.110
Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	59%	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	123.518
Fabricação de biocombustíveis	36%		
Refino de petróleo e coquerias	33%		
Transporte aquaviário	19%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Matriz Insumo-Produto disponibilizados pelo IBGE (2015).

Prontamente é possível perceber os efeitos nocivos da remoção do setor de refino da matriz produtiva brasileira. Os efeitos sobre a economia somam 6% sobre o valor bruto da produção, uma redução de 1.259.960 postos de trabalho e uma forte contração na renda no valor de R\$ 142 bilhões. Os dados da Tabela 6 também evidenciam a heterogeneidade dos setores afetados, não se restringindo ao ramo petrolífero, pois essa situação atingiria outros setores extrativistas, bem como primários, industriais e de serviços. Esses resultados são consequência dos fortes elos formados pelo setor de refino com os demais setores da economia, de tal maneira que as decisões tomadas neste setor têm desdobramentos sobre vários segmentos da economia

brasileira. Embora os resultados observados na Tabela 6 digam respeito a uma extração total do setor de refino sobre a economia, estes trazem luz à dimensão de sua importância.

A análise dos resultados aqui encontrados permite entender que o setor de refino é estratégico para o país. O sucateamento do setor, a redução da utilização da capacidade instalada – mesmo com aumento da demanda por derivados de petróleo – e os desinvestimentos produzem efeitos severos sobre os diversos segmentos produtivos que estão direta ou indiretamente ligados à atividade de refino. A quebra de elos industriais pode ser altamente nociva, de elevado custo social e, ainda, irreversível.

5. Considerações finais

A petrolífera brasileira, ao longo de sua trajetória, tem assumido importante papel de indutora do desenvolvimento do país. Tal papel foi marcante durante os governos petistas. Os dados apresentados neste estudo desnudam o elevado poder de arraste, encadeamentos e geração de emprego proporcionados pela Petrobras durante os Governos Lula e Dilma.

Todavia, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff, emergiu uma nova agenda para o setor petrolífero, caracterizada pelo seguinte trinômio: desinvestimentos, priorização dos acionistas da estatal brasileira e desprestígio à política de conteúdo local. Com base nos dados deste artigo é possível afirmar que esse processo implicará o enfraquecimento de um dos importantes mecanismos mobilizadores da economia ao alcance do Estado brasileiro, em um momento crítico para a indústria do país – marcado pela desindustrialização – e para sua economia como um todo – ainda em período de recuperação pós-recessão observada nos anos de 2015 e 2016 e fortemente impactada pela pandemia da COVID-19.

O pré-sal exigirá grandes investimentos associados à construção de plataformas, sistemas submarinos e infraestrutura de escoamento. Essa massa de investimentos e seu poder de encadeamento precisam ser aproveitados

para fortalecer a indústria e a engenharia pesada do país. Nesse sentido, deve-se questionar as possíveis repercussões das decisões de desinvestimentos no refino anunciadas pela Petrobras sobre a economia brasileira, especialmente no que diz respeito aos elos produtivos construídos e, portanto, em relação à capacidade de gerar encadeamentos a montante e a jusante em sua cadeia produtiva. Dentro desta perspectiva, vislumbra-se a ameaça de o país se tornar exportador de óleo bruto e importador de derivados, justamente quando se depara com uma oportunidade ímpar para o adensamento dessa cadeia produtiva a partir da descoberta do pré-sal.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (ANP). *Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis*. 2020. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/>>. Acesso em: 30/07/2020.
- ALMEIDA, M.; LIMA, R. O.; SCHNEIDER, B. R. "Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras", IPEA – *Texto para discussão*. Brasília: IPEA, 2014.
- AUTY, R. M. *Resource-Based Industrialization, Sowing the Oil In Eight Developing Countries*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS*. Brasília, 2019. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>>. Acesso em: 06/06/2019.
- _____. Ministério de Minas e Energia. Conselho Nacional De Política Energética (CNPE). *Resolução n. 7, abril de 2017*. Estabelece diretrizes para definição de Conteúdo Local em áreas unitizáveis e aprova as exigências de Conteúdo Local para Rodadas de Licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural a serem conduzidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Disponível em: <<http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-federal/resolucoes/resol-cnpe/2017&item=rcnpe-7--2017>>. Acesso em: 28/09/2020.
- BRITISH PETROLEUM. *Statistical Review of World Energy*. Londres: British Petroleum, 2020. Disponível em: <<https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>. Acesso em: 28/09/2020.
- CARVALHO, G. *Petrobras: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- COMEX STAT. *Exportação e importação geral*. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 28/09/2020.
- CONSELHEIRO da Petrobras diz que regime de partilha é danoso ao país. *Reuters*, Rio de Janeiro, 14/07/2015. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN0PO2A420150714>>. Acesso em: 06/05/2019.
- COUTINHO, F. "Refino e Política de Preços da Petrobrás, alerta aos presidenciais. Associação dos Engenheiros da Petrobrás" in: *Associação dos Engenheiros da Petrobras*. 12/08/2018. Disponível em: <<https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2070-refino-e-politica-de-precos-da-petrobras-alerta-aos-presidenciais>>. Acesso em: 02/09/2020.
- ECONOMÁTICA. *Base de dados*. Vários anos.
- FREITAS, A. G. de. *Processo de aprendizagem da PETROBRÁS: programas de capacitação tecnológica em sistemas de produção offshore*. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica com ênfase em Política Energética) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1999.
- FURTADO, A. T. et alii. "Política de compras da indústria do petróleo e gás natural e a capacitação dos fornecedores no Brasil: o mercado de equipamentos para o desenvolvimento de campos marítimos" in: *Projeto CTPETRO/ Tendências Tecnológicas*. Rio de Janeiro, 2003.
- HIRSCHMAN, A. O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University, 1958.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual*. Vários anos. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 03/06/2020
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- MILLER, R. E; BLAIR, P. D. *Input-Output Analysis: Foundations and Extensions*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 2009.
- PETROBRAS. *Relatório de sustentabilidade 2019*. Disponível em: <<https://sustentabilidade.petrobras.com.br/src/assets/pdf/Relatorio-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 01/09/2020.

RAMALHO, A.; POLITO, R. "Parente: Conteúdo local não deve viciar indústria em reservar mercado". *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 22/03/2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/4909416/parente-conteudo-local-nao-deve-viciar-industria-em-reservar-mercado>>. Acesso em: 06/05/2019.

REINERT, E.; AMAIZO, Y.; KATTEL, R. "The economics of failed, failing, and fragile states: productive structure as the missing link" in: SHAHRUKH, R. K.; CHRISTIANSEN, J. *Towards New Developmentalism*. Londres: Routledge, 2010.

RIBEIRO, C. G. et alii. "The influence of user-supplier relationship on innovation dynamics of Oil & Gas industry", *Technology Analysis & Strategic Management*, vol. 32, n. 2, pp. 119-132, 2020.

SILVA, A. C. M. *Petrobras: a consolidação do monopólio estatal e a empresa privada (1953-1964)*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Geociências, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1985.

TONINELLI, P. *The Rise and Fall of State-Owned Enterprise in the Western World*. Nova York: Cambridge University Press, 2000.

ULLER, V. C. *Oportunidades e desafios da colocação de óleos brasileiros no mercado internacional: o refino e o mercado norte-americano de combustíveis*. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Planejamento Energético, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VICTOR, D. G.; HULTS, D.; THURBER, M. (eds.). *Oil and Governance: State-owned Enterprises and the World Energy Supply*. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

VILLELA, A. V. *Empresas do governo como instrumento de política econômica: os sistemas Siderbrás, Eletrobrás, Petrobrás e Telebrás*. Coleção Relatórios de Pesquisa, n. 47. Rio de Janeiro: IPE/INPES – IPEA, 1984.

AUGUSTO MAGANHA BARBOSA
PAULO SÉRGIO FRACALANZA

UMA REESTRUTURAÇÃO ECOLÓGICA: A ECOLOGIA POLÍTICA DE ANDRÉ GORZ

Recebido em 24/02/2021

Aprovado em 13/05/2021

UMA REESTRUTURAÇÃO ECOLÓGICA: A ECOLOGIA POLÍTICA DE ANDRÉ GORZ

Resumo

Este artigo tem como objetivo revisitar alguns dos argumentos de André Gorz sobre a urgência de uma mudança radical na forma de organização de nossa sociedade, marcada pela “atual crise do capitalismo”. Na leitura de Gorz, o capitalismo já teria alcançado limites externos e internos insuplantáveis e apenas sobreviveria por meio de subterfúgios, cada vez menos efetivos, para evitar a crise de suas categorias fundamentais: o valor, o trabalho e o capital. Em sua forma atual, prossegue, o capitalismo não seria capaz de ampliar as liberdades substantivas, nem tampouco proporcionar um horizonte material mais alentado para a maioria dos trabalhadores, a despeito das imensas possibilidades trazidas na esteira dos processos de informatização e de robotização. Consequentemente, Gorz sustenta que a solução para este dilema civilizatório encontra-se na perspectiva da ecologia política, alicerçada numa reestruturação que preze tanto pela redução do tempo de trabalho, quanto pela mudança na relação dos sujeitos com os outros e com a teia da vida em nosso planeta.

Palavras-chave: ecologia política; André Gorz; redução do tempo de trabalho.

AUGUSTO MAGANHA BARBOSA

Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4927-6396>

E-mail: augustomaganha@gmail.com

PAULO SÉRGIO FRACALANZA

Livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8395-981X>

E-mail: fracalan@gmail.com

Abstract

This article aims to revisit some of André Gorz's arguments about the urgency of a radical change in the way our society is organized, marked by the "current crisis of capitalism". In Gorz's reading, capitalism would have already reached insurmountable external and internal limits and only survives through subterfuges, less and less effective, to avoid the crisis of its fundamental categories: value, labor and capital. In its current form, he continues, capitalism would not be able to expand substantive freedoms, nor provide a better material horizon for the majority of workers, despite the immense possibilities brought about in the wake of the computerization and robotization processes. Consequently, Gorz maintains that the solution to this civilizing dilemma lies in the perspective of political ecology, based on a restructuring that cherishes both the reduction of working time and the change in the relationship of individuals with others and with the web of life in our planet.

Keywords: political ecology; André Gorz; reduction of working time.

I. Introdução

Aunque no podemos adivinar el tiempo que será, sí que tenemos, al menos, el derecho de imaginar el que queremos que sea.

Eduardo Galeano, **El derecho al delirio**

O futuro é aquilo que está por vir, é como o mundo estará passado algum tempo. Julga-se conhecer o passado, vive-se o presente, mas para o futuro só há previsões. Como forma de tornar estas previsões menos obscuras, a humanidade tem utilizado tudo que possui em mãos: os deuses, os números, a história, as opiniões de especialistas, o *animal spirits*, dentre tantos outros artifícios. Contemporaneamente, os analistas econômicos, os oráculos de nossos tempos, dedicam-se a prever o preço das ações nas próximas semanas, a taxa de juros nos próximos meses e até o crescimento econômico dos próximos anos.

John Maynard Keynes, em 1930, foi mais além e vislumbrou sobre as possibilidades econômicas de nosso mundo dali a cem anos. Para ele, com o avanço das forças produtivas, a renda alcançaria um patamar entre quatro e oito vezes maior que o da época e a jornada de trabalho poderia ser reduzida para algo em torno de 15 horas semanais. Assim, desde que a sociedade aprendesse a empregar o tempo em objetivos não materiais, seria possível que se vivesse bem, sábia e agradavelmente, dedicando-se às artes da vida e poupando-se do “sacrifício do trabalho”, que praticamente não seria mais necessário para a satisfação das necessidades absolutas. Estas possibilidades, contudo, estariam condicionadas a quatro fatores: a capacidade de controlar a população, a determinação de evitar guerras, a disposição de confiar à ciência a direção de parte de nosso destino e a necessária mudança no “código de moralidade” da sociedade, de modo que a acumulação de riqueza deixasse de ter tamanha importância social. Sobre este último ponto, Keynes escreve:

O amor ao dinheiro como uma posse – diferente do amor ao dinheiro como

meio para o gozo e as realidades da vida – será reconhecido pelo que é: uma morbidade um pouco fastidiosa, uma dessas tendências semipatológicas que se costuma confiar com arrepios a especialistas em doenças mentais. (KEYNES, 1930, p. 157)

Ao se completarem 91 anos da publicação das “Possibilidades econômicas de nossos netos”, o avanço da técnica já proporciona a renda ampliada que se previa. Contudo, a jornada de 15 horas semanais encontra-se muito longe de se concretizar, como demonstram Skidelsky e Skidelsky (2017). Em que se pese a indisposição de se evitar conflitos desde 1930 (uma Guerra Mundial e inúmeros combates por todo o globo desde então), o fracasso da utopia alentada por Keynes parece também derivar da incapacidade de transformar o código de moralidade da sociedade.

Keynes disse em seu texto que, por mais um século, para se chegar à boa vida, seria necessário “fingir para nós mesmos e para os outros que o justo é mau e o mau é justo; pois o mau é útil e o justo não”. No entanto, desde então, houve um imenso sucesso no espraiamento do capitalismo: em razão do célere avanço da globalização comercial, produtiva, financeira e cultural, com a penetração da mercantilização e da racionalização econômica em muitas e novas esferas da vida, com o triunfo do processo de financeirização, produzindo uma imensa expansão do capital fictício, todos esses processos que reforçam “a característica do capitalismo como sistema de acumulação de riqueza na sua forma abstrata” (PALLUDETO; ROSSI, 2018, p. 14).

Desta maneira, ao invés de finalmente chegarmos ao momento de nos libertarmos do “mau útil” – o espraiamento da racionalidade econômica para diversas esferas da vida –, parece que chegamos ao oposto: não mais se finge que o mau é útil, tem-se a certeza que aquilo que Keynes chamara de mau é o certo e deve ser seguido. E o que seria este mau? Dufour descreve magistralmente o atual código de moralidade:

1 - estar sempre afirmando os próprios direitos contra o outro – o que gera a regra nº 1 que se impõe de maneira lógica a todo indivíduo vivendo nesse regime democrático pós-moderno: *não existe um limite para os meus direitos;*

2 - buscar um enraizamento identitário inabalável – do qual se deduz a regra nº 2: *preciso provar de forma absoluta que sou essencialmente diferente do outro e que ele nada me pode trazer;*

3 - defender-se constantemente da ascendência real ou suposta do outro – o que gera a regra nº 3: *sou sempre, real ou potencialmente, vítima do outro.* (DUFOUR, 2013, p. 46, grifos no original).

Identificar este problema de ordem moral – o espraiamento da lógica econômica para todas as esferas da vida – está presente em um rol amplo de autores. Para além de Dufour, Dardot e Laval (2016) descrevem uma nova razão do mundo, que rege a atuação dos indivíduos, propondo, em Dardot e Laval (2018), uma forma de organização da sociedade baseada no comum. Skidelsky e Skidelsky (2017) identificam o mesmo problema, propondo a busca pela boa vida como solução. Michael Sandel (2009, 2012) chama o processo de espraiamento da lógica econômica de triunfalismo do mercado, sendo isso responsável pelo dilaceramento do tecido social, sugerindo uma revisão das normas que regem as relações sociais e de mercado, o que desembocaria na busca por uma vida boa. André Gorz, tema deste artigo, faz uma crítica à expansão da racionalidade econômica para diversas esferas da vida, sendo esta crítica a base para o que ele viria a chamar de “reestruturação ecológica”, sua proposta para chegarmos em um mundo mais justo e livre.

Dentro deste escopo, nos limites deste artigo, objetiva-se apresentar o ponto de vista de André Gorz a partir de cinco de seus livros: *Adeus ao proletariado* (1982), *Metamorfoses do trabalho* (2003), *O imaterial* (2005), *Misérias do presente, riqueza do possível* (2004) e *Ecológica* (2010). Para Gorz, a revolução técnica causada pela informática possibilita um mundo com menos “trabalho-emprego”, ou seja, um mundo com mais espaço para o lazer e a autonomia. No entanto, essa possibilidade não se efetiva por conta da forma como a economia é organizada – que Gorz chama de economia do imaterial –, ampliando a desigualdade entre as pessoas, resultando em bons empregos para uns e a precarização para a maioria. Sobre esta forma de organização da economia, trata a segunda seção. Em seguida, na terceira seção, são

apresentados os desdobramentos macro e microeconômicos desta forma de economia, bem como as consequências desta sobre os indivíduos – trabalhadores e consumidores. Discute-se, então, na quarta seção, quais as possibilidades de resolução dos problemas criados por este tipo de economia em face da premente questão ambiental. Neste momento, a crítica de Gorz se diferencia das críticas keynesianas, marxistas e do mainstream econômico, assumindo a dimensão de uma crítica a partir da ecologia política. Finalmente, sua proposta de organização da economia – e da sociedade – é apresentada na quinta seção, sob o nome de “reestruturação ecológica”.

2. A atual crise do capitalismo

Este es un mundo violento y mentiroso, pero no podemos perder la esperanza y el entusiasmo por cambiarlo.

Eduardo Galeano

André Gorz apresenta dois pontos fundamentais para se entender a atual forma de organização do capitalismo: (i) a resposta política dos grandes grupos detentores de capital à crise que irrompeu na década de 1970 e (ii) a revolução técnica causada pela informática. A resposta política dos grandes grupos proporcionou um rearranjo institucional em matéria de comércio e concorrência internacional, acelerando a informatização de processos e a robotização da produção, reduzindo a necessidade de trabalho e causando o desemprego. Esta seção trata destes dois pontos e de seu entrelaçamento.

2.1. A resposta política

Os anos de forte crescimento econômico que se seguiram do pós-guerra até o início da década de 1970 não só possibilitaram um aumento na prestação de serviços públicos e transferências de renda para a população, como também fortaleceram o poder de barganha e o uso dos mecanismos de negociação dos trabalhadores na relação com os grupos detentores de capital.

Os anos iniciais da década de 1970, no entanto, como pontua Gorz (2004, p. 18), foram marcados por uma forte redução no crescimento econômico se comparado com os anos anteriores, ampliando o conflito pela distribuição dos ganhos de produtividade, gerando o que Gorz chama de uma “crise de governabilidade”.

Os grandes grupos econômicos responderam a esta conjuntura, propondo a substituição de parte das funções do Estado, um ordenador visível e atacável, por um ordenador invisível e anônimo, cujas leis seriam tidas praticamente como “leis da natureza”: o mercado (GORZ, 2004, p. 19).

Neste ambiente, práticas como o estímulo do Estado à demanda por meio da política fiscal perderam o apoio do capital, sendo substituídas pelas medidas de estímulo à concorrência. No mesmo sentido, abriu-se mão da planificação das atividades em prol de uma maior mobilidade e flexibilidade nas relações entre as empresas e seus empregados, de modo a liberar o capital das amarras que supostamente o impediam de continuar sua obra de valorização (GORZ, 2004, pp. 20-21; 2005).

Uma destas amarras, nos discursos que denunciavam a hipertrofia do Estado, sugeria uma excessiva proteção dos mercados com relação à mobilidade do capital e à importação de produtos estrangeiros. Assim, ganhou impulso o processo de “mundialização”, com sua insistência na ideia de que os países que melhor se adaptassem às medidas de liberdade econômica estariam mais aptos para a vitória internacional. Finalmente, outra amarra a ser removida era o “mau” gasto do Estado com a questão social (GORZ, 2010). Desta forma, era mais que urgente que os Estados aderissem com mais afinco aos ditames da racionalidade econômica – o cálculo contábil e a concorrência – para a definição da agenda de suas políticas públicas: o gasto deveria priorizar os segmentos mais rentáveis, afinal, o “mau” gasto público de um país poderia representar uma vantagem para seus concorrentes que dispendessem seus recursos de forma mais rentável. Assim, as novas diretrizes apontavam que os dispêndios com serviços públicos deveriam

ser mínimos e produtivos, ou então, deveriam ser privatizados para gerar melhor eficiência (GORZ, 2004; 2010).

Em outras palavras, o sucesso no ambiente de mundialização dependia não só de fronteiras abertas, mas também de vantagens advindas do barateamento dos custos de produção que poderiam ser utilizadas como trunfos competitivos. O Estado, nestes novos tempos, passaria a atuar com mais vigor como parceiro das empresas, oferecendo-lhes regramentos mais flexíveis, isenções e estímulos para a concorrência. Finalmente, não se deve subestimar o papel preponderante desempenhado pela revolução da informática, que efetivamente possibilitou a entrada das empresas em novos mercados ao incrementar suas vantagens competitivas, franqueando o acesso a inovações na disputa pela criação, apropriação e domínio de novos conteúdos imateriais incorporáveis às mercadorias, possibilitando torná-las únicas, e ampliando, assim, os espaços para a valorização dos capitais (GORZ, 2004).

2.2. A revolução técnica

André Gorz acreditava que a atual forma do capitalismo se alicerçava numa economia do conhecimento. Neste tipo de economia, resultado de uma intensa informatização e robotização, o tempo de trabalho teria seu papel reduzido na formação de valor, sendo parcialmente substituído pela capacidade de produção e apropriação de conhecimentos, processo plasmado pelo movimento dos monopólios na apropriação privada sobre os conhecimentos criados. O trabalho, embora indispensável à produção, tornar-se-ia subsumido pela atividade científica em geral (GORZ, 2005, p. 16).

A economia do imaterial descrita por André Gorz dependeria da produção de conhecimentos, embora estes não se apresentassem inicialmente enquanto mercadorias (GORZ, 2005, p. 31). No entanto, com a permissão de direitos de propriedade sobre os conhecimentos, seria possível criar um monopólio sobre estes, incorporando-os na produção, tornando os produtos criados únicos, sem equivalentes. Sobre estes produtos seria possível auferir maiores margens de lucro, com o que as empresas seriam incentivadas a

produzir e a disputar o controle sobre um volume cada vez maior de conhecimentos (GORZ, 2005).

Em oposição às mercadorias em geral, resultado de trabalhos repetitivos, manuais e com rotinas definidas, a criação e o desempenho dos funcionários no mundo da economia do conhecimento dependeria muito mais da motivação e das condições de trabalho do que do tempo, sendo inentemente incerto o conteúdo da criação. As capacidades esperadas dos funcionários seriam diversas, sendo preponderantes o julgamento, o senso estético, o nível de formação e de informação, o aprender e o adaptar-se a situações imprevistas, dentre outras. O tempo, desta forma, perderia parte de sua importância na criação de valor (GORZ, 2005, pp. 18, 29).

Além disso, Gorz ressaltava que todo conhecimento passível de ser formalizado poderia ser abstraído de seu conteúdo material e humano, multiplicando-se, praticamente sem custos, sob a forma de um software e utilizado ilimitadamente em computadores. Percebe-se, assim, que a distribuição em massa destes conhecimentos requereria praticamente nenhum trabalho, afastando a apropriação de riqueza das medidas convencionais do tempo de trabalho (GORZ, 2005, p. 10).

Percebe-se, assim, o potencial gerado pela difusão da informática na produção: libera-se trabalho da produção material, oferece-se um ambiente de maior autonomia ao trabalhador, e, para reproduzir certos tipos de produtos não há a necessidade de trabalho. No entanto, apesar do potencial emancipador desta forma de produção, “prefere-se a criação artificial de escassez à criação da maior satisfação geral possível. A primeira permite o melhor aproveitamento do capital” (GORZ, 2005, p. 10).

Portanto, Gorz sustenta que o capitalismo das últimas décadas sobrevive por meio de subterfúgios na crise de suas categorias fundamentais: trabalho, valor e capital. A criação de valor, nesta concepção, dá-se mais por conhecimentos cristalizados que por trabalho cristalizado. O capital imaterial, em si, é uma categoria que não poderia ser apropriada como capital. Só o é por meio do subterfúgio de criação de monopólios sobre os comuns do

conhecimento. O trabalho material, por fim, continuaria como fundamental para a criação de valor, mas subalterno ao trabalho imaterial (GORZ, 2005, p. 29; 2010, pp. 21-22).

Em resumo, a informática e a robotização permitiram um aumento da produtividade global e um melhor controle da produção. No entanto, o desenvolvimento da técnica se deu em meio a um mundo que, como visto anteriormente, passava por um momento de aumento da flexibilização e da desregulamentação financeira e do trabalho, em que o jogo de forças políticas pendia favoravelmente ao capital. Assim, ao invés do potencial dessa nova forma de produção ser utilizado em prol da emancipação, foi utilizado de forma a melhor reproduzir o capital. Isso, no entanto, não se deu sem gerar novos problemas. Sobre as consequências desta forma de organização sobre a economia e os indivíduos, ocupa-se a próxima seção.

3. As consequências de uma economia do imaterial

En el mundo del revés, la libertad oprime. La libertad del dinero exige trabajadores presos, presos de la cárcel del miedo, que es la más cárcel de todas las cárceles. [...]El miedo al desempleo que sirve a los empleadores para reducir sus costos de mano de obra y multiplicar la productividad, eso hoy por hoy es la fuente de angustia más universal de todas las angustias.

Eduardo Galeano, Desechables

A segunda seção tentou demonstrar que uma resposta política dos grandes grupos de capital à crise da década de 1970 alterou a forma de organização da economia mundial. Além disso, concomitantemente, tomou forma a revolução técnica causada pela informática. Estes dois processos acabaram por se retroalimentar, produzindo a economia do imaterial na forma como a conhecemos. Cabe, agora, perceber as consequências, geradas por este tipo de economia, sobre a organização das empresas e os indivíduos,

marcados como consumidores, e sobre a macroeconomia e os mesmos indivíduos, marcados como trabalhadores.

3.1. Consequências microeconômicas

André Gorz argumenta que, com a crise da década de 1970, as empresas, para escapar da estagnação econômica, encontraram duas saídas: a conquista de parcelas suplementares de mercado e/ou a renovação acelerada da gama de produtos, estimulando a obsolescência de seus conteúdos. A primeira exigiria adentrar em mercados emergentes, já a segunda demandaria esforços em inovação e na criação de desejos (GORZ, 2004, p. 37).

A produção não podia mais, desta forma, somente responder à demanda, precisava antecipar-se a ela, criando e incorporando qualidades imateriais às mercadorias. Na tentativa de criar produtos diversificados para tentar atingir todas as parcelas do mercado, reduziram-se os ganhos de escala da economia, criando-se linhas de produção menores, sendo elas constantemente alteradas para incorporar novos conteúdos imateriais às mercadorias (GORZ, 2004, p. 38).

Essas mudanças tiveram consequências sobre a forma de trabalho. De acordo com Gorz, o trabalho no fordismo extorquia do operário o máximo de rendimento, enclausurando-o num sistema de obrigações que lhe retirava qualquer margem de iniciativa. A partir da década de 1970, no entanto, este passou a ser substituído pelo trabalho requerido no toyotismo, com as exigências de autogestão dos funcionários, de forma a proporcionar uma melhoria contínua dos métodos de produção e um aumento da “cooperação produtiva” (GORZ, 2004, pp. 38-40).

No entanto, para Gorz, as proclamadas autogestão e autonomia dos trabalhadores instigadas pelo toyotismo não possuíam tantos aspectos positivos. Em um ambiente de desregulamentações e flexibilizações, bem como de destruição das instituições que conferiam caráter coletivo ao trabalhador, este passou a ter que incorporar a “cultura da empresa”, assim como passou a ter, com a empresa, um sentimento de pertencimento que estava sendo

perdido na sociedade. A empresa se tornara um refúgio contra o mundo “de fora” (GORZ, 2004, pp. 46-48).

Em outras palavras, para Gorz, os trabalhadores, no fordismo, não “pertenciam” às empresas e não lhes deviam mais que uma prestação de horas bem definidas no contrato de trabalho na realização das tarefas designadas. Além disso, encontravam seu sentimento de pertencimento no sindicato, ao lado de sua classe, bem como compreendiam que seus direitos políticos e sociais eram mais importantes que os direitos de seus empregadores de dispor de seu trabalho, aceitando a exploração somente até certos limites.

No “pós-fordismo”, em nome do imperativo da competitividade, a empresa teria recuperado o espaço perdido nas disputas do fordismo, e assim pôde prevalecer (não por meio da imposição, mas da persuasão) o sentimento de pertencimento à empresa e à sua cultura sobre os direitos que as cidadanias social e econômica conferiram aos trabalhadores (GORZ, 2004, p. 48)³.

Imbuído dessa nova forma de subjetivação – a racionalidade econômica em sua maneira de lidar com seu trabalho –, o trabalhador passou não somente a realizar seu trabalho, como também a refletir, prever e discutir sobre este. Percebe-se, assim, que a autonomia e a reflexão se deram somente na medida do melhor aproveitamento do capital, não se traduzindo numa reflexão sobre o papel e a condição de cada trabalhador, nem mesmo sobre eventuais estratégias de apropriação dos ganhos desses novos processos (GORZ, 2004, pp. 48-50)⁴. Gorz, então, argumenta que:

A autonomia no trabalho é irrelevante se não for acompanhada de uma autonomia cultural, moral e política prolongando-a além dela mesma; tampouco provém da própria cooperação produtiva, mas da atividade militante e da cultura de insubmissão, de rebelião, de fraternidade, de livre debate, de questionamento radical. (GORZ, 2004, p. 52)

³ Além da referência a Dardot e Laval (2017), ver também o interessante livro de Illouz (2011), intitulado *O amor nos tempos do capitalismo*.

⁴ Gorz é um dos autores mobilizados no esforço de Linhart (2007) de captar os sentidos da modernização do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Neste ambiente, as autonomias cultural, moral e política são suprimidas justamente pelas condições culturais e ideológicas que o próprio pós-fordismo cria: a instabilidade, a volatilidade, a flexibilidade, a inconstância e a inconsistência. Apenas uma pequena “elite” possui bons empregos, e, para mantê-los, precisa manter a “ética do trabalho” em um ambiente em que o trabalho perde centralidade. A dedicação, o afinco e a identificação com o trabalho são valorizados, de modo que pertencer a esta “elite” de trabalhadores é considerada uma vitória pessoal, resultado de merecimento daqueles que souberam guiar-se pelas atitudes corretas.

3.2. O indivíduo enquanto consumidor

A intensa produção de novas mercadorias, um dos pilares da reorganização produtiva, só seria possível se viesse acompanhada de um aumento no consumo. Este, contudo, só seria possível se ampliasse os desejos dos indivíduos, o que, no entanto, não se configurou num problema para as empresas, uma vez que os gastos massivos em publicidade propiciaram o aumento dos desejos de consumo, proporcionando a criação e a reprodução de consumidores que “não necessitam daquilo que desejam, e não desejam aquilo de que necessitam” (GORZ, 2005, p. 48)⁵.

A publicidade, além de conferir valores simbólicos, sociais e eróticos às mercadorias, também difundiu uma “cultura do consumo que enfatiza a individualização, a singularização, a rivalidade e a inveja” (GORZ, 2010, p. 22), sendo esta cultura uma das formas de subjetivação na economia do imaterial. Outras formas de subjetivação estão ligadas à educação e à socialização, que produzem indivíduos “adestrados” para a execução de suas tarefas de consumidores e trabalhadores. A este sujeito dócil e adestrado, incorpora-se a concepção utilitarista de “quanto mais, melhor”, afastando os indivíduos das noções de suficiência e necessidade. Nota-se, assim, uma confluência do pensamento de Gorz com o de Pierre Dardot e Christian

⁵ Nesse debate, pode ser interessante recordar um autor um pouco marginalizado na literatura especializada e que conduz uma reflexão lúcida e arguta. Trata-se de Clouscard em *Le capitalisme de la séduction* (2009).

Laval, já que a coerção que a racionalidade econômica impõe sobre os indivíduos atravessa todas as esferas da existência humana, não se limitando somente à esfera econômica (ANDRADE; OTA, 2015).

Esta construção do sujeito, que é movido pela racionalidade econômica e por desejos meramente individuais, resulta numa individualidade que se opõe à cidadania, pois torna-se um “antídoto da expressão coletiva de necessidades coletivas, contrário ao desejo de mudança social, à preocupação com o bem comum” (GORZ, 2005, p. 49). A publicidade, desta forma, assume uma função não só econômica, mas também política, apelando não ao desejo comum da sociedade, mas, sim, ao desejo de cada qual na esfera privada (GORZ, 2005, p. 49).

Neste mundo, em que o desperdício é lucrativo, não há um mecanismo que possibilite aos indivíduos se organizarem para reduzi-lo, ou mesmo que os permita economizar recursos e elaborarem, conjuntamente, como produtores e consumidores, uma norma comum do que é suficiente (GORZ, 2010, p. 22). Para escapar dessa armadilha, Gorz afirma que é fundamental que se busque a (re)construção de espaços de vivência e sociabilidade, além do resgate das noções de suficiência e necessidade, pontos que serão centrais no clamor do autor por uma “reestruturação ecológica”, definição que será discutida em breve.

3.3. Consequências macroeconômicas

Gorz defende que a informática e a robotização possibilitaram o aumento da produção de mercadorias enquanto reduziram a necessidade de trabalho para a produção, tornando-o uma “espécie em vias de extinção” (GORZ, 2010, p. 34). Existe, portanto, um processo vigente de violenta mudança na composição orgânica do capital e aumento da extração de mais-valia. O conhecimento da ocorrência deste processo não é novo, já se encontra em Marx (2011, pp. 856-857). Entretanto, em alguns períodos do desenvolvimento capitalista, o aumento da extração de mais-valia, em função da mudança da composição orgânica do capital, implicou uma ampliação da

produção global, gerando um ciclo virtuoso na produção de mercadorias e geração de bons empregos. Nos Trinta Gloriosos do pós-guerra, a título de exemplo, o aumento da produtividade no setor industrial proporcionou, para os países centrais, a liberação de mão de obra no setor privado. Esta liberação, no entanto, não gerou desemprego, pois os trabalhadores foram absorvidos no setor público, que passou a universalizar funções como saúde e educação, para além das expansões dos investimentos em obras públicas (GORZ, 2005).

Isto, porém, deixou de ser a regra nas últimas décadas, resultado da violenta expansão da esfera financeira do capitalismo global, que além de produzir novas formas de comprar e vender dinheiro, passou a disseminar a lógica do capital para dentro do Estado. Assim, tornou-se obrigação dos Estados maximizar os recursos fiscais, justificando um enxugamento de suas atividades (como também uma redução da qualidade destas), o que reduziu a incorporação da mão de obra liberada do setor privado. Além disso, uma vez que a produtividade nos serviços (que é onde se concentra a maior parte das funções do Estado) aumentou em função da informatização dos processos, o setor público passou também a liberar mão de obra (GORZ, 2010, pp. 17-19).

Neste ambiente, as empresas crescentemente alocaram boa parte de seu capital no mercado financeiro, ou seja, no circuito do capital fictício, um direito sobre a riqueza futura, na esperança de seus rendimentos. Assim, para Gorz (2010, p. 19), a economia real converteu-se em “um apêndice das bolhas especulativas mantidas pela indústria financeira”, subordinando-se aos ditames do mercado financeiro. Estas bolhas, por fim, algum dia estouram e a especulação, a falta de transparência e o suposto excesso de controle sobre a indústria financeira são eleitos como os culpados pela pane na reprodução do capital fictício. Para Gorz, entretanto, estes fatores não são o motivo principal das recorrentes crises, mas sim a incapacidade do capitalismo em se reproduzir em uma base cada vez mais precária, ao atingir seus limites internos e externos de reprodução (GORZ, 2010, pp. 19-24).

O limite externo seria a questão ecológica. Não é possível produzir infinitamente, pois a produção se dá em um mundo físico, que claramente possui limites. Já os limites internos estariam relacionados à capacidade de acumulação, pois embora a produção não fosse um problema para as empresas, vender aquilo que se produz, sim. Produzir exige cada vez menos trabalho e, portanto, distribui-se cada vez menos dinheiro aos trabalhadores, potenciais consumidores (GORZ, 2010, p. 91).

A liberação de trabalho no setor produtivo, contudo, não gerou um completo colapso social. A principal razão é que há, sim, uma geração de empregos nas sociedades pós-industriais, mas estes são crescentemente ligados à prestação de serviços, de manutenção, cuidados e lazer, para o núcleo cada vez mais restrito de pessoas bem empregadas e bem remuneradas no setor produtivo (GORZ, 2003, p. 218). Estes novos empregos formam uma nova classe “quase servil” de ajudantes, assistentes, vigilantes, dentre outros, que tem como objetivo reduzir o tempo de “trabalho não remunerado” dos que possuem uma posição confortável na sociedade. Esta nova classe servil, por ter como fonte geradora de sua existência a redução do trabalho doméstico de algumas pessoas bem situadas, só poderá alcançar remunerações menores do que as concedidas aos que possuem bons empregos.

Para Gorz, nesta economia, há então uma separação em três grandes grupos: um primeiro, geralmente ligado à produção de conteúdos imateriais, com boas perspectivas profissionais, boa remuneração, e vantagens profissionais em suas empresas, etc.; um segundo, que orbita em torno do primeiro, formado pela nova classe “quase servil” descrita anteriormente, geralmente terceirizados, com remuneração bem inferior à do primeiro grupo, mas ainda desfrutando de algum grau de proteção; e, finalmente, um terceiro, que, segundo Gorz, chega a abarcar metade da sociedade, o dos sujeitos que transitam entre o desemprego e a precariedade, sem garantia de rendimento atual e futuro, sem proteção social e sem garantia de direitos (GORZ, 2005). Gorz denomina este fenômeno como o de uma sociedade que se caminha em duas velocidades.

Neste cenário, torna-se difícil esperar um crescimento substancial da produção de riquezas, e, ainda que isso pudesse ocorrer, as consequências ecológicas seriam devastadoras. Percebe-se, assim, que há uma clara preferência de Gorz por alternativas que promovam a distribuição – seja de renda, seja de empregos – do que pelas alternativas que prezam o crescimento como modo de superação dos problemas de precariedade, pobreza e miséria. A este ponto voltaremos numa próxima seção. Antes, no entanto, é preciso examinar as repercussões das mudanças trazidas pela Economia do Imaterial sobre os trabalhadores.

3.4. O indivíduo enquanto trabalhador

Na interpretação de Gorz, Marx acreditava que o “Espírito” do proletariado levaria o mundo ao “sentido da história”, ou seja, que “o pleno desenvolvimento das capacidades individuais viria a par com o pleno desenvolvimento das forças produtivas e conduziria inevitavelmente a uma revolução” (GORZ, 2003, p. 96). Portanto, haveria em primeiro plano uma liberação “no” trabalho, para posteriormente haver uma liberação “do” trabalho (GORZ, 1982). A partir do desenvolvimento do modo de produção e da força produtiva, os trabalhadores, que atualmente são totalmente excluídos da autoatividade, estariam em condições de impor sua autoatividade plena, ou seja, a apropriação da totalidade das forças produtivas e o desenvolvimento de suas capacidades⁶. A partir desta interpretação, o mundo estaria sendo levado, conscientemente ou não, ao sentido da história pelos trabalhadores, independentemente de quem sejam e como atuam. Mas quem é este trabalhador, o agente do sentido da história?

Gorz argumenta que este trabalhador é resultado do sucesso do capital em reduzir o poder do proletariado sobre a produção, consequência da expansão gigantesca do potencial de produção proporcionada pela informática e pela destruição da autonomia operária em função de uma disciplina quase militar e de uma maquinaria cada vez mais complexa, que exige cada

⁶ Presente em Karl Marx (2007, p. 73).

vez menos capacidades da maioria dos trabalhadores para a realização das tarefas da produção (GORZ, 1982, p. 40). Além disso, Gorz argumenta que quanto mais o trabalho é coercitivo, seja por sua intensidade, seja por sua duração, menos o trabalhador é capaz de conceber sua vida como um fim em si mesmo e mais é levado a mercadejá-la (GORZ, 2003, p. 117).

Mais que isso, na economia do imaterial descrita na segunda seção, os saberes e o conhecimento passam a ter papel central na geração de valor, e toda a vida do trabalhador parece voltada à sua função enquanto “capital humano”. As atividades fora do trabalho, muitas vezes, estão voltadas à própria qualificação dos indivíduos enquanto profissionais. Mesmo o tempo de lazer pode ser apropriado, num momento de valorização dos saberes adquiridos em atividades “vivas” (GORZ, 2003).

Além deste processo, os trabalhadores, muitas vezes, encaram-se não mais como o que são, trabalhadores, mas sim como “capitalistas”. A rede de incentivos criada pelas grandes empresas, melhor discutida em Dardot e Laval (2017), altera a lógica tradicional de uma luta de classes entre os detentores e os não detentores dos meios de produção. Há, por exemplo, o pagamento de incentivos por meio de ações, ou por meio de participações no lucro, ou até por meio de contratos de produtividade ou metas. Desta forma, os trabalhadores que possuem bons trabalhos – aqueles com boa remuneração, sindicalização, boas condições de segurança e certa autonomia nas tarefas – recebem mais conforme maior seja a exploração de seu trabalho, muitas vezes alinhando-se aos objetivos dos detentores do capital.

Não seria, portanto, este o proletário ideal que levaria sua realização pessoal enquanto uma realização de classe rumo à razão. Sua potência enquanto indivíduo foi rebaixada e não se pode esperar que “no” trabalho ocorreria o desenvolvimento das capacidades que o levariam à liberdade para a realização das atividades superiores. Gorz sustenta que só é possível que os trabalhadores descubram os limites da racionalidade econômica quando suas vidas não forem mais inteiramente preenchidas e suas mentalidades completamente ocupadas com o trabalho. Assim, há a necessidade que se

amplie o tempo livre para a realização de atividades não econômicas, de modo que outras esferas da vida sejam desenvolvidas e se possa questionar a falta de liberdade “no” trabalho (GORZ, 2003, p. 117).

4. Possibilidades de saída

Hay quienes creen que el destino descansa en las rodillas de los dioses, pero la verdad es que trabaja, como un desafío candente, sobre las conciencias de los hombres.

Eduardo Galeano, **Las venas abiertas de América Latina**

Na atual forma de organização do capitalismo, a liberação do trabalho na produção de bens por conta do aumento da produtividade tende a desencadear não uma redução da massa de trabalho global (ou mesmo um substancial aumento da produção pela reincorporação dos trabalhadores no sistema produtivo), mas sim uma realocação dos trabalhadores liberados na produção para realizar – por meio dos mecanismos de mercado – atividades que antes eram feitas sem passar por esta esfera, especialmente com relação a serviços pessoais ou domésticos de baixa produtividade. Aqueles que não conseguem fazer parte deste grupo acabam tendo que se sujeitar à precarização e às novas atividades que antes não existiam enquanto parte de um mercado (ou que eram consideradas um luxo), gerando uma desigualdade crescente.

Neste momento, cabe lembrar as formas de subjetivação e do sujeito criado nesta economia do imaterial: os desejos coletivos foram suprimidos em prol dos desejos individuais, então, não há nem um sentimento de solidariedade que poderia atuar como freio às crescentes desigualdades (especialmente através de uma redistribuição dos empregos), nem mesmo um sentimento de necessidade de redução do tempo de trabalho, para que se amplie o tempo dedicado às atividades autônomas. Se ainda o desejo pelo aumento de

lazer permanece sentido, sua satisfação parece encontrar-se na redução do trabalho doméstico e na ampliação do espaço do consumo e não na redução do trabalho heterônomo (GORZ, 2003).

Tendo isso em mente, é possível imaginar maneiras de se modificar a atual forma de organização da sociedade. Uma primeira forma poderia contemplar a manutenção da jornada de trabalho atual, estimulando-se ainda mais a produção de bens, porém, como já se afirmou, não parece seguro estimular a criação de novos desejos, pois se compreende que o planeta não mais é capaz de suportar a pressão de fornecimento de recursos em escala mais ampliada.

Uma segunda vertente poderia surgir ao ignorar a necessidade de uma profunda reestruturação na forma de produzir. Uma vez que a evolução da técnica libera cada vez mais trabalho no setor produtivo, e evidentemente há limites para a absorção do trabalho excedente por parte daqueles que desejam mais tempo de lazer, programas de renda mínima poderiam ser estimulados. Este parece um caminho possível, mas ao admiti-lo, dissociar-se-ia o direito à renda do direito ao trabalho, relegando a uma posição de “fracasso permanente” os contingentes que não conseguissem empregos, com um aprofundamento da estratificação em classes e amplificação dos processos de marginalização das parcelas sociais mais desfavorecidas.

Uma outra via poderia apostar nos caminhos de uma revolução, aproximando-se de Marx. No entanto, Gorz desconfia que só é possível que os trabalhadores descubram os limites da racionalidade econômica quando suas vidas não forem mais inteiramente preenchidas e suas mentalidades completamente ocupadas com o trabalho. Para ele, portanto, há a necessidade de ampliação do tempo livre para a realização de atividades não econômicas, de modo que outras esferas da vida sejam desenvolvidas e se possa questionar a falta de liberdade “no” trabalho. Consequentemente, o caminho de uma revolução também não seria viável (GORZ, 2003, pp. 117, 205).

Assim, Gorz sugere que a superação da crise não se dará com o fortalecimento das bases fictícias da reprodução do capital, nem mesmo com a

ampliação da capacidade produtiva da economia, criando empregos que não criam novas riquezas. Partindo de um entendimento sobre necessidades e suficiência, e, portanto, lançando mão de uma conceituação substantiva da economia⁷, Gorz argumenta que atualmente o mundo já é capaz de produzir tudo aquilo de que necessita para – emprestando o termo de Keynes (1930) – viver “sábia e agradavelmente”. Se isso puder ser feito com menos trabalho, especialmente nos casos dos trabalhos mais repetitivos e desgastantes, melhor. Essa alternativa, todavia, deve ser aliada à questão ecológica. A solução estaria em uma mudança radical, uma “reestruturação ecológica”, de modo que se possa romper com a lógica econômica de acumulação e crescimento que levou a Terra a seus limites ecológicos, ao mesmo tempo que se reduziria o tempo de trabalho, redistribuindo os empregos, “banalizando-se a técnica” e estimulando-se as atividades autônomas, aquelas que possuem um fim em si mesmas. Sobre esta proposta de Gorz debruça-se a próxima seção do artigo.

5. A reestruturação ecológica

Aunque no podemos adivinar el tiempo que será, sí que tenemos, al menos, el derecho de imaginar el que queremos que sea. [...] las Naciones Unidas han proclamado extensas listas de derechos humanos, pero la inmensa mayoría de la humanidad no tiene más que el derecho de ver, oír y callar. ¿Qué tal si empezamos a ejercer el jamás proclamado derecho de soñar?

Eduardo Galeano, **El derecho al delirio**

André Gorz defendia que através de uma reestruturação ecológica seria possível construir uma sociedade mais justa, livre e ecologicamente

⁷ Aqui o paralelo com Polanyi é inevitável. O sentido substantivo da economia neste autor aponta “para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente” (POLANYI, 2012, p. 63). O outro sentido, o formal, diz respeito à relação entre meios e fins, com suas narrativas da naturalização dos desejos ilimitados da humanidade e da escassez dos meios para atendê-los.

sustentável, desde que houvesse um decrescimento produtivo e uma redução do tempo de trabalho. Desta forma, seria possível trabalhar menos para satisfazer nossas necessidades, aumentando a autonomia de cada um com relação ao novo tempo livre. Esta reestruturação precisaria também ser aliada a um programa de renda mínima enquanto mecanismo de transição para esta nova sociedade. Este programa, ao invés de dissociar o direito ao trabalho do direito à renda, acabaria apenas com o “trabalho-emprego” como obrigação para o sustento, ressignificando o trabalho⁸. O trabalho, como criação de valores de uso e satisfação pessoal, seria uma decisão individual. Além disso, uma reestruturação ecológica poderia estimular o aumento de atividades autônomas e de um mundo vivido caso seja feita em conjunto com outras políticas públicas. Esta seção discorre sobre a reestruturação ecológica sob dois de seus principais aspectos: o decrescimento produtivo e a redução do tempo de trabalho⁹.

5.1. O decrescimento produtivo

À primeira vista, a ideia de decrescimento pode parecer algo surreal, distante de qualquer possibilidade. A simples redução da produção pode ser algo não desejado se tudo o mais continua constante. Há que se analisar, porém, o conceito à luz de uma mudança radical na sociedade, com uma completa reestruturação do modo de produzir e pensar. O decrescimento não necessariamente exige a redução na produção de valores de uso, mas supõe uma mudança na forma de se organizar a produção e a sociedade, de modo a evitar desperdícios, produzir de uma forma melhor, com mercadorias mais duradouras e, conseqüentemente, menos trabalho. A chave fundamental para se entender o decrescimento produtivo está na análise

⁸ É interessante observar o paralelo dessa concepção evocada por Gorz com artigo recente de Mair, Druckman e Jackson (2020), autores que sugerem que, num mundo pós-crescimento, programas de renda mínima seriam fundamentais para eliminar a coerção ao trabalho. Nesse sentido, afirmam (p. 7, tradução nossa): “A falta de coerção cria as condições sob as quais somos livres para recusar trabalho que não serve a nenhum propósito social.”

⁹ Para uma discussão sobre a articulação entre os requisitos de transições para a sustentabilidade e a necessidade de uma redução do tempo de trabalho em vários autores contemporâneos, ver Fracalanza, Maria e Corazza (2020).

daquilo computado para a construção do Produto Interno Bruto (PIB). Este não considera a produção de “riquezas”, exceto as que tenham forma de mercadoria (GORZ, 2010, p. 105). Além disso, não incorpora no cálculo o estoque de riquezas, nem as liberdades, nem a questão ambiental. Ademais, considera-se como enriquecimento nacional a produção de embalagens que irão para o lixo, papéis que serão queimados, eletrodomésticos que pouco duram, entre outros. Por exemplo, caso haja uma melhora substancial no sistema de saúde e na qualidade de vida, menos pessoas ficarão doentes, e, portanto, menos medicamentos serão necessários, menos serviços médicos serão requeridos, menos próteses, etc. Isso implica uma redução da produção, mas não, necessariamente, implicaria uma redução do bem-estar da sociedade¹⁰.

Da mesma forma, se o sistema de transporte público fosse melhorado nas grandes cidades e o transporte privado se tornasse menos necessário, as pessoas poderiam, inclusive, locomover-se de maneira mais rápida, sem reduzir a produção dos valores de uso, afinal, as pessoas continuariam sendo transportadas de um ponto a outro. O bem-estar poderia até aumentar por conta da redução do tempo despendido com o deslocamento, ou, pelo menos, do tempo de trabalho necessário para pagar por este transporte, explorado no artigo “A ideologia social do automóvel”, presente em Gorz (2010). É certo que, nesse cenário, as produções de carros, motos, reparos e combustíveis seriam muito menores. Porém, o decrescimento não seria desejável neste caso? Da mesma forma, se a obsolescência das mercadorias fosse sentida só com um maior tempo de uso, e, portanto, a renovação das mercadorias fosse menos “necessária”, isso não seria um ganho, mesmo com a produção menor (GORZ, 2010, p. 80)?

Com este decrescimento produtivo – que preza não pela eficiência econômica, mas por um melhor manejo do tempo e dos recursos - seria possível trabalhar menos, consumir menos e ter menos necessidades de mercadorias.

¹⁰ Sobre o decrescimento produtivo, ideia ainda muito difícil de ser admitida por grande parte dos economistas, a literatura especializada é cada vez mais ampla. Para ficar em apenas uma referência recente e muito influente (e que encontra eco nas propostas de Gorz), ver Raworth (2020).

Porém, como torná-lo realidade? Não se pode esperar que essa realização venha com o livre mercado, nem mesmo de decisões espontâneas dos produtores capitalistas no sentido de reduzir o “desperdício lucrativo” deles.

Entretanto, a ação que pode engendrar uma redução do desperdício não necessita ser coercitiva. É possível imaginar o estímulo a espaços de vivência comunitária, que gerariam uma menor massa de trabalho, como lavanderias coletivas, locais para reparações, cozinhas comunitárias nos prédios, entre outros exemplos (GORZ, 2010, p. 63). Há também a possibilidade de redução dos impostos sobre os produtos mais duradouros, com a indicação de vida útil e consumo de energia dos aparelhos e manuais de instrução que ensinem os reparos simples e recorrentes dos produtos (GORZ, 2010, p. 63). Para além disso, existem as melhorias que os governos podem realizar, por exemplo, nos sistemas de saúde, de transporte e de produção de energia, de modo a reduzir o impacto ambiental e as perdas ocasionadas pela ineficiência que a alocação privada pode provocar (GORZ, 2010, p. 65). Cabe destacar, porém, que, talvez, a principal ação que algum governo pode tomar é a mudança na regulação do trabalho. Trabalhar menos, com maior estímulo às atividades autônomas, pode ensejar uma maior vontade de evitar desperdícios, bem como pode implicar uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Na próxima seção, este assunto será abordado.

5.2. A redução do tempo de trabalho

A redução do tempo de trabalho é um ponto central na crítica de Gorz ao capitalismo e às propostas que se baseiam num aumento da produção como solução para os problemas econômicos e sociais. Cabe, no entanto, diferenciar o trabalho enquanto meio de se proporcionar um sustento material e o trabalho que se realiza como um fim em si mesmo, por vontade própria. A redução do trabalho como um todo depende de cada um, em sua individualidade e, portanto, de seus gostos, desejos, prazeres. Quase sempre será possível realizar atividades autônomas, como dar assistência aos idosos e às crianças, cozinhar, limpar, ou até mesmo produzir algo ligado ao lazer

ou a projetos pessoais e/ou sociais. Todas estas atividades são formas de trabalho, mas não, necessariamente, são formas de trabalho que precisam receber o crivo do mercado para serem realizadas. Assim, o que é pleiteado por Gorz é a redução do trabalho enquanto forma de sustento material, reduzindo as desigualdades e proporcionando emprego a todos. Os indivíduos poderiam seguir desejando o tanto de trabalho que quisessem (e uma vastidão de trabalhos continuaria a existir), mas isso não mais seria coercitivo sob a forma de “trabalho-emprego”, ou “trabalho-mercadoria”, pois seria liberado tempo para que os indivíduos pudessem realizar as atividades autônomas já descritas (GORZ, 2010, p. 95).

Assim, Gorz imagina a redução do tempo de trabalho de uma forma:

1 - a garantir a todos uma renda suficiente;

2 - a combinar a redistribuição do trabalho e o domínio individual e coletivo do tempo;

3 - a favorecer o florescimento de novas sociedades, de novos modos de cooperação e de troca através dos quais os elos sociais e a coesão social sejam criados fora do assalariamento (GORZ, 2004, p. 93).

Na visão do autor, a redução do tempo de trabalho pode assumir diversas formas e ser alcançada por meio de diversas políticas, que podem tanto reduzir, quanto aprofundar as desigualdades; tanto ampliar, quanto diminuir a segurança; produzir vetores de inclusão ou de exclusão social (GORZ, 2003, p. 185). Conseqüentemente, um projeto de grande redução do tempo de trabalho ao longo dos anos implicaria a necessidade de uma igualmente grande programação para as mudanças que viriam. Dentre essas mudanças, datas-alvo com a proporção do tempo de trabalho a ser reduzida são fundamentais, porque dariam previsibilidade às empresas do que está para acontecer e porque suscitariam debates sobre as necessidades coletivas para os próximos anos em termos da qualificação de mais pessoas para assumirem postos de trabalho nos quais os ganhos de produtividade são menores,

culminando no que Gorz chama de “banalização da técnica”. Este processo proporcionaria:

Que uma proporção muito maior da população possa aceder a tarefas profissionais qualificadas, complexas, criativas, responsáveis, que permitam evoluir e renovar-se continuamente. É nessas últimas atividades, com efeito, que os ganhos de produtividade são mais lentos. É, por conseguinte, nessas atividades qualificadas que a redução da duração do trabalho deve criar mais empregos, permitindo ao mesmo tempo democratizar as competências que as corporações elitistas dominam entre si. (GORZ, 2003, p. 187)

Outro ponto fundamental na consideração de uma redução no tempo de trabalho é em relação à autonomia do trabalhador neste processo. Será possível a escolha de quando e quanto se irá trabalhar ou a redução será somente uma redução da jornada semanal de trabalho? Há uma diferença entre trabalhar 35, 30 ou 25 horas por semana ou 1400, 1200 ou 1000 horas por ano. Na primeira forma de modulação, com a referência à semana de trabalho, seria estimulado um aumento do lazer passivo e das atividades domésticas. Na segunda forma, de modulação da redução do tempo de trabalho no horizonte de um ano, poder-se-ia realizar mais trabalho em algumas semanas, tendo como contrapartida maiores períodos de folga: dias, semanas, meses. Isto estimularia, provavelmente, a realização de atividades autônomas e a realização de projetos pessoais. Gorz é a favor da segunda forma (GORZ, 2003, pp. 189-194).

O autor argumenta que esta segunda forma de redução do tempo de trabalho adequa-se mais aos requisitos da economia do imaterial, com suas exigências de um trabalho mais flexível e menos ligado ao tempo. A flexibilidade, em si, não é um ponto negativo *a priori*. Torna-se negativo quando o trabalho, por ser flexível, assume caráter precário. Impedir que o trabalho gerado nessa economia seja um trabalho precário é, portanto, fundamental, o que demanda uma regulação trabalhista que organize as novas formas de emprego. Somente assim Gorz acredita ser possível conciliar os requisitos

de um trabalho flexível, melhor distribuído e que proporcione ao trabalhador maior autonomia na definição de sua jornada.

Vale ressaltar, também, que a redução do tempo de trabalho pode vir sem uma redução dos rendimentos reais dos trabalhadores. Segundo Gorz, é possível que a redução possa ser feita de modo a se encontrar junto ao ritmo “normal” de incorporação de produtividade (GORZ, 2003, p. 196). Mesmo assim, alguns setores sentiriam mais (especialmente aqueles intensivos em trabalho) o peso da redução do tempo de trabalho. Para isso, Gorz propõe a criação de uma renda básica enquanto mecanismo de transição, de modo que a dificuldade de ganhos de produtividade em alguns setores (e a consequente dificuldade em manter o mesmo salário-hora do trabalhador) fosse compensada transitoriamente¹¹.

Por fim, Gorz sustenta a necessidade da garantia que o direito à renda continue vinculado ao direito ao trabalho, mas sem ter neste a contrapartida para o recebimento do benefício (GORZ, 2004, p. 97). Isto é fundamental para entender a posição de André Gorz em relação aos programas de renda mínima, que, como dito anteriormente, são considerados fundamentais nos processos de transição.

Estes programas comumente consideram o desemprego involuntário como algo normal e aceitável, excluindo-se o “direito ao emprego”. Vale lembrar que, para além de uma remuneração digna pela jornada, em Gorz o trabalho é um dos grandes espaços de socialização na vida. Ao reconhecer que ele não é mais um direito, exclui-se uma grande parte da sociedade de um espaço de vivência, indo contra uma ideia mais acolhedora de sociedade ou no sentido da ampliação dos espaços de autonomia. A renda mínima, para André Gorz, não deve ser encarada como algo permanente para a solução do problema do desemprego, como a condição perene de cisão entre os “bem sucedidos”, detentores de trabalho, e aqueles que

¹¹ Para uma discussão sobre os limites das abordagens microeconômicas do *mainstream* que avaliam impactos sobre o emprego da adoção da redução do tempo de trabalho, ver Fracalanza (2008).

“fracassaram”, pois não possuem trabalho e sobrevivem com uma renda mínima (GORZ, 2003, pp. 199-210).

Se os pontos descritos nesta seção são os mais fundamentais para a reestruturação ecológica, Gorz não imagina estas propostas como inarredáveis, devendo sua aplicação passar pelo crivo político e pelo debate público, por meio das vias da ampliação da democracia e do respeito, fundamentais na busca da autonomia de cada um (GORZ, 2004).

6. Considerações finais

De nuestros miedos nacen nuestros corajes y en nuestras dudas viven nuestras certezas. Los sueños anuncian otra realidad posible y los delirios otra razón. En los extravíos nos esperan hallazgos, porque es preciso perderse para volver a encontrarse.

Eduardo Galeano, **De nuestros miedos**

Embora os últimos textos de André Gorz utilizados neste artigo tenham sido elaborados em 2007 e publicados postumamente em 2008, seu pensamento permanece atual e alinhado com as demandas cruciais nos campos da ecologia e do emprego, apresentando confluências de pensamento, em alguns pontos, com autores contemporâneos, como Jackson (2013), Acosta (2016), Skidelsky e Skidelsky (2017), Latouche (2009) e Dardot e Laval (2017).

Além de atual, a leitura dos textos de Gorz permite tanto a compreensão das várias faces da atual crise do capitalismo, quanto a percepção da necessidade de uma mudança na atual forma de organizar a sociedade. A reestruturação ecológica, proposta de Gorz para sair deste entrave, parte de uma mudança radical nas organizações do trabalho e da produção, de forma a proporcionar uma redução da dependência dos indivíduos em relação ao trabalho enquanto meio de satisfazer suas necessidades materiais. Isso, no entanto, não representaria o fim do trabalho ou então sua negação enquanto instrumento fundamental de socialização. O trabalho, enquanto

fonte de realização e socialização, continuaria existindo. Esta reestruturação, no entanto, resultaria na redução da necessidade de sua mercantilização, algo que Eduardo Galeano, em seus textos, descreveria como “Nadie vivirá para trabajar, pero todos trabajaremos para vivir” (GALEANO, 1998, p. 343).

Além disso, Gorz percebe e incorpora um imperativo ecológico em sua proposta de reestruturação, pois descreve que essa mudança passaria pelo fim de uma cultura do desperdício, sendo desejável um decrescimento produtivo neste sentido. As reorganizações do trabalho e da produção, desta forma, estariam vinculadas ao respeito à natureza, sendo possível conciliar a reorganização da sociedade com o imperativo ecológico, escapando tanto da lógica produtivista que rege a sociedade, quanto da quase inação dos governos com relação à questão ambiental.

O capitalismo atual, na análise de Gorz, sobrevive por meio de subterfúgios dos três pilares da economia política: o valor, o trabalho e o capital. A não resolução das questões que envolvem estes três pontos tende a agravar a crise que nos ameaça. A solução, talvez, residiria na ecologia política, que, como o próprio nome sugere, depende da arena política para se tornar realidade. Enquanto solução política, neste momento, a reestruturação ecológica descrita neste texto parece uma alternativa distante. Entretanto, o agravamento das questões ecológicas e do trabalho podem fazer com que se torne uma possibilidade real para a resolução das crises que ameaçam a humanidade. Gorz não tentou fazer previsões sobre o futuro, como fez Keynes. No entanto, forneceu uma extensa base para pensá-lo a partir das contradições do presente. Cabe, assim, discutir sua abordagem e suas proposições, com a finalidade de compreender melhor as contradições e os impasses que nos atormentam, e, assim, pavimentar um caminho mais justo, mais sustentável e mais fraterno, que permita a construção de uma sociedade mais livre e solidária.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton Ken. “Uma alternativa ao neoliberalismo: entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval”, *Tempo Social*, v. 27, pp. 275-316, junho 2015.
- CLOUSCARD, Michel. *Le capitalisme de la séduction*. Paris: Éditions Delga, 2009.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- _____. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- FRACALANZA, Paulo Sérgio. “Limites das abordagens microeconômicas da redução da jornada de trabalho”, *Revista de Economia*, vol. 34, n. 2, pp. 29-47, 2008.
- FRACALANZA, Paulo Sérgio; MARIA, Mariana Reis; CORAZZA, Rosana Icassatti. “Economia Política da redução do tempo de trabalho: dos autores pioneiros ao debate contemporâneo sobre transições para sustentabilidade”, *Nova Economia*, vol. 30, n. 2, pp. 629-654, 2020.
- GALEANO, Eduardo. *Patatas arriba. La escuela del mundo al revés*. Madrid: Siglo XXI, 1998.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1982.
- _____. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- _____. *O imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- JACKSON, Tim. *Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito*. São Paulo: Planeta Sustentável, 2013.
- KEYNES, John Maynard. “Possibilidades econômicas de nossos netos” in: SZMRECSANYI, T. (ed.). *John Maynard Keynes*. São Paulo: Editora Ática, 1930, pp. 150–159.
- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2009.
- LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MAIR, Simon; DRUCKMAN, Angela; JACKSON, Tim “A tale of two utopias: Work in a post-growth world”, *Ecological Economics*, 173, 106653, 2020.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. *O capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012.
- PALLUDETO, Alex Wilhans; ROSSI, Pedro. *O capital fictício: revisitando uma categoria controversa*. Campinas: Instituto de Economia, Texto para Discussão n° 347, 2018.
- RAWORTH, Kate. *Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RUSSELL, Bertrand. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- SANDEL, Michael. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SKIDELSKY, Robert; SKIDELSKY, Edward. *Quanto é suficiente?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

JOHN BELLAMY FOSTER
TRADUÇÃO DE FÁBIO DE MARIA

PEGANDO FOGO DESTA VEZ

Recebido em 09/07/2021

Aprovado em 24/10/2021

TEXTO ORIGINAL DE JOHN BELLAMY FOSTER

TRADUÇÃO DE FÁBIO DE MARIA

PEGANDO FOGO DESTA VEZ¹

Recebido em 09/07/2021
Aprovado em 24/10/2021

JOHN BELLAMY FOSTER

John Bellamy Foster é editor da *Monthly Review* e professor de sociologia na Universidade de Oregon. Seus interesses de pesquisa se concentram na economia política e na sociologia ambiental, sendo autor, dentre outros, de *A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza* (2000, com edição brasileira de 2005), *The Great Financial Crisis: Causes and Consequences* (com Fred Magdoff, 2009), *The Ecological Rift: Capitalism's War on the Earth* (com Brett Clark e Richard York, 2010) e *The Theory of Monopoly Capitalism: An Elaboration of Marxian Political Economy* (reeditado em 2014).

FÁBIO DE MARIA

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3346-1228>

E-mail: fabiodemaria@alumni.usp.br

Hoje estamos observando o que parece ser o começo de uma revolução ecológica, um momento histórico diferente de qualquer outro pelo qual a humanidade tenha passado². Como Naomi Klein sugere em seu novo livro *On Fire* (“Pegando fogo”), não apenas o planeta está queimando, mas um movimento climático revolucionário tem surgido, e está agora pegando fogo em resposta (KLEIN, 2019a). Aqui está uma breve cronologia do ano passado [2018], com destaque para ações climáticas na Europa e na América do Norte – ainda que se deva ressaltar que o mundo inteiro está agora, objetivamente (e subjetivamente também), *pegando fogo desta vez*³.

- Agosto de 2018: Greta Thunberg, de 15 anos, inicia sua greve escolar, do lado de fora do Parlamento sueco.

¹ Publicado originalmente sob o título de “On fire this time”, *Monthly Review*, vol. 71, n. 6, Nova York: Monthly Review Press, 2019. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2019/11/01/on-fire-this-time/> (último acesso em: 11/02/2021). Uma primeira versão desta tradução brasileira foi publicada no site *A Terra é Redonda*, em 28/05/2020: <https://aterredonda.com.br/pegando-fogo-desta-vez/> (último acesso em: 11/02/2021). A presente tradução foi realizada a convite do comitê editorial anterior. Infelizmente, os trâmites envolvendo a tradução impediram a sua publicação em edições anteriores desta revista. A despeito do atraso, a pertinência do debate climático se mantém, tornando-se ainda mais urgente com o novo relatório do IPCC neste ano e as discussões climáticas em outros fóruns.

² Aqui, a revolução é vista como um processo histórico complexo, abrangendo muitos atores e fases, um processo ora incipiente, ora desenvolvido, e que contém um desafio fundamental ao Estado e à estrutura de propriedade, de produção e de classes da sociedade. Ela pode envolver atores cujas intenções não são revolucionárias, mas que são objetivamente parte do desenvolvimento de uma situação revolucionária. Para um exemplo histórico, cf. Lefebvre (1947). Sobre o próprio conceito de revolução ecológica, cf. Foster (2009, pp. 11-35).

³ Baldwin (1963), *The fire next time* [“Da próxima vez, o fogo”].

- 8 de outubro de 2018: o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas das Nações Unidas [em inglês, IPCC-*Intergovernmental Panel on Climate Change*] publica seu “Relatório especial sobre o aquecimento global de 1,5 °C”, que aponta para a necessidade de “transições sistêmicas [...] sem precedentes em termos de escala” (ONU, 2018-2019).
- 17 de outubro de 2018: ativistas do grupo *Extinction Rebellion* ocupam a sede do Greenpeace no Reino Unido, e exigem a realização de desobediência civil em massa a fim de enfrentar a emergência climática.
- 6 de novembro de 2018: Alexandria Ocasio-Cortez (Partido Democrata dos EUA) é eleita deputada do Congresso, em uma plataforma que inclui um *Green New Deal* (HALTIWANGER, 2019).
- 13 de novembro de 2018: no Congresso dos EUA, membros do Movimento Sunrise ocupam o escritório da Presidente da Câmara dos Deputados Nancy Pelosi; Ocasio-Cortez, recém-eleita deputada, junta-se a eles.
- 17 de novembro de 2018: ativistas do grupo *Extinction Rebellion* bloqueiam cinco pontes sobre o Tâmesa, em Londres.
- 10 de dezembro de 2018: ativistas do Movimento Sunrise inundam os principais escritórios do Partido Democrata no Congresso, e exigem a criação de uma comissão para um *Green New Deal*.
- 19 de dezembro de 2018: os membros do Congresso que apoiam uma comissão para um *Green New Deal* sobem para quarenta.
- 25 de janeiro de 2019: Thunberg diz ao Fórum Econômico Mundial: “Nossa casa está pegando fogo [...] quero que vocês ajam como se nossa casa estivesse pegando fogo. Porque ela está”.
- 7 de fevereiro de 2019: a deputada Ocasio-Cortez e o senador Edward Markey apresentam ao Congresso a Resolução para um *Green New Deal* (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2019).
- 15 de março de 2019: quase 2.100 greves climáticas lideradas por jovens ocorrem em 125 países, com 1,6 milhão de participantes (100 mil em Milão, 40 mil em Paris, 150 mil em Montreal) (KLEIN, 2019a, pp. 1-7).

Revisão
tradução
de
MARISA SILVA
AMARAL

Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9548-3038>

E-mail: marisaamaral@gmail.com

- 15-19 de abril de 2019: membros do grupo *Extinction Rebellion* fecham uma parte grande do centro de Londres.
- 23 de abril de 2019: falando às duas casas do Parlamento, Greta Thunberg afirma: “Vocês ouviram o que eu acabei de dizer? Meu inglês é bom? O microfone está ligado? Porque estou começando a me perguntar” (THUNBERG, 2019, p. 61).
- 25 de abril de 2019: os manifestantes da *Extinction Rebellion* bloqueiam a Bolsa de Londres, colocando-se em suas entradas.
- 10 de maio de 2019: o Parlamento do Reino Unido declara uma emergência climática logo após declarações semelhantes da Escócia e do País de Gales.
- 22 de agosto de 2019: o senador e candidato à presidência Bernie Sanders apresenta o plano mais completo de um *Green New Deal* até o momento, propondo um investimento público de US\$ 16,3 trilhões, ao longo de dez anos (SANDERS, 2019).
- 12 de setembro de 2019: o número de copatrocinadores da Resolução do *Green New Deal* no Congresso chega a 107 (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2019)⁴.
- 20 de setembro de 2019: quatro milhões de pessoas participam da greve climática global, organizando mais de 2.500 eventos em 150 países. 1,4 milhão de protestos ocorrem somente na Alemanha (BARCLAY; RESNICK, 2019).
- 23 de setembro de 2019: Thunberg diz às Nações Unidas: “As pessoas estão sofrendo. Pessoas estão morrendo. Ecossistemas inteiros estão entrando em colapso. Estamos no início de uma extinção em massa e tudo o que vocês conseguem falar é sobre dinheiro e contos de fadas de um eterno crescimento econômico. Como se atrevem?” (NPR, 2019).
- 25 de setembro de 2019: é publicado o *Relatório Especial do IPCC sobre o Oceano e a Criosfera*, que indica que muitas megacidades localizadas em baixas altitudes, assim como pequenas ilhas, especialmente em regiões tropicais, sofrerão “eventos extremos ao nível do mar” a cada ano até 2050 (ONU, 2019, pp. 22-24 e 33).

⁴ A lista de apoiadores está disponível em: <http://congress.gov>

O imenso número de protestos contra as mudanças climáticas no ano passado deveu-se, em grande medida, ao relatório de outubro de 2018 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, agência pertencente às Nações Unidas. Esse documento declara que, a fim de que o mundo tenha uma chance razoável de evitar o catastrófico acréscimo de 1,5°C na temperatura média global, as emissões de dióxido de carbono devem atingir o pico em 2020, cair 45% até 2030, e chegar a emissões líquidas zero até 2050⁵. Um número incalculável de pessoas de repente percebeu que, para fugir do precipício, é necessário iniciar uma mudança socioeconômica em escala compatível com a crise que tem atingido o “Sistema Terra” e desafiado a humanidade. Isso resultou no *System Change Not Climate Change* (“Mudança do Sistema, Não Mudança do Clima”), o nome do principal movimento ecossocialista dos Estados Unidos, tornando-se o mantra dos militantes de movimentos climáticos ao redor do mundo inteiro⁶.

A ascensão meteórica de Greta Thunberg e do movimento de greves estudantis climáticas, do *Sunrise Movement*, da *Extinction Rebellion* e do *Green New Deal*, tudo dentro do breve período de um ano, juntamente com os atuais protestos e greves de milhões de ativistas pela mudança climática – a maioria deles, jovens –, significou uma transformação maciça na luta ambiental nos Estados capitalistas avançados. Praticamente da noite para o dia, os objetivos da luta mudaram seus contornos, com a estrutura anterior de ação climática mais genérica cedendo espaço para as alas do movimento que se orientam principalmente pelo ecossocialismo e pelo tema da justiça climática radical⁷. Até agora, o movimento de ação climática tem

⁵ ONU (Organização das Nações Unidas) (2018), Stern (2018) e NPR (National Public Radio) (2019). Em geral, considera-se que o mundo deve ficar abaixo de 2°C para evitar um ponto sem retorno no que diz respeito às relações humanas com o planeta. Mas cada vez mais a ciência tem apontado para 1,5°C como a marca desejável. Atualmente, a maioria dos esquemas de mitigação climática reconhecidos pelo IPCC admite um excedente temporário do limite de 1,5°C (ou do limite de 2°C) com emissões negativas, removendo, em seguida, o carbono da atmosfera antes que ocorram os piores efeitos. Mas essa estratégia, cada vez mais reconhecida, é pior que a roleta russa em termos de probabilidades estatísticas.

⁶ Cf. <http://systemchangenotclimatechange.org> e, também, Empson (2019).

⁷ Sobre a distinção entre ação climática e justiça climática, cf. Klein (2019a, pp. 27-28).

sido amplamente reformista. Seu programa buscou meramente empurrar o mundo dos negócios em uma direção mais consciente sobre o clima. A marcha climática de 400 mil pessoas ocorrida em Nova York no ano de 2014, organizada pelo Movimento Climático do Povo [*People's Climate Movement*], dirigiu-se para a Rua 34 e para a 11ª Avenida – um não destino se comparado ao prédio das Nações Unidas, onde os grandes negociadores da questão climática se encontravam. Como resultado, ela teve um caráter mais de passeata do que de protesto⁸.

Por sua vez, organizações como *Extinction Rebellion*, *Sunrise Movement* e *Alliance for Climate Justice* são conhecidas por seu estilo de ação direta. Esses novos movimentos são mais jovens, mais ousados, mais diversos e apresentam-se com uma perspectiva mais revolucionária (KLEIN, 2019a, pp. 27-28). Na atual luta pelo planeta, há um reconhecimento crescente de que as relações sociais e ecológicas de produção devem ser transformadas. Apenas uma transformação que seja revolucionária em magnitude e em velocidade poderia tirar a humanidade da armadilha que o capitalismo lhe impôs. Como Greta Thunberg declarou na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática em 15 de dezembro de 2018, “se as soluções dentro deste sistema são tão impossíveis de encontrar, então talvez devêssemos mudar o próprio sistema” (THUNBERG, 2019, p. 16).

Green New Deal: reforma ou revolução?

O que fez a luta por uma revolução ecológica se transformar no último ano [2018] em uma força aparentemente imparável foi a ascensão do *Green New Deal* [“Novo Acordo Verde”], isto é, um programa que propõe unir a luta para deter a mudança climática com a luta por justiça econômica e social, com foco nos efeitos sobre trabalhadores e sobre as comunidades

⁸ A marcha climática foi seguida alguns dias depois pela ação de Flood Wall Street, na qual manifestantes se envolveram em desobediência civil, mas não possuíam força numérica.

mais expostas⁹. Contudo, o *Green New Deal* não foi originalmente uma estratégia de transformação radical, mas sim uma proposta reformista moderada. O termo *Green New Deal* surgiu em 2007, em uma reunião entre Colin Hines, ex-chefe da Unidade de Economia Internacional do *Greenpeace*, e Larry Elliott, editor de Economia do jornal *The Guardian*. Diante dos crescentes problemas econômicos e ambientais, Colin Hines sugeriu uma dose de gastos keynesianos verdes [*Green Keynesian spending*], rotulando-os de *Green New Deal*, em referência ao *New Deal* que Franklin Roosevelt aplicara nos Estados Unidos à época da Grande Depressão. Elliott, Hines e outros, incluindo o empresário britânico Jeremy Leggett, lançaram o *Green New Deal Group* do Reino Unido no final daquele ano (PARTIDO VERDE DOS EUA, 2019a; VV.AA., 2008; ELLIOT, 2007).

A ideia disseminou-se rapidamente nos círculos da política ambiental. Thomas Friedman, colunista do *New York Times* favorável às corporações, começou a promover o termo nos Estados Unidos, mais ou menos à mesma época em que formulou uma nova estratégia capitalista ecomodernista (FRIEDMAN, 2007). Barack Obama apresentou uma ideia semelhante em sua campanha de 2008. No entanto, após as eleições intermediárias de 2010, ele abandonou essa terminologia, juntamente com a substância que dela ainda havia sobrado (KAUFMAN, 2018). Em setembro de 2009, o Programa Ambiental da ONU emitiu um relatório intitulado *Global Green New Deal*, que consistia em um plano de crescimento sustentável (UNEP, 2009). No mesmo mês, a Fundação Verde da Europa publicou *A Green New Deal for Europe*, uma estratégia keynesiana de capitalismo verde [*Keynesian green capitalist strategy*], hoje conhecida como *Green New Deal Europe* (GREEN EUROPEAN FOUNDATION, 2009).

Todas essas propostas, apresentadas sob o manto de um *Green New Deal*, eram combinações, de cima para baixo, de keynesianismo verde,

⁹ O autor usa a expressão *frontline communities* para se referir às comunidades que experimentam os impactos mais imediatos e nocivos da mudança climática e que, via de regra, envolvem negros, indígenas e pessoas de baixa renda. Nesta tradução, ora utilizamos a expressão “comunidades da linha de frente”, ora as expressões “comunidades expostas” ou “comunidades marginalizadas” (nota de tradução).

ecomodernismo e planejamento tecnocrático corporativista, incorporando de maneira apenas marginal a preocupação com a promoção do emprego e com a erradicação da pobreza, enquanto defendiam um capitalismo verde ligeiramente reformista. Nesse sentido, as primeiras propostas do *Green New Deal* tinham mais em comum com o primeiro *New Deal* de Franklin Roosevelt, de 1933 a 1935 nos Estados Unidos, de caráter corporativista e muito favorável aos negócios, do que com o segundo *New Deal*, de 1935 a 1940, que foi animado pela grande revolta dos trabalhadores industriais em meados dos anos 1930 (MILTON, 1982).

Em nítido contraste com as primeiras propostas, a versão radical do *Green New Deal* que ganhou fôlego nos Estados Unidos no ano passado [2018] tem sua inspiração histórica na grande revolta vinda de baixo no segundo *New Deal*. Uma força-chave nessa metamorfose foi a Aliança pela Justiça Climática [*Climate Justice Alliance*], que surgiu em 2013 por meio da fusão de várias organizações, principalmente de justiça ambiental. Atualmente, essa aliança reúne 68 organizações que representam comunidades de baixa renda e minorias étnicas, engajadas em lutas imediatas por justiça ambiental e apoiando uma transição justa (CLIMATE JUSTICE ALLIANCE, 2020).

O conceito crítico de uma transição justa teve suas origens na década de 1980, nos esforços do ecossocialista Tony Mazzocchi, do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo, Química e Atômica, para construir um movimento radical pela justiça laboral e ambiental, e foi depois promovido pela União Nacional dos Metalúrgicos [*United Steel Workers*] (FOSTER, 2019; CLIMATE JUSTICE ALLIANCE, 2020). Com o objetivo de superar o abismo entre as lutas econômicas e ecológicas, uma transição justa é reconhecida agora como o princípio central na luta por um *Green New Deal* dos Povos, para além da proteção climática em si.

Foi durante as duas campanhas presidenciais sucessivas de Jill Stein pelo Partido Verde, em 2012 e 2016, que o *Green New Deal* foi transformado pela primeira vez em uma estratégia de base radical – ou, nos termos do movimento *Science for the People*, em um *Green New Deal* dos Povos [*Peoples'*

Green New Deal]¹⁰. O *New Deal* do Partido Verde tinha quatro pilares: (1) uma declaração de direitos econômicos, incluindo o direito ao emprego, direitos trabalhistas, o direito à assistência médica (“*Medicare for All*”) e à educação universitária gratuita, financiada pelo governo federal; (2) uma transição verde, que promoveria o investimento em pequenas empresas, pesquisa verde e empregos verdes; (3) uma reforma financeira real, que incluiria o alívio da dívida hipotecária e estudantil, a democratização da política monetária, a cisão de corporações financeiras, o fim de resgates governamentais a bancos e a regulamentação de derivativos financeiros; e (4) uma democracia participativa, que revogaria a personalidade jurídica das corporações, incorporaria uma declaração de direitos dos eleitores, revogaria o *Patriot Act* de Bush e reduziria os gastos militares em 50% (STEIN, 2012).

Não pode haver dúvida sobre a natureza radical (e anti-imperialista) do programa original do Partido Verde. A redução da metade dos gastos militares dos EUA era a chave deste programa para aumentar os gastos federais em outras áreas. No centro deste programa estava, portanto, um ataque à estrutura econômica, financeira e militar do império dos EUA, ao mesmo tempo que suas propostas de política econômica se concentravam numa transição verde que forneceria até 20 milhões de novos empregos verdes (PARTIDO VERDE DOS EUA, 2019b). Ironicamente, a transição verde foi o componente mais fraco do *Green New Deal* do Partido Verde. No entanto, a inovação do Partido estava em ligar a mudança ambiental vital ao que ele concebeu como uma mudança social igualmente necessária.

Mas foi somente em novembro de 2018, quando o *Green New Deal* radical estourou no Congresso sob a liderança da recém-eleita deputada Ocasio-Cortez após as eleições intermediárias nos EUA, que o programa de repente se tornou um fator importante no cenário político dos EUA. Ocasio-Cortez decidiu concorrer ao cargo depois de se juntar ao violento

¹⁰ A organização *Science for the People* [“Ciência para o Povo”] tem sido uma das principais defensoras de um “*Green New Deal* dos Povos”, incorporando uma transição justa para trabalhadores e comunidades da linha de frente, em vez de tentar incorporar o *Green New Deal* em sua forma corporativa anterior. Cf. *Science for the People*: <https://scienceforthepeople.org/peoples-green-new-deal/>

protesto, liderado por indígenas, que visava bloquear o oleoduto de Dakota em Standing Rock, Dakota do Norte, em 2016-2017. Em campanha no 14º Distrito Congressional de Nova York (representando o Bronx e parte do centro-norte do Queens), ela assinou o compromisso “Sem Dinheiro de Combustível Fóssil” [*No Fossil Fuel Money*] do *Sunrise Movement*¹¹, obtendo, com isso, um apoio que contribuiu para sua surpreendente vitória eleitoral contra o deputado titular de dez mandatos Joe Crowley. A manifestação do *Sunrise Movement* no escritório da presidente da Câmara Nancy Pelosi, em apoio a um *Green New Deal* uma semana após as eleições intermediárias, foi imediatamente acompanhada por Ocasio-Cortez, que, juntamente com Markey, apresentou a resolução do *Green New Deal* no Congresso.

A campanha de Ocasio-Cortez inspirou-se bastante na campanha autodenominada socialista democrática de Sanders à presidência em 2016, que levou ao renascimento dos Socialistas Democráticos da América [DAS, em inglês], aos quais Ocasio-Cortez se juntou antes de sua eleição. Desde o início, a resolução do *Green New Deal* dos Povos assumiu o que era, em muitos aspectos, um caráter ecossocialista¹².

Num documento de 14 páginas apresentado por Ocasio-Cortez e Markey em fevereiro de 2019, a Resolução do *Green New Deal* expõe a realidade da emergência climática e a extensão da responsabilidade dos EUA nesse processo, associando-a a “crises correlatas”, tais como: a diminuição da expectativa de vida, a estagnação salarial, o declínio da mobilidade entre classes sociais, a crescente desigualdade, a divisão racial da riqueza, e as disparidades salariais entre homens e mulheres. O *Green New Deal* propõe a redução a zero das emissões líquidas de gases de efeito estufa por meio de uma “transição justa”, criando “milhões de empregos bons e bem

¹¹ Stuart (2019). Os ativistas fundadores do Sunrise Movement se apegaram ao movimento pelo desinvestimento em combustíveis fósseis, ocorrido particularmente em universidades, que, em dezembro de 2018, afirmou ter conseguido alcançar a soma de US\$ 8 trilhões em desinvestimentos. No entanto, os ativistas perceberam que o próximo passo era tentar atacar o próprio Estado, e mudar o sistema através de um Green New Deal. Klein (2019a, p. 22).

¹² O Partido Verde reconfigurou-se explicitamente em direção ao ecossocialismo e patrocinou uma conferência de ecossocialismo em Chicago em 28 de setembro de 2019. Cf. Ríos (2019).

remunerados” no sentido de garantir um meio ambiente sustentável, “promovendo justiça, equidade e a reparação pela opressão histórica sofrida por povos indígenas, minorias étnicas, comunidades migrantes, comunidades desindustrializadas, comunidades rurais despovoadas, pela população pobre, pelos trabalhadores de baixa renda, mulheres, idosos, sem-teto, pessoas com deficiência e jovens (aos quais o documento se refere como ‘comunidades da linha de frente e vulneráveis’).”

A Resolução propõe uma “mobilização nacional de dez anos”, com o objetivo de atingir “100% da demanda de energia nos Estados Unidos através de fontes limpas, renováveis e de zero emissão”. Outras medidas incluem a oposição a “monopólios nacionais e internacionais”; apoio à agricultura familiar; construção de um sistema alimentar sustentável; criação de uma infraestrutura veicular de emissão zero; investimento em uma rede de transporte público e em ferrovias de alta velocidade; incentivo ao intercâmbio internacional de tecnologia relacionada ao clima; criação de parcerias com comunidades da linha de frente, associações sindicais e cooperativas de trabalhadores; garantias de emprego, treinamento e ensino superior à população economicamente ativa; garantia de um sistema de saúde universal de alta qualidade para toda a população dos EUA; e proteção de terras e águas públicas (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2019-2020).

Diferentemente do *New Deal* do Partido Verde, a Resolução do Partido Democrata apresentada por Ocasio-Cortez e Markey não se opõe diretamente ao capital financeiro ou aos gastos militares dos EUA nas Forças Armadas e na expansão do Império. Seu caráter radical limita-se a vincular uma mobilização massiva para combater a mudança climática a uma transição justa para as comunidades da linha de frente, incluindo medidas econômicas redistributivas. Apesar de suas limitações, não há dúvidas sobre a radicalidade das demandas apresentadas, que, se fossem realizadas completamente, exigiriam uma mobilização em massa de toda a sociedade visando uma grande transformação do capitalismo nos EUA, o que incluiria a expropriação da indústria de combustíveis fósseis.

O *Green New Deal* de Sanders, sintetizado em um documento de 34 páginas, vai mais longe do que isso¹³. Postula 100% de energia renovável para eletricidade e transporte até 2030 (o que é equivalente a uma redução de 71% nas emissões de carbono dos EUA) e a descarbonização completa até 2050. O projeto de Sanders propõe-se a realizar tudo isso dedicando US\$ 16,3 trilhões ao investimento público para acabar com os combustíveis fósseis; declarando a emergência climática; insistindo em uma transição justa para trabalhadores e comunidades marginalizadas; reautorizando o Corpo de Conservação Civil [*Civilian Conservation Corps*] do *New Deal*; proibindo a extração *offshore*, o *fracking* e a mineração de carvão no topo de montanhas. Ele alocaria US\$ 200 bilhões ao Fundo Climático Verde para que os países pobres reduzissem as emissões de carbono em 36% até 2030.

Para garantir uma transição justa para os trabalhadores, Sanders propõe “até cinco anos de garantia salarial, assistência para colocação e realocação no emprego, assistência médica e uma pensão baseada no salário anterior”, junto com assistência habitacional para todos os trabalhadores deslocados devido ao abandono dos combustíveis fósseis, e treinamento para diferentes carreiras, incluindo educação superior de quatro anos totalmente paga. O custo dos cuidados médicos seria coberto pelo *Medicare for All*. Os princípios da justiça ambiental seriam respeitados a fim de proteger as comunidades da linha de frente, incluindo os indígenas, prevendo-se a destinação de US\$ 1,12 bilhão para programas de acesso às terras tribais e aumento de sua extensão. Além disso, o governo “reservaria US\$ 41 bilhões para auxiliar a conversão das grandes operações que envolvem a alimentação de animais confinados em ‘práticas ecologicamente regenerativas’”, ao mesmo tempo que prevê o incentivo à agricultura familiar.

¹³ Sanders está completamente sozinho entre os principais candidatos democratas nas eleições de 2020 na promoção de um verdadeiro *Green New Deal*. O “Plano para uma Revolução da Energia Limpa e por Justiça Ambiental” [*Plan for a Clean Energy Revolution and Environmental Justice*], de Joe Biden, apresentado em junho de 2019, evita completamente a insistência do IPCC de que as emissões de dióxido de carbono devem ser reduzidas em quase 50% até 2030 para permanecer-se abaixo de 1,5°C, e simplesmente promete promover políticas que atingirão zero emissões líquidas até 2050, propondo gastar US\$ 1,7 trilhão no combate às mudanças climáticas por dez anos. Elizabeth Warren assinou a Resolução do *Green New Deal*, mas em seu “Plano de Energia Limpa” [*Clean Energy Plan*], apresentado em setembro de 2019, não vai além de dizer que apoia uma mobilização de dez anos até 2030, com o objetivo de atingir zero emissões líquidas de gases de efeito estufa “o mais rápido possível”. Ela propõe um investimento de US\$ 3 trilhões em dez anos. Seu plano exclui qualquer menção a uma transição justa para trabalhadores ou comunidades da linha de frente.

O financiamento viria de várias fontes: (1) “aumentando massivamente os impostos sobre a renda e riqueza de investidores e proprietários de corporações que lucram com combustíveis poluentes”, bem como “aumentando as penalidades sobre a poluição resultante do uso de combustível fóssil na geração de energia” pelas empresas; (2) eliminando os subsídios para a indústria de combustíveis fósseis; (3) “gerando renda a partir da energia produzida pelas autoridades regionais” – com a receita adicional a ser coletada até 2035 sendo usada para apoiar o *Green New Deal*, depois do que a eletricidade seria fornecida virtualmente grátis para os clientes, além dos custos de operação e manutenção; (4) cortando os gastos militares destinados a salvaguardar o suprimento mundial de petróleo; (5) cobrando receitas tributárias adicionais como resultado do aumento do emprego; e (6) fazendo com que as empresas e os mais ricos paguem sua “justa parte” (SANDERS, 2019).

O *Green New Deal* de Sanders distingue-se da Resolução de Ocasio-Cortez e Markey ao: (1) estabelecer um cronograma para cortes nas emissões de gases de efeito estufa (muito mais ambicioso para os Estados Unidos em relação ao que é exigido em média pelo mundo no âmbito do orçamento global de carbono, devido às suas responsabilidades únicas); (2) confrontar diretamente as empresas de capital fóssil; (3) projetar uma transição justa para a classe trabalhadora e as comunidades marginalizadas; (4) especificar a criação de 20 milhões de novos empregos; (4) proibir a perfuração *offshore*, o *fracking* e a mineração de carvão; (5) enfrentar o papel dos militares na salvaguarda da economia global de combustíveis fósseis; (6) alocar US\$ 16,3 trilhões do orçamento federal por dez anos para financiar esse programa; e (7) utilizar os impostos sobre as empresas poluidoras para ajudar a financiar o *Green New Deal*¹⁴. Apesar de promissor, o programa de Sanders ainda está longe da proposta do Partido Verde de reduzir pela metade os gastos militares.

¹⁴ Embora a Resolução do *Green New Deal* apresentada por Ocasio-Cortez e Markey não aborde como seria financiada, a ênfase está na criação de bancos públicos, no *quantitative easing* verde e no financiamento do déficit em meio à atual utilização em baixa capacidade – uma visão apoiada pela moderna teoria monetária, e que se afasta deliberadamente do financiamento através de impostos sobre as corporações. Brown (2019).

As estratégias do *Green New Deal* dos Povos (*Peoples' Green New Deal*) nas quais atualmente se avança constituem o que, na teoria socialista, se chama de reformas revolucionárias, ou seja, reformas que propõem uma reestruturação fundamental do poder econômico, político e ecológico, e que apontam, ao invés de se afastarem, para uma transição do capitalismo para o socialismo. As mudanças propostas são uma ameaça real ao poder do capital, mais profunda até mesmo do que aquela representada pelo segundo *New Deal* do final dos anos 1930. O desinvestimento completo em combustíveis fósseis, incluindo reservas, constitui um tipo de abolicionismo cuja maior analogia, no que diz respeito a seus efeitos econômicos gerais, pode ser encontrada na abolição da escravidão nos Estados Unidos. Foi estimado que, em 1860, os escravos constituíam “o maior ativo financeiro individual em toda a economia dos EUA, valendo mais do que todas as fábricas e ferrovias combinadas”¹⁵. Hoje, enfrentar a indústria de combustíveis fósseis (sua estrutura financeira, indústrias relacionadas e infraestrutura) implica confrontos análogos (em termos da escala envolvida) com detentores de poder e riqueza, e só é concebível como parte de uma profunda transformação social e ecológica. Nesse sentido, em 2016, o Banco Interamericano de Desenvolvimento revelou que as empresas de energia enfrentavam uma perda potencial de US\$ 28 trilhões como resultado da necessidade mundial de manter os combustíveis fósseis no solo (CALDECOTT *et alii*, 2016, p. X).

Como o capital entendeu desde o princípio, essas mudanças ameaçariam toda a ordem político-econômica, visto que, uma vez que a população fosse mobilizada para a mudança, todo o metabolismo da produção capitalista seria desafiado. As empresas de energia, escreve Naomi Klein, “deverão renunciar a trilhões de dólares em reservas comprovadas de combustível fóssil [que contam como ativos] no solo” (KLEIN, 2014, pp. 31-63, colchetes no original). Para que o movimento pela justiça climática enfrente o capital fóssil e o sistema capitalista como um todo no sentido antes posto, será necessário mobilizar toda a população, promovendo a luta de classes em

¹⁵ Conforme o historiador David Blight (*apud*: COATES, 2014).

uma escala imensa, a fim de introduzir, em alguns poucos anos, uma transformação gigantesca na produção de energia.

É claro que todas as propostas do *Green New Deal* estão longe de enfrentar a magnitude da tarefa exigida pela emergência planetária atual. No entanto, o desenvolvimento dessa luta pode desencadear uma luta revolucionária global pela liberdade e sustentabilidade, uma vez que as mudanças contempladas vão contra a própria lógica do capital e não podem ser alcançadas sem uma mobilização de toda a população em caráter emergencial.

Ainda assim, existem contradições persistentes mesmo no âmbito das estratégias radicais do *Green New Deal*, relacionadas à ênfase no crescimento econômico e na acumulação de capital. As restrições impostas pela necessidade de estabilizar o clima são severas, exigindo mudanças na estrutura subjacente da produção. No entanto, todas as atuais propostas do *Green New Deal* evitam amplamente qualquer menção à conservação direta de recursos ou a cortes no consumo geral – muito menos medidas emergenciais como o racionamento como um meio equitativo, e não relacionado a preços, para realocar os escassos recursos da sociedade (uma medida bastante popular nos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial) (KLEIN, 2014, pp. 115-116).

Nenhuma das propostas considera o nível total de resíduos incorporado no sistema de acumulação atual, e como isso pode ser transformado em vantagem ecológica. Em vez disso, todos os planos se baseiam na noção de promover crescimento econômico exponencial rápido ou acumulação de capital – apesar do fato de que isso agravaria a emergência planetária, e apesar do fato de que os verdadeiros sucessos do segundo New Deal tiveram muito menos a ver com crescimento do que com redistribuição econômica e social. Como adverte Naomi Klein, um *Green New Deal* falhará terrivelmente em proteger o planeta e em propiciar uma transição justa, caso siga o caminho do “keynesianismo climático” (KLEIN, 2019a, p. 261).

O IPCC e as estratégias de mitigação

Nada disso nega que uma mudança tecnológica parece estar em andamento. As estratégias radicais do *Green New Deal* que agora estão sendo defendidas ameaçam implodir, em relação ao que pode e deve ser feito para combater a mudança climática, a política científica liderada pelo IPCC, que até agora vem obstruindo todas as perspectivas sociais de esquerda. Em nítido contraste com seu cuidadoso tratamento científico das causas e consequências das mudanças climáticas, relativamente livre de intervenção política, a abordagem do IPCC quanto às ações sociais necessárias para mitigar a emergência climática foi ditada, em grande parte, pela atual política econômica hegemônica. Até agora, as estratégias de mitigação para reduzir as emissões de dióxido de carbono em todo o mundo foram fortemente impactadas pelo domínio quase total das relações de acumulação capitalistas, assim como pela hegemonia da economia neoclássica. As diretrizes incorporadas a esses cenários de mitigação restringem fortemente os parâmetros de mudança sob consideração, e o fazem por meio de dispositivos como modelos de avaliação integrados (IAMs [*integrated assessment models*]), que consistem em grandes modelos de computador capazes de integrar mercados de energia e uso da terra com projeções de gases de efeito estufa) e caminhos socioeconômicos compartilhados (SSPs [*shared socioeconomic pathways*]), que consistem em cinco diferentes caminhos tradicionais de negócios, baseados em estruturas amplamente tecnológicas, com crescimento econômico substancial e sem que políticas climáticas sejam formalmente incorporadas a esses modelos).

O resultado desses modelos deliberadamente conservadores, que descartam todas as alternativas ao modelo econômico dominante, é a proliferação de avaliações irrealistas do que pode ser feito e do que precisa ser feito (cf. ANDERSON, 2019; HAUSFATHER, 2018). Em geral, os cenários de mitigação incorporados ao IPCC: (1) assumem implicitamente a necessidade de perpetuar a atual hegemonia político-econômica; (2) subestimam as mudanças nas relações sociais em favor da mudança tecnocrática, boa parte da qual

é baseada em tecnologias que não existem ou que são inviáveis; (3) enfatizam os fatores no âmbito da oferta – principalmente fatores tecnológicos e relacionados ao preço – em vez dos fatores no âmbito da demanda, ou então reduções diretas no consumo ecológico, a fim de reduzir as emissões; (5) [sic] contam com as chamadas emissões negativas (capturando dióxido de carbono da atmosfera e, de alguma forma, sequestrando-o), de modo a permitir a superação dos objetivos de emissão; (6) deixam a massa da população fora do cálculo, assumindo que a mudança será administrada pelas elites gerenciais, e com participação pública mínima; e (7) postulam respostas lentas, deixando de fora a possibilidade (na verdade, a necessidade) de uma revolução ecológica¹⁶.

Portanto, enquanto a escala da mudança climática e seus impactos socioecológicos são bem capturados pelos modelos e projeções do IPCC, a escala da mudança social necessária para enfrentar esse desafio é sistematicamente rebaixada nas centenas de modelos de mitigação utilizados pelo IPCC. Esses, em vez disso, recorrem a soluções mágicas que decorreriam de intervenções no preço de mercado (como o comércio de carbono) e do emprego de uma tecnologia futurista, incluindo invenções que não são viáveis na escala necessária e que dependem de emissões negativas (ANDERSON; PETERS, 2016; EASAC, 2018). Tais modelos apontam para resultados catastróficos, para os quais as únicas defesas previstas são a chamada eficiência do mercado e uma tecnologia barroca inexistente e/ou irracional, uma vez que essas abordagens supostamente permitiriam que a sociedade permanecesse com seu modelo produtivo atual praticamente inalterado.

Assim, a maioria dos modelos de mitigação climática incorpora a tecnologia de bioenergia com captura e armazenamento de carbono (BECCS [*bioenergy with carbon capture and storage*]), que promove o crescimento de plantas (principalmente árvores) em grande escala para serem queimadas com vistas à produção de energia, ao mesmo tempo que captura o dióxido

¹⁶ Essas deficiências são integradas diretamente nos caminhos socioeconômicos compartilhados (SSPs) e até nos modelos de avaliação integrados (IAMs). Cf. Fricko *et alii* (2017). Para uma avaliação crítica geral, cf. Hickel e Kallis (2019).

de carbono liberado na atmosfera e, de alguma forma, o sequestra ou o armazena, como ocorre no sequestro geológico e oceânico. Se implementado, isso exigiria uma quantidade de terra igual a uma ou duas Índias, assim como uma quantidade de água doce aproximada à usada atualmente pela agricultura mundial, apesar da escassez de água no mundo (cf. FOSTER, 2018). A promoção ávida dessas abordagens puramente mecanicistas é tampouco um acidente. Ela está profundamente enraizada na forma como esses relatórios são construídos e na ordem capitalista subjacente, à qual eles servem.

Nas palavras de Kevin Anderson, principal climatologista do *Tyndall Center for Climate Change Research*, do Reino Unido:

O problema é que o cumprimento do compromisso de 1,5 a 2°C exige cortes de emissões para nações ricas em mais de 10% ao ano, muito além das taxas normalmente consideradas possíveis no atual sistema econômico. Os IAMs desempenham um papel importante e perigoso quando se apresentam como meios para remediar esse impasse. Por trás de um verniz de objetividade, o uso desses imensos modelos computacionais profissionalizou a análise da mitigação das mudanças climáticas, substituindo políticas confusas e contextuais por formalismo matemático não contextual. Dentro dessas fronteiras profissionais, os IAMs sintetizam modelos climáticos simples, baseando-se em crenças acerca do funcionamento das finanças e da mudança tecnológica que se apoiam, por sua vez, em uma interpretação econômica [ortodoxa] do comportamento humano. [...] Normalmente, os IAMs usam modelos baseados em axiomas de livre mercado. Os algoritmos incorporados nesses modelos pressupõem mudanças marginais próximas ao equilíbrio econômico, e dependem fortemente de pequenas variações na demanda, possíveis, por sua vez, em virtude de mudanças marginais nos preços. O Acordo do Clima de Paris, por outro lado, estabelece um desafio de mitigação que está muito distante do equilíbrio da economia de mercado atual, exigindo mudanças imediatas e radicais em todas as facetas da sociedade. (ANDERSON, 2019)

Anderson destaca que a realidade é que a modelagem e as projeções de cenários climáticos atuais fornecidas pelo IPCC e incorporadas aos planos

nacionais baseiam-se em pressupostos extraídos da análise de equilíbrio geral da economia neoclássica, incluindo noções de mudanças gradualistas, baseadas nos requisitos do sistema de lucro. Essas estipulações nos cenários de mitigação são débeis¹⁷ no contexto da atual emergência climática, e perigosas, pois inibem as ações necessárias – de modo que uma tecnologia inexistente é vista como a única salvação. Dos inúmeros modelos considerados pelo IPCC em seu relatório de 2018, todos exigem redução de dióxido de carbono (CDR [*carbon dioxide reduction*]) ou as chamadas emissões negativas, principalmente por meios tecnológicos, mas também por meio do florestamento¹⁸ (ONU, 2018-2019, pp. 16 e 96). A verdade é que toda a abordagem de mitigação no âmbito do IPCC, explica Anderson, tem sido um “fracasso acelerado”, e tem impulsionado um processo radicalmente contrário às suas projeções, com o resultado de que “as emissões anuais de CO₂ aumentaram cerca de 70% desde 1990”. Como os efeitos de tais emissões são cumulativos e não lineares, com todos os tipos de *feedbacks* positivos, o “fracasso persistente na mitigação das emissões elevou o patamar do desafio de uma mudança moderada no sistema econômico a uma revisão revolucionária do sistema. Essa não é uma posição ideológica; emerge diretamente de uma interpretação científica e matemática do Acordo do Clima de Paris” (ANDERSON, 2019).

Ao reconhecer a aceleração da emergência climática, o IPCC, em seu relatório de 2018, afastou-se de seus relatórios anteriores, incentivando levemente o desenvolvimento de abordagens para a mitigação das mudanças climáticas, abordagens essas que incluem considerações do lado da demanda. Isso significa encontrar maneiras de reduzir o consumo, geralmente por meio

¹⁷ O autor utiliza o termo *meaningless* para se referir à fragilidade das projeções de cenários climáticos utilizadas pelo IPCC no atual contexto de emergência climática. Na tradução, utilizamos “débeis” no sentido de expressar essa incapacidade explicativa (e prospectiva) desses modelos diante de uma realidade que se mostra muito mais desastrosa (nota de tradução).

¹⁸ O autor utiliza o termo *afforestation*, que, segundo o Protocolo de Kyoto, implica a conversão em floresta de terras que nunca possuíram cobertura florestal ou que assim permaneceram por, pelo menos, 50 anos. Esse processo é induzido por ação humana – e se dá por meio de plantio ou semeadura de espécies arbóreas – como estratégia de conservação de biomas florestais visando, sobretudo, o sequestro de carbono. O melhor termo que encontramos para expressar este sentido é florestamento (nota de tradução).

do aumento da eficiência (embora geralmente se subestime o conhecido Paradoxo de Jevons, segundo o qual o aumento da eficiência sob o capitalismo leva ao aumento da acumulação e do consumo) (cf. FOSTER; CLARK; YORK, 2010, pp. 169-182). Foram introduzidos vários cenários de mitigação que demonstram que as intervenções do lado da demanda são a maneira mais rápida de lidar com as mudanças climáticas, e chegou-se mesmo a sugerir, em um dos modelos, que a meta de 1,5°C ou menos pode ser alcançada com uma leve ultrapassagem apenas, e sem depender das chamadas tecnologias de emissão negativa, mas sim de práticas agrícolas e florestais aprimoradas (as quais são consideradas uma forma não tecnológica de redução de dióxido de carbono) (ONU, 2018-2019, pp. 15-16 e 97; HICKEL, 2018; cf. também GRUBLER, 2018; ROGELJ *et alii*, 2018; BERTRAM *et alii*, 2018).

Além disso, esses resultados são alcançados dentro das premissas extremamente restritivas dos modelos de mitigação do IPCC, que incorporam formalmente (via IAMs e SSPs) um crescimento econômico rápido e significativo, excluindo formalmente todas as intervenções de política climática (ou intervenções políticas). Por isso, foi sugerido por alguns críticos radicais, como Jason Hickel e Giorgos Kallis, que uma abordagem sociopolítica do lado da demanda, que enfatize a abundância e as políticas redistributivas, ao mesmo tempo que limita os lucros e o crescimento (que hoje beneficiam principalmente 0,01% da população), é demonstrativamente muito superior em termos de mitigação, e constitui a única solução realista (HICKEL; KALLIS, 2019).

Uma grande virtude do surgimento de estratégias radicais ou populares do *Green New Deal*, portanto, é que elas abrem o campo do que é possível em relação à necessidade real, levantando a questão da mudança transformadora como a única base da sobrevivência civilizacional humana: a liberdade da necessidade (BERNAL, 1949). Aqui é importante reconhecer que uma revolução ecológica e social, nas atuais condições históricas, provavelmente passará por duas etapas, que podemos chamar de ecodemocrática e ecosocialista (FOSTER, 2000, p. 193). A automobilização da população assumirá

inicialmente uma forma ecodemocrática, enfatizando a construção de alternativas energéticas combinadas com uma transição justa, mas em um contexto que, no geral, careceria de qualquer crítica sistemática à produção ou ao consumo. Ao final do processo, no entanto, a pressão das mudanças climáticas e a luta pela justiça social e ecológica, estimulada pela mobilização de diversas comunidades, podem levar a uma visão ecorrevolucionária mais abrangente, penetrando o véu da ideologia tradicional.

Ainda assim, permanece o fato de que a tentativa de construir um *Green New Deal* radical em um mundo ainda dominado pelo capital financeiro monopolista será constantemente ameaçada pela tendência de se voltar ao keynesianismo verde, no qual a promessa de empregos ilimitados, rápido crescimento econômico e maior consumo milita contra qualquer solução para a crise ecológica planetária. Como observa Klein em *On Fire*,

Qualquer *Green New Deal* crível precisa de um plano concreto para garantir que os salários de todos os bons empregos verdes criados por ele não sejam imediatamente despejados em estilos de vida de alto consumo que, inadvertidamente, acabem aumentando as emissões – um cenário no qual todos têm um bom emprego e muita renda à sua disposição, sendo tudo gasto em lixo descartável. [...] Do que precisamos são transições que reconheçam os limites rígidos da extração e, simultaneamente, criem novas oportunidades para as pessoas melhorarem a qualidade de vida e obterem prazer fora do ciclo interminável de consumo. (KLEIN, 2019a, p. 264)

O caminho para a liberdade ecológica e social exige o abandono de um modo de produção enraizado na exploração do trabalho humano e na expropriação da natureza e dos povos, e que conduz a crises econômicas e ecológicas cada vez mais frequentes e graves. A superacumulação de capital sob o regime de capital monopolista-financeiro tornou o desperdício, em todos os níveis, essencial para a preservação do sistema, criando uma sociedade na qual o que é racional para o capital é irracional para as pessoas do mundo e para a terra (BARAN; SWEEZY, 1966). Isso levou ao desperdício de vidas humanas em trabalho desnecessário gasto na produção de mercadorias inúteis, exigindo o desperdício dos recursos materiais naturais

do mundo. Por outro lado, a extensão desse desperdício perdulário de produção e riqueza humana, e da própria Terra, é uma medida do enorme potencial existente hoje para expandir a liberdade humana e atender às necessidades individuais e coletivas, ao mesmo tempo que assegura um ambiente sustentável (FOSTER, 2011; MAGDOFF; FOSTER, 2011, pp. 123-124; MORRIS, 1962, pp. 121-122).

Na atual crise climática, são os países imperialistas no centro do sistema que produziram a maior parte das emissões de dióxido de carbono agora concentradas no meio ambiente. São essas nações que ainda têm as maiores emissões *per capita*. Além disso, esses mesmos Estados monopolizam a riqueza e a tecnologia necessárias para reduzir drasticamente as emissões globais de carbono. Portanto, é essencial que as nações ricas assumam um fardo maior para estabilizar o clima do mundo, reduzindo suas emissões de dióxido de carbono a uma taxa de 10% ou mais ao ano (ANDERSON; BOWEN, 2011). É o reconhecimento dessa responsabilidade por parte das nações ricas, juntamente com a necessidade global subjacente, que levou ao aumento repentino de movimentos transformadores como o *Extinction Rebellion*.

No longo prazo, no entanto, o principal impulso para a transformação ecológica mundial virá do Sul Global, onde a crise planetária está causando seus efeitos mais severos – além de um sistema mundial já imperialista e um crescente abismo entre países ricos e pobres. É na periferia do mundo capitalista que o legado da revolução é mais forte – e onde persistem as concepções mais profundas de como realizar essa mudança necessária. Isso é especialmente evidente em países como Cuba, Venezuela e Bolívia, que têm tentado revolucionar suas sociedades apesar dos duros ataques do sistema imperialista mundial, e apesar de sua dependência histórica (nos casos da Venezuela e da Bolívia) da extração de energia – ela própria, imposta pelas estruturas hegemônicas da economia global. Em geral, podemos esperar que o Sul Global seja o local do crescimento mais rápido de um proletariado

ambiental, a resultar por via tanto ecológica quanto econômica da degradação das condições materiais da população¹⁹.

O papel da China em tudo isso permanece crucial e contraditório. É um dos países mais poluídos e famintos por recursos do mundo, enquanto suas emissões de carbono são tão grandes que, por si só, constituem um problema em escala global. No entanto, a China fez mais do que qualquer outro país até agora para desenvolver tecnologias de energia alternativa voltadas para a criação do que é oficialmente chamado de “civilização ecológica”. Surpreendentemente, ela permanece, em grande parte, autossuficiente em alimentos devido ao seu sistema agrícola, no qual a terra é propriedade social e a produção agrícola depende principalmente de pequenos produtores com resquícios de responsabilidade coletiva-comunitária. O que está claro é que as escolhas presentes e futuras do Estado chinês, e ainda mais do povo chinês, com relação à criação de uma civilização ecológica provavelmente serão fundamentais para determinar o destino da Terra a longo prazo²⁰.

A revolução ecológica enfrenta a inimidade de todo o sistema capitalista. No mínimo, significa ir contra a lógica do capital. Em seu pleno desenvolvimento, significa transcender o sistema. Sob essas condições, a resposta reacionária da classe capitalista, apoiada por sua retaguarda na extrema direita, será regressiva, destrutiva e irrestrita. Isso já pode ser visto nas inúmeras tentativas do Governo Donald Trump de excluir a própria possibilidade de se fazerem as transformações necessárias para combater a mudança climática (ao que parece, com a finalidade de conduzir o mundo a um caminho sem volta), a começar por sua retirada do Acordo do Clima de Paris, assim como pela aceleração da extração de combustíveis fósseis. A barbárie ecológica ou o ecofascismo são ameaças palpáveis no atual contexto político

¹⁹ Para uma discussão sobre a atual situação ecológica no Sul Global e sua relação com o imperialismo, cf. Foster, Holleman e Clark (2019). Sobre o conceito de proletariado ambiental, cf. Foster, Clark e York (2010, pp. 440-441).

²⁰ O tema da relação entre a China e a ecologia é complexo. Cf. Cobb (2019), Schwartzman (2019), Chi (2018). Sobre o conceito de civilização ecológica e sua relação com a China, cf. Foster (2017).

global e fazem parte da realidade que qualquer revolta ecológica de massa precisará enfrentar (KLEIN, 2019b). Nessas circunstâncias, somente uma luta revolucionária genuína e não reformista será capaz de avançar.

Uma era de mudança transformacional

É lugar-comum na literatura de ciências sociais, como expressão da ideologia liberal reinante, ver a sociedade como simplesmente constituída pelas ações dos indivíduos que a compõem. Outros pensadores, mais críticos, às vezes apresentam a visão oposta de que os indivíduos são o produto da estrutura social geral. Um terceiro modelo genérico vê os indivíduos afetando a sociedade e a sociedade afetando os indivíduos em uma espécie de movimento de vaivém, visto como uma síntese de estrutura e agência (BHASKAR, 2011, pp. 74-76).

Em contraste com todas essas abordagens *mainstream*, principalmente liberais, que deixam pouco espaço para uma transformação social genuína, a teoria marxista, com sua abordagem histórico-dialética, baseia-se no que o filósofo crítico-realista Roy Bhaskar chamou de “modelo transformacional da atividade social”, segundo o qual os indivíduos nascem e se socializam historicamente em uma determinada sociedade (modo de produção), que estabelece os parâmetros iniciais de sua existência (BHASKAR, 2011, pp. 76-77 e 92-94). No entanto, essas condições e relações produtivas mudam de maneira imprevisível e contingente durante o curso de suas vidas, levando a consequências, contradições e crises não intencionais. Presos em situações históricas que não são de sua escolha, os seres humanos, agindo tanto espontaneamente quanto por meio de movimentos sociais organizados, refletindo classe e outras identidades individuais e coletivas, buscam alterar as estruturas existentes de reprodução e transformação social, dando origem a momentos históricos críticos, que consistem em rupturas e revoluções radicais, e em novas realidades emergentes. Como Karl Marx escreveu: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; eles não a fazem sob circunstâncias escolhidas por eles mesmos,

mas sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas do passado” (MARX, 1963 [1852], p. 15).

Esse modelo transformacional da atividade social apoia uma teoria da autemancipação humana na história. As relações sociais existentes tornam-se grilhões no desenvolvimento humano geral; mas também dão origem a contradições fundamentais no processo de trabalho e produção – ou o que Marx chamou de metabolismo social da humanidade e da natureza –, levando a um período de crise e transformação, ameaçando a derrubada revolucionária das relações sociais de produção, ou das relações de classe, propriedade e poder (MARX, 1976 [1867], p. 283). Hoje somos apresentados a essas severas contradições no metabolismo da natureza e da sociedade, e também nas relações sociais de produção, mas de uma maneira em relação à qual não existe um verdadeiro precedente histórico.

No Antropoceno, a emergência ecológica planetária sobrepõe-se à superacumulação de capital e a uma expropriação imperialista intensificada, criando uma crise econômica e ecológica que paira sobre nossa era (*cf.* ANGUS, 2016, pp. 175-191). É a superacumulação de capital que acelera a crise ecológica global, impulsionando o capital a encontrar novas maneiras de estimular o consumo para manter os lucros fluindo. O resultado é um estado de Armagedom planetário, ameaçando não apenas a estabilidade socioeconômica, mas também a sobrevivência da civilização humana, e da própria espécie humana. Para Klein, a explicação central é simples: depois de ressaltar que “Marx escreveu sobre a ‘fissura irreparável’ entre o capitalismo e ‘as leis naturais da própria vida’”, ela enfatiza que “muitos na esquerda já argumentaram que um sistema econômico construído sobre o apetite voraz do capital, solto a si mesmo, sobrecarregaria os sistemas naturais dos quais a vida depende” (KLEIN, 2019a, pp. 90-91; MARX, 1981 [1894], p. 949). E foi exatamente isso que aconteceu no período desde a Segunda Guerra Mundial, por meio da grande aceleração da atividade econômica, do consumo excessivo por parte dos ricos, e da destruição ecológica resultante.

A sociedade capitalista há muito glorifica a dominação da natureza. William James, o grande filósofo pragmatista, referiu-se em 1906 ao “equivalente moral da guerra”. Embora raramente seja mencionado, o equivalente moral de James foi uma guerra contra a Terra, na qual ele propôs “manter por um certo número de anos uma parte do exército alistada contra a Natureza” (JAMES, 1906). Hoje, temos que reverter isso e criar um novo equivalente moral mais revolucionário da guerra; um que seja dirigido não ao alistamento de um exército para conquistar a Terra, mas dirigido à automobilização da população para salvar a Terra como um local de habitação humana. Isso só pode ser conseguido por meio de uma luta pela sustentabilidade ecológica e pela igualdade substantiva, e destinada a ressuscitar os bens comuns globais. Nas palavras de Greta Thunberg, falando às Nações Unidas em 23 de setembro de 2019, “bem aqui, agora mesmo, é onde traçamos a linha. O mundo está acordando. E a mudança está chegando, quer vocês gostem ou não”. O mundo está pegando fogo desta vez.

Referências

- ANDERSON, Kevin. "Debating the Bedrock of Climate-Change Mitigation Scenarios", *Nature* (on-line), 16/09/2019.
- ANDERSON, Kevin; BOWS, Alice. "Beyond 'Dangerous' Climate Change: Emission Scenarios for a New World", *Philosophical Transactions of the Royal Society*, vol. 369, pp. 20-44, 2011.
- ANDERSON, Kevin; PETERS, Glen. "The Trouble with Negative Emissions", *Science: American Association for the Advancement of Science*, vol. 354, n. 6309, pp. 182-183 (on-line), 2016.
- ANGUS, Ian. *Facing the Anthropocene*. Nova York: Monthly Review Press, 2016.
- BALDWIN, James. *The Fire Next Time*. Nova York: Dial, 1963.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. *Monopoly Capital*. Nova York: Monthly Review Press, 1966.
- BARCLAY, Eliza; RESNICK, Brian. "How Big Was the Global Climate Strike? 4 Million People Activists Estimate", *Vox* (on-line), 22/09/2019.
- BERNAL, John Desmond. *The Freedom of Necessity*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1949.
- BERTRAM, Christopher et alii. "Targeted Policies Can Compensate Most of the Increased Sustainability Risks in 1.5°C Mitigation Scenarios", *Environmental Research Letters*, vol. 13, n. 6 (on-line), IOP Publishing, 2018.
- BHASKAR, Roy. *Reclaiming Reality*. Londres: Routledge, 2011.
- BROWN, Ellen. "The Secret to Funding a Green New Deal". *Truthdig* (on-line), 19/03/2019.
- CALDECOTT, Ben et alii. *Stranded Assets: A Climate Risk Challenge*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016.
- CHI, Lau Kin. "A subaltern perspective on China's ecological crisis", *Monthly Review*, vol. 63, n. 4, pp. 45-57, Nova York: Monthly Review Press, 2018.
- CLIMATE JUSTICE ALLIANCE. "History of the Climate Justice Alliance". Disponível em: <https://climatejusticealliance.org>
- _____. "Just Transition: A Framework for Change". Disponível em: <https://climatejusticealliance.org/>
- COATES, Ta-Nehisi. "Slavery Made America" in: *Atlantic* (on-line), 24/06/2014.
- COBB, John B. (em conversa com Andre Vltchek). *China and Ecological Civilization*. Jakarta: Badak Merah, 2019.
- EASAC (European Academies' Science Advisory Council). "Negative Emission Technologies: What Role in Meeting Paris Agreement Targets" - EASAC Policy Report. Halle: German National Academy of Sciences Leopoldina, vol. 35, 2018.
- ELLIOT, Larry. "Climate Change Cannot Be Bargained With" in: *Guardian* (on-line), 29/10/2007.
- EMPSON, Martin (ed.). *System Change Not Climate Change*. Londres: Markers, 2019.
- FOSTER, John Bellamy Foster. "Ecology" in: MUSTO, Marcelo (org.). *The Marx Revival*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. *The Ecological Revolution*. Nova York: Monthly Review Press, 2009.
- _____. "The Ecology of Marxian Political Economy", *Monthly Review* vol. 63, n. 4, pp. 1-16, Nova York: Monthly Review Press, 2011.
- _____. "The Earth-System Crisis and Ecological Civilization", *International Critical Thought*, vol. 7, n. 4, pp. 439-458, 2017.

_____. “Making War on the Planet”, *Monthly Review*, vol. 70, n. 4, pp. 4-6, Nova York: Monthly Review Press, 2018.

_____. “Ecosocialism and a Just Transition”, *Monthly Review (on-line)*, 22/06/2019.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett; YORK, Richard. *The Ecological Rift*. Nova York: Monthly Review Press, 2010.

FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah; CLARK, Brett. “Imperialism in the Anthropocene”, *Monthly Review*, vol. 71, n. 3, pp. 70-88, Nova York: Monthly Review Press, 2019.

FRICKO, Oliver *et alii*. “The Marker Quantification of the Shared Socioeconomic Pathway 2: A Middle-of-the-Road Scenario for the 21st Century”, *Global Environmental Change*, Elsevier, vol. 42, pp. 251-67 (on-line), 2017.

FRIEDMAN, Thomas. “A warning from the garden” in: *New York Times (on-line)*, 19/01/2007.

GREEN EUROPEAN FOUNDATION. *Global Green New Deal*. Genebra: PNUMA, 2009.

GRUBLER, Arnulf. “A Low Energy Demand Scenario for Meeting the 1.5°C Target and Sustainable Development Goals Without Negative Emission Technologies”, *Nature Energy*, vol. 3, n. 6, pp. 512-527, 2018.

HALTIWANGER, John. “This Is the Platform That Launched Alexandria Ocasio-Cortez, a 29-Year-Old Democratic Socialist, to Become the Youngest Woman Ever Elected to Congress” in: *Business Insider*, 04/01/2019.

HAUSFATHER, Zeke. “Explainer: How ‘Shared Socioeconomic Pathways’ Explore Future Climate Change” in: *Carbon Brief (on-line)*, 19/04/2018.

HICKEL, Jason. “The Hope at the Heart of the Apocalyptic Climate Change Report” in: *Foreign Policy (on-line)*, 18/10/2018.

HICKEL, Jason; KALLIS, Giorgos. “Is Green Growth Possible?”, *New Political Economy*, vol. 25, n. 4, pp. 469-486 (on-line), Taylor & Francis, 2019.

HOUSE OF REPRESENTATIVES. “H. Res. 109: Recognizing the Duty of the Federal Government to Create a Green New Deal”. 07/02/2019. 116o Congresso, 2019-2020. Disponível em: www.congress.gov

JAMES, William. “Proposing the Moral Equivalent of War” (discurso na Stanford University). 1906. Disponível em: *Lapham’s Quarterly (on-line)*.

KAUFMAN, Alexander C. “What’s the ‘Green New Deal’?” in: *Grist (on-line)*, 30/06/2018.

KLEIN, Naomi. *This Changes Everything: Capitalism vs. the Climate*. Nova York: Simon and Schuster, 2014.

_____. *On Fire: The (Burning) Case for Green New Deal*. Nova York: Simon and Schuster, 2019a.

_____. “Only a Green New Deal Can Douse the Fires of Ecofascism” in: *Intercept (on-line)*, 16/09/2019 (2019b).

LEFEBVRE, Georges. *The Coming of the French Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1947.

MAGDOFF, Fred; FOSTER, John Bellamy. *What Every Environmentalist Needs to Know About Capitalism*. Nova York: Monthly Review Press, 2011.

MARX, Karl. *Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. Nova York: International Publishers, 1963 [1852].

_____. *Capital*, vol. 1. Londres: Penguin, 1976 (1867).

_____. *Capital*, vol. 3. Londres: Penguin, 1981 (1894).

MILTON, David. *The Politics of US Labor*. Nova York: Monthly Review Press, 1982.

MORRIS, William. *News from Nowhere and Selected Writings and Designs*. Londres: Penguin, 1962.

NPR (National Public Radio). "Transcript: Greta Thunberg's Speech to UN Climate Action Summit" in: NPR (on-line), 23/09/2019.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*. Genebra: ONU, 2018-2019.

_____. *Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate*, Summary for Policy-makers. Genebra: ONU, 2019.

PARTIDO VERDE DOS EUA. "Cronograma do Green New Deal". 2019a. Disponível em: <https://www.gp.org/>

_____. "We can build a better tomorrow today – it's time for a Green New Deal". 2019b. Disponível em: <https://www.gp.org/>

RÍOS, Anita. "Green Party Gears Up for Ecosocialism Conference" in: *Black Agenda Report* (on-line), 10/09/2019.

ROGELJ, Joeri et alii. "Scenarios Towards Limiting Global Mean Temperature Increase Below 1.5°C", *Nature Climate Change*, vol. 8, n. 4, pp. 325-332, 2018.

SANDERS, Bernie. "The Green New Deal" in: *Friends of Bernie Sanders*. This is your movement (on-line). 2019. Disponível em: <https://berniesanders.com/issues/green-new-deal/>

SCHWARTZMAN, David. "China and the prospects for a global ecological civilization" in: *Climate and capitalism* (on-line), 17/09/2019.

STEIN, Jill. "Solutions for a Country in Trouble: The Four Pillars of the Green New Deal" in: *Green Pages News* (on-line), 25/09/2012.

STERN, Nicholas. "We must reduce greenhouse gas emissions to net zero or face more floods" in: *Guardian* (on-line), 07/10/2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/>

STUART, Tessa. "Sunrise Movement, the Force Behind the Green New Deal Ramps Up Plans for 2020", *Rolling Stone* (on-line), 01/05/2019.

THUNBERG, Greta. *No One Is Too Small to Make a Difference*. Londres: Penguin, 2019.

UNEP. *Global Green New Deal*. Genebra: UNEP, 2009.

VV.AA. "A Green New Deal" in: *New Economics*. Londres: New Economics Foundation, 2008. Disponível em: <https://neweconomics.org/2008/07/green-new-deal>

MARIO SOARES NETO

DE MARX PARA LAURA E PAUL LAFARGUE EM PARIS
[LONDRES, 5 DE MARÇO DE 1870]

Recebido em 26/10/2021

Aprovado em 10/11/2021

DE MARX PARA LAURA E PAUL LAFARGUE EM PARIS [LONDRES, 5 DE MARÇO DE 1870]

Apresentação à carta de Marx para Laura e Paul Lafargue em Paris

O trabalho que ora apresentamos ao público leitor em língua portuguesa é a tradução de “*Marx to Laura and Paul Lafargue in Paris*”, correspondência enviada de Londres, em 5 de março de 1870.

A carta do acervo pessoal de Karl Marx – até então inédita no Brasil – foi originalmente publicada no volume 32 da segunda edição russa das obras de Marx e Engels lançada em Moscou no ano de 1964¹. Em 1971, um pequeno trecho deste documento constou na obra *Ireland and the Irish Question*² e posteriormente, em 1979, apareceu um extrato em *The Letters of Karl Marx*, com seleção, tradução, notas explanatórias e introdução de

MARIO SOARES
NETO

Advogado, Professor e Pesquisador. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (PPGD-UFBA). Coordenou o *Curso Marxismo e Pan-Africanismo* (FDFBA, 2018; 2019). Idealizador e organizador do *Curso Marxismo e Questão Racial* desenvolvido no âmbito do *Grupo de Estudos Direitos Humanos, Centralidade do Trabalho e Marxismo*, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (DHCTEM/USP). Autor de *Superexploração racial da força de trabalho no capitalismo contemporâneo e o Direito: Teoria Marxista da Dependência (TMD) & Crítica da Economia Política do Racismo* (no prelo).

¹ Nesta primeira edição foi reproduzido o texto integral da correspondência de Marx traduzida do inglês para a língua russa. Ver К. Маркса и Ф. Энгельса. Собрание сочинений К. Маркса и Ф. Энгельса. Издание второе. Том 32. Москва: ИЗДАТЕЛЬСТВО ПОЛИТИЧЕСКОЙ ЛИТЕРАТУРЫ - ИНСТИТУТ МАРКСИЗМА-ЛЕНИНИЗМА ПРИ ЦК КПСС, 1964, cc. 545-550 [MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras coletadas de Karl Marx e Friedrich Engels*. Segunda edição. Volume 32. Moscou: Editora de Literatura Política - Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao Comitê Central do PCUS, 1964, pp. 545-550]. As obras de Marx e Engels em língua russa estão disponíveis em: <http://uaio.ru/marx/> e <https://www.marxists.org/russkij/marx/cw/>. Acessos em: 12/11/2021.

² Ver MARX; Karl; ENGELS; Friedrich. *Ireland and the Irish Question*. Moscou: Progress Publishers, 1971. Na referida publicação constam apenas dois parágrafos desta carta, nos quais Marx fez referência ao apoio das filhas Tussy e Jenny à causa dos fenianos, bem como à sua própria atuação no âmbito da Internacional em defesa dos irlandeses. Marx demonstrou a importância estratégica da luta revolucionária na Irlanda como forma de enfrentamento ao Império Britânico (os trechos estão localizados na página 404).

Saul K. Padover³. A primeira publicação integral em língua inglesa desta correspondência foi devida ao empreendimento da *Marx & Engels Collected Works*⁴.

Do número 1 da *Maitland Park Road* em Londres – residência da família Marx entre 1864 e 1875 – a carta de *Marx para Laura e Paul Lafargue em Paris* foi escrita em inglês e com inúmeros trechos em francês⁵. Diante das complexidades do texto, a nossa tradução do referido material teve que cotejar diferentes terminologias e estruturas linguísticas visando escolher as melhores opções para “virar as línguas” na transladação ao português, como ato científico, político e cultural, que não pretendeu expressar nenhuma “neutralidade axiológica”. Quando, ao contrário, o ato de traduzir Marx exige-nos fidelidade ao texto do autor e, fundamentalmente, uma espécie de recriação textual que carrega *em si* e *para si* uma visão filosófica de mundo e a defesa da perspectiva da revolução proletário-socialista.

Tomamos conhecimento da referida carta no curso da pesquisa que empreendemos sobre *crítica da economia política do racismo* com base nas obras de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Raya Dunayevskaya, Claudia Jones, Kevin Anderson, Hakim Adi, Melvin Leiman e, principalmente, a partir do trabalho de August H. Nimtz Jr. – o primeiro autor que identificamos ter feito referência a esta correspondência⁶.

³ Ver MARX, Karl. *The Letters of Karl Marx*. Selected and translated with explanatory notes and an introduction by Saul K. Padover. Nova Jersey: Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, 1979. Não conseguimos consultar o texto desta publicação. Assim, desconhecemos qual parte da carta foi publicada nesta edição norte-americana. Uma possibilidade é que tenha ocorrido a reprodução do mesmo trecho da edição anterior.

⁴ A MECW foi editada em inglês entre 1975 e 2005 pelas editoras Lawrence & Wishart (Londres) e International Publishers (Nova York). A referida correspondência entre Marx, Laura e Paul Lafargue consta no número 43 da MECW, publicado pela primeira vez no ano de 1988. Posteriormente, todos os 50 volumes da coleção ganharam uma nova edição em 2010. Ver MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels Collected Works*. Volume 43. Letters 1868-70. Londres: Lawrence & Wishart, 2010.

⁵ “A família Marx escrevia suas cartas em muitas línguas. A correspondência entre eles podia ser em inglês, francês ou alemão – e muitas vezes nas três línguas juntas –, com toques peculiares de italiano, latim e grego”. Ver GABRIEL, Mary. *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 14.

⁶ Ver tópico intitulado “Marx on Race” in: NIMTZ JR., August H. *Marx, Tocqueville, and Race in America*. Nova York: Lexington Books, 2003, pp. 158-161.

Marx começou a escrever expressando preocupações em relação à família. Poucos dias antes desta comunicação, a sua neta, filha mais nova de Laura e Paul Lafargue havia falecido em Paris – não chegando a completar sequer dois meses de vida. Por outro lado, o neto Schnappy, filho mais velho do casal, encontrava-se gravemente enfermo. Solidarizando-se com a perda irreparável e com as dificuldades vivenciadas por eles, Marx demonstrou-se profundamente afetuoso. Laura era a sua “doce ex-secretária”, filha que tanto contribuiu para as traduções e publicações das obras do pai. Lafargue – um companheiro comunista da Primeira Internacional – era tratado como um filho querido.

A questão racial perfaz aspecto central da presente correspondência. Marx utilizou desta carta para demonstrar suas discordâncias profundas com as ideias pseudocientíficas de Arthur de Gobineau – contrapondo-se à lógica de classificação hierárquica das raças e ridicularizando o argumento de que a raça branca seria uma espécie divina perante outras raças humanas –, questionando, portanto, a noção de supremacia racial branca. Em suas obras, principalmente em *O capital* e nos *Escritos sobre o colonialismo* e *Escritos sobre a Guerra Civil Americana*, Marx e Engels desenvolveram a perspectiva teórico-metodológica e política de crítica ao paradigma racial-colonial tão presente no pensamento social da Europa do século XIX.

Decerto, em oposição a Gobineau, Disraeli, Gumplowicz, Spencer, dentre outros, os fundadores do materialismo histórico dialético rejeitaram a noção de “luta de raças”, afirmando a teoria da luta de classes como princípio motor do desenvolvimento histórico, posicionando o debate teórico-político em defesa da emancipação dos explorados e oprimidos, de forma absolutamente distinta, portanto, dos termos impostos pelos autores do campo do racismo científico⁷.

⁷ Ver, principalmente, o capítulo “El darwinismo social, el racismo y el fascismo” in: LUKÁCS, György. *El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

Num dos trechos da referida carta, Marx afirmou que Gobineau era um daqueles sujeitos que nutria profundo rancor contra a raça negra. Sobre este aspecto, ademais, Marx forneceu-nos uma valiosa compreensão sobre a ideologia e a subjetividade racistas moderno-contemporâneas, referindo-se à necessidade e satisfação destas pessoas de sentirem-se superiores aos outros⁸.

Há evidências de que Marx debatia sobre a questão racial com Paul e François Lafargue. A frase que também aparece em *O capital* – “o trabalhador de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalhador de pele negra é marcado com ferro em brasa”⁹ – originou-se em correspondência de 12 de novembro de 1866 com o pai de Lafargue. Em sua *magnum opus* esta sentença consta no capítulo sobre a jornada de trabalho. A tese evidencia, além de outros aspectos, a unidade dialética de raça e classe no pensamento de Marx e uma profunda reflexão deste autor no sentido de compreensão acerca da divisão sociorracial do trabalho, apontando para a necessidade da unidade da classe trabalhadora em prol da emancipação humana como forma de superação da clivagem racial.

⁸ O mito do “Marx racista”, tão propalado nos dias atuais, não tem materialidade. Marx era pertencente a uma família de judeus perseguidos na Europa do século XIX. Nos círculos familiares era conhecido como “Mouro”, em virtude da sua pele escura. Marx sofria o racismo – por ser judeu, por ter a pele escura, por ser um imigrante e refugiado e por ser pobre. No plano filosófico, ao advogar a teoria da luta de classes em detrimento das teorias de hierarquização racial, Marx postulou o antirracismo. No plano político, as lutas empreendidas no âmbito da Associação Internacional dos Trabalhadores em defesa da abolição da escravidão nos Estados Unidos e pela libertação dos fenianos irlandeses constam apenas como dois exemplos que evidenciam este aspecto. A práxis revolucionária de Marx e Engels como dirigentes comunistas favoráveis à total emancipação humana constitui elemento decisivo nessa discussão. O referido mito foi questionado pela escritora e jornalista que analisou praticamente toda a correspondência familiar de Marx – segundo a qual, “é muito evidente que Marx e Jenny não eram racistas, porque não se opuseram ao casamento da filha com um homem mestiço, e porque Marx expressou com estrondo sua posição contra a escravidão”. GABRIEL, Mary. *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 14. Ademais, não podemos desconsiderar o seguinte entendimento: “o conceito de trabalhador elaborado por Marx não se limitou aos homens brancos europeus, ao contrário, incluiu [...] negros superexplorados e, portanto, trabalhadores duplamente revolucionários”. ANDERSON, Kevin B. “Classe, gênero, raça & colonialismo: a ‘interseccionalidade’ de Marx” [Tradução de Mario Soares Neto], *Revista Direito e Práxis*, vol. 12, n. 2, pp. 1499-1526, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/issue/view/2462>. Acesso em: 07/10/21.

⁹ Ver MARX, Karl. “Marx to François Lafargue in Bordeaux [London, 12 November 1866]” in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels Collected Works*. Volume 42. Letters 1864-68. Londres: Lawrence & Wishart, 2010, p. 334. Ver, também, MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Volume I. Livro Primeiro (O processo de produção do capital). Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 228.

A Questão Irlandesa e a luta de libertação dos fenianos aparecem na correspondência como parte das lutas sociais que contaram com o decisivo engajamento da família Marx e da Primeira Internacional. Ademais, tais elementos também expressaram a contradição étnico-racial e nacional existente no Império Britânico da época.

Curioso notar que, seguindo a mesma linha da referida carta direcionada a Laura e Paul Lafargue, a correspondência de Marx para Meyer e Vogt em 9 de abril de 1870 expressou o seguinte:

Todos os centros industriais e comerciais da Inglaterra agora possuem uma classe trabalhadora dividida em dois campos hostis, os proletários ingleses e os proletários irlandeses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que reduz o seu *padrão de vida*. Em relação ao trabalhador irlandês, sente-se membro da nação dominante e, por isso, torna-se um instrumento dos aristocratas e capitalistas contra a Irlanda, reforçando assim o domínio sobre si mesmo. Ele cultiva preconceitos religiosos, sociais e nacionais contra o trabalhador irlandês. Sua atitude em relação a ele é muito semelhante à dos *brancos pobres* para com os *negros* nos antigos estados escravistas dos Estados Unidos¹⁰.

Neste documento, Marx compreendeu o fenômeno do racismo incrustado na classe trabalhadora como óbice à sua autoemancipação. A passagem supracitada torna evidente a cisão operada no seio do proletariado com base em critérios sociais, nacionais e étnico-raciais. Destarte, o processo de acumulação e reprodução do capital estabelece a lógica da concorrência generalizada como forma de manutenção do poder econômico, político e ideológico da classe burguesa, que é constituída historicamente à luz do princípio da branquitude.

Aspecto fundamental presente nesta carta refere-se aos comentários de Marx sobre as possibilidades de uma revolução social na Rússia, o que demonstra a sua defesa em torno de estratégias e caminhos abertos não evolucionistas e multilineares de desenvolvimento da revolução, numa dimensão dialética,

¹⁰ MARX, Karl. "Marx to Sigfrid Meyer and August Vogt in New York [London, 9 April 1870]" in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels Collected Works*. Volume 43. Letters 1868-70. Londres: Lawrence & Wishart, 2010, pp. 474-475.

não adstrita aos países de industrialização avançada. A visão de Marx não se restringia às sociedades ocidentais – é o que evidenciam seus escritos sobre a propriedade comunal russa e os cadernos sobre o Sul da Ásia, Norte da África, América Latina e outras sociedades agrárias no século XIX¹¹. No entanto, para Marx, o triunfo da revolução socialista pressupõe o pleno desenvolvimento das forças produtivas materiais. Como estratégia internacionalista, a transformação da ordem burguesa poderia ser deflagrada em “países atrasados” apenas como “ponto de partida” de um processo histórico-mundial¹².

Por óbvio, nenhuma das nossas questões inicialmente elencadas tem o condão de substituir a leitura do texto de Marx. Então, passemos prontamente a ele. Com isto, cumpre-nos tão somente ressaltar (um aspecto formal e um político): que o presente trabalho segue acompanhado de um conjunto de notas da tradução confeccionadas com o objetivo de auxiliar na melhor compreensão possível deste documento histórico. Esta carta, que vem à tona pela primeira vez numa edição brasileira e em língua portuguesa, será um referencial indispensável para subsidiar a práxis revolucionária em nosso tempo *presente e futuro* – necessariamente anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, tal como o verdadeiro marxismo¹³.

¹¹ Ver MARX, Karl. *The Ethnological Notebooks of Karl Marx*. Transcribed and edited, with an introduction by L. Krader. Amsterdã: Van Gorcum & Comp. B.V., 1974. Ver, também, MUSTO, Marcello. *O velho Marx. Uma biografia de seus últimos anos (1881-1883)*. São Paulo: Boitempo, 2018. Ademais, um importante biógrafo brasileiro de Marx, ao apreciar os *Cadernos etnológicos*, ressaltou que “a análise marxiana denuncia e rechaça os preconceitos ideológicos que viciavam muito da antropologia da época” in: NETTO, José Paulo. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 680.

¹² Ver MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Ver, também, MARX, Karl. *Prefácio à edição russa de 1882 do Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹³ Digno de nota é o seguinte fato histórico: depois do congresso socialista realizado em Marselha no mês de outubro de 1869, com o objetivo de instituir o *Parti Ouvrier Français*, o líder operário Jules Guesde (1845-1922), por intermédio de Lafargue, dirigiu-se a Marx e Engels solicitando-lhes ajuda para elaboração de um programa político-eleitoral da organização. Por volta de 10 de maio de 1880, realizou-se uma reunião na casa de Marx em Londres, momento no qual foi elaborado o Programa do Partido Operário Francês, que seria fundado em Le Havre, em novembro daquele ano. O documento foi publicado pela primeira vez em *Le Précurseur*, nº 25, de 19 de junho de 1880, e impresso de acordo com *L'Égalité*, nº 24, de 30 de junho de 1880. Marx ditou todo o preâmbulo para Guesde, exarando, logo na abertura, o reconhecimento de que “a emancipação da classe trabalhadora consiste na emancipação de todos os seres humanos, sem discriminação de sexo e de raça”. Ver MARX, Karl. “Preamble to the Programme of the French Workers’ Party” in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels Collected Works*. Volume 24. Marx and Engels 1874-83. London: Lawrence & Wishart, 2010, p. 340.

London, 5 March, 1870.

Dear Laura and Paul.

You feel certainly great and good indignation and my prolonged silence, but you ought to excuse it as the natural consequence of illness, then of extra work to make up for the former.

The sickness Paul communicated to us, did not take me by surprise. Some days before the arrival of this letter I had stated to the family my serious misgivings as to the little child. I have suffered myself too much often with love, do not ~~fully~~ sympathize with you still, for the ^{impersonal} experience I had that all were completely and consolatory thrust uttered on such occasions imitate real grief instead of soothing it.

I hope you will send us good news of little Lohappi, my greatest favorite. The poor dear little fellow must have suffered severely from the cold so adverse to the nature of his race. I hope M. de Gobineau has published already a peu près deux ans, a work in 4 volumes "Les Origines des races humaines", written for the purpose to prove on the first instance that la race blanche is a sort of god amongst the other human race and of course, the noble families within the "race blanche" are again la crème de la crème. I rather suspect that M. de Gobineau, dans ce temps là, pensait circuler de la légende de Bruce en Inde, to have sprung, not from an ^{ancient} ~~ancient~~ French warrior but from a modern French hunter. However that may be, and despite his spite against the "race noire" I to with people it is always a source of satisfaction to have somebody they think themselves entitled to reproach. — he declares a certain

First page of Marx's letter to Laura and Paul Lafargue of 5 March 1870

Primeira página da carta de Marx para Laura e Paul Lafargue de 5 de março de 1870.

DE MARX PARA LAURA E PAUL LAFARGUE EM PARIS [LONDRES, 5 DE MARÇO DE 1870]¹⁴

Queridos Laura e Paul,

Vocês certamente sentem grande e justa indignação com o meu silêncio prolongado, mas devem desculpá-lo como a consequência natural, primeiro, do adoecimento, depois, do trabalho extra para compensar o tempo perdido.

A triste notícia que Paul nos comunicou não me pegou de surpresa¹⁵. Na noite anterior à chegada de sua carta, expressei à família minhas sérias preocupações quanto ao pequenino. Tenho sofrido muito com essas perdas para não simpatizar profundamente com vocês. Ainda assim, pela mesma experiência pessoal, sei que todos os lugares-comuns sábios e lixos consoladores proferidos em tais ocasiões irritam a verdadeira dor em vez de acalmá-la.

Espero que nos enviem boas notícias sobre o pequeno Schnappy¹⁶, meu franco favorito. O pobre camaradinho querido deve ter sofrido muito com

¹⁴ The Marx and Engels Collected Works, Lawrence Wishart © Esta coleção está disponível gratuitamente online em: www.lwbooks.co.uk

¹⁵ Em carta a Engels enviada na mesma data, Marx relatou ao companheiro o fato de que recebera a triste notícia da morte da filha mais nova de Laura e Paul Lafargue, nascida em 1º de janeiro de 1870 e falecida em Paris em fins de fevereiro do referido ano. Ver MARX, Karl. “Marx to Engels in Manchester” [London, 5 march 1870] in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels Collected Works*. Volume 43. Letters 1868-70. Londres: Lawrence & Wishart, 2010, pp. 444-446. Marx, solidário ao casal, conhecia na prática a dor da perda de quatro filhos. Karl Marx (1818-1883) e Jenny von Westphalen (1814-1881) casaram-se em 1843 e tiveram sete filhos: Jenny Caroline Marx Longuet (1844-1883); Jenny Laura Marx Lafargue (1845-1911); Charles Louis Henri Edgar Marx (1847-1855); Heinrich Edward Guy Marx (1849-1850); Jenny Eveline Frances Marx (1851-1852); Jenny Julia Eleanor Marx Eveling (1855-1898); e um menino nascido em julho de 1857. No referido ano, Jenny, “aos 43 anos, esperava sua última criança vir ao mundo [...]. No dia 6 de julho, Jenny deu à luz um menino que morreu quase imediatamente [...]. Ela diria à esposa de Ferdinand, Louise, que seu recém-nascido (cujo nome ela não menciona, se é que ele chegou a receber um nome) sobrevivera apenas uma hora antes de morrer: ‘Outra vez uma silenciosa esperança do coração que enterro numa sepultura’. Jenny tinha, então, mais filhos mortos que vivos”. Ver GABRIEL, Mary. *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, pp. 273-274 (nota do tradutor).

¹⁶ Marx refere-se ao seu neto Charles Etienne Lafargue (1868-1872), filho de Laura e Paul Lafargue que tinha acabado de completar dois anos de idade (nota do tradutor).

o frio tão adverso a “*la nature mélanienne*” [“a natureza da melanina”]¹⁷. “*Apropos. Un certain M. Gobineau*” [“A propósito. Um certo Sr. Gobineau”] publicou, *il ya à peu près dix ans* [há cerca de dez anos], uma obra em quatro volumes intitulada *Sur l'inégalité des races humaines* [Sobre a desigualdade das raças humanas], escrita com o propósito de provar, em primeiro lugar, que “*la race blanche*” [“a raça branca”] é uma espécie de Deus entre as outras raças humanas e, claro, que as famílias nobres dentro da “raça branca” são, novamente, *la crème de la crème* [“o melhor dos melhores”]. Eu prefiro suspeitar que o Sr. Gobineau, *dans ce temps là “premier secrétaire de la légation de France en Suisse*” [na época “primeiro secretário da legação da França na Suíça”], tenha surgido não de um antigo guerreiro franco, mas de um *huissier* [auxiliar] francês moderno. Seja como for, e apesar de seu ódio contra a “*race noire*” [“raça negra”] – (para essas pessoas, é sempre uma fonte de satisfação ter alguém que eles pensam ter o direito de *mépriser* [desprezar]) –, ele declara ser “*le nègre*” ou “*le sang noir*” [“o negro” ou “o sangue negro”] *la source matérielle de l'art* [a fonte material da arte], e que toda a produção artística das nações brancas depende de sua mistura *avec “le sang noir”* [com “o sangue negro”].

Fiquei muito satisfeito com a última carta que recebi de minha doce ex-secretária¹⁸, e me diverti muito com a descrição de Paul sobre o *Moilin's soirée* [sarau de Moilin]¹⁹.

¹⁷ Na edição inglesa desta carta (MECW, 43), optou-se por inserir uma nota ao referido termo em francês, expressando a seguinte terminologia (letra d, p. 446) “*dark-skinned creature*” [“criatura de pele escura”]. Faz-se referência aqui às origens étnicas de Paul Lafargue (1842-1911). Nascido em Santiago de Cuba, Lafargue costumava afirmar com orgulho que “o sangue de três raças oprimidas corria em suas veias” (em virtude da sua origem negra, indígena e judaica). Os seus avós paternos eram um francês cristão e uma mulher negra refugiada haitiana. Os avós maternos eram um judeu nascido na França e uma mulher indígena do Caribe [Jamaica]. Ver DERFLER, Leslie. *Paul Lafargue and the Flowering of French Socialism, 1882-1911*. Cambridge: Harvard University Press, 1998 (nota do tradutor).

¹⁸ Marx refere-se a Laura Marx Lafargue, que colaborou significativamente na elaboração, edição e tradução de suas obras (nota do tradutor).

¹⁹ Trata-se de um sarau que foi realizado na casa de Jules Antoine (Tony) Moilin (1832-1871), em que foram discutidos planos de reformas sociais. Moilin era físico e jornalista, um socialista pequeno-burguês que participou da Comuna de Paris. De acordo com a nota n° 564, na página 647 do volume 43 de MECW, este momento foi descrito por Lafargue em carta a Marx em janeiro de 1870. Entretanto, não foi possível localizá-la (nota do tradutor).

Ce “*grand inconnu*” [Esse “grande estranho”] parece finalmente ter encontrado o segredo de alcançar aquela “*gloire*” [“glória”] que até agora sempre escorregou tão traiçoeiramente de seus dedos quando ele tinha acabado de agarrar sua cauda. Ele descobriu que para ser bem-sucedido com o mundo, tudo depende da circunstância de circunscrever o mundo dentro de suas próprias quatro paredes, onde alguém pode se autoneomear presidente e ter uma audiência que jure em *verba magistri* [pelas palavras do mestre]²⁰.

Aqui, em casa, como vocês bem sabem, o domínio dos fenianos é supremo. Tussy é um de seus centros mentais²¹. Jenny escreve em seu nome na *Marseillaise* sob o pseudônimo de J. Williams²². Não apenas tratei do mesmo tema na *Internationale* de Bruxelas, como fiz com que resoluções do Conselho Central²³ fossem aprovadas contra seus carcereiros²⁴. Em uma

²⁰ Marx cita o Livro I, Epístola I de Horácio – *Quinti Horatii Flacci* (65 a. C - 8 a. C.), filósofo e poeta lírico e satírico da Roma Antiga. “As Epístolas de Horácio são o primeiro exemplo conhecido da história da literatura de um corpus de cartas escritas inteiramente em verso, e nesse sentido é o inaugurador do gênero literário”. Ver HORÁCIO. *Epístolas*. Lisboa: Cotovia, 2017 (nota do tradutor).

²¹ Os fenianos eram revolucionários irlandeses, cuja herança cultural e política advinham dos guerreiros da *Antiga Erin* [Irlanda, na língua hiberno inglesa]. Historicamente, as primeiras organizações fenianas surgiram nos Estados Unidos da América por volta de 1850 e, posteriormente, na própria Irlanda. No início dos anos de 1860, a organização secreta, defensora de táticas conspiratórias, era conhecida como *Irish Revolutionary Brotherhood* [Irmandade Revolucionária Irlandesa], cujo objetivo era estabelecer uma República Irlandesa independente através de um levante armado. Os fenianos eram oriundos de segmentos da pequena burguesia e da intelectualidade dos centros urbanos e representavam também os interesses dos camponeses. Nesse contexto, o governo britânico tentou destruir o movimento feniano por meio de um intenso processo de criminalização. A filha caçula de Marx, “Tussy” [Jenny Julia Eleanor (1855-1898)], foi uma dirigente da organização secreta feniana no interior da estrutura da Irmandade Feniana (nota do tradutor).

² A filha mais velha de Marx, Jenny Caroline, escreveu uma série de oito artigos sobre a questão da Irlanda, os quais foram publicados no jornal republicano *La Marseillaise* no período de 1º de março e 24 de abril de 1870, assinados sob o pseudônimo de J. Williams. Um desses artigos foi elaborado em colaboração entre Jenny e Marx. Ver MARX; Karl; ENGELS; Friedrich. *Marx & Engels Collected Works*. Volume 21. Marx and Engels 1867-70. Londres: Lawrence & Wishart, 2010 (nota do tradutor).

²³ Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional) *International Workingmen's Association* (1864-1876) (nota do tradutor).

²⁴ No ano de 1867, os fenianos preparavam um levante armado. No entanto, em setembro daquele ano, o governo e a polícia britânica prenderam e levaram a julgamento os líderes do movimento. Deflagrou-se um processo de perseguição aos fenianos, suas publicações foram fechadas e houve a suspensão da lei de *Habeas Corpus*. No período do verão e outono do ano de 1869 emergiu um intenso movimento de massas na Irlanda em defesa da anistia aos prisioneiros, que contou com o apoio do Conselho Geral da Primeira Internacional. Há relatos de uma manifestação de massas ocorrida em Londres em 24 de outubro de 1869 que exigiu a libertação dos revolucionários irlandeses. Marx e outros dirigentes do Conselho Geral foram responsáveis pela elaboração de um comunicado ao povo inglês em defesa dos fenianos. Ver MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels Collected Works*. Volume 43. Letters 1868-70. Londres: Lawrence & Wishart, 2010 (nota do tradutor).

circular, endereçada pelo Conselho aos nossos comitês correspondentes, eu expliquei os méritos da Questão Irlandesa²⁵.

Vocês compreendem imediatamente que não sou apenas influenciado por sentimentos de humanidade. Há ainda algo mais. Para acelerar o desenvolvimento social na Europa, é preciso impulsionar a catástrofe da Inglaterra oficial. Para isso, é preciso atacá-la na Irlanda. Esse é o seu ponto mais fraco. Perdendo a Irlanda, esfacela-se o “Império” Britânico, e a guerra de classes na Inglaterra, até agora sonolenta e crônica, assumirá formas agudas. Mas a Inglaterra é a metrópole do movimento dos senhores de terra ingleses [*Landlordism*] e do capitalismo em todo o mundo.

O que tem a dizer Blanqui²⁶? Ele está em Paris?

Certamente vocês não tiveram nenhum retorno do meu tradutor, M. K. Estou na mesma situação²⁷.

O livro de Flerovsky, sobre “a situação das classes trabalhadoras na Rússia”²⁸, é um livro extraordinário. Estou muito feliz por agora poder lê-lo

²⁵ Ver MARX, Karl. “The General Council to the Federal Council of Romance Switzerland” in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels Collected Works*. Volume 21. Marx and Engels 1867-70. Londres: Lawrence & Wishart, 2010, pp. 84-91 (nota do tradutor).

²⁶ Louis Auguste Blanqui (1805-1881). Teórico e revolucionário francês, anarquista, comunista, participante das principais revoltas do século XIX na França, nos anos de 1830, 1848 e na Comuna de Paris de 1871 (nota do tradutor).

²⁷ Marx refere-se ao Sr. Charles Keller (1843-1913), que iniciou a tradução de *O capital* para o francês. Keller foi membro da Seção de Paris da Primeira Internacional. Participante da Comuna de Paris, emigrou para a Suíça após a derrota deste processo revolucionário. Em outubro de 1869 começou a trabalhar na tradução de *O capital*, chegando a enviar o capítulo II do primeiro volume para Marx. No entanto, o trabalho não foi concluído por este tradutor, tendo sido realizado posteriormente por Joseph Roy (1830-1916) e publicado em 1872-75. Em carta assinada em 18 de outubro de 1869, Marx afirmou o seguinte: “Tell Mr. Keller that he shall go on. On the whole, I am satisfied with his translation, although it lacks elegance and is done in too negligent a way” [Diga ao Sr. Keller que ele deve continuar o trabalho. No geral, estou satisfeito com sua tradução, embora falte elegância e seja realizada de uma forma muito negligente]. Ver MARX, Karl. “Marx to Paul and Laura Lafargue in Paris” [18 October 1869] in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels Collected Works*. Volume 43. Letters 1868-70. Londres: Lawrence & Wishart, 2010, p. 359 (nota do tradutor).

²⁸ V. V. Bervy-Flerovsky (1829-1918), sociólogo, escritor e revolucionário russo. Teórico do socialismo rural, analisou as relações sociais existentes no campo e a discussão sobre a propriedade comunal rural e o comunismo. A obra citada por Marx pode ser consultada no site: НЭБ - Национальная Электронная Библиотека [Biblioteca Eletrônica Nacional] (da Rússia). Ver Берви-Флеровский В. В. Положение рабочего класса в России. Санкт-Петербург: Издательство Н. П. Поляков, 1869. Disponível em: https://rusneb.ru/catalog/000199_000009_003545176/. Acesso em: 24/11/2021 (nota do tradutor).

com certa fluência com a ajuda de um dicionário. Essa é a primeira vez que a situação econômica da Rússia em sua totalidade é revelada. Trata-se de um trabalho cuidadoso. Durante 15 anos, o autor viajou do Ocidente aos confins da Sibéria, do Mar Branco ao Cáspio, com o único propósito de estudar fatos e expor mentiras convencionais. Ele guarda, é claro, algumas ilusões sobre a *perfectibilité perfectible de la Nation Russe, et le principe providentiel de la propriété communale dans sa forme Russe* [a perfectibilidade perfeita da Nação Russa e o princípio providencial da propriedade comunal em sua forma russa]. Mas deixem isso pra lá. Depois do estudo de sua obra, pode-se sentir profundamente convencido de que uma terrível revolução social – em formas tão inferiores como convém ao atual estado de desenvolvimento moscovita – é irreprimível na Rússia e está cada vez mais próxima. Essa é uma boa notícia. Rússia e Inglaterra são os dois grandes pilares do atual sistema europeu. Todo o resto tem importância secundária, até mesmo *la belle France et la savante Allemagne* [a bela França e a erudita Alemanha].

Engels deixará Manchester e, no início de agosto próximo, estabelecerá definitivamente sua residência em Londres. Será uma grande bênção para mim. E agora adeus, meus queridos filhos. Não se esqueçam de beijar o pequeno e corajoso Schnappy em nome do seu

Old Nick [Velho Nick]²⁹.

²⁹ “Com o influxo de sangue jovem no movimento (inclusive suas filhas), Marx e Engels começaram a conversar um com o outro na língua dos veteranos do partido. Marx passaria a se referir a si mesmo como ‘Old Nick’, pois sua barba negra ficara branca”. Ver GABRIEL, Mary. *Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 403 (nota do tradutor).

RESENHA

A THEORY OF IMPERIALISM

PATNAIK, UTSA; PATNAIK, PRABHAT. Nova York: Columbia University Press, 2016. 256 pp.

Recebido em 28/07/2020
Aprovado em 13/10/2020

A categoria *imperialismo* tem sido sistematicamente escanteada nos círculos da esquerda brasileira, seja no plano político ou teórico. Um dos trabalhos mais recentes sobre o tema foi escrito pelo casal de economistas indianos Utsa e Prabhat Patnaik.

Os Patnaik são professores eméritos do Centro de Estudos Econômicos e Planejamento da Escola de Ciências Sociais da Universidade Jawaharlal Nehru, na Índia. Os livros de Utsa incluem *Question in the Neoliberal Era* (2011) e *The Republic of Hunger and Other Essays* (2007). Prabhat é o autor mais recente de *The Value of Money* (2009) e *Re-visioning Socialism* (2011). A obra dos Patnaik tem grande ressonância nos círculos marxistas e progressistas na Ásia, Europa e nos EUA. No entanto, esses autores ainda são pouco conhecidos e difundidos no Brasil. Além de notáveis intelectuais, os Patnaik possuem vínculos históricos com o movimento comunista indiano. Prabhat é colunista do jornal do Partido Comunista da Índia (Marxista), o *Peoples Democracy*. O casal também participa do Instituto de Pesquisa Social Tricontinental, articulação que visa a reunir pesquisadores anti-imperialistas oriundos do Terceiro Mundo.

**LUÍS EDUARDO
DA ROCHA MAIA
FERNANDES**

Doutorando no programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3703-8710>

E-mail: luisedumfernandes@gmail.com

Em *A Theory of Imperialism*, publicado em 2016 pela editora na Universidade de Columbia nos Estados Unidos, os Patnaik sintetizam reflexões sobre os principais temas presentes em suas extensas obras: o capitalismo contemporâneo, as relações entre centro-periferia, o problema da fome no Terceiro Mundo e a questão agrária. Para os autores, não existe

capitalismo sem imperialismo. O imperialismo, no entanto, reconfigura-se em sua forma e intensidade.

Reatualização da teoria do dreno imperialista

Para os Patnaik, é um equívoco conceber o modo de produção capitalista como um “sistema fechado” em sua produção e reprodução social. Sendo assim, o capitalismo depende da exploração e subordinação de formações sociais não capitalistas para sua reprodução. Tendo como pano de fundo as realidades agrárias asiática e africana, apesar de aparentemente concordarem com as formulações luxemburguistas, os Patnaik mais se aproximam da noção leniniana de formação econômico-social e da questão da subordinação de outros modos de produção ao capitalismo.

Aliás, por mais que tenhamos acordo com os autores acerca das fases históricas e metamorfoses do imperialismo, a afirmação dos Patnaik com relação a uma perspectiva histórico-passageira das apreensões teóricas dos clássicos marxistas da teoria do imperialismo nos parece injusta. Entre os clássicos, há diretrizes fundamentais para compreendermos as tendências e contratendências em que age o imperialismo, como as formulações sobre o capital financeiro, a formação de novas frações de classes como a oligarquia financeira e a aristocracia operária, a lei do desenvolvimento desigual e, claro, a polêmica tendência à estagnação no capitalismo monopolista.

Essas diretrizes, de certa forma, são utilizadas pelos Patnaik na sua tentativa de reatualizar a noção de um dreno imperialista. A teoria do dreno foi utilizada por diversos autores para a compreensão da economia política do colonialismo. Os Patnaik sustentam a atualidade desse fenômeno, a partir de um núcleo argumentativo que passa pelo “aumento do preço da oferta”, pelo “valor do dinheiro” e pela “deflação da renda” dos povos da periferia.

Segundo os autores, os países metropolitanos intensificaram sua dependência na importação de uma série de produtos tropicais e subtropicais advindos das suas ex-colônias. Uma razão para isso é que o frete aéreo agora

permite a importação de produtos altamente perecíveis. Mas a razão mais importante é a insistência em que as ex-colônias continuem a ter uma vantagem comparativa na produção agrícola e, portanto, o “livre comércio” seria uma vantagem para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os países avançados ainda dependem dos menos desenvolvidos para muitos dos elementos essenciais da vida cotidiana essenciais para a cesta básica de seus trabalhadores. Nesse sentido, para além da mera apreensão da deterioração dos termos de troca no comércio internacional, os autores reforçam a sua tese sobre a relação entre o aumento da oferta por produtos primários e a deflação da renda na periferia por meio das mudanças no valor do dinheiro.

O valor do dinheiro, para os Patnaik, se relaciona com a própria ascensão da hegemonia do dólar desvinculado do padrão-ouro depois de 1971. O dólar, para se tornar soberano no sistema monetário internacional, depende de uma série de pré-condições a fim de gozar de estabilidade e segurança junto às classes capitalistas. Uma delas é que o valor da força de trabalho estadunidense, em termos da sua divisa, deve ser relativamente estável (o que exclui uma inflação significativa, quanto mais uma inflação acelerada no seu próprio território); e, relacionado com isso, o valor das importações cruciais, que entram no custo de salários e no custo dos materiais, também tem que ser relativamente estável.

Diante do crescimento da oferta por produtos tropicais e a necessidade de estabilidade no “valor dinheiro”, o imperialismo contemporâneo opera uma série de contratendências, segundo os Patnaik, a fim de gerar uma deflação da renda na periferia. A deflação na renda garante os baixos preços dos produtos tropicais, a tendência ao subconsumo nas ex-colônias e a estagnação econômica. Os autores, gozando, em especial, de dados empíricos da realidade indiana, apontam uma série de mecanismos e consequências da deflação da renda para os países periféricos.

Destacamos alguns que aparecem com maior destaque ao longo do livro. O primeiro deles se refere ao mundo do trabalho: os trabalhadores e camponeses dos países periféricos representariam uma reserva mundial de trabalho.

Outro mecanismo estrutural de deflação da renda são as políticas de austeridade e a conversão dos Estados nacionais em protetorados do grande capital financeiro. A deflação da renda e a formação de uma reserva mundial de trabalho para os países metropolitanos acabam por ocasionar a explosão de verdadeiros bolsões de fome e miséria nos países periféricos.

Outro elemento importante apontado pelos Patnaik remete ao sistema monetário internacional e à hierarquização das moedas. O domínio do dólar veio a substituir os mecanismos de deflação utilizados pelo colonialismo, como a imposição a uma inserção complementar na divisão internacional do trabalho e o sistema de tributos nas colônias em benefício das metrópoles. Além de apresentarem argumentos de que a hegemonia do dólar permite os EUA terem déficits na balança de pagamentos a fim de sustentarem o seu enorme aparato militar, os Patnaik apontam a relação entre a hierarquização monetária e as classes dominantes periféricas.

Segundo os autores, uma das principais formas de acúmulo de riquezas das burguesias periféricas é através de moeda estrangeira, em especial o dólar e títulos da dívida pública estadunidense, por sua estabilidade. Nessa linha, para os autores, o dreno imperialista não seria meramente um “inimigo externo” dos países periféricos, mas um fenômeno socioeconômico que se articula com a estrutura de classes e os padrões institucionais no “Sul-global”.

O debate: Patnaik versus David Harvey

Ao fim de *A Theory of Imperialism*, há um comentário crítico do geógrafo marxista David Harvey e a réplica dos Patnaik. Inclusive, a polêmica ecoou bastante em círculos de intelectuais estadunidenses, europeus e indianos. Para Harvey, a noção geográfica de imperialismo presente no livro estaria ultrapassada, pois dependeria da ideia de que as regiões tropicais tivessem um monopólio natural sobre o fornecimento de certos bens cruciais necessários para o funcionamento do capitalismo metropolitano em virtude das condições geográficas físicas (climáticas) exigidas para a produção desses

bens. Segundo o geógrafo, o imperialismo é definido pelos Patnaik como um conjunto de mecanismos políticos e econômicos coercitivos não mercadológicos, projetados para impedir que os produtores tropicais exerçam seus potenciais poderes monopolistas no comércio global.

Segundo Harvey, desde fins da década de 1970, há uma maior complexidade nas transferências de valor na economia mundial. O geógrafo cita uma série de exemplos para apontar que a drenagem histórica de valores do Leste para o Oeste foi revertida nas últimas décadas. Sendo assim, a utilização da categoria “imperialismo” seria um grande simplismo diante da nova geografia econômica do capitalismo.

Na réplica dos Patnaik, eles afirmam que o centro de sua teoria do imperialismo não é um determinismo geográfico, mas o aumento do preço de fornecimento dos produtos primários, que minaria o valor do dinheiro nos países metropolitanos. Os autores criticam a tendência dos “acadêmicos do Norte” em creditar o problema da fome na periferia à baixa produtividade ou ao crescimento populacional. Para eles, as dificuldades dos países mais pobres de alimentar sua população reside na dependência dos países centrais em extrair matérias-primas e produtos primários da periferia.

Embora Harvey tenha razão quanto à complexidade da geografia econômica do capitalismo contemporâneo e das novas transferências de valor, acreditamos que as formulações dos Patnaik contribuem para compreendermos parte dessa complexidade, em especial para desvendarmos a economia política da fome, da pobreza e do desemprego nos países periféricos. A perspectiva de manutenção do valor do dinheiro e, conseqüentemente, da hegemonia do dólar, também nos parece interessante para compreendermos as formas contemporâneas de alianças entre as classes dominantes locais com o capital transnacional.

No entanto, há outros mecanismos de deflação da renda que poderiam ser mais aprofundados para o entendimento do imperialismo contemporâneo. A nosso ver, a teoria do dreno imperialista também se complexifica a partir de diversos mecanismos financeiros, como rendas advindas da propriedade

intelectual e o sequestro das soberanias nacionais por parte do grande capital financeirizado. Negar a categoria “imperialismo”, além de obscurecer a hierarquização nas propriedades intelectuais, nas cadeias produtivas, na questão militar e no exercício desigual da soberania nacional, também é um desserviço político para as lutas dos trabalhadores, em especial os da periferia. Portanto, trata-se de renovarmos criticamente a categoria e não jogá-la fora.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista. Registra-se que é necessário preencher e anexar o [Termo de Originalidade](#) digitalmente no sistema no ato da submissão.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências são informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas (verificar item 6 das [Diretrizes para Autores](#)).

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A [Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política \(RSEP\)](#) publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Para as submissões é necessário se cadastrar no sistema da *Revista da SEP*. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça

login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu Autor, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho. Lembre-se de que, além de anexar os arquivos referentes ao texto do artigo, deve-se enviar o [Termo de Originalidade](#).

6. Assegurando a avaliação cega pelos pares: Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares para a submissão a esta Revista, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores sejam conhecidas um do/pelo outro. Isto envolve os autores, editores e revisores (que carregam documentos como parte de sua revisão), verificando se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo :

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome dos autores, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

7. Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- Margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.
- Fonte: times new roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.
- Para artigos e traduções, o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4. Para resenhas, o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Por sua vez, as entrevistas devem ter entre 8 e 15 laudas. Incluir neste limite as notas de rodapé, referências, gráficos e ilustrações.

– Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant da Capital*. Paris: Anthropos, 1968, pp. 297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. pp. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, pp. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, Veblen, entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXVI Encontro Nacional de Economia Política

Centralidade do trabalho e crise do capital no mundo pós-pandêmico

“Nada será como antes, amanhã”? Trabalho, crise e pandemia

Universidade Federal de Goiás | Evento Virtual | 8 a 11 de junho de 2021



APOIO



Convidamos a todos para a participação no XXVII Encontro Nacional de Economia Política, que em 2022 será realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).